

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALESSANDRA GASPAROTTO

***“O TERROR RENEGADO”***

UMA REFLEXÃO SOBRE OS EPISÓDIOS DE RETRATAÇÃO PÚBLICA  
PROTAGONIZADOS POR INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÕES DE COMBATE  
À DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1970-1975)

Porto Alegre  
2008

ALESSANDRA GASPAROTTO

**“O TERROR RENEGADO”**

UMA REFLEXÃO SOBRE OS EPISÓDIOS DE RETRATAÇÃO PÚBLICA  
PROTAGONIZADOS POR INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÕES DE COMBATE  
À DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1970-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre  
2008

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da pesquisa e da escrita de uma dissertação, são muitos os percalços e as dificuldades encontradas. Felizmente, é ainda maior o número de pessoas que trilham conosco este caminho, nos auxiliando e partilhando também de nossas descobertas e alegrias. Nesse sentido, cabem aqui os merecidos agradecimentos.

Devo o maior agradecimento ao professor Benito Schmidt, por ter acreditado neste projeto de pesquisa e ter me acolhido. Sou grata pela orientação cuidadosa e inteligente, pelas discussões e pelo respeito que sempre demonstrou por minhas escolhas (tanto teóricas como profissionais), mesmo quando essas significaram não dar prioridade apenas a este trabalho. Agradeço pela amizade, pelo bom humor e, principalmente, por ele ter sido um grande professor – no sentido mais belo que esta palavra encerra.

Agradeço imensamente àqueles que se dispuseram a conceder as entrevistas que compõem esta dissertação. Suas histórias e memórias deram sentido à pesquisa aqui tratada. Espero, sinceramente, que este trabalho lhes faça justiça.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como do Departamento de História, pela contribuição na minha formação profissional e auxílio inestimável.

De forma especial, sou grata aos professores Enrique Serra Padrós e Luis Dario Ribeiro, pela sua dedicação ao magistério e pela postura de luta que sempre mantiveram em relação à defesa da universidade pública e à transformação da sociedade.

Às professoras que participaram de minha Banca de Qualificação, Carla Rodeghero e Maria Helena Weber, pelas contribuições que deram ao desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também ao professor Jeffrey Lesser, da Universidade de Emory (EUA), pela generosidade em compartilhar informações e fontes de pesquisa e pelo estímulo recebido.

Agradeço aos funcionários dos arquivos, museus e centros de documentação nos quais foram realizadas atividades de pesquisa ao longo do presente trabalho.

Aos jornalistas Nilson Mariano e Fernando Molica, também pesquisadores do tema, agradeço pela gentileza e pelas preciosas informações que comigo compartilharam.

A Taiara e Blankl, agradeço pela transcrição das entrevistas de história oral; à Vanessa e Carolina devo o auxílio inestimável na pesquisa das fontes de jornais e revistas. Agradeço a Marcelo, Blankl, Carol e Daniela pela leitura de partes dessa dissertação e pelas sugestões feitas. A Carol, devo um agradecimento especial, pelo auxílio inestimável na fase final de escrita e pela sua generosidade em partilhar fontes, livros e idéias.

Agradeço aos colegas do Colégio de Aplicação da UFRGS, em especial aos professores do Projeto Amora, ao Nilo e ao José Carlos, pelas parcerias constantes e, sobretudo, por partilharem da busca por uma educação transformadora.

Sou grata também aos colegas da Unioeste, pelo carinho com que me receberam no “velho oeste” paranaense, em especial a Blankl, Cris, Carla, Gilberto, Gustavo, Selma, Gabriel, Zen e Alexandre.

Nestes anos na Universidade, muitas amizades foram construídas. Sou grata a Joana, Rodrigo, Gabriel e Gabriela, companheiros de militância, pelas experiências compartilhadas na luta pela universidade pública e pelos laços de amizade que cresceram a partir delas. A Daniela, Marcelo e Vinícius, “equipe lua” do Projeto Memória, pela camaradagem, pelas risadas e pelo carinho que sempre se renova. Ao Mauro, agradeço pelos livros e pelas risadas. Aos colegas de Pós-Graduação, pelos debates, indicações de leituras e sugestões, mas principalmente, pela parceria e pela prazerosa convivência; em especial agradeço a Bruno, Camila, Clarice, Cláudia, Daniela, Jéferson e Jonas. Agradeço também a Alex, Camila, Cacá, Carol, Arthur, Daniel Caon, Fernando, Helder, Marcos e Samir pela amizade sincera e pelos bons momentos nas mesas de bar da Cidade Baixa.

A Cassiane, Ana, Kelli, Michele e Rafael, meus amigos de sempre, agradeço pelo afeto e pela certeza. Ao Rafa, sou também muito grata pela doce acolhida em São Paulo. Agradeço a Daniela, Graciela e Vanessa, amigas do coração, pelo apoio constante, carinho imenso e pelas boas risadas. À Dani, devo a experiência mais bela de amizade que já vivenciei.

Ao Guinter, agradeço pelo carinho e pela paciência com que participou/auxiliou nas diferentes etapas deste trabalho. Seu amor tem tornado cada dia da minha vida mais bonito.

À minha família, meus pais, João e Gerta, irmãs, Claci e Margot, e sobrinhas, Maiara e Laura, agradeço pelo incentivo, pelo entusiasmo e, sobretudo, pelo amor. Á Glá, devo um agradecimento especial, pela leitura cuidadosa desta dissertação, pela transcrição de entrevistas, por estar sempre tão presente.

Por fim, dedico essa dissertação ao meu pai, que muito cedo teve de trocar a escola pelo trabalho duro da roça. Seu encanto pelo conhecimento e pela política embalou meus sonhos de menina e despertou – irreversivelmente - minha paixão pelo estudo da História.

A todos, muito obrigada

“Toda a memória é subversiva porque é diferente. Todo o projeto de futuro também (...). O sistema encontra seu paradigma na imutável sociedade das formigas. Por isso se dá mal com a história dos homens: pelo muito que esta muda. E porque, na história dos homens, cada ato de destruição encontra sua resposta – cedo ou tarde – num ato de criação.”

Eduardo Galeano  
*As veias abertas da América Latina*

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os processos de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de esquerda que combatiam a ditadura civil-militar no Brasil. Tais episódios, que passaram a ser conhecidos como *arrepentimentos*, tiveram início em maio de 1970, quando um grupo de cinco jovens ligados à Vanguarda Popular Revolucionária lançou dois manifestos, nos quais eles negavam a existência de tortura, elogiavam as principais obras do regime e faziam um apelo aos jovens para que não ingressassem na luta contra a ditadura. A partir daí, uma série de depoimentos passou a ser divulgada nos jornais e redes de televisão do país. Ao longo deste trabalho, busca-se analisar a trajetória dos militantes que protagonizaram estas retratações, na tentativa de conhecer suas histórias de vida e compreender como chegaram ao *lugar de arrependidos*. Objetiva-se, também, compreender como tais episódios estavam inseridos na lógica de repressão e propaganda do governo, e quais as mensagens presentes em suas declarações na época. Além disso, a partir da análise de entrevistas de história oral e outras obras de memória, procura-se discutir sobre as memórias que tais militantes elaboraram e elaboram hoje sobre os referidos episódios e examinar qual sua compreensão acerca das retratações por eles protagonizadas.

Palavras-chave: Ditadura – Retratações Públicas – Imprensa - Memória

**ABSTRACT:** This dissertation intends to analyze the public retraction processes protagonized by members of left-wing organizations which fought against the Brazilian civil-military dictatorship. Getting known as *regrets*, such episodes had beginning in May 1970, when a group of five young men bound to the “Vanguarda Popular Revolucionária” released two manifestos, in which they denied the existence of torture, exalted the regime main accomplishments and appealed the youth to not join the fight against the dictatorship. Thenceforth, several depositions begun to be published in Brazilian newspapers and television networks. Throughout this paper, we aim to analyze the course of the militants which protagonized this retractions, attempting to know their life stories and understand how they got to the *repentant situation*. Also, it intends to comprehend how such episodes were inserted in the government repression and propaganda logic, and which messages were present in their statements at the time. Moreover, from the analysis of the oral history interviews and other memory writings, it aims to discuss on the memories that the militants elaborated and still elaborate about the refered episodes and to examine their understanding regarding the retractions protagonized by them.

Keywords: Dictatorship – Public Retraction – Press – Memory

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1</b> “A caminho da reconciliação” - <i>As trajetórias dos militantes que protagonizaram retratações públicas</i> .....	23
<b>CAPÍTULO 2</b> “ <i>Repúdio ao terrorismo</i> ” - A repercussão dos <i>arrepentimentos</i> na imprensa e as mensagens dos <i>arrepentidos</i> .....	106
<b>2.1</b> “ <i>A campanha de difamação contra o Brasil no banco dos réus</i> ” – Denúncias de tortura e desrespeito aos direitos humanos no país divulgadas no exterior .....	122
<b>2.2</b> “ <i>Os maus brasileiros</i> ” - A tentativa de desmoralização das organizações de esquerda .....	140
2.2.1 “ <i>A doutrina alienígena</i> ” – O Comunismo .....	142
2.2.2 “ <i>A Pátria ameaçada</i> ” - Os atentados à moral e aos bons costumes .....	148
2.2.3 “ <i>Terroristas enganam os próprios companheiros</i> ” – As críticas aos líderes e ao funcionamento das organizações que combatiam a ditadura .....	153
<b>2.3</b> “ <i>O Brasil grande, livre e nosso</i> ” - O elogio ao governo Médici e às obras da ditadura .....	161
<b>2.4</b> “ <i>Advertência à Juventude</i> ” - As tentativas de afastar os jovens da militância de esquerda .....	166
<b>CAPÍTULO 3</b> “ <i>Marcados pelo resto da vida</i> ”- Memórias sobre os <i>arrepentimentos</i> , memórias dos <i>arrepentidos</i> .....	180
<b>3.1</b> “ <i>Traidores, fracos, desbundados</i> ” - O lugar dos <i>arrepentidos</i> nas memórias sobre a ditadura no Brasil .....	181
<b>3.2</b> “ <i>(...) A coisa modificou muito mais a vida da gente do que a história</i> ” - As memórias dos militantes que protagonizaram retratações públicas .....	196
<b>3.3</b> O “ <i>Náufrago da Utopia</i> ”- As memórias de Celso Lungaretti .....	220
<b>3.4</b> “ <i>Há certas coisas que eu havia esquecido mesmo, eu não fazia questão de lembrar</i> ” - Silêncio e esquecimento nas memórias dos <i>arrepentidos</i> .....	231
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	242
<b>FONTES CONSULTADAS</b> .....	245
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	248
<b>ANEXOS</b> .....	254

## INTRODUÇÃO

*Arrependimento*. No dicionário significa o ato ou efeito de arrepender-se. Compunção, contrição. Insatisfação causada por violação de lei ou de conduta moral, e que resulta na livre aceitação do castigo e na disposição de evitar futuras violações.<sup>1</sup>

As definições de arrependimento pressupõem o pecado e a culpa. Na grande maioria das religiões, o conceito de pecado exerce um papel fundamental no entendimento de que todas as vezes que o indivíduo realiza um ato de qualificação moral negativa, está se afastando de sua salvação. A fim de libertar-se do pecado, segundo preceitos cristãos, exige-se do pecador a confissão e o arrependimento.<sup>2</sup> Demonstra-se assim a disposição de viver vida nova; daí vem o acolhimento, a aceitação. O arrependimento gera mudança de hábito, mudança de sentido. Na religião, ao arrependimento segue-se o perdão.

Os *arrependimentos*<sup>3</sup> tratados neste trabalho, no entanto, apontam para sentidos, significados e desdobramentos diferentes. Constituem-se em mais uma faceta de uma guerra travada entre os grupos que combatiam a ditadura civil-militar brasileira e os órgãos de repressão naqueles “anos de chumbo”, de sangue e de dor.

Nas páginas dos jornais e telas de televisão, os *arrependimentos* ganharam o significado de uma mudança radical de sentido e de ação: antigos militantes que lutavam contra a ditadura com armas na mão tornavam-se então defensores do regime. Nas celas dos presídios, no isolamento da clandestinidade ou do exílio, foram recebidos como traição. Alguns de seus protagonistas nunca foram perdoados.

Os *arrependimentos*, como foram chamados os episódios de retratação pública protagonizados por militantes de esquerda que combatiam o regime ditatorial, passaram a ser veiculados nos principais meios de comunicação do país a partir de maio de 1970. Nesta data, um grupo de jovens vinculados à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) foi apresentado a jornalistas brasileiros e estrangeiros e lançou dois manifestos, um endereçado aos jovens brasileiros e outro à opinião pública internacional. Nestes, os militantes negaram a existência de tortura sistemática nos porões da ditadura, elogiaram as obras do governo ditatorial e as

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975. p. 139.

<sup>2</sup> ROSSI, Teodora. *Lexicon – Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 579 – 580.

<sup>3</sup> As expressões *arrependimento* e *arrependidos* serão utilizadas neste trabalho sempre em itálico quando estiverem se referindo aos processos de retratação pública e seus protagonistas. Este cuidado gráfico se justifica porque tais expressões foram construídas pelo regime autoritário e pela imprensa da época. Continuam sendo utilizadas até hoje, por vezes de forma a desqualificar estes militantes, sem levar em conta o contexto em que essas retratações foram produzidas e as condições sob as quais muitos deles concederam seus depoimentos.

Forças Armadas, criticaram de forma intensa as organizações de esquerda e fizeram um apelo aos jovens, para que não ingressassem na luta armada.

Após esta primeira aparição, uma série de outros *arrepentimentos* foi divulgada na imprensa, principalmente nos meses de 1970 que se seguiram e ao longo de 1971. Aproximadamente 30 militantes, de diferentes origens e organizações, protagonizaram tais depoimentos, que continuaram a ser exibidos nas páginas dos jornais, embora com menor frequência e repercussão, até 1975. As retratações eram apresentadas na forma de manifestações públicas, entrevistas coletivas, cartas escritas “de próprio punho” e aparições em programas de televisão, além de declarações de arrependimento atribuídas a militantes por autoridades policiais e militares.

Como compreender estes processos? Quais razões explicam a exibição destes militantes em rede nacional? Para responder a estas questões, é preciso recuar no tempo e refletir sobre o próprio regime implantado a partir do golpe de 1964.

Naquela data, o então presidente João Goulart foi deposto, assumindo o governo uma junta militar que deu início a um longo período de ditadura. Nos momentos do imediato pós-golpe, a repressão atingiu os alicerces dos setores ditos subversivos, como os partidos políticos de esquerda, os sindicatos e o movimento estudantil, desmobilizando temporariamente as manifestações contrárias ao regime recém-inaugurado. Conforme Sader, em seu livro *A transição no Brasil*, as manifestações de contestação voltaram a ser articuladas a partir de 1966, principalmente no meio estudantil, e desencadearam uma nova fase de resistência, com a reestruturação de partidos e organizações de esquerda. Muitos desses grupos passaram à clandestinidade e adotaram a luta armada como forma de combater a ditadura.<sup>4</sup> Esta aumentara ainda mais a repressão, inibindo qualquer forma de liberdade de expressão que não fosse ao encontro de seus interesses e do projeto de país que propunham construir, no período que ficou conhecido como os “anos de chumbo”. Impulsionado pelo “milagre econômico” do Brasil que “vai prá frente”, o regime perseguiu, torturou e assassinou inúmeros militantes de oposição.

A historiografia tem buscado identificar as características das organizações que adotaram a luta armada e de seus integrantes, compreender seus projetos para a revolução brasileira, conhecer e explicar suas práticas e as razões que levaram ao seu aniquilamento. Questiona-se se a luta armada surgiu como consequência do fechamento representado pelo Ato Institucional Número 5, ou se foi a sua existência e ações que pressionaram o governo a

---

<sup>4</sup> SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990. p. 22 – 23.

partir para a repressão intensa. Discute-se, entre outras coisas, o caráter destas organizações clandestinas, sua formação, se podemos ou não enquadrá-las enquanto parte da chamada resistência democrática à ditadura.<sup>5</sup> No entanto, há ainda muito por compreender sobre o processo de enfrentamento que estes grupos travaram com o regime então instituído, que resultou num doloroso saldo de centenas de mortos e *desaparecidos* políticos.

Neste combate, além da repressão, a ditadura lançou mão da via do convencimento. A propaganda foi uma das cartas fundamentais usadas no período pós-64 para buscar a estabilidade institucional. Ela foi utilizada e organizada de forma diferenciada nos sucessivos governos militares.

Castelo Branco apresentava certas resistências à criação de um órgão de propaganda, principalmente por temer relações que pudessem ser feitas entre este órgão e o extinto DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), surgido durante a ditadura do presidente Getúlio Vargas. As campanhas oficiais da época tentavam criar uma imagem positiva do governo, explorando a idéia de que a “Revolução” salvara o Brasil do caos (e do comunismo). No entanto, temerosos diante da baixa popularidade do regime, foi criado um Grupo de Trabalho de Relações Públicas a fim de melhorar tal imagem “e equacionar os problemas da comunicação social no Brasil, com vistas ao futuro governo.”<sup>6</sup> Meses depois, o decreto nº. 62.119, de 15 de janeiro de 1968, instituiu a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), com a intenção de orientar a propaganda oficial e centralizar a atuação dos serviços de divulgação e de relações públicas dos diversos ministérios e órgãos governamentais. A AERP articulava-se com assessorias de imprensa nos estados e possuía sucursais no Rio e em São Paulo. Conforme Fico, em seu trabalho *Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*, neste momento constituiu-se uma nova modalidade de fazer propaganda no país, “que se amparava nos modernos recursos oferecidos pelos meios de comunicação de massa e que absorvia e recriava padrões de comportamento,

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre estas discussões ver, entre outros: FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da Ditadura militar. *Estudos de História*, UNESP, Franca, v. 8, n. 1, p. 69-90, 2001; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990; \_\_\_\_\_ & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993; \_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: Edusc, 2004; CRUZ, Denise Rollemberg. Esquerdas revolucionárias e luta armada. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais tidos como formadores da sociedade brasileira.”<sup>7</sup>

Foi então estruturado um forte esquema de propaganda, favorecido pela franca modernização dos meios de comunicação de massa no país e pelo expressivo aumento do poder de alcance destes veículos. Por adesão ao projeto instaurado em 1964, ou por estarem sob um controle bastante cerrado, praticamente todos os meios e recursos de comunicação foram utilizados na propaganda realizada oficialmente.

As mensagens falavam de unidade, de coesão em torno de objetivos de toda a Nação, de integração e de paz social. Procurou-se resgatar uma visão otimista do país, uma convicção de que os problemas nacionais seriam resolvidos devido as características inerentes ao povo brasileiro, enfocadas de maneira mítica.<sup>8</sup> Por outro lado, buscava-se desqualificar qualquer forma de oposição ao regime, principalmente as organizações de luta armada. O governo empreendeu campanhas para desacreditar e desmoralizar a imagem destes grupos perante a opinião pública – a chamada “política do desarmamento psicológico” defendida pelo Presidente Emílio Médici.<sup>9</sup> Em determinado momento, o regime utilizou-se dos próprios militantes destas organizações na implementação da referida campanha – estes ficaram conhecidos como os *arrepentidos*.

Estes processos de retratação pública foram abordados de forma tangencial em alguns estudos relativos à ditadura, principalmente por aqueles centrados nas temáticas da imprensa, da censura e da propaganda.

Beatriz Kushnir, no trabalho intitulado *Cães de Guarda* – jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988, trata da questão da censura no Brasil, tendo como foco de análise a relação entre os jornalistas e os censores. Segundo a historiadora, a estratégia de induzir militantes a protagonizar arrependimentos públicos fazia parte de uma teia montada para destruir as ações das esquerdas. Nas palavras de Kushnir,

“o intuito era afirmar, em cadeia nacional de TV, que ser oposição ao governo era um exercício realizado por pessoas que, arrependidas, expunham quão sem sentido era o combate. Destruir a imagem desses militantes diante da população em geral, fazendo da população um

---

<sup>6</sup> AGUIAR, Hernani apud FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 90. Hernani d’Aguiar chefiou o escritório do então candidato a presidência Costa e Silva, e era seu secretário pessoal.

<sup>7</sup> Idem, p. 100.

<sup>8</sup> Idem. Primeiro capítulo: “Otimismo e pessimismo no Brasil”.

<sup>9</sup> *Veja*, 15 de julho de 1970. p. 16.

aliado contra a luta armada, era, em primeira e última instância, o alvo.”<sup>10</sup>

Em seu livro *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento*, o historiador Gilvan Veiga Dockhorn afirma que, com as crescentes ações das organizações de esquerda, o medo do comunismo foi incrementado e associado ao temor da perda dos privilégios por parte de uma classe média recém-integrada ao mercado de consumo.<sup>11</sup> Esta concepção de inimigo interno impôs a remodelação da estrutura idealizada para a execução de uma estratégia de Segurança Nacional, no sentido de reforçar o aparato anti-subversão, e orientou também parte das ações da propaganda do regime. De acordo com o autor,

“a utilização do recurso da retratação pública – tratados na imprensa pejorativamente como os ‘arrepentidos’ compuseram mais um ato na disputa política. Antigos revolucionários passaram de contestadores a propagandistas do governo que pretendiam destruir e do regime que almejavam derrubar”<sup>12</sup>

Dockhorn divide estes depoentes entre aqueles que foram coagidos e aqueles que optaram espontaneamente por rever suas posições políticas. Para ele, a estratégia de *arrepentimentos* fazia parte da “guerra psicológica” que tentava desestabilizar os grupos guerrilheiros, a fim de demonstrar a superficialidade de seu compromisso ideológico e seu isolamento da população em geral. Servia também de estímulo à desistência de muitos jovens em ingressar nestas organizações:

“A apresentação de jovens ‘reconvertidos’ demonstrava como a subversão e violência infiltrava-se nas famílias, destruía lares, aliciava jovens e visava à destruição da sociedade como um todo. Também procurou expor a superficialidade do compromisso revolucionário, apresentando-os como devaneios da juventude de classe média.”<sup>13</sup>

Em seu trabalho, Dockhorn ainda analisa alguns destes depoimentos e parte das mensagens que os mesmos buscavam transmitir. Neste sentido, afirma que os primeiros casos de retratação visavam desqualificar as lideranças mais destacadas das organizações armadas, como Carlos Lamarca e Joaquim Câmara Ferreira. As declarações procuravam desmistificar a imagem do herói que luta contra o sistema, mostravam os “aparelhos” como locais minados

---

<sup>10</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 311.

<sup>11</sup> DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento 1964-1974*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 16.

<sup>12</sup> Idem, p.271.

pelo consumo de drogas e atos promíscuos, e visavam também prestar esclarecimentos no sentido de melhorar a imagem do país no exterior.

O jornalista Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, o segundo de uma série de cinco livros que tratam do período, também aborda a questão dos *arrepentimentos*, como sendo “um novo produto, de natureza política e propagandística”. Segundo Gaspari, o uso da pressão policial para levar os presos a renegarem a sua conduta foi uma peça importante no desmantelamento de organizações armadas em diversos países do mundo. Cita o caso da Itália, onde,

“conjugada com uma reforma penal que ofereceu aos arrependidos três níveis de colaboração e de perdão, ela [a abjuração das condutas anteriores] viria a ser uma das armas mais poderosas da democracia italiana contra um surto terrorista muito mais virulento que o brasileiro, com 419 mortos, entre os quais um ex-primeiro-ministro, mais de mil feridos e quase 15 mil ações.”<sup>14</sup>

No capítulo *O Brasil difamado*, o autor trata os *arrepentimentos* como peças de uma reação do regime à publicação de notícias que denunciavam a tortura e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil, prejudicando a imagem do país no exterior. De acordo com ele, “os ‘arrepentidos’ brasileiros não eram usados para atacar o terrorismo, nem sequer a subversão, mas a ‘campanha de difamação’ do país no exterior.”<sup>15</sup>

O livro do jornalista Nilson Mariano, *Operación Cóndor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur*, também aborda os episódios de *arrepentimento*. Mariano afirma que:

“O Brasil matou menos, torturou menos e aprisionou menos que os outros sócios da operação Condor (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile). No entanto, os ditadores brasileiros foram insuperáveis na guerra psicológica e patrocinaram um dos episódios mais traumáticos e terríveis dos anos de chumbo: os “processos de arrependimento”, nos quais guerrilheiros eram levados à televisão para depor suas armas, renegar a esquerda e elogiar o governo militar.”<sup>16</sup>

Em sua pesquisa, o autor entrevistou alguns dos participantes destes processos, além de outros militantes de organizações de esquerda e um dos principais nomes do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, o delegado Pedro Seelig. Este último afirmou que os *arrepentidos* eram utilizados pelo governo, que se aproveitava do desejo dos mesmos de abandonar as organizações. Para o delegado, estes militantes eram muito jovens e

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 272.

<sup>14</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 288.

<sup>15</sup> Idem, p. 289.

entravam na guerrilha pensando que teriam carros e dinheiro, e praticariam ações armadas.

Ele afirma:

“Depois de entrar, já não podiam sair. As organizações não os deixavam. Então, quando eram presos, se arrependiam e contavam toda a sua militância. A maioria entregava tudo. Era muito fácil conversar com eles. Depois, as organizações inventavam que havia tortura, para desmoralizar os órgãos oficiais.”<sup>17</sup>

Embora os trabalhos citados apontem e analisem aspectos importantes relacionados aos processos de *arrepentimento* público, não há nenhuma obra histórica ou jornalística específica sobre o tema; faz-se necessário, então, uma abordagem que procure dar conta das múltiplas problemáticas e possibilidades de análise suscitadas pelo assunto.

O presente estudo se propõe a investigar os processos de *arrepentimento*, localizando-os no interior da estratégia de propaganda e de repressão governamentais. Objetiva-se contextualizar e refletir sobre o conteúdo dos depoimentos, e, neste sentido, entre outros aspectos, apontar quais eram os elementos preponderantes nas declarações dos referidos militantes e que idéias de país, de esquerda e de resistência estas tentavam disseminar. Busca-se igualmente investigar e analisar as trajetórias de tais indivíduos, na tentativa de recompor suas histórias de vida e compreender como a “roda viva” dos acontecimentos os levou ao lugar de *arrepentidos*. De forma especial, este trabalho tem a intenção de discutir a respeito das memórias dos referidos militantes, buscando compreender como a experiência vivida foi elaborada e é contada no presente.

Vale ressaltar que o objetivo inicial que pautou a realização desta pesquisa, estava centrado na análise das memórias dos *arrepentidos*. No entanto, diante da lacuna de trabalhos que analisassem com mais precisão os processos de retratação pública, tal objetivo teve que ser redimensionado. Para pensar as memórias, para contextualizá-las e interrogá-las, fazia-se necessário que antes se pudesse traçar um quadro geral destes *arrepentimentos*: identificar os militantes que participaram das retratações<sup>18</sup> e refletir sobre suas histórias de vida, investigar quando os depoimentos foram veiculados, como foram expostos, que mensagens buscavam

---

<sup>16</sup> MARIANO, Nilson. *Operación Cóndor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Ediciones Lolhé Lúmen, 1998. p.141. Tradução da autora.

<sup>17</sup> Idem, p. 143.

<sup>18</sup> Os trabalhos citados, especialmente a reportagem de Nilson Mariano, indicavam o nome de muitos destes militantes. Fazia-se necessário, no entanto, ampliar a investigação a partir de outras fontes primárias e contrastar diferentes reportagens da imprensa da época, no sentido de formar um quadro mais completo acerca destes episódios.

transmitir. Visando dar conta destas “tarefas”, a presente investigação teve início com uma busca destes personagens nas páginas dos jornais da época.

Alguns dos problemas que se procura responder ao longo da dissertação são:

- Quais eram as trajetórias dos militantes que foram a público retratarem-se em relação ao seu envolvimento na luta contra a ditadura? Por que motivações o fizeram? Como eram forjados ou negociados os processos de *arrependimento*? Quais as conseqüências que tais depoimentos tiveram em suas histórias de vida?
- Como estas retratações foram utilizadas pelo regime? Em que contexto foram produzidas? De que maneira se inseriam na lógica de propaganda e repressão da ditadura?
- Quais são as memórias destes militantes sobre a sua trajetória política? Qual a compreensão que eles expressam hoje acerca dos episódios de *arrependimento*? O que é dito? O que se cala ou se quer esquecer?

Para dar conta das questões elencadas, optou-se por dividir o trabalho em três capítulos, que serão apresentados abaixo, juntamente com algumas discussões sobre as referências teórico-metodológicas empregadas e as fontes utilizadas.

No primeiro capítulo, serão apresentados os militantes que protagonizaram os referidos processos de retratação pública, seguindo a ordem cronológica em que suas declarações apareceram na imprensa da época. A intenção deste capítulo é trazer elementos significativos para compreender as histórias de vida destes militantes, analisando sua origem social e familiar, trajetória política, as organizações a que pertenciam, o que disseram em suas declarações (ou o que foi dito em seus nomes) e o contexto em que tais depoimentos foram concedidos ou forjados. A partir desta análise, foi possível compor um perfil deste grupo e estabelecer as relações possíveis entre os militantes, suas organizações e os processos de retratação. Ao mesmo tempo, a investigação permitiu apreender as singularidades das experiências destes indivíduos e as diferenças presentes entre os episódios de *arrependimento*.

Para desenvolver este capítulo, foram utilizadas informações divulgadas na imprensa (na época e no período que se seguiu), livros de memórias de integrantes de organizações armadas, entrevistas concedidas à autora ao longo do desenvolvimento deste trabalho e bibliografia referente ao período, mais especificamente à temática da luta armada. Examinou-se igualmente documentos oficiais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do governo ditatorial, disponíveis no Acervo da Luta Contra a Ditadura<sup>19</sup>, situado em Porto

---

<sup>19</sup> O Acervo da Luta Contra a Ditadura foi criado em 1999, durante os debates em torno dos 20 anos da Lei da Anistia, com a intenção de organizar um acervo histórico da luta pela democracia e das denúncias de violações

Alegre e no Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social/ São Paulo (DEOPS/SP), localizado junto ao Arquivo do Estado de São Paulo. No primeiro, pouca documentação relativa ao assunto foi encontrada; apenas prontuários de militantes e informes internos contendo dados sobre as organizações de esquerda que atuavam no Rio Grande do Sul. No Acervo do DEOPS/SP, foram consultados prontuários, dossiês individuais e sobre grupos de oposição ao regime, cópias de interrogatórios, e solicitações e trocas de informações entre este Departamento e o Serviço Nacional de Informação (SNI). Nestas últimas fontes mencionadas, há vasto material sobre o movimento estudantil, cópias de panfletos e jornais clandestinos, informações sobre grupos e indivíduos, além de boletins do referido serviço de informações.

Maria Aparecida de Aquino destaca a importância e a contribuição deste acervo para o estudo do Brasil pós-64, afirmando que este possibilita o acesso tanto ao funcionamento de um importante instrumental de repressão utilizado durante o período, delineando assim a própria lógica do regime militar, como ao potencial e ao caráter da resistência implementada contra o Estado autoritário:

“Os relatórios dos ‘agentes infiltrados’ mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento, que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime.”<sup>20</sup>

Vale ressaltar, no entanto, que são necessários certos cuidados no uso das fontes produzidas pelos órgãos acima mencionados. Beatriz Kushnir, em seu artigo *Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP)*, chama a atenção para alguns limites deste tipo de acervo, uma vez que “entre a sua formação e a sua

---

dos direitos humanos cometidas durante o regime ditatorial. O Acervo conta com arquivos doados por pessoas e órgãos públicos, além da documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul encontrada nas delegacias regionais de polícia do interior do estado. Vale ressaltar que os arquivos do DOPS/RS foram incinerados em maio de 1982, dias após a extinção do referido Departamento. BAUER, Caroline. Arquivo-Morto ou Arquivos Vivos? Os arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional do Cone Sul. IN: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006. p. 128-129.

<sup>20</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP. IN: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme e SWENSSON JR, Walter Cruz (orgs.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001 (Dossiês DEOPS/ SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro; Volume 1). p. 179.

constituição como um arquivo, um longo período de abandono caracterizou o material.”<sup>21</sup> A autora afirma que tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a busca por uma organização desta documentação deu-se apenas a partir da posse dos governadores eleitos em 1982 e do fim da censura, proposta pela Constituição de 1988. No caso do acervo paulista, no entanto, este continuou sob a tutela da Política Federal do Estado até 1991, quando então foi transferido para a Secretaria de Estado da Cultura, e o Arquivo do Estado de São Paulo ficou encarregado de sua organização e preservação. Além disso, é necessário assinalar que tais documentos retratam os militantes e os cidadãos na forma como eram vistos pelos olhos da repressão. Segundo Kushnir, estes acervos

“Se por um lado, tem como objetivo identificar o ‘fichado’ no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do ‘fichado’, a partir da perspectiva do agente policial, como a do ‘fichador’; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do ‘fichador’. E esse modo como ele vê o mundo e o ‘fichado’ é o que compõe o material do Dops.”<sup>22</sup>

Portanto, é necessário que essas fontes não sejam assumidas como a expressão da “verdade” a respeito das trajetórias dos investigados, mas problematizadas a partir da compreensão de que elas permitem, antes de tudo, “vermos como eles (os agentes secretos) viam.”<sup>23</sup> Também neste sentido, Negro e Fortes alertam que a fonte construída pela polícia é apenas mais uma fonte<sup>24</sup> e, como toda fonte histórica, demanda crítica e interpretação. Segundo eles, é preciso ter em mente que “o acervo DEOPS do DAESP não guarda uma mina de verdades puras e cristalinas, mas que, ao lado de outros acervos, constitui uma ótima oportunidade para o estudo e investigação.”<sup>25</sup>

No segundo capítulo, serão abordados elementos que permitem pensar sobre a repercussão que as retratações públicas tiveram nos meios de comunicação e como tais episódios foram veiculados pela grande imprensa. Inicialmente, busca-se fazer uma análise a respeito da questão da informação e da comunicação no período, trazendo algumas reflexões

---

<sup>21</sup> KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP). IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 567.

<sup>22</sup> Idem, p. 571.

<sup>23</sup> Idem, p. 578.

<sup>24</sup> FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O Acervo do DEOPS Paulista e o movimento sindical. IN: AQUINO, M. et al. (orgs.), op. cit., p. 179.

que envolvem a problemática da censura e da colaboração que pautou as relações entre a grande imprensa e o Estado autoritário. A partir desta abordagem, são discutidas as características das reportagens publicadas sobre os *arrepentimentos* e dos discursos dos chamados *arrepentidos*. Analisam-se quais eram as mensagens contidas nos depoimentos destes últimos, na tentativa de se perceber alguns dos objetivos governamentais ao apresentá-los publicamente. Neste sentido, pretende-se compreender como os depoimentos foram utilizados pelo governo e serviram para divulgar certas mensagens e propagandear o regime.

A propaganda é entendida aqui como um instrumento através do qual se procura disseminar determinada ideologia<sup>26</sup> que permita integrar e orientar os diversos agentes, de modo que suas ações se coordenem e caminhem num mesmo sentido e direção. Compreendida enquanto um fenômeno social, se caracteriza por ser constituída de componentes diversos, fazendo parte de uma realidade mais ampla, formada pelo conjunto das relações sociais em determinado momento histórico.<sup>27</sup>

Segundo Néelson Garcia, o que nos permite identificar a propaganda, o que a caracteriza enquanto tal, é o seu caráter intencionalmente persuasivo. Conforme o autor:

“Os que a realizam visam induzir outros a se comportar de determinada maneira, procurando impedi-los de agir por outra, de modo a lograr a consecução de seus objetivos. Há diversas situações onde existe a transmissão de ideologia, mas a ausência da intencionalidade impede que se possa falar em propaganda.”<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Para a definição de ideologia, utilizamos o estudo de John Thompson, que propõe conceituá-la “em termos de maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.” THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 83.

<sup>27</sup> GARCIA, Néelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 9. Vale observar que há estudos históricos que questionam o tratamento da propaganda enquanto uma forma de controle ideológico. Em seu livro *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*, o historiador Carlos Fico aponta algumas limitações do referido enfoque. Para ele, a ênfase na “intenção” de quem faz a propaganda tende a originar explicações mecanicistas, como a de que à mobilização social corresponderia uma reação em termos de propaganda, que, por sua vez, anularia aquela mobilização. Segundo o autor, este foco de análise tende a obscurecer o fato de que tal produção não possui significações completamente dadas e que um sentido só se realiza quando alguém entra em contato com aquela propaganda, mesmo sendo difícil examinar tal recepção. FICO, op. cit., p.16. No presente trabalho, a análise está centrada na produção da propaganda, buscando-se perceber as “intenções” de quem a produzia, e não na sua recepção, embora a importância da mesma não seja ignorada. Portanto, leva-se em conta as limitações do enfoque adotado, mas procura-se situar a propaganda dentro do contexto da época e estabelecer relações entre esta e o público ao qual estava direcionada, a fim de se evitar cair em explicações reducionistas.

<sup>28</sup> Idem, p. 11.

As atividades persuasivas governamentais tornam-se mais intensas nos momentos em que surgem condições importantes para uma transformação social profunda. Pode-se observar que nos regimes autoritários a propaganda tem sido mais constante e sistemática, pois é nestas experiências que as ameaças de mudança estão presentes com maior intensidade, e a transformação em si mesma é vista como uma ameaça. Como afirma Weber:

“De modo geral, nos regimes ditatoriais a propaganda política requer maior organização, centralização e controle do que nos regimes democráticos, pois além de auxiliar a conquistar a adesão das classes subalternas e adversários políticos ao projeto do regime, ela deve colaborar no combate aos movimentos oposicionistas. Em tais situações, a construção de redes de comunicação é estratégica, pois através delas as dissidências e os inimigos do regime podem ser controlados. A censura à informação, o exercício da coerção legal, e os controles técnicos (controle da compra do papel) e financeiros (investimento publicitário, o recolhimento de edições) são algumas das táticas mais adotadas pelos regimes autoritários”.<sup>29</sup>

Assim, em tais condições, a comunicação oficial cumpre a função de disseminar a ideologia do regime e justificar o controle político, econômico e técnico da sociedade. Para governar em um contexto autoritário é necessário obter este controle social e, muitas vezes, um certo consenso.<sup>30</sup> A fim de obtê-lo, se faz indispensável o uso dos meios de comunicação em geral, e da propaganda em particular.

O desenvolvimento deste capítulo pautou-se, sobretudo, pela análise da imprensa da época, principalmente dos jornais. A investigação teve início nos jornais gaúchos *Zero Hora* e *Correio do Povo*, consultados em suas edições diárias, a partir de maio de 1970. Como percebemos que este trabalho seria muito exaustivo, visto a necessidade de serem analisadas todas as edições dos periódicos indicados até meados de 1975, período em que teria sido veiculado o último episódio de *arrepentimento*, optou-se por uma busca em apenas um dos jornais citados, dia após dia, realizando um rastreamento de todos os chamados *arrepentimentos*, seus protagonistas e as mensagens vinculadas a estes. Foi escolhido, para tanto, o *Correio do Povo*.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução* (Redes de Comunicação e Coerção no Brasil – 1969 – 1974). (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 28.

<sup>30</sup> Idem, p. 30.

<sup>31</sup> Na pesquisa preliminar, percebeu-se que as reportagens mais completas sobre o tema eram justamente aquelas publicadas por este jornal. O periódico foi fundado em 1895, pelo sergipano Francisco Vieira Caldas Junior. Na década de setenta, o *Correio* era o jornal de maior circulação e tradição no Rio Grande do Sul. Para mais informações ver: MUSEU de Comunicação Social Hipólito José da Costa: 30 anos. Porto Alegre: Corag, 2005. Falaremos mais deste periódico e de sua vinculação com o regime ditatorial no Capítulo 2. Vale ressaltar que, a medida em que eram localizadas as reportagens sobre os *arrepentimentos* e a data de sua publicação na

No entanto, a pesquisa realizada no *Correio* no período compreendido entre maio de 1970 e junho de 1975 evidenciou lacunas. Nesse sentido, por vezes, apareciam notícias que faziam referências a militantes que teriam se *arrependido* anteriormente; porém estes *arrependimentos* não haviam sido divulgados pelo mesmo veículo. Sentiu-se assim a necessidade de se realizar uma pesquisa em um órgão de grande circulação nacional, para complementar o quadro esboçado. Tornava-se, portanto, indispensável escolher entre um dos principais jornais do eixo Rio-São Paulo: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Como no Rio Grande do Sul não há um acervo que contemple todas as edições de algum destes jornais, pelo menos segundo nos foi possível localizar (há apenas números isolados destes, alguns com seguimentos de poucos meses, que se encontram no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa), a pesquisa foi realizada em São Paulo, onde consultamos o jornal *Folha de São Paulo*.<sup>32</sup> Inicialmente, pretendia-se examinar todas as edições que compreendessem o período pesquisado, ou seja, de 1970 a 1975. Devido às dificuldades para se consultar o referido jornal, tanto em função do custo econômico como pela limitação de tempo, foram analisados os números do período de maio de 1970 até dezembro de 1972.

É importante frisar que a decisão de consultar outro periódico indica alguns dos limites desta investigação: o mapeamento realizado dos *arrependimentos* tem por base as reportagens publicadas nestes dois periódicos (*Correio do Povo* e *Folha de São Paulo*), mas é provável que alguns depoimentos não tenham sido veiculados nos mesmos; ou seja, pôde-se indicar e analisar um número aproximado de processos de retratação, mas não a totalidade destes.

Tratando-se da imprensa escrita, também se buscou analisar as reportagens veiculadas em revistas de circulação nacional, embora de forma não sistemática. Foram pesquisados os números da revista *Manchete* lançados entre julho e dezembro de 1970 e alguns exemplares da revista *Veja*. A pesquisa na *Manchete* foi realizada a partir da afirmação de um dos depoentes de que o primeiro jornalista que lhe teria entrevistado na época trabalhava para este periódico. Buscou-se então encontrar a reportagem indicada e outras que tivessem sido

---

imprensa, buscava-se consultar os exemplares dos outros dois grandes jornais gaúchos (*Zero Hora* e *Diário de Notícias*) na referida data, para checar a repercussão dos depoimentos nestes veículos de comunicação e ampliar a base de dados.

<sup>32</sup> A opção se justifica pelo fato de que todas as edições da *Folha* referentes ao período estudado estão microfilmadas na Biblioteca Pública Mário de Andrade. As máquinas de leitura destes microfilmes contam com impressoras, permitindo que se reproduza o material localizado, o que agiliza muito o trabalho. Para mais informações sobre o periódico, consultar: KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit.; AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário*. Bauru: Edusc, 1999.

publicadas pelo veículo.<sup>33</sup> No início, pensou-se em analisar algumas publicações da imprensa alternativa<sup>34</sup>, para se compreender como os *arrepimentos* foram tratados por esta. Contudo, na pesquisa efetuada nos exemplares do jornal *O Pasquim* entre os meses de maio e setembro de 1970, não foi possível localizar nenhuma referência aos episódios estudados. Em função do grande número de outras fontes que fazia-se necessário pesquisar, a consulta aos exemplares do *Pasquim* não teve continuidade.

Foram igualmente pesquisados jornais e manifestos clandestinos produzidos por algumas organizações de combate ao regime civil-militar. Este material encontra-se no acervo do CEDEM – Centro de Documentação e Memória das Esquerdas no Século XX, ligado à UNESP, e parte dele está digitalizado e disponibilizado aos pesquisadores. Na documentação referida, foram encontradas referências aos depoimentos de *arrepimento*, que serão discutidas ao longo deste segundo capítulo.

Além das fontes já citadas, serão examinados dois programas de televisão da época nos quais houve a participação de *arrepidos*. O primeiro é uma entrevista de Massafumi Yoshinaga ao repórter da TV Tupi Almir Guimarães, exibida no *Telejornal Ultra-Notícias do Dia*<sup>35</sup>, na edição de 02 de julho de 1970.<sup>36</sup> O segundo é um programa com Massafumi, Rômulo Fontes e Marcos Vinício Fernandes dos Santos, gravado no dia 23 de julho de 1970 na TV Tupi, mas exibido por inúmeras redes de televisão. Neste programa, repórteres de cinco emissoras paulistas elaboraram perguntas, que foram respondidas pelos três jovens.<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> A reportagem, indicada por Celso Lungaretti, foi publicada no dia 1º de agosto de 1970, com o título “Terroristas do Brasil ouvi-me”. Em entrevista a Murilo Melo Filho, Lungaretti teria dito: “Eu vim do terror. E se pudesse iniciar esta entrevista com algum apelo diria logo de saída o seguinte: ‘terroristas do Brasil, ouvi-me’.” Seguem declarações do mesmo, contando como havia mergulhado na clandestinidade, como funcionava a organização da qual era membro e como havia iniciado seu “processo de decepção”. *Manchete*, 1º de agosto de 1970, p. 130-131. A questão das retratações foi abordada novamente pelo periódico em outubro, com a notícia “O terrorismo brasileiro está com as fileiras destroçadas e entrou em recesso. Até quando?” *Manchete*, 03 de outubro de 1970. p. 124-125.

<sup>34</sup> A imprensa alternativa procura ocupar o espaço deixado pela imprensa convencional, não se apresentando como neutra, mas a serviço de determinados grupos (associações, sindicatos, partidos, minorias, entidades religiosas). Segundo Aquino, no que tange à produção das informações, ela “busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada.” AQUINO, *Censura, imprensa e Estado autoritário*, op. cit., p. 122. Geralmente a imprensa alternativa é sustentada pelos recursos oriundos da venda de exemplares em bancas e por meio de assinaturas. Pode ser organizada em termos empresariais ou como propriedade coletiva de um grupo de jornalistas.

<sup>35</sup> O telejornal *Ultra-Notícias do Dia*, patrocinado pelo grupo que lhe fornece o nome, foi veiculado de segunda-feira a sábado, no período compreendido entre o início de janeiro de 1965 e o final de setembro de 1971, pela extinta TV Tupi de São Paulo, Canal 4.

<sup>36</sup> Esta gravação compõe o acervo da TV Tupi, que se encontra na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Pode-se assistir a gravação no local, mas não é permitida sua duplicação. Para possibilitar a análise do conteúdo da entrevista, será utilizada uma transcrição da mesma, fornecida por um dos funcionários da Cinemateca.

<sup>37</sup> A cópia em VHS do programa, cujo título atribuído é “Três subversivos arrependidos”, foi encontrada no acervo da Presidência da República, e hoje compõe o acervo do Arquivo Nacional, com sede no Rio de Janeiro. Após contato com a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional do Brasil,

Além destes, também será analisada uma reportagem produzida recentemente pelo jornalista Fernando Molica, exibida no *Jornal da Globo* do dia 08 de novembro de 2005, que apresenta imagens da época e conta com entrevistas realizadas pelo jornalista com alguns militantes que participaram dos processos de retratação, como Rômulo Fontes, Marcos Vinício Fernandes dos Santos, Celso Lungaretti e o tio de Massafumi Yoshinaga, Akitoshi.

Como grande parte deste capítulo é desenvolvida a partir da análise da imprensa escrita do período, torna-se importante traçar algumas considerações sobre o uso de fontes jornalísticas no trabalho de pesquisa histórica. A periodicidade dos jornais e revistas, a quantidade e qualidade das informações disponíveis, as imagens, os fatos destacados e os tangenciados, tudo isso nos permite conhecer mais sobre o dia-a-dia de determinada época. No entanto, são necessários alguns cuidados teóricos e metodológicos para não se tomar as notícias veiculadas pelos meios de comunicação como a “verdade” sobre o acontecido, ou como simples manipulações maquiavélicas em favor dos interesses de determinados grupos, evitando-se assim cair em simplificações ou analisar tais fontes sem uma crítica adequada. Márcia Janete Espig, em artigo intitulado *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*<sup>38</sup>, afirma que um dos problemas centrais no tratamento dado aos jornais pelos historiadores “é a ausência de uma crítica interna ao conteúdo jornalístico, e sua utilização como se este fosse uma fonte precisa, no qual a informação é válida por si mesma.”<sup>39</sup> Torna-se necessário, portanto, levar em consideração o contexto no qual estes documentos surgiram, a forma como as notícias eram produzidas, para qual público se destinavam, quais significados e sentidos se propunham a criar, do que falavam e sobre o que silenciavam. É preciso pensar também a respeito do grupo ao qual o veículo de comunicação investigado era vinculado, e quais os interesses que este procurava atender. No caso específico desta análise, é essencial examinar questões centrais para o entendimento das diversas formas de atuação da imprensa na época, como a censura, a autocensura e a propaganda política. Revela-se igualmente importante refletir sobre o posicionamento político e ideológico dos periódicos aqui analisados e quais as relações e mediações estabelecidas entre eles e determinados setores do governo civil-militar, o que será feito também no presente capítulo.

---

uma cópia desta fita nos foi enviada para estudo e análise. “Três subversivos arrependidos” 1970 (?) / p&b/ sonoro / 42’47” – TV Tupi.

<sup>38</sup> ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dezembro de 1998.

<sup>39</sup> Idem, p. 274.

Na interpretação destas fontes, é preciso ainda cotejá-las e complementá-las com outros documentos. Segundo Cláudio Pereira Elmir, “a história, para ser construída enquanto resultado de investigação rigorosa, precisa de muitas mediações e de muitos documentos”<sup>40</sup>. Em artigo denominado *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*, o autor aborda importantes questões relativas ao uso do jornal como fonte de pesquisa, como o problema da qualidade da interpretação que conseguimos estabelecer com este documento, distinguindo-se o que é significativo para a compreensão do nosso objeto do que é apenas casual. Elmir afirma:

“E para que esta correta interpretação aconteça, a regularidade, a constância da idéia encontrada é muito importante. E só é possível perceber regularidade na medida em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, da repetição ou, ao contrário, da inconstância, da ocasionalidade e, talvez por isso, do necessário descarte. Em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia.”<sup>41</sup>

Elmir também nos alerta para outras armadilhas, como a tendência a “enxergar no texto o sintoma, o exemplo, a representação ou a ilustração da idéia que queremos provar”; esta postura pode nos levar a superestimar ou subestimar o nosso objeto de análise.

O terceiro capítulo discutirá, inicialmente, a construção das memórias relativas ao período ditatorial e, no âmbito destas, serão examinadas as memórias específicas dos *arrepentidos*. Neste sentido, apresentam-se e analisam-se fragmentos de suas falas, buscando-se problematizar as lembranças acerca de suas histórias de vida. Procura-se, assim, refletir a respeito das memórias que tais militantes elaboraram e elaboram hoje sobre os referidos episódios e examinar qual sua compreensão acerca das retratações por eles protagonizadas. Além disso, pretende-se discutir sobre como estas memórias podem contribuir para o debate coletivo referente às questões que envolvem as práticas da militância de esquerda dos anos 1960 e 1970, a forma como essas foram reprimidas e o trauma social causado pela ditadura brasileira.

Ao longo deste capítulo, serão analisadas principalmente as entrevistas realizadas pela autora com os *arrepentidos*, além de depoimentos concedidos por eles à imprensa ou publicados em livros e *sites* da rede mundial de computadores. Neste sentido, é necessário

---

<sup>40</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n.13, dez. 1995, p. 19-29. p. 22.

apresentar algumas considerações metodológicas relativas às entrevistas de história oral construídas ao longo desta investigação.

Para a obtenção das mesmas, buscou-se localizar estes militantes através de redes de contato, pesquisa em listas telefônicas e *sites* da internet. Não houve um critério prévio e rígido de seleção dos depoentes, mas uma tentativa de contatar tantos quanto fossem possíveis, devido às dificuldades de comunicação com os mesmos. Neste trabalho de localização, foram essenciais as indicações de Nilson Mariano e Fernando Molica, jornalistas que realizaram reportagens sobre os *arrepentimentos* e gentilmente repassaram à autora telefones e endereços.

O primeiro contato foi realizado com Celso Lungaretti, por meio de uma mensagem eletrônica. O militante, que concedeu o depoimento público de retratação em julho de 1970, após um longo período de torturas, logo se mostrou disposto a participar do trabalho. Sua entrevista ocorreu em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Através de Lungaretti, foi possível chegar a Gilson Theodoro de Oliveira, que participou do primeiro episódio de *arrepentimento*, em maio de 1970. Após ser contatado por telefone, Gilson concordou em conceder a entrevista. Neste período, além destes ex-militantes, realizou-se igualmente uma entrevista com Akitoshi Yoshinaga, tio de Massafumi, que se suicidou em 1976.

Rômulo Romero Fontes, que também integrou o primeiro grupo de *arrepentidos*, foi contatado através dos dados fornecidos pelo jornalista Fernando Molica. O período de negociação estendeu-se por vários meses; em razão de compromissos pessoais do depoente e das dificuldades de deslocamento até São Paulo, adiou-se o encontro por um período considerável. Enviou-se então um roteiro de questões a Fontes, conforme solicitado por ele, e a entrevista foi realizada durante uma segunda viagem de pesquisa a São Paulo, em fevereiro de 2007. Nesta data, também foi possível conversar com Gustavo Guimarães Barbosa, localizado através de pesquisa na rede mundial de computadores. Gustavo era militante da VAR-Palmares de Goiás e retratou-se publicamente em agosto de 1970, junto com três companheiros da referida organização. Entre eles, estava João Arnolfo, também contatado via mensagem eletrônica. O militante, inicialmente, concordou em participar da pesquisa, disponibilizando-se a fornecer materiais e informações. Posteriormente, optou por responder à entrevista por escrito. Elaborou-se então um roteiro que foi enviado a ele. Manteve-se contato por um longo período; ao final, no entanto, Arnolfo não concedeu a entrevista, conforme abordaremos de forma mais detalhada no terceiro capítulo.

---

<sup>41</sup> Idem, p. 23.

Em Porto Alegre, foi entrevistado o ex-militante da VPR, Irgeu João Menegon, que em dezembro de 1970 negou-se a ser incluído na lista de militantes que seriam trocados pela liberdade do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher<sup>42</sup>, protagonizando então uma retratação junto com outros presos políticos, os quais também teriam se recusado a deixar o país.

Por fim, no primeiro semestre deste ano, contatamos Fernando Ponte de Souza, ao qual foi atribuído um depoimento de *arrepentimento*, em novembro de 1970. Ponte, hoje professor da Universidade Federal de Santa Catarina, prontamente se dispôs a participar da pesquisa. Devido às dificuldades de tempo e deslocamento, ele respondeu a um roteiro de questões enviado por meio de mensagem eletrônica.

Além dos nomes citados, foram entrevistados dois militantes do Rio Grande do Sul, que não protagonizaram *arrepentimentos* públicos, mas que tiveram atuação significativa na resistência ao regime civil-militar. São eles: João Aveline, histórico militante comunista gaúcho, e Cláudio Gutierrez, que participou do movimento estudantil e da resistência armada contra a ditadura. Tais entrevistas, além de nos auxiliar nas reflexões sobre estes processos e suas repercussões no seio da esquerda, tiveram como objetivo coletar dados e checar nomes e informações.

Em relação à forma como os depoimentos orais foram organizados e coletados, também são necessárias algumas considerações. Verena Alberti, no livro *História oral: a experiência do CPDOC*, afirma que, em geral, a partir dos propósitos da pesquisa, é necessário escolher um tipo de entrevista a ser realizada. Para Alberti, estas podem ser de dois formatos: temáticas ou de história de vida. Temáticas são aquelas que têm por objeto principal a participação do entrevistado no tema escolhido como centro da análise, enquanto que as de história de vida têm como interesse central o próprio indivíduo na história, incluindo aspectos de toda a sua trajetória, ao lado de um aprofundamento dos temas que sejam relevantes à investigação.

Como no presente estudo é essencial considerar não somente a vivência dos indivíduos pesquisados no momento dos episódios de *arrepentimento*, mas também a conexão destes com a vida pregressa e posterior dos entrevistados, optou-se por trabalhar com histórias de vida. Alberti nos adverte, no entanto, que é possível que, em determinado momento da

---

<sup>42</sup> Bucher foi seqüestrado no dia 07 de dezembro de 1970, por um agrupamento da VPR, sob a chefia direta de Carlos Lamarca. A organização exigiu a libertação de 70 presos políticos em troca do resgate do diplomata, mas o governo impôs uma série de alterações na lista de prisioneiros e o seqüestro se prolongou por quarenta dias. GORENDER, op. cit., p. 195-196.

pesquisa, possam ser utilizados os dois tipos de entrevista como forma de abordagem. E conclui:

“É por isso que na história oral há sempre casos e casos. Dependendo do projeto e dos objetivos do trabalho, pode ser conveniente a realização de entrevistas que acompanhem a trajetória de vida dos informantes ou, ao contrário, concentrar as atenções em apenas um período específico de suas vidas, determinado cronológica e/ou tematicamente. Dependendo do entrevistado, do andamento da pesquisa e também dos objetivos da pesquisa, pode-se dar mais ênfase a questões de interesse factual ou informativo, ou a questões de cunho interpretativo, que exijam do depoente um trabalho de reflexão crítica sobre o passado. É possível ainda optar entre diferentes formas de apresentação do depoimento, desde a fita gravada, passando pela transcrição fiel com as alterações exigidas pela forma escrita, até a edição de um texto visando a publicação.”<sup>43</sup>

A partir destas reflexões, buscou-se coletar informações e referências sobre as trajetórias de tais militantes e, a partir destes dados, foi elaborado um modelo de roteiro, utilizado como base das entrevistas. O roteiro e demais considerações sobre as perguntas realizadas serão apresentados no terceiro capítulo da presente dissertação.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Optou-se por não enviar as transcrições para que os entrevistados revisassem o texto, em comum acordo com os mesmos. Somente um dos entrevistados, Gustavo Barbosa, solicitou que lhe fossem enviados os registros e fez algumas revisões em seu depoimento.

Após apresentar o processo de realização das entrevistas de história oral, cabe apontar algumas considerações teóricas sobre a utilização destas e demais narrativas de memória pela pesquisa histórica.

Paul Thompson, ao tratar das contribuições da história oral, afirma que esta pode conseguir algo mais penetrante e fundamental para a compreensão da História:

“Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*.”<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. p. 4.

<sup>44</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 137.

Porém, ao discutir sobre o quão fidedigna é a evidência oral, o autor assegura que esta deve ser apreciada e avaliada como se avaliam todos os outros tipos de evidências históricas. No entanto, Thompson afirma que, embora ela possa de fato transmitir “informação fidedigna”, tratá-la simplesmente como um documento a mais é ignorar o valor extraordinário que possui como testemunho subjetivo, falado.<sup>45</sup>

Neste trabalho, a história oral é utilizada tanto como fonte, quanto como objeto de análise. No primeiro caso, as informações contidas nas entrevistas foram fundamentais para a reconstituição das trajetórias dos militantes e dos processos de *arrepentimento*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, na *Apresentação* do livro *Os usos e abusos da história oral*, chamam a atenção para o fato de que o "uso da história oral possibilita esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma."<sup>46</sup> No entanto, assim como propõe Thompson, além de sua utilização como documento, essas memórias foram também analisadas enquanto testemunho. Neste sentido, são importantes as reflexões de Dora Schwarzstein:

“La historia oral nos brinda elementos para comprender las maneras en que la gente recuerda e construye sus memorias. Se trata de un método que crea sus propios documentos, documentos que son por definición diálogos explícitos sobre la memoria, con el entrevistado triangulando entre las experiencias pasadas y el contexto presente y cultural en el que se recuerda. Los testimonios orales no son un simple registro, más o menos adecuado de hechos do pasado. Por el contrario, se trata de productos culturales complejos. Incluyen interrelaciones cuya naturaleza no es fácil de comprender, entre memorias privadas, individuales e públicas, entre experiencias pasadas, situaciones presentes y representaciones culturales del pasado y el presente. En otras palabras, los testimonios de historia oral están profundamente influidos por discursos y prácticas del presente y pertenecen a la esfera de la subjetividad.”<sup>47</sup>

As palavras da autora abrem caminhos para se pensar a dimensão plural e complexa da história oral: esta nos permite interrogar sobre o processo de construção da memória, penetrar na subjetividade de nossos personagens, compreender as possibilidades que se colocavam em seus caminhos e algumas de suas escolhas; e também perceber como suas histórias são contadas, organizadas através de uma narrativa, que dá sentido ao vivido a partir do presente das testemunhas. Esta narrativa, composta de elaborações sobre o passado, é pautada pelas

---

<sup>45</sup> Idem, p. 138.

<sup>46</sup> AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 14.

referências e certezas do “hoje”; são lembranças perpassadas por uma série de experiências vividas por aquele que rememora. Outra questão importante que Schwarzstein apresenta refere-se a como essas memórias individuais estão relacionadas com outras memórias, discursos e representações presentes na sociedade, o que certamente suscita questões relevantes a respeito das relações entre lembranças individuais e coletivas.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs foi um dos principais autores a pensar, no início do século XX, a memória enquanto um “fenômeno social”. Suas reflexões “vão atar umbilicalmente memória e sociedade – devemos e ele a noção fundamental de memória social -” e buscam compreender a memória como reconstrução do passado, não como conservação.<sup>48</sup> Para o autor, não existem memórias exclusivamente individuais,<sup>49</sup> mas lembranças coletivas. De acordo com Halbwachs, a lembrança pessoal não tem sentido senão em relação ao grupo do qual o “rememorante” faz parte, pois aquela se refere a um acontecimento vivido em comum, e por isso depende do quadro de referências no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam:

“Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros.”<sup>50</sup>

Neste sentido, o autor prioriza as estruturas coletivas da memória, vistas como concretas e objetivas. Além disso, como afirma Schmidt, ele “dá destaque ao presente no processo de formação das recordações; despreza os componentes afetivos, percebidos como

---

<sup>47</sup> SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. *História Oral*. Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 4, 73 – 83, junho de 2001. p. 73.

<sup>48</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwachs e a memória - reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*, São Paulo, 20: 93 – 108, 2001. p. 95.

<sup>49</sup> Portelli problematiza esta questão, ao afirmar que não se pode esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: “pessoas, e não grupos, se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve ‘eu me lembro’.” O autor também chama a atenção para o fato de que Halbwachs descreve como um processo individual uma atividade essencial da memória: o esquecimento. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. IN: AMADO; FERREIRA, op. cit., p. 127.

<sup>50</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 54.

ficções, e considera a memória um elemento de agregação dos grupos sociais, através do qual evita-se o conflito.”<sup>51</sup>

Mais recentemente, o sociólogo austríaco Michael Pollak, ao dialogar com Halbwachs, se contrapôs a algumas de suas análises. Conforme o primeiro, ao perceber a memória como um elemento positivo, de agregação, capaz de reforçar a coesão social e a adesão afetiva a determinado grupo, Halbwachs omitiu o caráter de dominação, de imposição, de violência simbólica, de uniformização da memória coletiva sobre as demais. Porém, Pollak reconhece que este último havia insinuado a necessidade de um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais. De acordo com o austríaco, tal reconhecimento do caráter potencialmente problemático da memória coletiva já anunciava uma mudança de perspectiva que se consolidou nas abordagens atuais do tema:

“Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”<sup>52</sup>.

Estas análises se fizeram essenciais para pensar as memórias dos *arrepentidos*, no sentido de compreendê-las enquanto memórias individuais, mas pautadas por referências e interferências da memória coletiva; e no seu caráter de memórias subterrâneas, que por muito tempo permaneceram em silêncio e, por razões que adiante discutiremos, agora vêm aflorando.<sup>53</sup>

Sendo assim, encerramos esta introdução e convidamos os leitores a mergulharem conosco nas histórias e memórias destes *arrepentidos* e do Brasil da década de 1970.

---

<sup>51</sup> SCHMIDT, Benito. Entre a Filosofia e a Sociologia: Matrizes teóricas das discussões atuais sobre História e Memória. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, junho 2006. p. 93.

<sup>52</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3 – 4. De acordo com Pollak, “(...) essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados.” p. 4.

<sup>53</sup> Vale ressaltar que, para a interpretação e análise dos relatos orais e obras de memórias utilizadas, nos apoiamos nas reflexões de diversos autores, que serão explicitadas no decorrer do trabalho, na medida em que o desenvolvimento da narrativa tornar necessário.

# CAPÍTULO 1

## “A caminho da reconciliação”

### As trajetórias dos militantes que protagonizaram retratações públicas

“(…) Sempre haverá um caminho para quem perdeu o seu caminho.”

Presidente Emílio Médici<sup>54</sup>

O ano era 1970. “Ninguém segurava” o regime civil-militar instaurado após o golpe de 1964, que começava a colher os frutos de seu “milagre econômico”. Sob o comando do General Emílio Médici, os “revolucionários de 31 de março” alcançavam o apoio de significativos setores da sociedade civil. Ficavam para trás as manifestações que sacudiram o país em 1968 para dizer “abaixo” a ditadura – as mobilizações sociais sofriam um intenso refluxo. As organizações de esquerda que combatiam o regime de armas na mão também enfrentavam um duro processo de desmantelamento.

Já em finais de setembro de 1969, a ALN<sup>55</sup>, principal grupo de resistência armada, sofreu vários golpes e começou a ser destruída. A repressão prendeu inúmeros militantes e simpatizantes; os contatos entre os setores do Rio e São Paulo foram interrompidos. Muitos dos grupos de apoio da organização debandaram, aterrorizados com a violência dos órgãos de segurança. As palavras de Maria Aparecida Costa, do Grupo Tático Armado (GTA) da ANL, revelam a situação vivenciada pelos membros da organização naquele período:

“A alma da organização foi atingida. Em julho de 69, escutamos pela primeira vez a palavra OBAN. Mais um órgão, não representava nada para nós. Quando começaram as quedas, era tarde. Sabiam o que queriam. Para nós, começava o fim do glamour, da paixão pela luta guerrilheira. Da plena convicção, constatamos diariamente as falhas, a subestimação do inimigo. O nome OBAN passou a significar tudo: a guerra era para valer. A surpresa (deles) acabara e eram mais preparados que nós.”<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Mensagem de Natal dirigida à nação pelo Presidente Médici, em 24 de dezembro de 1970. *Folha de São Paulo*, 25 de dezembro de 1970. Capa.

<sup>55</sup> A Ação Libertadora Nacional (ALN) nasceu da luta interna no PCB em torno de algumas teses básicas, como a luta de libertação nacional e o desencadeamento de ações revolucionárias no sentido de formar um exército popular. As tensões aumentaram no momento em que Carlos Marighella, histórico militante do Partido Comunista e defensor da luta armada, foi expulso em 1967. As bases de São Paulo resistiram à expulsão e formaram um agrupamento que, em 1968, deu origem à ALN. REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 263–264.

<sup>56</sup> Entrevista de Maria Aparecida Costa. IN: MIR, Luis. *A revolução impossível*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. p. 445. A OBAN (Operação Bandeirantes) foi criada em 29 de junho de 1969, na cidade de São Paulo. Tratava-se de uma entidade especializada na luta contra-revolucionária, e como não constava de nenhum organograma do serviço público, tinha um caráter extra-legal. Por decreto do Presidente Médici, em setembro de

Apesar das insistências contrárias, Carlos Marighella, principal líder da ALN, retornou a São Paulo na tentativa de salvar o que ainda era possível da organização e facilitar a saída de militantes muito visados para o exterior. Com este objetivo, contactou os freis dominicanos ligados à organização, imaginando que estes estavam fora do alcance da repressão. Engano de Marighella: os dominicanos, monitorados 24 horas por dia, foram presos e, sob tortura, deram algumas das pistas que o levariam à morte na Alameda Casa Branca, no dia 4 de novembro de 1969<sup>57</sup>. A partir da morte do líder, a organização entrou em crise: poucos militantes soltos e desconectados, sem saber o que fazer. O depoimento de Manoel Cyrillo, membro da organização, é esclarecedor desta desorientação:

“Quem escapara e ainda estava na rua, imobilizado pelo pânico. Remontar os aparelhos e partir para uma ofensiva era impossível. O fim diante dos olhos. Mesmo que alguns, por vontade pessoal ou ilusão, não o admitissem. A ALN liquidou-se com a queda do GTA, em setembro de 1969. Em novembro a morte de Marighella. Logo em seguida, em outubro de 70, a de Câmara Ferreira. O que houve a partir daí foram síndicos dessa massa morta.”<sup>58</sup>

Com os outros agrupamentos da esquerda armada, o processo não foi diferente. No capítulo *Movimento em declive*, de seu livro *Combate nas trevas*, Gorender trilha os caminhos de algumas organizações a partir de meados de 1969: são marcados por constantes “quedas”, rupturas e discussões de autocrítica. A Ala Vermelha<sup>59</sup>, por exemplo, sofreu a queda de inúmeros dirigentes no final de 1969. A autocrítica gerou descontentamentos dentro da organização e provocou sua fragmentação. Já a VAR-Palmares<sup>60</sup> enfrentou abalos no início de

---

1970, a OBAN se integrou no organograma legal sob a denominação de Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI/CODI II). GORENDER, op. cit., p. 156 – 157.

<sup>57</sup> Sobre a morte de Marighella e suas relações com os dominicanos, ver: GORENDER, op. cit. p. 171–178 e BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

<sup>58</sup> Entrevista de Manoel Cyrillo. IN: MIR, op. cit., p. 472. Joaquim Câmara Ferreira, conhecido como “Velho”, foi integrante do PCB desde a década de 30. Companheiro de Marighella, rompeu com o Partido Comunista e foi um dos fundadores da ALN. Participou do seqüestro do embaixador Charles Elbrick, em setembro de 1969 e era o “Número dois” da organização guerrilheira.

<sup>59</sup> A Ala Vermelha teve origem a partir de uma cisão do Partido Comunista do Brasil, provocada pela inação aparente do PC do B em desencadear a luta armada, e aglutinou militantes do Centro-Sul do país em torno de dirigentes recém-chegados do treinamento na China. Assim, criou-se uma nova organização em 1967, que manteve a sigla PC do B, acrescentando à mesma a expressão Ala Vermelha. Seria uma contraposição ao primeiro PC do B, considerado a Ala Branca, oriundo de uma ruptura com o PCB em 1962. GORENDER, op. cit., p. 109–110.

<sup>60</sup> A VAR-Palmares surgiu a partir de uma fusão de militantes do COLINA, grupo oriundo das bases estudantis e operárias de Minas Gerais, e a VPR. Ambas as organizações estavam se recompondo, após uma série de derrotas impostas pela repressão. Evitando discussões doutrinárias, chegou-se a uma fusão em julho de 1969. Menos de dois meses depois, em um Congresso realizado em Teresópolis, vieram à tona as divergências latentes, acarretando o rompimento de alguns quadros que reconstituíram a VPR. Idem, p. 135–137.

1970, com prisões que acabaram levando à captura de líderes do grupo, como Dilma Roussef. No início de 1970, também o MR-8<sup>61</sup> sofreu uma série de golpes, mas conseguiu se reorganizar sob uma nova direção, que incluía Stuart Angel Jones, morto sob tortura no ano seguinte, no Quartel da Aeronáutica – Base Aérea do Galeão, sem entregar a localização de Carlos Lamarca. A VPR<sup>62</sup> igualmente foi marcada por uma série de quedas nos primeiros meses de 1970, incluindo a prisão de dirigentes e a morte de Juarez Guimarães de Brito<sup>63</sup>, em cuja casa a repressão afirmou ter localizado importantes documentos da organização. Ao sair da área de guerrilha do Vale da Ribeira, furando um cerco de quarenta dias sob a mira de tropas do Exército, em maio de 1970, Lamarca encontrou a VPR sem dirigentes e sem aparelhos. De forma romanceada, Judith Patarra narra o reencontro de Lamarca com sua companheira, Iara, nestas circunstâncias:

“Em bairro afastado, no aparelho de Devanir de Carvalho, magros, pálidos misturaram-se os rostos, funda tristeza. [...] Apesar dos mortos, quedas, fraqueza física, a decisão irredutível. Dormiam no chão, mal alimentados, janelas dia e noite fechadas. No Brasil inteiro caçavam-nos. Boa parte dos dólares perdera-se ou estava inacessível, no Exterior. ‘Desapropriações’ rendiam pouco devido à vigilância dos bancos. Ninavam-se, incrédulos, a reconhecer-se.”<sup>64</sup>

Sobre a crise enfrentada pelos grupos armados neste contexto, são relevantes também os dados apresentados por Elio Gaspari. Em capítulo significativamente intitulado *A história dos mortos*, de seu livro *A Ditadura Escancarada*, o autor afirma que a destruição destes grupos começou em julho de 1969, a partir da centralização das atividades de polícia política dentro do Exército. A unificação dos trabalhos teria ajudado a repressão, mas seria a tortura a

---

<sup>61</sup> “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro originou-se de uma dissidência do PCB no meio universitário da Guanabara, a DI – GB, que se formou a partir de 1964, separando-se do PCB em novembro de 1966, quando das eleições legislativas realizadas naquele ano – os militantes da DI – GB, ao contrário das orientações do PCB, preconizavam o voto nulo. Em fevereiro de 1967, a DI - GB realizou sua primeira conferência, constituindo-se como organização e formulando uma linha política e um texto sobre luta armada.” Teve papel fundamental nas manifestações estudantis de 1968 e no planejamento e execução do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Foi no curso desta ação que adotou o nome MR-8, com o objetivo de desmoralizar a repressão, que dias antes havia anunciado a destruição da organização. O nome permaneceu desde então. REIS FILHO & SÁ, op. cit., p. 429–430.

<sup>62</sup> A VPR surgiu em 1968, originária de uma fusão da ala à esquerda da POLOP (Política Operária), que criticava o distanciamento da organização em relação aos movimentos de massa; com remanescentes de ex-militares ligados ao nacionalismo brizolista (MNR – Movimento Nacional Revolucionário); além de membros do movimento estudantil e operário de Osasco. GORENDER, op. cit. p. 127–140; REIS FILHO & SÁ, op. cit., p. 283–314.

<sup>63</sup> Juarez Guimarães de Brito foi um dos principais dirigentes da VPR. Antigo militante da POLOP e do COLINA, Juarez participou da fusão entre este último e a VPR em 1969, dando origem à VAR-Palmares. Meses depois, um novo “racha” na VAR recriaria a VPR, organização na qual Juarez permaneceu até sua morte, em abril de 1970.

<sup>64</sup> PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p. 390.

principal razão de seu sucesso. Segundo o autor, em junho de 1970, estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia tiveram mais de cem membros.<sup>65</sup> Gaspari traz ainda informações sobre o paradeiro dos militantes envolvidos nas cinco principais ações armadas ocorridas entre agosto de 1968 e o primeiro semestre de 1970: o assalto a um trem pagador na ferrovia Santos-Jundiaí, o ataque ao QG do II Exército, o “justiçamento” do capitão Charles Chandler, o roubo do cofre de Adhemar de Barros e o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Dessas ações, participaram 46 militantes pertencentes a quatro organizações: a ALN, a VPR, a VAR-Palmares e a Dissidência Universitária da Guanabara:

“Um levantamento do destino de 44 deles mostra que no final de junho de 1970, menos de um ano depois do seqüestro de Elbrick, seis estavam mortos, 21 presos e dez haviam deixado o país. Dos sete restantes, dois morreriam e um seria capturado antes do final de 1970. Sobravam quatro. Dois estavam desconectados das organizações e outro exilou-se em 1971. Vivo e atuante só um, que seguiu para Cuba. Retornou ao Brasil e foi assassinado em 1972.”<sup>66</sup>

Essa era a situação das principais organizações da esquerda armada em meados de 1970: a confiança adquirida com as vitórias iniciais sobre a ditadura já estava abalada; o momento era de dúvidas e medo para inúmeros integrantes destes grupos. Em tal contexto, vieram a público os primeiros *arrepimentos*.

Este capítulo apresenta os militantes que participaram dos referidos processos de retratação pública, ou os membros das organizações de esquerda aos quais tais declarações de *arrepimento* foram atribuídas; busca-se assim revelar elementos significativos de suas histórias de vida, traçar suas trajetórias e trazer informações sobre os mecanismos que os levaram a ser apresentados à sociedade como *arrepidos*.

Estas trajetórias foram reconstruídas a partir de fontes bastante variadas: reportagens publicadas na imprensa da época; documentação encontrada em acervos da repressão, como prontuários, interrogatórios e autos de qualificação; bibliografia especializada sobre o tema; *sites* da rede mundial de computadores e entrevistas concedidas por estes militantes à autora<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> GASPARI, op. cit., p. 159.

<sup>66</sup> Idem, p. 162-163.

<sup>67</sup> É preciso chamar a atenção para o fato de que, neste capítulo, as entrevistas serão utilizadas, sobretudo, como *fontes de informação* para auxiliar a reconstituição das trajetórias de vida dos militantes, no esclarecimento de eventos ou processos que, às vezes, não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma. No terceiro capítulo da dissertação, realizar-se-á uma análise destas mesmas entrevistas a partir da perspectiva de uma *história social da memória*. Como lembra o historiador Daniel James: “[...] a história oral pode proporcionar acesso a informações empíricas básicas impossíveis de serem obtidas em outras fontes mais tradicionais [...]”. Contudo, ela “[...] também pode nos levar mais além dos limites dos dados empíricos existentes”. Deve-se, então, considerar “[...] a tensão existente entre a noção de testemunho oral como uma ferramenta de coleta de informação empírica e o conceito da entrevista oral como a produção de um relato conjunto entre entrevistador e

e a outros pesquisadores e jornalistas. No entanto, não foi possível localizar informações equivalentes, em termos de quantidade e de variedade, sobre todos os militantes cujas trajetórias buscamos traçar; há casos, por exemplo, em que a única fonte de pesquisa que pudemos acessar foram as notícias publicadas na imprensa do período. Este fato explica a disparidade entre as diferentes histórias de vida aqui narradas, no sentido de que nem todas puderam ser elaboradas com a mesma profundidade.

A narrativa segue a ordem em que os *arrepentidos* foram apresentados publicamente, respeitando a cronologia das retratações divulgadas na imprensa da época. A partir desta narrativa, serão problematizadas algumas questões referentes aos depoentes e a seus depoimentos, estabelecendo-se assim certas relações e diferenças entre eles.

\* \* \*

Os episódios de retratação pública tiveram início em maio de 1970, quando um grupo de cinco jovens que integravam a VPR foi apresentado pelo Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Delegado Danilo Cunha e Melo, a cerca de cem jornalistas brasileiros e estrangeiros, os quais receberam anteriormente um convite e uma “autobiografia”, com informações sobre a trajetória política dos militantes e sua participação em “ações terroristas.”

Meus senhores :

Convidei-os a comparecer a meu Gabinete a fim de lhes apresentar cinco presos que estão à disposição da Justiça brasileira. Trata-se de MARCOS VINICIO FERNANDES DOS SANTOS, ROMULO AUGUSTO ROMERO FONTES, MARCOS ALBERTO MARTINI, GILSON TEODORO DE OLIVEIRA e OSMAR DE OLIVEIRA RODELLO FILHO.

Os srs. já receberam a auto-biografia destes rapazes, todos eles envolvidos em atos de terrorismo.

Após muita meditação, resolveram eles redigir um documento dirigido ao jovem brasileiro e outro endereçado à opinião pública internacional.

Ambos estão neste ato sendo distribuídos aos senhores. Peço-lhes que os leiam com atenção, fazendo com que o grande público brasileiro, orientado pela imprensa consciente de nossa terra, tome conhecimento da farsa que é o terrorismo, farsa esta ora denunciada por seus próprios participantes. Brasileiros acima de tudo, estes jovens no segundo documento dão uma lição a máus patrícios nossos, que procuram denegrir nossa imagem no exterior: colocam eles em seus devidos termos o problema presos políticos e torturas, mostrando ao mundo a distorsão proposital havida no enfoque da questão.

Os senhores terão ampla liberdade de palestrar com os rapazes, que nos impuseram apenas uma condição: de que a atitude que ora tomam não seja por nós utilizada para procurar eximí-los de prestar contas à Justiça brasileira.

Muito obrigado.

168

*Ação Psicológica*

DEPARTAMENTO	INFORM
PERÍODO	
307	160 6804

Como aponta o “convite”, naquela ocasião foram distribuídos ao público dois documentos escritos pelos militantes: uma “Carta Aberta ao Jovem Brasileiro” e uma “Carta Aberta à Opinião Pública Internacional”, nos quais estes afirmavam estar convencidos dos progressos empreendidos pelo Governo Militar; negavam veementemente a existência da tortura, divulgada no exterior “por uma imprensa interessada em denegrir o Brasil”<sup>68</sup>; e acusavam a esquerda de ser “falecida em seus ideais”.<sup>69</sup>

Quem eram estes jovens que estavam sendo apresentados como “terroristas arrependidos”? Como suas trajetórias foram se construindo, se entrecruzando, levando-os até aquela situação?

Marcos Vinicio Fernandes dos Santos nasceu em São Paulo, no mês de outubro de 1947. Recentemente, escreveu um livro chamado *Roleta Cubana*<sup>70</sup>, no qual expõe fragmentos de sua história de vida. A narrativa começa no ano de 1962, quando ele estava terminando o curso ginásial. Morava com a família em Presidente Altino, um bairro de Osasco, na Zona Oeste de São Paulo. Naquela época, a cidade tinha, conforme suas indicações, aproximadamente 100 mil habitantes, e o seu bairro contava apenas com duas ruas asfaltadas. Sobre esse período, Marcos lembra: “Tínhamos um grupo que cabulava aulas da escola para aprender a dançar rock. Logo fazíamos sucesso nos bailinhos e a vida era muito divertida. Política não fazia a menor parte dos meus projetos de vida.”<sup>71</sup>

Contudo, foi neste mesmo ano que ele começou a discutir política no colégio, durante as aulas de História da 8ª série. Conheceu então um colega, Gabriel Figueiredo, que lhe convidou a participar de um churrasco no qual falaria: “– lia-se [no convite] em letras garrafais – LUIS CARLOS PRESTES – O CAVALEIRO DA ESPERANÇA”<sup>72</sup>. Meses depois, iniciou um “Curso Básico do PCB”, voltado à formação de quadros para o Partido. O autor recorda:

“Muita coisa era completa novidade para mim: a compreensão marxista da sociedade, dividida em classes com interesses conflitantes e da História, como uma sucessão de lutas entre essas classes, parecia-me mais real e ‘concreta’ que aquilo que aprendia na escola. [...] Para mim, era uma verdadeira revelação saber que havia uma outra forma de conhecer a História; não apenas conhecer, mas ainda participar da

---

<sup>68</sup> *Zero Hora*, 22 de maio de 1970, p. 2.

<sup>69</sup> A identificação e a análise das “mensagens” presentes nos depoimentos dos *arrependidos* serão realizadas no segundo capítulo da dissertação.

<sup>70</sup> O livro *Roleta Cubana*, escrito por Marcos Vinicio, ainda não foi publicado. A autora teve acesso aos originais, enviados pelo autor por meio de mensagem eletrônica. Estes originais ainda apresentam lacunas e não estão paginados.

<sup>71</sup> SANTOS, Marcos Vinicio Fernandes dos. *Roleta Cubana*. Originais digitados, s/p.

<sup>72</sup> Idem. Grifos no original.

História. Nunca, na escola, algum professor falara em ‘classes sociais’, burguesia, proletariado etc. e no ‘verdadeiro motor da História: a luta dessas classes entre si’. Sentia-me possuidor de verdades que poucos, muito poucos, conheciam ou, pior ainda, fingiam desconhecer... Estava, ao mesmo tempo, tomado por um desejo imenso de pregar essas verdades e revoltado com a ‘ditadura das classes dominantes, sobre as dominadas’. Converti-me ao comunismo, aos 14 anos de idade.”<sup>73</sup>

No ano seguinte, com a mudança da família, Marcos foi transferido para o Colégio Basílio Machado, em São Paulo. Continuava ligado ao PCB, participando de atividades e campanhas. No entanto, ele afirma que estava descontente com o Partido: “Não acreditava mais naquela estratégia de ‘aliança com a burguesia nacional, para combater o imperialismo e o latifúndio’, no projeto de tomar o poder pacificamente, confiando no ‘esquema militar do Jango’, nos ‘generais do povo’, na revolução gradual, por meio de reformas etc...”<sup>74</sup> Logo depois, passou a militar na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP, ou apenas POLOP)<sup>75</sup>, com a qual já mantivera algumas ligações anteriores, e que possuía uma base secundarista expressiva no Colégio Basílio Machado.

Com o golpe, a possibilidade de se fazer política estudantil tornou-se bastante restrita, as entidades representativas dos estudantes foram consideradas ilegais e muitas lideranças perseguidas. Segundo Marcos, “era difícil preencher o tédio, nos primeiros anos de ditadura.”<sup>76</sup> Ele e seus companheiros continuaram o trabalho de base no Basílio Machado, apesar das dificuldades.

Em 1966, irromperam as primeiras manifestações de massa contra a ditadura, protagonizadas, principalmente, pelo movimento estudantil. Marcos participou dos protestos ocorridos a partir de setembro, conhecidos como “Setembradas”. Foi nessa época, segundo o autor, que “despontou no Colégio Basílio Machado, a liderança de um jovem nissei, Massafumi Yoshinaga”<sup>77</sup>, outro personagem desta história.

---

<sup>73</sup> Idem, s/p

<sup>74</sup> Idem, s/p.

<sup>75</sup> A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária resultou da fusão entre setores da Juventude Socialista (Guanabara), um grupo de intelectuais paulistas seguidores do pensamento de Rosa Luxemburgo e setores da Juventude Trabalhista de Minas Gerais. Realizou quatro congressos, tendo sido o primeiro em 1961, data de sua fundação. A ORM – POLOP defendia o caráter socialista da revolução brasileira e desempenhou papel de destaque na propaganda das idéias socialistas entre as várias tendências da esquerda brasileira. A sigla POLOP deriva do nome de sua publicação mais importante – Política Operária, que começou a circular em 1960, tornando-se posteriormente um jornal semanal. Em seu IV Congresso, realizado em 1967, a organização perdeu inúmeros militantes, que mais tarde formariam outros grupos, como a VPR e o COLINA. Em 1968, a organização se transformou no POC – Partido Operário Comunista. REIS FILHO & SÁ, op. cit., p. 115-116.

<sup>76</sup> SANTOS, op. cit., s/p.

<sup>77</sup> Marcos complementa: “[...] Em breve o conheceríamos, travaríamos amizade e seríamos companheiros.” SANTOS, op. cit. s/p.

Durante as “Setembradas”, ocorreram passeatas compostas apenas por secundaristas e decidiu-se formar, então, a Frente Estudantil Secundarista (FES), na tentativa de reorganizar a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES). A partir desse momento, os membros da FES participaram de inúmeras panfletagens e articulações com estudantes de outras escolas e universidades.<sup>78</sup> Naquele ano, segundo o autor, começou a ganhar força no movimento estudantil a chamada “Dissidência Estudantil”, criada a partir da “Dissidência do PCB”. Diante disso, Marcos decidiu fazer “entrismo”<sup>79</sup> na Dissidência para a POLOP. Em 1967, essa última organização foi dissolvida, e ele continuou atuando na Dissidência, realizando “trabalho de massa” e defendendo a luta armada. Nessa época, recebeu um convite para “estagiar” em Cuba, do então membro do PCB e apoiador das teses de Marighella, Hans Rudolf Manz, a quem em breve retornaremos. No ano de 1968, participou de um curso de guerrilhas organizado pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)<sup>80</sup>, no Rio de Janeiro.

O cerco, no entanto, foi se fechando, principalmente após o AI5, decretado em dezembro de 1968, quando a mobilização articulada pelos movimentos sociais acabou varrida por uma onda de repressão e medo. Inúmeras lideranças estudantis foram presas; grêmios e centros acadêmicos foram fechados; as manifestações duramente reprimidas; em consequência, o movimento estudantil passou a viver um momento de intenso refluxo.

As bases da FES da Zona Leste, liderada por Lungaretti (e que contava, entre outros, com Eremias Delizoikov<sup>81</sup>, os irmãos Gerson e Gilson Teodoro de Oliveira e Manoel

---

<sup>78</sup> Nesta época, Marcos formou, junto com outros militantes, um grupo de estudos sobre a realidade brasileira, voltado também para o estudo de clássicos do marxismo. Celso Lungaretti, que participou de um curso de marxismo durante as férias do qual Marcos era um dos instrutores, assim descreve o ex-companheiro: “Esse último é o que mais impressiona, claro. Um baiano na casa dos 20 anos, sempre com a barba rala e malfeita, é filho de um ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro e ouve falar de revolução desde o berço.” Ainda segundo Lungaretti, Marcos era extremamente bem informado, já havia lido “tudo que vale a pena no marxismo” e tinha contatos com lideranças universitárias. LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia. Vencer ou Morrer na Guerrilha*. Aos 18 anos. São Paulo, Geração Editorial, 2005. p. 31. Vale ressaltar que a imagem de Marcos construída por Lungaretti é de alguém que “ouvia falar de revolução desde o berço”, remetendo assim a sua militância a uma origem familiar, de longa duração, sólida. Na narrativa de Marcos, no entanto, como foi visto acima, ele nos conta que a política não fazia parte dos seus planos na juventude. Seus pais tampouco haviam pertencido ao PCB: o pai era jornalista, ex-pastor protestante: “tinha uma cultura teológica e filosófica superior”, mas não era marxista. Ainda segundo o autor, seus pais “acomodavam-se, meio a contragosto, com a idéia de um filho, naquela idade, como militante comunista.” SANTOS, op. cit. s/p.

<sup>79</sup> “Entrismo”, segundo o jargão político, é o termo utilizado para designar a ação do militante de uma organização que ingressa em outra com o objetivo de arrebatá-lhe os membros.

<sup>80</sup> O PCBR surgiu com a luta interna no PCB, intensificada a partir de 1965. Neste processo, formou-se a Corrente Revolucionária, tendência que em 1968 se transformou em PCBR. O Partido participou das lutas estudantis e desenvolveu ações em áreas rurais e fábricas. A repressão policial, no entanto, promoveu sucessivas quedas nos seus quadros em 1970 e 1971, diminuindo seu espaço de atuação. REIS FILHO & SÁ, op. cit., p. 205 – 206.

<sup>81</sup> Eremias Delizoikov, também militante da VPR, morava na Vila Cosmos (RJ), dividindo seu “aparelho” com o ex-sargento José Araújo da Nóbrega. A repressão invadiu o “aparelho” e Eremias foi morto com mais de 35

Henrique Ferreira, dos quais voltaremos a tratar mais adiante), e da Zona Sul, dirigida por Marcos Vinicio (e que incluía também Massafumi Yoshinaga), começaram “a pressionar por mais ação” e decidiram fazer uma espécie de treinamento militar, mas a tentativa acabou frustrada. Aos poucos, a Frente se dividiu.

O grupo de Marcos Vinicio passou então a contatar representantes de algumas organizações armadas. Uma reunião foi marcada com um simpatizante do MNR, que logo se transformaria em VPR. Este simpatizante, líder de um grupo revolucionário do Nordeste, era Rômulo Romero Fontes, também conhecido como “Ênio”. Para o encontro seguinte, Marcos chamou “Massa” (Massafumi Yoshinaga) e Osmar de Oliveira Rodello Filho; nele, os jovens secundaristas começaram a ser instruídos sobre técnicas voltadas à realização de ações armadas. Após algumas aulas, decidiram fazer uma expropriação, a qual possibilitaria iniciar “a profissionalização e manter o grupo coeso.” Com este fim, pediram um carro emprestado à VPR, que providenciou o veículo. Participaram da ação, Marcos, Massafumi, Jessé (outro companheiro da base secundarista), Osmar e Marco Martini, dos quais falaremos a seguir. Logo após a expropriação no Banco Aliança, com a qual foram obtidos 22 mil cruzeiros, voltaram a contatar a VPR. Marcos, que comandou a ação e era o elo de ligação entre o grupo e a organização, foi capturado pela polícia dez dias depois,<sup>82</sup> em 2 de fevereiro de 1969. Tinha então 21 anos.

Marcos Alberto Martini nasceu em Valinhos, município localizado na região metropolitana de Campinas (SP), em junho de 1948. Também iniciou sua militância no movimento secundarista, participando de discussões e disputando o Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Vitor Meirelles. Serviu ao Exército em 1967 e, no ano seguinte, mudou-se para São Paulo, a fim de ingressar em um cursinho, pois pretendia fazer vestibular para Física. Participou de algumas assembleias no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), onde conheceu Marcos Vinicio e passou a integrar o seu grupo de estudos. Também atuou na ação do Banco Aliança. Foi preso logo depois, mais ou menos vinte dias após seus companheiros.<sup>83</sup>

---

tiros, tendo ficado irreconhecível. Hoje, o militante dá nome ao Centro de Documentação Eremias Delizoikov, organizado pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado de São Paulo, e mantido pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

<sup>82</sup> Autobiografia escrita por Marcos Vinicio e distribuída aos jornalistas convidados a assistirem a retratação dos ex-militantes. APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento n.º 6804, anexado junto ao convite aos jornalistas.

<sup>83</sup> Autobiografia escrita por Marco Alberto Martini e distribuída aos jornalistas convidados a assistirem a retratação dos ex-militantes. APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento n.º 6804, anexado junto ao convite aos jornalistas.

Osmar de Oliveira Rodello Filho teve trajetória semelhante. Começou a militar participando de atividades políticas em sua escola, o Colégio Estadual Basílio Machado, mesmo estabelecimento onde estudaram Massafumi e Marcos Vinício. Também fez parte do grupo de estudos antes mencionado e participou da expropriação ao Banco Aliança, sendo preso logo depois.<sup>84</sup>

Gilson Theodoro de Oliveira, o “Mário”, nasceu em Itajubá (MG), no mês de março de 1946. De origem humilde, seus pais eram simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro. Foi por essa via, hoje descrita com um tom lúdico, que teve início sua participação na política, segundo o que ele nos conta:

“Olha, eu sou de origem assim bem humilde, nós somos de origem bem humilde, eu, meu irmão Gerson, e... desde criança, desde pequenos, o papai e a mamãe eram simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro, tá? E nós crescemos já com essa filosofia de vida, nós já crescemos com este tipo de ensinamento, papai mostrando pra gente as diferenças e é... é... entre a sociedade, sabe? Onde os pobres cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, tá então a gente começou a se interessar, inclusive lá em casa, naquela época e havia reuniões do Partido, aquele segredo, aquele cuidado todo, e eles se reuniam às vezes cada semana na casa de um, sabe? Então a gente participava direto ou indiretamente a gente já tinha uma foi, foi eh, participando disso, né? E depois eu comecei com o papai a fazer, vender jornais ‘A Voz Operária’, sabe? Ah... que a gente fazia chamada de comando então todo o pessoal, os simpatizantes, aqueles que queriam trabalhar, eles marcavam ponto na Penha, no bairro da Penha, ou seja, lá onde fosse e dali cada um pegava uma quantidade de jornais e ia vender e gritar pela rua REVOLUÇÃO. [...] Um momento marcante, por exemplo, em nossa vida, foi quando a gente, um desafio que a gente considerava, que eu considero, foi a gente fazer pichação de muros, sabe? [risadas] Na época que o Luis Carlos Prestes estava preso, na época em que o Partido Comunista estava para ser legalizado, o papai até me falou – olha meu filho o Partido vai ser legalizado e a gente vai poder eleger, agora os nossos políticos e marcou muito porque a gente, eu, meus irmãos, meus filhos e meus outros companheiros nós pichávamos os muros – Viva Prestes! – [risada], sabe? ... E isso marcou muito, e perto de onde a gente morava tinha uma Delegacia de Polícia Fiscal e a gente achava até desafio o fato de a gente pichar perto da Delegacia, sabe? No dia seguinte aparecer aquelas pichações e eles... mas então foi isso, sabe?”<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Autobiografia escrita por Osmar de Oliveira Rodello Filho e distribuída aos jornalistas convidados a assistirem a retratação dos ex-militantes. APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento n.º 6804, anexado junto ao convite aos jornalistas.

<sup>85</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

Gilson estudava na escola Dom Pedro, em São Miguel Paulista. Lá iniciou sua militância propriamente dita. Participava das discussões internas do colégio e também dos debates sobre questões mais gerais, relacionadas à situação do ensino no país e às mudanças propostas pelo governo militar para a educação. Com o passar do tempo, acabou estabelecendo contatos com estudantes de outras escolas. Foi assim que ele e seu irmão Gerson<sup>86</sup> conheceram Lungaretti, Eremias e Marcos Vinicio. A partir desse encontro, sua trajetória se confunde com as dos demais personagens aqui examinados: militou na FES, participou das discussões da UPES e acabou em contato com a VPR junto com seus companheiros secundaristas. Nessa posição, deu apoio logístico à expropriação do Banco Aliança. Continuou depois trabalhando e militando nos momentos em que tinha tempo livre. Após a prisão de Marcos Vinicio, por questões de segurança, Gilson passou à clandestinidade, dividindo um “aparelho” com Carlos Roberto Zaniratto, o soldado que, junto a Lamarca, desertou do Exército em janeiro de 1969 levando 63 fuzis FAL e o sonho de fazer a revolução. Zaniratto acabou morto nas mãos da repressão e sua queda levou à prisão de Gilson, em julho de 1969. Embora em sua “autobiografia”, distribuída no dia da retratação, este último afirme que participou de duas ações, pesavam sobre ele acusações de pertencer ao GTA da VPR e de ter tomado “parte em vários assaltos”, conforme documentação expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.<sup>87</sup>

Dentre os militantes apresentados naquela primeira sessão de *arrepentimentos*, o mais experiente era o já citado Rômulo Romero Fontes, nascido em março de 1947, caçula de cinco irmãos, filhos de um pequeno comerciante e de uma professora primária. Natural de Quipapá, uma cidade do interior de Pernambuco, da qual seu pai chegou a ser prefeito, passou lá a sua infância e, segundo afirma, sempre gostou de política; lia intensamente e iniciou sua militância no movimento estudantil ainda bastante jovem.

Secundarista, Rômulo atuou no movimento estudantil realizando tarefas de propaganda e chegou a participar de algumas atividades junto às Ligas Camponesas<sup>88</sup>. Após o

---

<sup>86</sup> Gerson Theodoro de Oliveira foi militante da VPR e participou de várias ações da organização, dentre as quais se destacam os seqüestros dos embaixadores Von Holleben, da Alemanha, em junho de 1970 e Giovanni Bucher, da Suíça, em dezembro de 1970. Foi morto nas dependências do DOI-CODI (RJ) em março de 1971, aos 23 anos de idade. Consultar: MIRANDA, Nilmário & TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 266–267 e DOSSIÊ *dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. p. 112–113.

<sup>87</sup> APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento nº. 5979.

<sup>88</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. As Ligas Camponesas “foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.” LIGAS CAMPONESAS. IN: ABREU, Alzira Alves

golpe de 1964, passou a ser procurado pela repressão e teve que fugir, até porque sua cidade foi ocupada, uma vez que o então prefeito era vinculados às Ligas. Seguiu para Palmares, depois para Recife, escondendo-se na casa de companheiros. Ligou-se então ao Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), buscando realizar um trabalho de enfrentamento ao golpe, sendo o responsável teórico pelo grupo no Nordeste. Rompeu com o PORT em setembro de 1966 e foi preso em Fortaleza. Depois de solto, partiu para São Paulo e acabou estabelecendo contatos com membros da VPR. Embora a “autobiografia” distribuída no momento da retratação e as informações dos órgãos de segurança afirmem que ele era membro da VPR, Rômulo diz hoje que não pertenceu à organização, apenas manteve contato com alguns de seus integrantes, tendo militado apenas no PORT<sup>89</sup>. Foi preso novamente em 1969. No Presídio Tiradentes, encontrou os outros quatro integrantes da VPR cujas trajetórias examinamos até aqui, e acabaram ficando muito unidos. Meses depois, protagonizaram a primeira retratação pública.

Relatos de presos do Tiradentes revelam que o grupo vinha apresentando uma série de divergências com a sua organização e com alguns pressupostos teóricos e métodos da esquerda, o que ocasionou conflitos no cárcere.<sup>90</sup> O depoimento de Ricardo Azevedo, então militante da Ação Popular (AP)<sup>91</sup>, é esclarecedor neste sentido:

“Estava na minha cela um grupo de quatro secundaristas que, ao que parece, possuíam algum tipo de ligação com a VPR e tinham mesmo chegado a realizar uma ação qualquer. Eram Marcus Vinícius Fernandes dos Santos, Gilson Teodoro de Oliveira, Marcos Alberto Martini e Osmar Rodelo Santos Filho. Lá estava também Rômulo Augusto Romero Fontes, que, se não me engano, teve uma certa participação no movimento operário de Osasco e, a partir daí, algum envolvimento com a VPR. Pernambucano, Rômulo era um pouco mais velho e já tinha alguma experiência política maior, tendo atuado anteriormente nas Ligas Camponesas. Dizia-se trotskista. Embora originariamente não fizesse parte do grupo de secundaristas,

---

et.al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. III, p. 3122.

<sup>89</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. O Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) foi o mais importante dos grupos trotskistas no Brasil, fundado em 1953. Durante a década de 1960, apresentava-se como uma alternativa à esquerda do PCB, participando das agitações das Ligas Camponesas. Após o impacto do Golpe de 1964, conseguiu se reestruturar e penetrar nos meios estudantis de Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de estabelecer ligações entre setores operários. O Partido condenava energicamente a opção pela luta armada. BRASIL *Nunca Mais*. Um relato para a História. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 107 – 108.

<sup>90</sup> FREIRE, op. cit., passim.

<sup>91</sup> A Ação Popular foi constituída em 1963, a partir de quadros da Juventude Universitária Católica (JUC). Até 1964, a organização teve forte presença no movimento estudantil e nas lutas e organizações dos trabalhadores rurais. Depois do golpe, rearticulou-se em 1965, numa reunião nacional na qual se formulou uma resolução política, confirmando-se a opção socialista e a definição pela luta armada de libertação nacional. REIS FILHO & SÁ, op. cit., p. 49–50.

rapidamente se integrou com os rapazes e passou a ser uma espécie de ‘guru’ do grupo. A convivência com esse grupo dentro da cela foi se tornando bastante difícil. Sua situação jurídica era pesada. Tinham uma perspectiva de condenação a muitos anos e, talvez por serem os mais jovens entre muitos jovens, notava-se que eram os mais deprimidos. Num certo sentido, foram se constituindo num pequeno mundo dentro do imenso mundo que era o coletivo da cela 3! Até como única forma possível de 16 pessoas sobreviverem naquele espaço onde só saíamos para as visitas e o banho de sol, tínhamos estabelecido normas rígidas de organização interna no que dizia respeito à limpeza, horários, etc. O grupo dos cinco se rebelava contra isso e foram surgindo incidentes. O fato é que foi crescendo a distância entre nós e eles, seja nas discussões políticas em que, liderados por Rômulo, passavam a questionar todas as teses da esquerda, seja no seu comportamento com relação às regras do cotidiano. Por um motivo ou outro, aumentava a tensão entre eles e o restante da cela. A partir de um certo momento, eles praticamente só conversavam, aos cochichos, entre eles. Depois de um certo tempo, pediram transferência para a cela 6. Mas todos os presos do pavilhão I já notavam que algo estranho estava acontecendo com aqueles rapazes. A partir de um certo momento, aumentou a preocupação, pois primeiramente Marcos e Rômulo, e depois todos juntos, eram chamados a qualquer hora do dia para longas ‘conversas com os advogados’, muito mais do que qualquer preso político. [...]

Uma noite

As ‘conversas com advogados’ do grupo dos cinco aumentavam. Passaram a ser chamados quase diariamente e permaneciam fora da cela por várias horas. Um dia, constatamos que tinham sido levados para fora do presídio. A suspeita entre nós aumentava. Praticamente não se conversava com nenhum deles. Decididamente, não eram confiáveis. Mas afinal de contas, o que estariam tramando? Uma tarde, eles foram levados do presídio. Qual não foi nossa surpresa quando à noite, em horário nobre, vimos os cinco na televisão dando declarações de arrependimento. Diziam ter sido utilizados pela esquerda e chegaram a fazer elogios à ditadura Médici pelo seu nacionalismo”<sup>92</sup>

Depoimentos de outros presos também revelam o quanto o grupo estava afastado dos antigos companheiros:

“Em meados de 1970, um grupo de presos que morava na cela 6 de nosso pavilhão, liderados pelo jornalista Rômulo Augusto Romero Fontes, entrou em acordo com a ditadura. Negociou a sua soltura em troca de uma longa entrevista na televisão. As posições do grupo já eram do conhecimento de todos e já haviam sido discutidas, inclusive com seus representantes, nos coletivos.”<sup>93</sup>

“Alguns militantes da VPR, em sua maioria do ‘setor secundarista’ formavam um grupo muito unido, ao qual se havia agregado um indivíduo estranho, instável e de difícil convivência, pouco conhecido

---

<sup>92</sup> AZEVEDO, Renato. O plantão do Napolitano. IN: FREIRE et al. (orgs.), op. cit., p. 84-86.

<sup>93</sup> RANGEL, Sílvia Rego. Um maravilhoso mundo novo. IN: FREIRE et al. (orgs.), op. cit., p. 157.

de quem quer que fosse. Parece que tinha sido preso em Pernambuco e dizia que era da VP.”<sup>94</sup>

Nos fragmentos acima citados, percebe-se, pois, que os primeiros *arrepentidos* apresentados aos meios de comunicação já haviam constituído uma identidade de grupo antes mesmo da efetivação do *arrepentimento*, ao menos aos olhos dos demais “companheiros” encarcerados. Para esses últimos, Marcos Vinicio, Marcos Alberto, Gilson e Osmar – “os mais jovens entre muitos jovens” -, liderados por Rômulo (“o guru”) eram os “eles” em oposição ao “nós”, um “pequeno mundo” em contraste com o “imenso mundo” da cela 3, o qual, por mais dividido ideologicamente que fosse, ainda podia se ver como coletivo. Esta distância efetivou-se com a aparição do “grupo dos cinco” na televisão; a partir dali, eles seriam sempre os “outros” da esquerda brasileira que pegou em armas contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964 (voltaremos a tratar deste assunto no capítulo 3). De qualquer forma, as memórias dos presos do Tiradentes indicam que os *arrepentimentos* foram negociados e discutidos pelo grupo em seu período de encarceramento.

O conjunto das trajetórias dos militantes que protagonizaram a primeira retratação pública aponta para diversos elementos que precisam ser discutidos. Uma questão importante diz respeito à série de experiências comuns entre eles: note-se que Marcos e Osmar estudaram na mesma escola, o Colégio Basílio Machado; além disso, atuaram na FES, da qual também fez parte Gilson Theodoro. Tempos depois, Martini também se ligou ao grupo, participando das atividades de estudo. Tinham idades próximas e suas militâncias foram construídas a partir do movimento estudantil secundarista, com exceção de Marcos Vinicio, que já possuía uma participação política anterior mais significativa. Todos vivenciaram situações muito parecidas: os grupos de estudo, as passeatas, as reuniões, as atividades políticas, os contatos com as organizações da luta armada. Passaram a compartilhar uma série de opiniões, de referências, de certezas e medos; a partir destas experiências entrelaçadas, se constituíram enquanto grupo.

Embora tenham sido apresentados à imprensa como “terroristas” da VPR, Martini, Marcos e Osmar foram presos logo após a ação do Banco Aliança, realizada quando ainda constituíam um grupo independente, apesar do apoio logístico da VPR. Ou seja, eles não atuavam efetivamente na organização, não participavam dos debates internos; a aproximação com a VPR ainda estava se construindo quando ocorreram as “quedas”, sendo que o ingresso dos militantes no agrupamento poderia não ter se efetivado. Não existia, portanto, uma

---

<sup>94</sup> GONÇALVES, Luíz Salles. A correção política é o ópio dos intelectuales. IN: FREIRE et al. (orgs.),

unidade entre eles e outros integrantes da VPR. Rômulo, apontado como o “guru” do grupo, tampouco teve atuação na referida organização.

Presos, sem vínculos orgânicos com as organizações que ainda apostavam na luta armada, desiludidos com a esquerda, amedrontados por uma situação jurídica “pesada”, pressionados pelos rumos dos acontecimentos ou pelas incertezas do futuro, seriam essas as razões que teriam levado o grupo a negociar com o governo a sua retratação? É difícil compreender exatamente as motivações dos militantes, o que efetivamente levou-os a tomar essa decisão.

Contatados pela autora, três dos protagonistas deste episódio - Gilson Theodoro, Marcos Vinicio<sup>95</sup> e Rômulo Fontes - evocaram suas lembranças dessa época; suas narrativas nos ajudam a entender melhor como se deu o processo que os levou até a aparição na TV em “horário nobre”.

Marcos, após ser preso e torturado, ficou cinco meses incomunicável no DOPS, quando foi transferido para o Tiradentes, junto com Martini e Osmar. Ao chegar lá, já bastante crítico em relação à luta armada, afirma que sua primeira iniciativa política foi se aproximar de Rômulo, “que era trotskista – provavelmente o único, ali – e com quem contava, para enfrentar os estalinistas”. E completa:

“Na primeira conversa política que tivemos, mostrei-lhe que estávamos envolvidos num covil de estalinistas. Se eram fidelistas, outra coisa não eram que estalinistas. [...] Ele concordou e lembrou-se de uns conhecidos, trotskistas, que tiveram que fugir da Cuba de Fidel, para não serem fuzilados. Disse-lhe que devíamos nos precaver e que teríamos uma forte luta interna pela frente. Na época eu já estava mais para anarquista, ou socialista democrático, que qualquer outra coisa...”<sup>96</sup>

Marcos relata que a convivência no Tiradentes piorou muito com a chegada do “grosso do pessoal da VPR”. A partir daí – em concordância com o que salientou Ricardo Azevedo, apesar de partir de uma avaliação diametralmente oposta -, começaram a ocorrer uma série de conflitos, tanto no que se refere às divergências ideológicas, como em relação a questões do cotidiano, pois, segundo Marcos, este “pessoal” queria impor “a disciplina revolucionária” aos demais presos. O militante, que naquele momento já afirmava não ser mais um marxista-

---

op.cit., p. 90.

<sup>95</sup> Cabe salientar que Marcos Vinicio não foi entrevistado. Quando contatado pela autora, ele estava residindo no Rio Grande do Norte, o que impossibilitou um encontro pessoal. Foi-lhe enviado um roteiro com algumas questões, mas o autor enviou os originais de seu livro, *Roleta Cubana*, afirmando que as questões centrais estavam ali respondidas, e melhor contextualizadas.

leninista, aponta que as notícias e informes recebidos de “fora” “comprovavam que a guerrilha recuara para a clandestinidade total e estava completamente isolada. Era martelada pela repressão e estigmatizada pela mídia.”<sup>97</sup>

Em agosto, juntou-se ao grupo Gilson Theodoro, recém-chegado ao Tiradentes após uma “temporada” no DOI-CODI.

Marcos salienta que, no final de 1969, ao ler em uma revista de circulação nacional que Massafumi era o braço-direito de Lamarca, começou a ruminar a idéia de escrever para a imprensa, “manifestando opiniões e corrigindo falsificações.” Segundo ele, quando leu a reportagem, teve a certeza de que se tratava de um equívoco, de que estavam gerando um mito, o que aumentava as chances de “Massa” ser morto pela repressão. Pediu, então, ao pai que procurasse um jornalista influente, mas a resposta recebida foi para permanecer quieto:

“‘Quietos’ era o que eu menos queria ficar. Encontrei-me com o Martini, no banho de sol, e disse-lhe que tínhamos que fazer alguma coisa para nos diferenciar daquele pessoal. Não concordávamos com nada do que se fazia e, no entanto éramos arrastados pela torrente. Ele indagou pelo que poderíamos fazer e respondi que ainda não sabia, que tentara um contato com a imprensa, mas que isso falhara. Entretanto, ainda não desistira. Alguma coisa eu faria, não sabia o que, mas faria.”<sup>98</sup>

Depois de uma estadia no Carandiru, para onde havia sido transferido, o grupo retornou ao Tiradentes no final de dezembro de 1969. Sobre este momento, Marcos relata: “Naquela altura dos acontecimentos, com as centenas de quedas acontecidas em mais de um ano, a esmagadora maioria dos prisioneiros do Tiradentes era de fanáticos, ligados à ‘luta armada’, o que tornou a nossa convivência ainda muito mais difícil.”<sup>99</sup> Segundo o autor, com a prática de seqüestros pelos grupos de esquerda, a repressão aumentara ainda mais e a “linha dura” ficava cada vez mais forte. Ele afirma que, a certa altura, começou a temer que os policiais pudessem executar os presos políticos. Em suas palavras: “Podia ser atingido também, pelas sandices de quem agia lá fora. Não era mais um prisioneiro, era apenas um refém. Minha vida e meu destino não me pertenciam.”<sup>100</sup>

---

<sup>96</sup> SANTOS, op. cit., s/p.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem. A narrativa de Marcos aponta para uma questão bastante delicada, que diz respeito à tortura e ao medo que sentia de voltar a ser torturado, ou mesmo morto pela repressão. Naquele momento, esta era uma possibilidade que se desenhava para aqueles militantes; estava presente no seu cotidiano e remetia a situações de extremo sofrimento pelas quais haviam passado. É difícil dimensionar o *terror* imposto àqueles que foram vítimas de tortura, como é impossível medir com precisão seus desdobramentos. No artigo *Proteção do Estado*,

A partir deste momento do livro, o autor passa a narrar o curso dos acontecimentos que desembocou nos manifestos de maio de 1970. Apesar de longa<sup>101</sup>, essa narrativa merece ser transcrita pois nos aponta diversas questões importantes referentes aos mecanismos geradores dos *arrepentimentos*:

“Fiquei uns dias calado no meu canto, macambúzio, pensando naquela situação absurda... Também fazia pouco tempo que recebera a notícia da morte do secundarista paulista Eremias [...], no Rio de Janeiro. Muito jovem e extremamente corajoso, acossado pela polícia, praticou a ‘resistência heróica’: entrincheirou-se e morreu, varado de balas. Embora ele pertencesse ao grupo do Lungaretti e cada qual fosse responsável por suas opções políticas, eu tivera muito contato pessoal com ele - pretendia trazê-lo para o meu grupo - e me sentia parcialmente culpado por seu destino. Com a morte do Eremias, vi que o nosso pessoal secundarista – integrado à VPR - havia migrado para o Rio de Janeiro e estavam cada vez mais isolados. Lembrei-me de cada um... Mais dia menos dia, cairiam presos ou seriam mortos e, de onde estava, o máximo que eu podia era rezar por eles. Concluí, enfim, que se nada mais podia fazer, então também nada mais tinha a perder: - ‘Não vou esperar passivamente, como um boi manso conduzido ao matadouro – Pensei -; é hora de arremeter. Alguma

---

Cristina Rauter, membro do Projeto Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais/Rio de Janeiro, que se dedica a cuidar de casos de pessoas vítimas de violência, especialmente das vítimas de tortura durante o período de ditadura e seus familiares, traz algumas reflexões acerca desta prática. Segundo a autora: “Tortura-se para fazer calar, para desfazer referências, crenças e pertencimentos. As palavras ditas durante as sessões de tortura geralmente visam produzir humilhação, reduzir a nada, ridicularizar ao lado de marcas corporais indelévels. O que se quer atingir e o que se atinge é o grupo dissidente, o pertencimento a esse grupo, caracterizado pela diferença ao *status quo*, ao estado e sua ideologia oficial. Num ritual de iniciação às avessas, não é raro que alguém que foi torturado deixe de acreditar, não só na vida, mas principalmente na vida coletiva e nos ideais políticos que tinha anteriormente.” RAUTER, Cristina. Proteção do Estado. IN: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo e BENEVIDES, Regina (orgs.). *Clínica e Política*. Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002. p. 69. Neste sentido, é importante perceber que o uso da tortura não era limitado à obtenção de informações e confissões; era utilizado também como uma forma de calar, quebrar a resistência, romper os elos que ligavam os militantes ao seu grupo. A forma como cada pessoa reagiu aos mecanismos de tortura dependeu de inúmeras variáveis, que envolvem desde o contexto e a situação da prisão até elementos mais subjetivos, difíceis de serem mensurados. Estas reflexões podem nos auxiliar a pensar sobre o processo vivenciado pelos *arrepentidos* dentro da prisão, tanto no sentido de compreender o medo que poderiam sentir diante da possibilidade de voltar a ser torturados, quanto para entender o rompimento que tiveram com suas convicções políticas anteriores.

<sup>101</sup> Ao longo deste capítulo, por vezes apresentamos fragmentos bastante longos das entrevistas realizadas e outras obras de memórias. Essa escolha foi baseada em algumas reflexões de Portelli, que, ao tratar da reprodução das palavras textuais das fontes nos trabalhos de história oral, afirma que esta prática tem sido praxe nestes estudos com empenho maior do que nas outras disciplinas, constituindo-se em uma preocupação fundamental dos historiadores orais. Segundo ele, “seja quais forem as intenções que tivermos, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem.” Portelli afirma, por exemplo, que alguns leitores descobriram possibilidades de ligação entre as entrevistas citadas em um trabalho sobre Terni que haviam passado despercebidas para ele. PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 15, p. 13 – 49, abril de 1997. p. 27. Neste sentido, a transcrição destes fragmentos no presente trabalho objetiva possibilitar aos leitores um acesso mais amplo às narrativas construídas a partir das entrevistas de história oral e outras narrativas de memórias, a fim de que tenham mais elementos para elaborar suas interpretações, contrastando-as com aquelas aqui expostas.

coisa eu vou fazer’. Convoquei uma reunião do nosso pessoal e expus a situação: - ‘Estamos mais que encurralados; fomos transformados em brinquetes. Nossa opinião é o mesmo que nada. Sem nos consultar, podem de repente nos mandar para Cuba, ou jogar, como ‘boi de piranha’, nos dentes da repressão. Não podemos aceitar isso, temos que reagir’.

- Reagir, como? – perguntou o Rômulo.
- Politicamente, tem que ser uma reação política. A opinião pública vai ter que saber que alguém, aqui, também é contra esses energúmenos.
- Que opinião pública?
- A imprensa, os meios de comunicação.
- Mas, você já não tentou isso antes e não te disseram pra ficar quietinho? – questionou o Martini .
- É, mas dessa vez vamos usar a inteligência; chegamos lá pelos canais competentes.
- Inteligência? Canais competentes? O que isso quer dizer?
- Quer dizer isso mesmo. Vejam bem: esses imbecis desses militares, até agora só usaram truculência, estupidez e brutalidade para combater o terrorismo. Isso é tolice; o combate tem que ser político. É preciso derrubar os mitos, abalar a confiança e fechar as portas para novos recrutamentos.
- Mitos? Que mitos?
- Os mitos da invencibilidade, da inflexibilidade, da unidade, do idealismo... Todos os mitos políticos que, através da mídia e do proselitismo, sustentam o moral do terrorismo. Temos de convencer algum órgão de inteligência do governo que isso é possível: que podemos usar a mídia no sentido da contrapropaganda. Sem a propaganda, eles caem no vazio.
- É, mas isso é muito perigoso, vão dizer que estamos a favor da ditadura – disse o Osmar, muito prudente.
- Eles é que estão a favor da ditadura! Nada favorece mais essa ditadura do que o terrorismo. Aliás, isso é parte da estratégia debraysta<sup>102</sup>: forçar o endurecimento da repressão, para conquistar a opinião pública.
- Eu sei – disse o Osmar - mas vão dizer o contrário.
- Vão dizer muito pior que isso. Vão querer nos enlamear, pelo resto das nossas vidas. Esse é o preço que sempre se pagou por enfrentar o estalinismo. Eu já decidi: vou pagar. Por outro lado, os verdadeiros liberais nos apoiarão. Se não quiserem, vocês não precisam me acompanhar, mas eu já resolvi; não tem volta.

Continuamos a discutir por algum tempo e mantive a argumentação, acrescentando que, até mesmo entre os militares, havia uma corrente favorável à redemocratização do regime, mas que ficavam sem ação diante da ofensiva terrorista. Embora ainda um pouco relutantes

---

<sup>102</sup> A expressão “debraysta” refere-se ao intelectual francês Régis Debray, um dos teóricos da chamada “teoria do foco”. Segundo Gorender, “o ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos.” GORENDER, op cit, p. 80. O “foco” teria início a partir da ação de um grupo de guerrilheiros numa região camponesa. Num segundo momento, colunas guerrilheiras se deslocariam da região inicial e se espalhariam para outras regiões, até formarem um exército rebelde capaz de tomar o poder. Outra inovação do *foquismo* era a idéia “da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido.” Idem. Grande parte das guerrilhas que irromperam na América Latina durante os anos 60 foi inspirada no *foquismo*. No Brasil, o folheto escrito por Debray em 1967, *Revolução na revolução?*, suscitou entusiasmos em diversos setores da esquerda. Para mais informações, consultar: GORENDER, op. cit., p. 80 – 81.

quanto à nossa capacidade de agir, todos os quatro acabaram concordando comigo. O problema, agora, era: como chegar à opinião pública? Não passávamos de cinco prisioneiros, isolados da sociedade e debaixo das mais graves acusações criminais feitas na época: terrorismo. Não podíamos simplesmente ligar para os jornais, dizer que tínhamos um pronunciamento a fazer e, pronto: a mídia viria até nós e seria ‘toda ouvidos’. Teríamos que contatar, convencer e acionar algum serviço de inteligência, com poderes suficientes para convocar a imprensa; mas qual? Talvez nem houvesse, entre eles, o menor interesse pela nossa disposição. Começamos a conjecturar sobre as prováveis posições de cada um deles: o Cenimar, da Marinha, seria o mais eficaz, mas tradicionalmente alinhado com os ‘duros’ do regime, não era o mais indicado para os nossos propósitos; o S-2, do Exército, era muito burocrático, lento e dificilmente apoiaria uma iniciativa nova e audaciosa; a Aeronáutica era vista como a arma mais ‘liberal’, mas seu serviço secreto não tinha peso político; a P-2, da Polícia Militar, era truculento e quase só se ocupava de problemas internos da corporação. Parecia que estávamos sem opção, quando o Rômulo teve um estalo e disse:

- Olha, o DOPS tem um Departamento especial, num andar lá de cima, que só trabalha com informações. Eles me interrogaram, quando fomos presos, sobre a minha atuação no Nordeste. Não são da turma da porrada e só fizeram perguntas políticas. Parece que são inteligentes...
- É isso mesmo – observei - o DOPS. Eles sofreram a intervenção dos militares, são civis e foram humilhados. Podem ficar interessados numa jogada de inteligência. É por aí que nós vamos tentar. Você consegue contatar esse pessoal, do tal serviço especial?

Ele pensou por uns segundos, respondeu que poderia enviar sua esposa até lá e ela pediria para eles enviarem um agente até nós. Dia da próxima visita, a ‘Mazé’ (Maria José Fontes) receberia a incumbência de ir até o SI (Serviço de Informações), no 5-º andar do DOPS, solicitar contato conosco. Dali uns três dias, o Rômulo foi chamado para descer até a sala da Diretoria do presídio e, após uma meia hora, voltou à cela com os olhos faiscando. Despistou a curiosidade dos outros presos, com a desculpa de tratar-se de um problema de saúde com a esposa e me chamou para um canto.

- São eles – disse - mandaram dois agentes. Me ouviram e vão consultar seus superiores. Depois, se aprovarem, trazem a resposta.
- Mas, o que você disse a eles?
- Aquilo que nós combinamos: que estamos totalmente contra o terrorismo e queremos fazer uma campanha pela imprensa, desmoralizando e desmentindo todas as falsidades deles. Nem me lembro muito bem, mas disse que queremos ‘botar pra quebrar’.

Esperamos por uns dias - eu já desacreditava no sucesso do contato - quando chamaram novamente o Rômulo até a Diretoria. Eu aguardava na cela, impaciente, quando também me chamaram. ‘É agora – Pensei - é tudo ou nada’. Na sala do diretor, além do Rômulo, havia uns três investigadores, agentes do SI. O mais velho deles – ‘Osvaldão’, um tipo alto, olhar firme e decidido – me encarou e disse: - ‘Então, vamos para o DOPS?’. A pergunta me pegou de surpresa, respondi afirmativamente e solicitei alguns minutos, para informar aos outros companheiros o que se passava. Subi até a cela, informei-os e àqueles

que não participavam do grupo, disse que tinha uns problemas sérios a resolver com nossos advogados. Seguimos – eu e o Rômulo -, escoltados até o DOPS e subimos ao 5-º andar do prédio, onde funcionava o Serviço de Informações. [...] Designaram, para tratar conosco, o delegado especial Roberto Quass – ‘Dr. Roberto’ -, ainda jovem – uns 30 anos -, o homem que no início deste livro apelidamos jocosamente de ‘Coelhão’, devido a seus enormes dentes incisivos. Sentamo-nos – eu e o Rômulo - a uma pequena mesa na saleta dos investigadores e o Dr. Roberto nos falou: ‘Bem, pelo que entendi, nós vamos fazer aqui uma campanha a favor do nacionalismo e do Brasil...’

- Do nacionalismo, não – interrompi -; uma campanha a favor da Democracia: é isso o que vamos fazer.
- Bom, se é a favor da Democracia, então é a favor do Brasil – ele emendou -; e vamos desmentir tudo o que esses comunistas estão espalhando por aí, que nós torturamos e...
- Não senhor – interrompi novamente -; eu já declarei ao juiz auditor que fui torturado. Nunca vou desmentir isso. Nós vamos falar a verdade.
- Ah, é? – Ele surpreendeu-se e alterou um pouco a voz – Então, se vão falar a verdade, têm de falar também como é que são tratados, lá no Tiradentes, com todos os privilégios que desfrutam e...
- Tudo bem, Dr.; isso também é verdade e não vamos negar. Mas nosso objetivo é muito mais amplo: queremos fazer uma campanha política, desmistificadora, demolidora, capaz de reverter a propaganda terrorista.
- Mas então, como é que vamos fazer isso?
- Penso em escrever uma série de artigos pela imprensa, colocando as coisas nos seus devidos lugares.
- Ah, isso nós não podemos... O que podemos é convocar uma ‘coletiva’ pela imprensa e vocês dizem tudo o que têm a declarar.
- Não foi bem o que eu imaginei. Temos muita coisa a dizer e não pode ser feito tudo de uma vez, mas vamos então fazer o seguinte: escrevemos duas ‘cartas abertas’, uma dirigida à ‘opinião pública internacional’ e outra, digamos, à ‘juventude brasileira’. Na primeira, tratamos dessa questão da tortura e do tratamento dado aos prisioneiros; na segunda, enfocamos a subversão e o terrorismo. Está bem, assim?
- Está bem. O que vocês precisam, para começar?
- Só preciso de papel e caneta. Faço os rascunhos e os senhores mandam datilografar.”<sup>103</sup>

A narrativa de Marcos dá a entender que foi ele o articulador do processo que conduziu à retratação pública do “grupo dos cinco”. Ou seja, mais do que uma peça importante da estratégia da propaganda e da repressão oficiais, os *arrependimentos* teriam começado com uma idéia sua, visando frear a ação dos “fanáticos” da luta armada e estancar mortes como a de Eremias.

---

<sup>103</sup> SANTOS, op. cit., s/p.

No relato do autor, evidencia-se igualmente a já citada oposição entre o seu grupo e os demais presos do Tiradentes, primeiro descritos como “fanáticos” ligados à luta armada, depois como “terroristas” – a mesma designação utilizada pela imprensa e pela repressão. Segundo ele, seriam esses últimos os responsáveis pela manutenção e pelo endurecimento da ditadura, em contraposição à qual só o “combate político” mostrar-se-ia eficiente.

Na reconstrução do diálogo travado com os companheiros, Marcos busca demonstrar seu conhecimento de certos meandros e disputas pelo poder nos círculos da repressão; ao falar, por exemplo, dos militares favoráveis à democracia, mas que ficavam sem ação diante do avanço do “terrorismo”; e de uma possível divergência entre os policiais militares e civis, sendo que os últimos teriam se sentido humilhados em razão da intervenção militar. Este conhecimento, talvez fruto de uma perspectiva *a posteriori*, legítima, na narrativa, suas análises daquela conjuntura e suas propostas de ação.

Ao relatar as negociações estabelecidas com membros da SI do DOPS, Marcos busca evidenciar que o grupo teve possibilidades de discutir os termos dos manifestos a serem publicados. Por exemplo, ele teria afirmado que não faria uma campanha a favor do nacionalismo mas da democracia, que não negaria a existência da tortura e que o grupo iria falar somente a “verdade”, “fazer uma campanha política, desmistificadora, demolidora, capaz de reverter a propaganda terrorista”<sup>104</sup>. Nesta negociação, é interessante perceber que, em nenhum momento, se falou em retratação ou arrependimento.

A narrativa de Marcos, construída várias décadas após o desenrolar dos acontecimentos evocados, aponta para algumas razões que o teriam levado a elaborar aquela estratégia de “contrapropaganda”: a culpa que sentiu ao saber de casos como o de Eremias; a certeza de que a luta armada estava derrotada, sendo necessário “fechar a porta para novos recrutamentos”, para evitar novas mortes; o medo de que o aumento da violência acabasse resultando em alguma política de extermínio de presos políticos; a necessidade de fazer algo para proteger sua própria vida: “Não vou esperar passivamente, como um boi manso conduzido ao matadouro.” Percebe-se, assim, que o autor, ao “acertar as contas” com esse passado tão complicado, tentou justificar sua decisão como a única saída possível diante de uma situação desesperadora, como uma forma de se lutar pela democracia frente a truculência da ditadura e as “sandices” dos partidários da luta armada.

---

<sup>104</sup> Em sua entrevista, Rômulo Fontes também afirmou que não houve nenhuma intervenção dos agentes policiais na escrita dos manifestos, e que estes foram elaborados em conjunto por ele e Marcos Vinício. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

No depoimento de Gilson Theodoro, algumas destas razões também são citadas para explicar a posição assumida pelo grupo:

“É isso que a gente procura deixar bem claro, sabe? Se você vai, se você for ao arquivo, você vai perceber que as cartas, nós inclusive desautorizávamos até nossos advogados a utilizar aquilo como forma de defesa, não houve absolutamente nenhuma proposta, não houve nenhuma tentativa de suborno, de fazer... não, foi um negócio que nós mesmos – sabe? - eu reconheço até mais a liderança do Xapita [Marcos Vinicio], né?, sobre a liderança do Xapita e de certa forma do Rômulo, também, quem começaram a enjambrar a coisa, quem começaram a fazer, começaram a montar este documento, então nós percebíamos, Alessandra, que nós começamos a ter visitas, tá? Então a gente começou a receber informações de fora, nós podíamos ler jornais, nós tínhamos informações, nós podíamos ver televisão, nós podíamos ouvir rádio, então nós começamos a nos inteirar de tudo o que estava acontecendo ali, então a gente começou a perceber que a coisa tava... começamos a sentir que nós havíamos tomado uma decisão num momento que não era o momento adequado, sabe? Nós começamos a analisar a própria esquerda no Brasil, a própria esquerda no mundo, sabe? Aquela invasão de Praga, aquelas... [inaudível] que se imolou, que afagou as vestes, lembra na... em função do próprio estalinismo né? ... e a gente começou a se desiludir muito com essas atitudes e outra, nós éramos secundaristas, nós não éramos universitários, então queira ou não, quiséssemos ou não, nós tínhamos, nós sofriamos uma certa discriminação, sabe? Então aqueles, quando nós estávamos... nos próprios quadros não conseguia substituir, quem é que ia substituir esse pessoal? Eram os secundaristas, porque com aquela vontade, né? Com aquela energia, aquela vontade de fazer alguma coisa, de resolver todos os problemas, então eles se entregavam de corpo e alma nisso. [...] Estavam sendo destruídos, destruídos totalmente, sabe? Os que não eram presos eram mortos, o que ... outros foram banidos, né? Depois voltaram, tá? E a gente começou a perceber que esses grupos, esse nosso pessoal que estava lá fora, a própria população que era quem a gente tinha, quem queria atender, que queria atingir, que queria que nos apoiasse, eu queria que nos desse a força para continuar, tomar o poder, que a gente continuasse a derrubar esta ditadura, em função da própria propaganda da repressão, eles próprios começaram a ter uma visão diferente da gente, sabe? Então eram terroristas mesmo, sabe? Aqueles cartazes que eles botavam – cuidado ... São terroristas perigosos e podem... [...] então com base nestes detalhes é que a gente fez essa carta e rompeu com o este movimento, entendeu? O rompimento foi em função disso. E confesso a você que aquela carta que foi feita, eu não concordei com todos os aspectos, havia muita, muitos itens, muitos... certas citações que eu discordava, mas eu era minoria né? E a maioria... [...]”<sup>105</sup>

Gilson, além de enfatizar a percepção do grupo de que a luta armada no Brasil havia sido um erro, levada a cabo em um momento inadequado, indica uma desilusão com a

---

<sup>105</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

esquerda mundial, com a experiência soviética, stalinista (vale lembrar que a crítica ao stalinismo também aparece na narrativa de Marcos Vinicio, explicando inclusive sua aproximação com Rômulo). O autor se refere também ao isolamento dos grupos de esquerda, ao comentar sobre a “população”, aquela que eles queriam “atingir, que queria que nos apoiasse”, mas da qual estavam afastados e que, muitas vezes, via esses grupos como *terroristas*, o que contribuía para a sua desilusão.

Outro elemento importante presente no depoimento diz respeito à oposição existente entre os secundaristas e os universitários. Os primeiros, segundo Gilson, sofriam certa discriminação no movimento de oposição à ditadura; ao mesmo tempo, com a necessidade de atrair novos quadros, as organizações buscavam militantes nestes setores, até porque os secundaristas teriam uma disposição especial para a luta: “Com aquela energia, aquela vontade de fazer alguma coisa, de resolver todos os problemas, então eles se entregavam de corpo e alma nisso.” Assim, muitos desses estudantes acabavam mortos nas mãos da repressão.

Em nenhum momento de sua narrativa, Gilson expressa alguma razão exclusivamente pessoal para participar deste rompimento, ele faz questão inclusive de ressaltar que as retratações não foram usadas em benefício próprio (“nós inclusive desautorizávamos até nossos advogados a utilizar aquilo como forma de defesa”); suas motivações seriam de cunho eminentemente político e estariam relacionadas, sobretudo, à conjuntura então vivenciada pelas esquerdas.

Na sua entrevista, Rômulo também aponta para as divergências vividas no Tiradentes<sup>106</sup>, e explica alguns detalhes de como se deu a negociação que acabou resultando no primeiro ato de retratação:

“Aí a coisa foi indo, foi indo, foi indo, foi indo, nesse, nessa batida, nessa marcha batida, até quando chegou em março, com o seqüestro do embaixador... do cônsul japonês, entendeu?, eu, entendeu?, falei pro, pro... Marcos Vinicio, disse ó meu, ó aqui... aqui a gente vai ser torturado de bobeira, entendeu? Quando menos esperar a gente vai

---

<sup>106</sup> Em certo momento da entrevista, Rômulo relatou: “E aí começou a... a fermentar a divergência e a dissensão ideológica aberta entre os grupos... os vários grupos. [...] A coisa chegou a tal ponto que eh... a gente se, dentro da própria cela, a gente se dividiu como se tivesse uma, um muro de Berlim dentro da própria cela, a Faixa de Gaza, entendeu, certo? Eu mesmo debaixo da minha, do meu colchão, tinha um belo de um estilete respeitadíssimo, entendeu?, estilete feito de ferro de uma janela que foi quebrada, respeitadíssimo, que ali nem Lênin, nem Trotsky, Fidel Castro, nem Guevara se ressuscitasse, entendeu?, era capaz de enfrentar. A maneira que eu tinha de, de... me defender...” Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. Mais uma vez evidencia-se, portanto, a situação conflitante vivida no Presídio entre o “grupo dos cinco” e os demais militantes encarcerados o que, muito provavelmente, contribuiu para o rompimento dos primeiros e sua decisão de redigir os manifestos.

perder o controle da nossa situação, individual, pessoal. Como assim? Entendeu? Pô, tudo o que a gente já discutiu, amadureceu, que a gente também... tinha discussão entre nós, certo? Tinha pontos comuns. [...] Eh... é uma, é uma maneira de se safar disso, entendeu?, porque... entendeu? Ideologicamente a gente já não é mais, não, não... tem nenhuma afinidade com os caras, entendeu? Então tem que...ter uma saída. Qual era a saída? É romper. Romper. Um rompimento. [...] Então, entendeu? Tinha que buscar uma saída então, entendeu? Então... diante dessa situação se encontrou, entendeu? Uma saída... Aí vem, conversa vai, [inaudível], muitas conversas, entendeu? Muitas conversas, no campo da inteligência, da inteligência militar, policial, entendeu? E ... assim, da inteligência política mesmo, da inteligência ideológica, entendeu? Mas e... aí o que se quer fazer? Entendeu? Aí eu... fiz os contatos, entendeu? Do Tiradentes vim para o DOPS, pra cela do DOPS, fiquei lá isolado na cela, subia pra manter conversação, certo? Nada de negócio de..., porque eu tava preso há mais de um ano, então não tinha mais... é... da realidade orgânica, não era pra passar... [...] Era pra conversa política, entendeu? Política, mesmo, ideológica, ideológica, assim de ficar discutindo o problema da Amazônia, o problema da educação no Brasil, o problema do imperialismo norte-americano

[Alessandra] - Com pessoas do DOPS?

Com pessoas... em geral, não tinha só do DOPS, entendeu? Não tinha só do DOPS. Pessoas altamente inteligentes. Pessoas que... se o... navio da esquerda naufragou, foi em razão da inteligência deles, entendeu? E aí, deu certo, entendeu? O que vocês querem? Romper politicamente, entendeu? O rompimento ideológico já era um... natural, então agora a gente expressa isso politicamente. Como? A gente sozinho não pode, tem que se oferecer meios, entendeu? Sem barganha nenhuma, do nosso caso, entendeu? Aí vim, falo com o Marcos. Aí... reunião, reunião, reunião, reunião. O grupo dele concordou, entendeu? [...] E aí, antes de acontecer o bafafá, de rua... fomos pra..., fizemos reunião no Tiradentes no coletivo, dizendo isso, que posição a gente ia tomar. Se fosse pra enganar a gente ia fazer um negócio desses? [...] Até que a gente saiu, entendeu? E aí se... se executou o plano de tornar público aquela, aquela posição.”

Na fala de Rômulo, é ele que aparece, conjuntamente com Marcos, como protagonista dos acontecimentos, como responsável pela idéia da retratação pública. Da mesma forma que Gilson, o entrevistado procura acentuar que a atitude do grupo teve motivações prioritariamente ideológicas e políticas. Neste sentido, busca evidenciar que não houve nenhum tipo de traição, ou “enganação”, em relação aos antigos companheiros. Primeiro, porque o rompimento ideológico já vinha se fazendo dentro da prisão; segundo, porque antes de lançarem os manifestos, eles teriam exposto sua decisão diante do coletivo<sup>107</sup>. Na narrativa de Rômulo, percebe-se ainda sua preocupação em situar os episódios de maio no âmbito de um processo mais longo (“a coisa foi indo, foi indo...”), iniciado com as divergências

---

<sup>107</sup> Vale ressaltar que a “reunião” referida por Rômulo para explicar a decisão do rompimento não é mencionada em nenhum dos relatos dos presos políticos do Tiradentes incluídos em FREIRE et al. (orgs.), op. cit.

ideológicas, amadurecido nas discussões políticas com “pessoas altamente inteligentes” e concretizado no rompimento público.

Enfim, apesar das diferenças, todos os depoimentos citados indicam que este primeiro episódio de retratação pública foi negociado com os agentes da repressão ao longo do período no qual o “grupo dos cinco” esteve na prisão, e pode ser explicado, ao menos em parte, pela crença de que a luta armada representava um equívoco (que gerava mais mortes e um endurecimento da repressão) e pelas profundas divergências ideológicas entre esse grupo e seus agora ex-companheiros de militância.

Após esse período de negociação, Marcos Vinicio, Marcos Alberto, Osmar, Gilson Theodoro e Rômulo foram apresentados à imprensa em 22 de maio de 1970<sup>108</sup>. Reportagens sobre os cinco militantes ganharam destaque na televisão<sup>109</sup> e nos principais periódicos do país. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os *arrepentidos* ocuparam as manchetes de capa dos três principais jornais gaúchos: *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Na esteira deste primeiro episódio, vieram inúmeras outras retratações. É imprescindível, então, diferenciar os tipos de *arrepentimento*, alertando para o fato de que os depoimentos que se seguiram divergem em vários aspectos: na forma como foram negociados, ou forçados; em relação às trajetórias dos militantes envolvidos; no que tange aos órgãos governamentais relacionados aos episódios de retratação; no que diz respeito ao tipo de declaração e sua repercussão na imprensa. Essas diferenças e relações entre os *arrepentimentos* serão exemplificadas e discutidas ao longo da narrativa que segue.

\* \* \*

A retratação seguinte foi protagonizada pelo já mencionado Massafumi Yoshinaga. “Massa” nasceu em janeiro de 1949, na pequena cidade de Paraguaçu Paulista, interior de São Paulo, onde muitos japoneses se estabeleceram. Sua mãe, Mitsuki, havia nascido em Albuquerque Lins e seu pai, Kiyomatsu, em Nagasaki. Eles tiveram seis filhos. Assim como os integrantes do primeiro grupo de *arrepentidos*, Massafumi iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista, destacando-se em uma série de manifestações no ano de 1966. Seu tio, Yakitoshi Yoshinaga, nos fala um pouco sobre ele:

---

<sup>108</sup> Segundo Gilson Theodoro, nesta data, além do lançamento dos manifestos na sede da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, eles participaram de um programa de televisão na antiga TV GAZETA. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>109</sup> Há algumas imagens deste episódio gravadas pela TV Tupi, as quais se encontram no acervo da Cinemateca Brasileira, em São Paulo; contudo, elas ainda não foram transformadas em VHS ou digitalizadas, o que impossibilita o acesso dos pesquisadores.

“Antes disso, ele gostava de ler. Discutia política, literatura, ele gostava de ler muito... Aliás, ele sempre freqüentava a minha casa, na minha biblioteca, pra olhar os livros... eu gostava de literatura também... e, naquela época, lia os livros de Hemingway, *O Velho e o Mar*, e assim por diante. E outros livros filosóficos. Pegava os livros que tinham na biblioteca e gostava de ler. E com essa capacidade, e o gosto pela literatura, [se] envolveu na política também. Daí surgiu aquele movimento estudantil contra o governo militar.”<sup>110</sup>

Em junho de 1967, Massa participou do Congresso da UPES, como delegado do Instituto de Educação Basílio Machado, onde havia estudado Marcos Vinício e estudava Osmar Rodello, sendo eleito vice-presidente da entidade. Também neste ano, envolveu-se na rearticulação da FES. No período que se seguiu, integrou inúmeras manifestações e protestos, principalmente no ano de 1968. Além de atuar nas mobilizações, Massafumi também dirigia o jornal *Avante*, de circulação interna ao seu colégio. Em novembro de 1968, tomou parte do congresso que escolheu a nova diretoria da UPES.<sup>111</sup> Seu grupo, no entanto, saiu derrotado.<sup>112</sup> Com a perspectiva de “continuar a luta” por outros meios, ele e seus companheiros iniciaram contatos com algumas organizações armadas, através das mencionadas reuniões organizadas por Marcos Vinício. Eles estabeleceram negociações com o POC, o PCBR e a ALN e entusiasmaram-se com a última, a qual exigia, porém, que cada grupo mostrasse seu valor em combate, ou seja, executasse uma “ação”.<sup>113</sup> Segundo Lesser, Massafumi provavelmente ingressou na VPR em novembro, recrutado por José Ibrahim Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.<sup>114</sup> Dois meses depois, também participou da expropriação ao Banco Aliança. Foi identificado e passou definitivamente para a clandestinidade. No período que se seguiu, Massafumi (então chamado com os codinomes “Massa” ou “André”) atuou em uma série de ações e atividades da organização. De acordo com documentos do DEOPS e da

---

<sup>110</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>111</sup> Os dados sobre a participação de Massafumi no movimento estudantil foram extraídos da Certidão nº 7955 expedida pela ABIN (Agência Brasileira de Informação), em 2 de agosto de 2005, na qual estão listadas as informações a respeito do militante contidas nos arquivos sob custódia da referida Agência. Também foram importantes as informações presentes no trabalho do historiador Jeffrey Lesser, em seu estudo sobre militantes de origem japonesa que participaram da luta armada. LESSER, Jeffrey. *A Discontented Diaspora: Japanese-Brazilians and the Meanings of Ethnic Militancy, 1960-1980*. Durham: Duke University Press, 2007. O capítulo específico sobre Massafumi chama-se “Two Deaths Remembered”, p. 108 a 121.

<sup>112</sup> Em seu livro, Lungaretti narra alguns episódios deste enfrentamento: “No sábado, se discute se a votação será por cabeça ou por escola. Quem decide é o próprio plenário, com esmagadora maioria de *aplicadinhos* [alunos da Escola de Aplicação da USP]. Os derrotados, então, se aliam a outros grupos minoritários (PCdoB, AP e Ala Vermelha) para tumultuar os trabalhos. Júlio [pseudônimo de Lungaretti] e Massafumi são os que mais conseguem ganhar tempo. Tomam a palavra incessantemente, contestam tudo, provocam os adversários. – ‘Representamos os estudantes pobres de São Paulo que estão sendo esmagados neste congresso pela pequena-burguesia reacionária do Colégio de Aplicação’ – grita Massafumi, mal conseguindo disfarçar o sorriso irônico. Os tolos tentam agredi-lo, a sessão pára uns 20 minutos.” LUNGARETTI, op. cit., p. 69.

<sup>113</sup> Sobre os contatos do grupo com as diferentes organizações, ver: LUNGARETTI, op. cit., p. 71-73.

<sup>114</sup> LESSER, op. cit., p. 108 – 121.

ABIN<sup>115</sup>, esteve envolvido nos “assaltos” ao BANESPA, ao Banco do Brasil e à firma “Universo Perucas para Homens”. Estabeleceu contatos na Bahia e em Goiás. Também foi reconhecido como um dos três elementos que espancaram um soldado do Batalhão da Fronteira em Foz do Iguaçu, na tentativa de localizar o material bélico do quartel. A partir de sua atuação nestas e em outras ações, teria ficado conhecido como o “japonês da metralha”.<sup>116</sup>

De acordo com Lesser, no final de 1969, Massafumi era um dos cinquenta militantes de esquerda mais procurados no país. Em novembro do mesmo ano, passou a integrar a equipe responsável pela primeira área de treinamento guerrilheiro da VPR, na cidade de Jacupiranga, no Vale da Ribeira (SP). Faziam parte do grupo pioneiro, além dele, Carlos Lamarca, Celso Lungaretti, Yoshitane Fugimore e José Lavecchia. No entanto, parece que o militante não se adaptou muito bem à rotina de treinamentos. Segundo Lungaretti, certo dia Massafumi queixou-se da falta do “calor das massas”: “- Aqui só se fala em poder de fogo, calibre, suprimentos, hierarquia de comando.... não agüento mais esses termos militares! Quero conversar sobre assuntos normais com pessoas normais. Estamos ficando mais *cus-de-ferros* do que os próprios milicos.”<sup>117</sup> Ainda no campo, Massafumi e Lungaretti receberam a notícia da morte de Eremias, antigo companheiro do movimento secundarista, que também, como vimos, sensibilizou Marcos Vinício.

De acordo com Lungaretti, devido a uma série de problemas de segurança, a organização decidiu abandonar a área de treinamento. O local era muito próximo da rodovia e os tiros repercutiam à longa distância, comprometendo a privacidade da região, que receberia inúmeros militantes. Iniciaram-se, então, negociações visando a compra de uma segunda área. Já de acordo com Gorender, “do ponto de vista geográfico e populacional, o lugar parecia ideal para o objetivo da VPR. Durante cinco meses, puderam ali conviver em situação clandestina mais de vinte companheiros, sob a chefia de Lamarca. Os pontos mais vulneráveis da escola eram seus contatos externos”<sup>118</sup>. O autor afirma que foi uma série de “quedas” de militantes conhecedores da área<sup>119</sup> (ou, no mínimo, possuidores de informações sobre ela) que fizeram o grupo desmobilizar o campo de treinamento do Vale da Ribeira.

---

<sup>115</sup> ABIN, op. cit.; APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 52 Z 0. Documento nº 1026.

<sup>116</sup> Lungaretti comenta essa denominação: “Curiosamente, quando o nome de Massafumi “caiu”, a repressão logo supôs que se tratasse do *japonês da metralha*, das ações armadas da VPR. Assim ele se tornou um dos terroristas mais procurados, com seu nome aparecendo toda hora na imprensa... apesar de o verdadeiro *japonês da metralha* ser [Yoshitame] Fugimori (Antenor).” LUNGARETTI, op. cit. p. 123.

<sup>117</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 124.

<sup>118</sup> GORENDER, op. cit., p. 186.

<sup>119</sup> Em 7 de março, foi preso em São Paulo o militante Shizuo Ozawa, o “Mário Japa”. O carro que dirigia colidiu e “Mário” ficou desacordado; no interior do veículo foram encontrados armamentos e documentos comprometedores. Membro da Coordenação Regional da VPR, “Mário” conhecia o campo de treinamento e muitas outras informações sobre a organização e seus militantes. Foi barbaramente torturado, e resistiu sem dar

No momento de abandonar a área, Massafumi e Lungaretti comunicaram sua decisão de voltar para a cidade. Nas palavras do último: “Massafumi diz que não se aclimatou no campo nem na organização, quer um tempo para refletir.”<sup>120</sup> Segundo outros militantes, no entanto, ambos teriam sido excluídos do treinamento por inadaptação.<sup>121</sup>

Ao saírem do campo, rumaram para São Paulo. No depoimento de Lungaretti às autoridades, após sua prisão, este afirmou que Massafumi estava desligado da VPR, “cuidando de formar um grupo à parte sob sua liderança.”<sup>122</sup>

O período entre a saída de Massafumi da área de treinamento no Vale da Ribeira até o seu *arrendimento* público, em 3 de julho de 1970, é bastante nebuloso, dando margem a informações desencontradas. Segundo o tio do militante,

“mas ele, dentro da guerrilha, do elemento do Lamarca, ele fazia a parte mais política... não de armas. Ele era contra, contrário, à arma de ação violenta, propriamente dita, mas estava dentro... fazia mais a parte política da coisa. Mas ele estava junto com ele na Ribeira. Então participava. Com isso, ele saiu... Depois de uns tempos... Isso já depois de dois ou três anos na militância, ele resolveu abandonar a guerrilha pra sair da turma do Lamarca. Aí fez acordo com elementos do Lamarca. Com o Lamarca também. Não sei quando foi [...] dizendo que: ‘Ah, eu vou deixar vocês de companheiro e vou sair para outro rumo’ e não participar mais da guerrilha, ‘mas como eu vou sair?’... fez acordo com o Lamarca: ‘Eu vou sair, mas durante um ou dois anos eu não vou entregar. Enquanto isso vocês podem deixar fugir pra ir para outro lugar’... porque está sendo perseguido já pela polícia. [...] Aí saiu, conseguiu sair, e ficou um ano, um ano e meio, fora da guerrilha”<sup>123</sup>

---

informações sobre a área de treinamento. Logo após sua prisão, uma articulação entre a VPR, o MRT e a REDE permitiu o seqüestro do Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuci. “Mário Japa” e outros 4 militantes foram libertados e seguiram para o México. GORENDER, op. cit., p. 187. Dizia-se na época que o lema das organizações durante o seqüestro era: “Pegaram o nosso japonês, nós pegaremos o deles”. Informação apresentada pelo historiador Jeffrey Lesser em palestra proferida no PPG em História da UFRGS, no segundo semestre de 2006. Em relação às organizações citadas, cabem algumas informações: o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) foi fundado a partir de uma cisão na Ala Vermelha, em outubro de 1969. Naquele momento, a organização, que adotara uma concepção militarista extrema, contava com cerca de 20 militantes e, segundo Gorender, em seu auge chegou a agrupar 40. GORENDER, op. cit., p. 184. A Resistência Democrática ou Resistência Nacionalista Democrática e Popular (REDE) surgiu em meados de 1969, quando o militante da VPR Eduardo Leite, o “Bacuri”, desligou-se da organização e formou um pequeno grupo, que atuou por aproximadamente um ano, dedicando-se a ações armadas em São Paulo, geralmente em conjunto com outros agrupamentos da esquerda armada. IN: BRASIL *Nunca Mais*, op. cit., p. 104.

<sup>120</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 128.

<sup>121</sup> Gorender afirma que Lungaretti foi excluído da escola de Jacupiranga por inadaptação. GORENDER, op. cit., p. 187. Na biografia de Iara Iavelberg, Patarra comenta que houve “pendengas” de Massafumi, as quais teriam irritado os outros companheiros da Ribeira, ao que Iara teria respondido: “É só um garoto, apesar do jeito. Indefeso. Menino carente.” PATARRA, op. cit., p. 344.

<sup>122</sup> APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 52Z 0. Documento nº 1026. Folha 3.

<sup>123</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Vale chamar a atenção para o fato de que o período compreendido entre a saída de Massafumi da área de treinamento da VPR (final de 1969) e a sua rendição (junho de 1970) corresponde a mais ou menos seis meses; diferente do que afirma Akitoshi, que o sobrinho teria ficado “um ano, um ano e meio” afastado da militância antes de entregar-se.

Algumas informações indicam que Massa partiu para o interior de São Paulo, onde ficou trabalhando na roça durante certo tempo. Segundo reportagem da revista *Veja*, publicada em julho de 1970, retornando à capital paulista, impedido de contatar a família por medo da repressão, acabou dormindo na rua, sem condições de se alimentar. Nessa situação, teria tentado estabelecer contato com antigos companheiros que estavam na prisão, através de uma irmã de Marcos Vinício. Akitoshi, no entanto, nega que o sobrinho estivesse em dificuldades financeiras. E acrescenta:

“Inclusive, ele tinha condições de ir para o exterior, fugir para o exterior. Ficar até na divisa do Paraguai ou naquela base lá. Mas ele tinha que voltar. Aí que está o problema que o pessoal companheiro tem contestado... esse Rômulo e os demais têm contestado... porque ele estava preso, continuava preso... e eles mandaram mensagem para o Massafumi para se entregar. Para fazer um acordo com a polícia para soltar eles. Está entendendo? Isto é o que? A condição para soltar eles... Não sei se foram torturados... os presos sempre são torturados [risos]. Eles fazem tortura mais violenta inclusive para confessar...”

Akitoshi ainda afirmou:

“...o Massa fez o maior movimento entre eles para ele manifestar, contra a guerrilha... mas não era ele que queria, porque ele... o princípio dele era de que... esqueci o que ia dizer... ajudar o companheiro. Ele tinha um princípio rígido e tal. Ele teve uma educação que era da formação da história japonesa, da família japonesa. Então: honrar a palavra, honrar o companheiro, honrar um princípio que eles tinham de defender o companheiro... ele entregava a vida dele para conseguir livrar. Além do mais... acho que você não chegou a ouvir... Não, deixa eu dar continuidade... Nesse ínterim, parece que fez um contato. Ele e os [...] elementos que estavam presos. Houve contato com ele para ele se defender... não... para ele se entregar diante de um manifesto que diz que eles iriam soltar os três, forçando o Massafumi a se entregar e, juntamente com eles, assinar esse manifesto contra a revolução, contra terror, contra ditadura, para poder a parte da polícia... poder pegar o Massafumi para soltar. [...] O manifesto. Mas, esse manifesto, dizendo que eles fizeram... a questão era fazer um acordo com o governo para soltar eles. Eles não explicaram nada disso. Ninguém falou até hoje sobre esse caso. Acho que eles que falaram daquele manifesto, tal e tal... salvar o estudante, contra a revolução... posso fazer isso... mas isso é política que fizeram para que possam eles sair... Inclusive, uma irmã de Marcos que estava... era cont... aliás, ela, parece, que foi contato com o Massafumi, que estava fora. Até agora estava falando que ele estava em dificuldade... até emprestou dinheiro para ele, deu dinheiro pra ele... isso foi coisa totalmente [risos] inusit... é mentirosa! Não é nada verdadeiro!”<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup> Idem.

Akitoshi, que tem agido como “guardião da memória” do sobrinho, reunindo materiais sobre a sua trajetória e disponibilizando-se a dar entrevistas a respeito do tema, afirma que Massa se entregou às autoridades na expectativa de contribuir para a libertação de seus companheiros. É interessante, e compreensível, a leitura que ele faz da história de Massafumi, buscando evidenciar o seu lado “positivo” e honrado: desde cedo, lia muito e gostava de política; dentro da organização, “fazia a parte mais política” e era contrário “à arma de ação violenta”; saiu da VPR, mas antes estabeleceu um acordo com Lamarca para preservar a segurança do grupo; entregou-se às autoridades, após a intermediação da irmã de Marcos Vinicio, com o objetivo de libertar outros companheiros. A explicação para esse comportamento exemplar encontra-se na sua formação familiar, “da família japonesa”, na qual o valor da honra é basilar, o que pode conduzir até mesmo a situações extremas, como “entregar a vida”.

A respeito do *arrepentimento* de Massafumi, Lungaretti relata um encontro que teve com Marcos Vinicio, o qual lhe contou uma história diferente:

“E eu encontrei o Chapita [Marcos Vinicio], fomos bater papo, tomar um café. E aí ele falou sobre o Massafumi que... isso eu não coloquei no livro, eu creio... que quando o Massafumi estava como mendigo, não tinha mais condições de sobrevivência, e o Marcos liderou lá o arrependimento, então o Massafumi procurou a irmã do Marcos e falou para levar um recado: ‘o que eu faço agora?’ O Marcos me contou a história que teria dado ao Massafumi duas opções: ou se entregar, para garantir não ser preso, quer dizer, não ficar preso, nem de ser torturado, ou que ele, Marcos, teria como arrumar dinheiro para o Massafumi sair do país. Isso foi o que ele me contou.”<sup>125</sup>

Também segundo Rômulo Fontes, “o apoio, a participação total foi do Marcos Vinicio” neste processo de retratação, pois o Massafumi estava “numa situação deplorável, entendeu? Do ponto de vista da subsistência, da sobrevivência pessoal entendeu?”<sup>126</sup>

O irmão de Massafumi, Toshiro, declarou em 2004, perante um tabelião, que se encontrou com ele momentos antes de sua retratação:

“[...] perdurou na família o trauma das perseguições até que MASSAFUMI YOSHINAGA foi preso ou então se entregou sendo obrigado a fazer acordo com os militares. No dia de sua provável rendição ele apareceu acompanhado de um delegado do DOPS, encontrando-se comigo, quando então nos dirigimos para um bar ou restaurante situado na esquina da Rua Rego Freitas com o Largo do Arouche. Lembro que ali compareceu além do delegado que o

---

<sup>125</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>126</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

acompanhava o líder da OBAN o ex-delegado Sergio Fleury quando o mesmo fez pressão para que meu irmão fosse entregue a ele, o que não aconteceu. Logo após, MASSAFUMI YOSINAGA foi obrigado a renegar publicamente o terrorismo senão com certeza estaria hoje integrando a lista de mortos e desaparecidos do regime militar. [...] Apesar de ter protagonizado cenas de repúdio à esquerda arquitetadas pelos policiais militares envolvidos na repressão política que inclusive redigiam os textos a serem lidos pelos ‘arrepentidos’, meus irmãos e todos nós continuávamos a ser importunados. Até hoje duvidamos se ele chegou mesmo a se entregar ou foi preso e obrigado a colaborar.”<sup>127</sup>

O depoimento de Toshiro revela dúvida em relação à rendição de Massafumi, levantando a suspeita de que ele já estivesse preso quando fez sua retratação, atribuindo as “cenas de repúdio à esquerda” protagonizadas pelo irmão às pressões e ameaças dos agentes da repressão (“senão [...] estaria integrando a lista de mortos e desaparecidos do regime militar”). O tio de Massa, no entanto, confirma que o sobrinho se entregou, assim como os depoimentos de outros militantes. Não se pode saber com certeza como se deu essa negociação e porque o militante aceitou se render à repressão, apesar das evidências de que ele já estivesse bastante afastado de suas atividades políticas e da VPR.

O que se sabe é que, no dia 2 de julho, a imprensa divulgou que Massafumi Yoshinaga se entregou aos órgãos de segurança do governo. No dia seguinte, foi levado à televisão e lançou a “Carta aos Jovens”<sup>128</sup>, documento no qual fazia um alerta à juventude sobre os riscos da vida na clandestinidade. Como a própria *Veja* declarou anos depois, sua entrevista à televisão foi “um espetáculo inédito e de grande impacto político.”<sup>129</sup>

O regime explorou de forma intensa as declarações de Yoshinaga. O depoimento de “Massa”, então com 21 anos, teve grande repercussão, tanto por sua idade, como pela fama que o jovem militante havia conquistado. As declarações de Massafumi ganharam as capas dos principais jornais do país, além de reportagens nas mais importantes revistas da época, como *O Cruzeiro*, *Veja* e *Manchete*.

---

<sup>127</sup> Escritura de Declaração de Toshiro Yoshinaga, prestada perante o 14º Tabelionato de Notas, em São Paulo, aos 11 dias de março de 2004. Nesta declaração, Toshiro narra os acontecimentos relacionados à trajetória política de seu irmão, Massafumi, e as perseguições sofridas por sua família. Este documento me foi entregue pelo tio de Toshiro e Massafumi; vale ressaltar que tal declaração foi produzida no momento em que reivindicavam o direito a uma indenização diante da Comissão de Anistia. Tal indenização foi concedida em 2005, quando o Estado reconheceu sua responsabilidade na morte de Massafumi, ocorrida em junho de 1976, como veremos no terceiro capítulo.

<sup>128</sup> Vale ressaltar que na documentação pesquisada no Acervo DEOPS, foi encontrada uma cópia da “Carta aos Jovens”, assinada por Massafumi, com a data incompleta: não indicava o dia, apenas o mês, junho de 1970. Essa informação sugere que o processo de negociação já estava em curso antes que a notícia sobre sua provável rendição fosse divulgada na imprensa.

<sup>129</sup> *Veja*, 16 de junho de 1976. p. 25.

Em manchete de capa intitulada “Médici indica o caminho da reconciliação”, publicada no dia 4 de julho de 1970, a *Folha de São Paulo* noticiou que o presidente da República “afirmou que a política nacionalista de desenvolvimento é o caminho para vencer o terrorismo e reconciliar o país, unindo a todos no esforço para a construção de um futuro promissor.” Como demonstração de sua tese, Médici teria citado “o caso do ex-terrorista Massafumi Yoshinaga, de 21 anos, que se entregou às autoridades em São Paulo, impressionado pelas recentes iniciativas do Governo.” O governante falou de “três das iniciativas mencionadas pelo jovem: a visita do presidente ao Nordeste, a decisão de construir a rodovia Transamazônica, e o decreto-lei que ampliou para 200 milhas o mar territorial brasileiro.”<sup>130</sup>

Portanto, além de serem usadas pelas autoridades no sentido de demonstrar o acerto de sua campanha para combater as organizações armadas, as declarações de Massa foram utilizadas também como forma de elogiar a atuação do governo. Em outra matéria, publicada no dia 7 de julho do mesmo ano, anunciava-se que o General Vicente de Paulo Dale Coutinho, comandante da 2ª Região Militar, havia determinado que as declarações do “ex-terrorista” fossem lidas em todos os quartéis sob sua jurisdição. O General dizia:

“Desejei que a tropa tomasse pleno conhecimento dos fatos desse jovem, e que comentasse o caminho errado que ele seguiu. Massafumi foi doutrinado pelos terroristas, trabalhou para eles e acabou voltando para a nossa área completamente desiludido, mesmo pronto a sofrer as sanções da Justiça.”<sup>131</sup>

O depoimento de Massafumi marcou uma nova fase nos episódios de retratação: seu impacto foi muito superior àquele causado pelas declarações do grupo da VPR. O militante foi bastante exposto, participou de entrevistas a televisões brasileiras e estrangeiras, passou a ser convidado para dar palestras em escolas e universidades, algumas vezes na companhia de Marcos Vinício e Rômulo<sup>132</sup>. O que parece, ao se acompanhar as notícias veiculadas após sua ida à televisão, é que tanto a imprensa como o governo “descobriram” então as potencialidades deste tipo de ação: um enfrentamento com os grupos armados utilizando como “arma” seus próprios militantes, e uma estratégia de comunicação capaz de mobilizar e sensibilizar a opinião pública e aumentar os índices de audiência.

---

<sup>130</sup> *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1970. Capa.

<sup>131</sup> *Folha de São Paulo*, 07 de julho de 1970. p. 4.

<sup>132</sup> Na televisão brasileira, por exemplo, deu entrevistas à TV Tupi e participou, com Marcos Vinício e Rômulo, de uma “mesa redonda” reunindo jornalistas de sete emissoras. Nas fontes, há notícias da participação do militante em um programa de um canal de televisão alemão.

Esta tática de guerra psicológica era defendida por amplos setores do governo, que esperavam, assim, enfraquecer as possibilidades das organizações armadas de recrutarem novos militantes. Acreditavam também que esta “abertura” do regime aos que haviam “se desviado do caminho do bem” levaria “subversivos” descontentes a se renderem. Dockhorn afirma que as declarações

“serviram de estímulo, segundo o governo, à deserção e desistência de muitos jovens. Em iguais condições, as declarações veiculadas na imprensa atingiriam não os líderes arraigados a concepções irrefutáveis, mas a jovem classe média dissidente propensa a ingressar nos ‘subterrâneos’ da subversão e do terrorismo.”<sup>133</sup>

Após a rendição de Massafumi, seguida de sua retratação pública, em julho de 1970, as notícias veiculadas na imprensa ressaltam que as autoridades esperavam a mesma atitude da parte de outros “subversivos”. Em reportagem publicada no dia 17 de julho do mesmo ano, o *Correio do Povo* afirmava que “as autoridades policiais paulistas esperam que nas próximas horas o exemplo de Massafumi Yoshinaga seja seguido por outros terroristas, que já teriam entrado em contato com os setores de segurança, demonstrando a intenção de se entregar.”<sup>134</sup> Relatava ainda a matéria que o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Danilo de Sá da Cunha, autorizou uma emissora de televisão da Alemanha Ocidental a fazer um filme “a cores” com um novo depoimento do “ex-terrorista” Yoshinaga, e completava: “Investigadores da polícia paulista reafirmaram hoje que o terrorismo em São Paulo está agonizando, pois não tem condições morais e materiais para continuar resistindo à ação das organizações de segurança.”<sup>135</sup> No dia seguinte, sob o título “Autoridades esperam rendição de outros terroristas”, uma matéria do mesmo jornal dizia que “a Secretaria de Segurança Pública poderá convocar os jornais para apresentar alguns terroristas que deverão entregar-se na próxima semana.” E prosseguia:

“Os policiais explicaram que o cerco total ao terror está sendo desferido desde 1969, com os primeiros resultados somente aparecendo agora, com a prisão de vários subversivos e de outros que se entregaram espontaneamente. O extermínio do que resta do terrorismo em São Paulo é uma questão de calma e de pouco tempo.”<sup>136</sup>

---

<sup>133</sup> DOCKHORN, op. cit., p. 275.

<sup>134</sup> *Correio do Povo*, 17 de julho de 1970. p. 8.

<sup>135</sup> *Idem*.

<sup>136</sup> *Correio do Povo*, 18 de julho de 1970. p. 5.

Procurava-se, portanto, transmitir a idéia de que as organizações armadas seriam rapidamente liquidadas, e que havia espaço, no “seio da sociedade”, para aqueles que se “convertessem” e abandonassem a “subversão”.

Embora não seja possível, a partir das fontes pesquisadas, comprovar cabalmente essa hipótese (porque a divulgação das rendições sempre foi mediada pela repressão), parece provável que alguns dos *arrepentidos* tenham se entregue aos órgãos de segurança, talvez por estarem descontentes com suas organizações e/ou convencidos de que a luta já havia sido perdida. Além de Massafumi - o qual, em entrevista, afirmou que a “Carta aos Jovens” escrita pelo primeiro grupo da VPR o havia motivado a retratar-se também -, esse é o caso, por exemplo, de Monir Tahan Saab, José Barros de Oliveira, Francisco Lopes dos Santos e Francisco das Chagas Fonseca Sapiência, cujas rendições foram divulgadas e seguidas por declarações de *arrepentimento*, como veremos adiante.

A partir do *arrepentimento* de Massa, houve empenho das autoridades em conseguir outras retratações. A libertação do militante, dias depois, pode ser entendida como um sinal de que o governo estava disposto, inclusive, a negociar penas como forma de atrair outros *arrepentidos*.<sup>137</sup> Não são poucos os relatos de militantes que se referem às pressões ou “convites” por eles recebidos para realizarem este tipo de depoimento.<sup>138</sup> Tal foi o caso de Celso Lungaretti.

---

<sup>137</sup> *Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1970. p. 4; *Correio do Povo*, 15 de julho de 1970. p. 5.

<sup>138</sup> No seu livro “Guerra é Guerra, dizia o torturador”, Índio Vargas, ex-vereador de Porto Alegre pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), cassado após o Golpe, relata um episódio de sua estadia na prisão da Ilha das Flores, em Porto Alegre, chamado por ele de “O Coronel não conseguiu o desbunde”. O autor nos conta sobre as tentativas do Secretário de Segurança do Estado, Coronel Jaime Mariath, em conseguir mais militantes para os processos de *arrepentimento*. De acordo com Vargas: “O Coronel simplificou tudo e reduziu seu discurso a uma proposta: nós assinaríamos uma carta confessando nosso arrependimento, cujo texto seria divulgado pela imprensa. Cada um redigiria sua própria carta, assinava-a, e isso seria o bastante para ser libertado. [...] Ninguém disse uma única palavra.” VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 154-155. No livro, *Lamarca: O capitão da guerrilha*, é relatada a tentativa de convencer o militante Denílson Vasconcelos, então membro da direção do MR-8 baiano, a protagonizar um *arrepentimento* público: Denílson “(...) acabava se sair da tortura quando os militares lhe entregaram um livro da Liga de Defesa Nacional sobre Os problemas do Comunismo, onde eram criticadas grosseiramente as idéias comunistas. Aquilo ficou 15 dias com ele. Até que o levaram ao quartel-general, serviram-lhe almoço de primeira, perguntaram qual o corte de cabelo que desejava usar e, então carregaram-no para a sala do comando. Lá estavam o general Argus Lima, comandante da 6ª Região Militar; o coronel Luiz Arthur de Carvalho; o pessoal do CENIMAR, do DOI-CODI e o major Nilton de Albuquerque Cerqueira. Mostravam os gráficos, diziam que toda a Organização estava destruída, falavam das obras de Médici, da Transamazônica, aquela conversa de nacionalismo. Ele, diziam, era um bom menino, mas estava fazendo as coisas no caminho errado. Prometiam soltá-lo imediatamente, se renegasse o passado e fosse pra televisão dizer isso publicamente.” JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca: O capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 2004. p. 125. Outro exemplo pode ser encontrado no relato de Luzia Ribeiro, que participou da Guerrilha do Araguaia. Presa, Luzia foi levada ao PIC – Pelotão de Investigação Criminal em Brasília. A militante afirma ter sido pressionada a “dar declarações na televisão, como havia feito o Massafumi Yoshinaga, contra os movimentos revolucionários.” Disponível em: [http://www.diariosdaditadura.com.br/tcc\\_mat\\_ver.asp?cod\\_col=47](http://www.diariosdaditadura.com.br/tcc_mat_ver.asp?cod_col=47). Último acesso em dezembro de 2007.

Lungaretti é filho único de uma família de origem italiana, de baixa classe média. Seu pai era mestre de fiação e sua mãe, dona-de-casa. Ele fez toda a sua trajetória escolar em estabelecimentos públicos – o sonho da família era que se tornasse engenheiro.<sup>139</sup> Em seu livro, *O Náufrago da Utopia*, Lungaretti fala dos “dias belos e ensolarados” de 1967/1968, época em que iniciou sua militância política. Ele era ainda “o estudante tímido da Mooca” quando foi apresentado a Maria das Graças. A moça, “magra, branca de cabelos negros”, era filha de um operário que militara no Partido Comunista e responsável por organizar uma base secundarista no Colégio MMDC, onde Celso estudava. Ele passou a participar, então, de uma série de atividades e discussões políticas, até que Maria lhe convidou a assistir um curso de marxismo durante as férias: “É quando Lungaretti se metamorfoseia em *Júlio*, sua *persona* de alguns dos melhores momentos que lhe será dado viver – e também, com toda certeza, de seus piores dias.”<sup>140</sup>

A partir desta data, ele ingressou no que chama de “estágio superior de luta.” Adotou a “ideologia do proletariado” e passou a integrar um grupo de base estudantil, que se propunha a fortalecer e tomar a UPES. Conforme referido anteriormente, nesta militância, Lungaretti começou a conviver com Marcos Vinício, Massafumi, Eremias, Gilson e Gerson Theodoro. Foi então que o cerco se fechou, como nos conta o militante:

“Olha, eu acho que o que houve foi que a ditadura foi recrudescendo tanto em sessenta e oito que só sobrou isso. Eles fecharam todas as portas, tortura, dissimulando os grupos paramilitares, tipo CCC [Comando de Caça aos Comunistas]. Então, censura... isso foi o... fecharam as comunicações, fecharam as ruas, não tinha mais como fazer passeata, deu o estouro do congresso da UNE... então, só sobrava isso. Sei lá, foi uma consequência. Digamos que, em sessenta e oito, o grande foco era o movimento de massa e dez por cento era a luta armada, daqueles grupos que estavam assaltando banco, fazendo umas ações ou outras, mas um negócio bem secundário no geral das coisas. De repente, fecharam tudo e queria fazer algo...”<sup>141</sup>

Como muitos de seus companheiros, após o fechamento do regime, Lungaretti passou à clandestinidade e ingressou na VPR. O militante foi incumbido de comandar o Setor de Inteligência em São Paulo, começou a conhecer alguns dos principais planos e táticas da organização e recebeu a proposta de integrar a equipe que iria preparar a primeira área de treinamento guerrilheiro, no Vale da Ribeira, já referida anteriormente. Sobre essa

---

<sup>139</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>140</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 30. Retomaremos estas citações no terceiro capítulo do presente trabalho, quando analisaremos com mais profundidade as memórias de Lungaretti.

<sup>141</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

experiência, Lungaretti afirma que não se sentia útil, percebia-se isolado das massas, desejava voltar para a cidade e assumir outras funções dentro da organização. Conforme explicado mais acima, a área foi abandonada por razões de segurança e a organização tratou de buscar outro local para estabelecer o campo de treinamento e transferir os militantes. Quando partiram, ele e Massafumi teriam recebido a seguinte orientação de Lamarca: “Companheiros, esta área está sendo abandonada e não terá mais utilidade para a VPR. Mesmo assim, não deve ser aberta para a repressão.”<sup>142</sup> Tendo deixado o Vale da Ribeira no final de 1969 e seguido para o Rio de Janeiro, foi preso na manhã do dia 16 de abril de 1970, na Praça Saenz-Peña.

Após sofrer intensas sessões de tortura, acabou “abrindo” alguns pontos e revelou informações importantes a respeito da organização. Sua “confissão” sobre a primeira área de treinamento de guerrilha urbana, que ele afirma que pensava estar desativada, teria, segundo relatório da VPR<sup>143</sup>, levado a repressão a descobrir a segunda área, onde encontravam-se Lamarca e outros membros do grupo. Lungaretti ficou então marcado como traidor e foi deixado de fora de uma lista de 40 presos que sua organização exigiu em troca da libertação do embaixador alemão Von Holleben, seqüestrado dias depois. Abalado psicologicamente e ameaçado de morte, afirma que foi forçado a redigir uma declaração em que se dizia *arrepentido*. Passados alguns dias, levaram-no à televisão. A transcrição de seu depoimento à autora, apesar de longa, é importante para compreendermos os meandros desses acontecimentos:

“Depois de três dias lá de massacre no Rio, foi bom, assim, ter esse... quando tudo terminou, voltamos para São Paulo e aí no [...] mais tortura e tal, só que com menor intensidade. Já sabiam que o tempo viável para prender as pessoas já tinha passado. Então a coisa... é quando surge algo em interrogatório, mas, de certa forma, eles estavam se sentindo tão poderosos que estavam, assim, meio... não estavam tão... Era uma época que prenderam muita gente [...]. Até que houve lá o seqüestro do embaixador alemão. Quando eu fiquei e eles descobriram que eu e todos os outros tinham escondido a unidade [...] que executou o seqüestro, aí que eles perceberam, caiu a ficha que eles tinham sido relapsos, não é? Estavam putos da vida comigo, porque o único que sobrou lá para apanhar. Talvez, por isso, além de uns dias de retaliações, ainda por cima, mandaram lá logo para a PE da Vila Militar, que era o pior lugar possível para... seria a

---

<sup>142</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 128.

<sup>143</sup> O relatório publicado pela VPR em setembro de 1970, intitulado *A Experiência Guerrilheira no Vale da Ribeira - Manifesto da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)*, afirma que: “Delatada por Massafumi e Lungaretti, a área de treinamento de guerrilha da VPR sofreu ataque das forças armadas a partir de 21 de abril, enquanto os agentes do Dops e Oban já estavam em Jacupiranga desde o dia 19.” Documento reproduzido no site do Centro de Documentación de Los Movimientos Armados. Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=329>. Último acesso em 16 de agosto de 2007.

finalização, só que... então, cheguei lá numa quinta-feira, eles tentando me intimidar, me colocaram na solitária. Lá era escuro, era frio... acho que lá pelas... aí eu não tenho clareza, mas eu sei que até domingo foi só intimidação, humilhação, frio, estava lá, assim, não tinha água, não tinha nada. Mas, na segunda, eu creio que eles cansaram e tinha aquela perspectiva de criar um efeito qualquer para reverter aquela situação, porque eles ficaram de fora da 'boca rica', não é? Estavam doidos para [...] captura e passar a mão nas recompensas todas que tomavam da gente, as recompensas dos empresários passistas. Na segunda, me torturaram de novo e aí, aquele monstro lá, o cabo Polvorelli, tinha cento e quarenta quilos... tinha a maior bronca do Eremias, que deu uns tiros no braço dele e inutilizou ele para o judô... aí o cara aproveitou, depois que me torturaram, ele, me levando para cela, ainda me deu um tapão, assim, no ouvido e estourou o ouvido. A cronologia é muito... não sei exatamente, mas eu acho que, provavelmente, isso foi numa terça. Quarta-feira era o dia de meio expediente no quartel, então foi numa terça mesmo. Na quarta teve uma parada de manhã, qualquer coisa, aquelas fanfarras, aquela coisa de milico, na manhã, e aí o tenente Ailton passou lá, falou lá: 'tudo o que você escreveu até agora é tudo velho, você está enrolando a gente'. Não tinha mais nada lá. Aí ele falou: 'Então faz como ar para fogo'. E ficou no ar. Aí chegou a tarde e... [...] Aí ele viu no jornal o negócio do Massafumi, bateu a idéia: '- Pô, se eu conseguir fornecer um segundo cara para maximizar o impacto, para dar mais quilometragem a esse negócio, eu limpo minha barra e tal. Em vez de ser reprovado eu vou ser é elogiado'. As chances deram a ele e ele bolou. O cara era maquiavélico, um sujeito... era primeiro tenente, deveria estar na faixa de trinta e poucos anos. Era bem maquiavélico. Ele teve essa idéia sozinho, ele executou sozinho... quer dizer, à tarde, quando o quartel esvaziou, quando os recrutas eram liberados, ficava só o pessoal do plantão, ele chama lá aquela minha aliada [Enéia], a esposa do engenheiro inglês, me coloca sentado ao lado da sala... era um pauzinho, eu fiquei, quase sempre, encostado na parede e a sala ao lado... e não tinha... era com tapume, quer dizer, se ouvia tudo. Então, ele deu uma folha, aquelas de escolar, que tem quatro partes, e falou: '- Escreve qualquer coisa aí para os jovens e tal'. E ameaçou: '- Se não escrever, se não me convencer e tal...', de arrepiar. E aí foram torturar ela, aquela gritaria, choque... choque dá aqueles gritos desumanos. E os caras passando e dando socos no meu peito, falando que eu era brocha... nesse clima. Quando acabou, fiquei lá de pé uma hora, uma hora e meia, sei lá! Aí o tenente apareceu e falou: '- Você me convenceu, vamos parar agora com... não vai mais para o pau, vamos te colocar na cela, te dar um cobertor, você vai poder tomar banho, você vai poder ficar em paz'. E aí a essas alturas pensei: 'Estou tão...' Eu me senti um trapo, tinha perdido vinte e cinco quilos, estava marcado e tal. Pensei: 'Vou morrer por aí. Eles vão distribuir essa merda para a imprensa e...' Aí apareceu lá, também não tenho muita clareza de data, mas numa manhã lá, apareceram aqueles dois jornalistas para falar e tal. Eu já deixei, mais ou menos implícito, quais eram as condições daquilo. Não podia falar. Com os milicos do lado não ia falar abertamente, mas nas entrelinhas eu falei para o Murilo Neri e o da *Globo*. Não lembro quem era o da *Globo*. O Neri era da *Manchete*, mas ele se apresentou. Então, os caras vieram conversar e tal, aí chegou no... um [...], um ou dois [...] falando que iam me matar e no caminho falaram que estavam me

levando para uma TV e que era para falar a mesma coisa que estava lá, senão iam me detonar, ia voltar para o pau-de-arara, iam matar e jogar embaixo da ponte... falava lá que... um deles falou: ‘- Aí o sargento [Magessi] deu uma aliviada... é a última coisa que nós te pedimos. Depois vamos te deixar...’<sup>144</sup>

Foi assim que, na noite do dia 9 de julho de 1970, durante a exibição do Jornal Nacional, os telespectadores da TV Globo que esperavam por mais um capítulo da novela “Irmãos Coragem”, grande sucesso da época, viram-se surpreendidos pela aparição de Lungaretti - um jovem franzino, de 19 anos e aparência abatida, que renegou sua militância política, negou a tortura nos porões do regime, fez um apelo à juventude para que não ingressasse na luta armada e chegou até mesmo a elogiar algumas obras do Presidente Médici.

Na entrevista concedida à autora, Lungaretti revela que, no momento da declaração de *arrependimento*, estava bastante abalado psicologicamente e fragilizado pelas intensas torturas que sofreu. Outros depoimentos de militantes que estiveram presos junto com ele, também trazem detalhes de seu estado na prisão, como o de Alípio de Freitas, militante da AP e do MRT:

“Foi nessa noite que conheci o Lungaretti. Vira-o antes, pelos corredores do DOI-CODI, como um fantasma, mas não sabia quem era. Na véspera de minha transferência para o DOPS, fui tirado da cela solitária onde sempre estivera e levado para uma cela coletiva do primeiro andar. [...] Também Lungaretti estava lá. Era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Tinha sido preso no Rio e torturado no DOI-CODI. Não é da minha alçada julgá-lo pelo seu comportamento durante a tortura e posteriormente, até ser apresentado ‘voluntariamente’ na televisão. O que quero testemunhar é que, antes de ter ido à televisão, ele já estava destruído por dentro e por fora pela tortura física e psicológica. Ele pode até negar isso, mas jamais poderá desmentir o que passo a narrar. Estávamos todos sentados na cela (ele num canto isolado), apresentando-nos e comentando a experiência daqueles dias. De repente, a portinhola da porta se abriu e a voz do Cabo Gil gritou, imperativa:

- Lungaretti!... Começa logo a lambar essa parede, a toda a volta, até chegar aqui. Rápido!...

Molemente, Lungaretti levantou-se do seu canto e dispôs-se a executar a ordem. Segurei-o pela camisa e disse-lhe com firmeza:

- Você não vai lambar parede nenhuma.
- Mas se eu não lambar ele entra aqui e me bate.
- Pois então ele vai ter que bater em todo o mundo – respondi-lhe.
- Começa logo a lambar essa parede! – gritou-lhe o Cabo Gil.
- Ele não vai lambar parede nenhuma – respondi-lhe.

---

<sup>144</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Percebe-se que, em seu depoimento, Lungaretti atribui sua retratação às torturas sofridas, principalmente após o seqüestro do embaixador alemão. No livro *O Naufrago da Utopia*, o autor apresenta outras matizes que ajudam a compreender esse processo, como será desenvolvido no terceiro capítulo.

- Lungaretti chorava e tremia, repetindo sem cessar: - Mas ele vai me bater, ele vai me bater...  
Nessa altura, todos na cela estavam de pé, dispostos ao que desse e viesse.”<sup>145</sup>

O episódio teve fim quando chamaram o Sargento de plantão, que foi comunicado do ocorrido e ficou furioso por ter sido incomodado em função daquele motivo.

Também Alfredo Sirkis, então militante da VPR, ao tratar das retratações de militantes na televisão em seu livro “Os Carbonários”, relata a situação de Lungaretti na prisão:

“O caso de *Lourenço* era diferente. Foi muito torturado na PE da Barão de Mesquita, o que era um atenuante. Primeiro fizeram dele o ‘pele’ da prisão, pois, se submetia a tudo. [...] E depois passou a um nível de colaboração continuado, já sem coação: ajudava nos interrogatórios, saía de carro com as equipes de busca para reconhecer gente na rua. Agora estava na TV.”<sup>146</sup>

A narrativa de Sirkis, além de revelar a fragilidade de Lungaretti, o “Lourenço” da VPR, evidencia uma condenação dos *arrepentidos*, de forma geral. Lungaretti, por ter sido muito torturado, tinha, na visão do autor, um “atenuante”; ainda assim, era considerado um traidor.<sup>147</sup>

Também o depoimento de Lungaretti alcançou grande repercussão na época, sendo divulgado nos principais veículos da grande imprensa.<sup>148</sup> Dias depois, seu nome e o de Massafumi reapareceram nos cartazes sobre “terroristas” expostos em locais públicos para alertar a população. Desta vez, ao invés de expor nomes e fotografias de “Terroristas Procurados”, o cartaz indicava: “Eles já não são mais procurados”. Junto a uma série de militantes mortos, presos ou banidos do Brasil, as fotografias de Massafumi e Lungaretti eram exibidas com a seguinte legenda: “preso e arrependido”.<sup>149</sup>

Pouco mais de um mês depois, no dia 19 de agosto, um grupo de quatro militantes da VAR-Palmares de Goiás foi apresentado em cadeia nacional de televisão, quando afirmaram ser “elementos que reconhecem os erros de uma organização frustrada, ultrapassada, que de

---

<sup>145</sup> FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Memória do tempo da morte civil do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 50-51.

<sup>146</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 9. ed. São Paulo: Global, 1984. p. 208-209.

<sup>147</sup> A forma como estas declarações de *arrepentimento* foram recebidas por outros militantes da esquerda armada será discutida no segundo e no terceiro capítulos da presente dissertação.

<sup>148</sup> Alguns exemplos: *Folha de São Paulo*, 08 de julho de 1970. Capa. “Ex-subversivo reafirma em juízo seu repúdio ao terror”; *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1970. p. 7. “Mais um abandona o terrorismo e diz que subversivos tem tribunal”; *Correio do Povo*, 10 de julho de 1970. Capa. “Membro da VPR redige declaração de próprio punho para jovens do país” e *Manchete*, 1º de agosto de 1970, p. 30. “Terroristas do Brasil: ouvi-me”.

maneira nenhuma conseguirá ir adiante”. Eram eles: Allan Kardec Pimentel, Gustavo Guimarães Barbosa, Jackson Pires Machado e João Arnolfo Carvalho de Oliveira.

Allan Kardec tinha então 21 anos, era natural de Firminópolis, Goiás, e ainda estudante, em 1968, passou a militar na AP. Em julho de 1969, ingressou na VAR-Palmares, chegando ao Comando Regional. Era acusado de inúmeras ações: a fundação da Frente Revolucionária Estudantil, junto com João Arnolfo; a tentativa de incendiar um jipe da Polícia Civil de Goiás; o estabelecimento de contatos com operários no Setor Bueno e Vila União em Goiânia, visando criar uma “frente operária” que daria suporte à VAR; e o aliciamento de uma série de militantes, entre eles Francisco das Chagas Sapiência (que um mês depois de Kardec também se retratou publicamente) e Olga D’Arc Pimentel, sua irmã. Fez uma série de viagens, mantendo contatos com outros membros da organização e acabou preso em Minas Gerais, no mês de maio de 1970.<sup>150</sup> Valdomiro de Campos Batista, antigo militante da esquerda armada e ex-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de Goiás, comenta a respeito do militante:

“Ele foi o maior líder estudantil secundarista em Goiás. Ele e a irmã, Olga, junto com Euler Ivo. Foi da VAR-Palmares. Quando saiu para buscar as armas em Belém, Allan caiu em Minas Gerais. Estava dentro de um ônibus que foi interceptado pela polícia. Então o pegaram. Ele conta que não imaginava contra quem estávamos lutando. Allan lembra-se apenas de, quando entrou no quartel do Exército, as portas se fechando. Depois, o penduraram no pau-de-arara e o torturaram. Foi quando contou que tinha um encontro comigo no Rio de Janeiro. Allan contou o que podia contar, porque já estava fora da organização, então não tinha mais ponto com ninguém. Por isso, é mentira quando dizem que ele entregou as pessoas da organização. Ele somente ventilou nomes de pessoas que já estavam na clandestinidade, que não tinham mais nenhuma ligação com a organização. Ele apenas deu informações que não levaram aos militantes da VAR-Palmares.”<sup>151</sup>

Jackson Pires, também conhecido como “Geraldo”, era natural de Hidrolândia, Goiás. Começou sua militância política como estudante secundarista, da mesma forma que vários outros personagens desta história, e tempos depois passou a integrar os quadros da VAR-Palmares. Era acusado, igualmente, de várias atividades “subversivas”: agitação estudantil,

---

<sup>149</sup> Fotografias destes cartazes podem ser encontradas nas imagens que compõem o livro de Lungaretti. LUNGARETTI, op. cit., s/p.

<sup>150</sup> *Correio do Povo*, 19 de agosto de 1970, p. 16 e *Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1970. Capa e páginas 11 e 12. Nestas reportagens, foram divulgadas as fichas de qualificação dos quatro militantes, com informações sobre suas trajetórias políticas e suas vidas na clandestinidade.

<sup>151</sup> Entrevista de Valdomiro de Campos Batista ao jornal *Opção (Online)*, 11 a 17 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques2&idjornal=26>. Último acesso em 08 de julho de 2007.

aliciamento, distribuição de panfletos, agitação política, direção do movimento operário de Goiânia e participação em atividades da VAR. Mantinha contatos com Allan Kardec e João Arnolfo. Foi preso em Goiânia, com 22 anos de idade.

O outro militante apresentado à imprensa naquele momento, João Arnolfo, também era natural de Goiás. Começou a militar politicamente no movimento católico de esquerda (Grupos de Estudos Sociais, que seguiam o padre Galache, jesuíta espanhol, autor do livro "A Doutrina Social da Igreja") aos 16 anos. Aos 17, integrava o Grêmio Félix de Bulhões, do Colégio Estadual de Goiânia, e foi um dos líderes do maio de 68 daquela cidade, quando os estudantes tomaram os colégios estaduais. Aos 18, ingressou na Universidade, cursando Ciências Sociais. Após ter sua matrícula caçada, em dezembro de 1968, manteve contato com Allan Kardec e ingressou na VAR-Palmares. No mês de junho de 1969, passou à clandestinidade. Foi preso pelos militares da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada aos 19 anos, em Taguatinga-DF, após ter sido delatado por um companheiro submetido a torturas. Pesavam sobre ele a acusação de ter colocado uma bomba na sede da Sociedade de Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade, em Goiás, além de inúmeras outras denúncias, comuns também aos demais envolvidos neste episódio de *arrependimento*. Hoje militante do Partido Verde, e ex-candidato ao Senado pela legenda, um antigo site de campanha na internet apresenta uma versão de seu processo de retratação pública:

“Torturado no PIC (Pelotão de Investigações Criminais), na Polícia do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília, resistiu durante várias semanas até que sua companheira e os companheiros do comando da organização em Goiás e Brasília estivessem a salvo. Alvo de torturas físicas seguidas por tentativas de manipulação por psicólogos e médicos do Exército, já na época da Copa de 1970, assim como dezenas de adolescentes sofreu também tortura psicológica e tentativa de lavagem cerebral, sendo levados em grupos pelo general Antônio Bandeira a dar depoimentos públicos, ‘atestando que estava abandonando a luta armada como forma de mudança política e optando pela via pacífica’”.<sup>152</sup>

Neste texto, escrito em terceira pessoa, a retratação pública é justificada pela tortura física e psicológica que sofreu; o “depoimento público” protagonizado pelo militante é inserido em um coletivo (“como dezenas de adolescentes”) e visto como resultado da tentativa

---

<sup>152</sup> Retirado do site da internet intitulado *Ex-candidato a senador pela coligação PV-PSB-PHS em Brasília – João Arnolfo – História de Vida*, acessado em maio de 2005. O site não está mais disponível na web.

de lavagem cerebral por ele sofrida. É evidenciada também sua resistência em revelar informações que pudessem comprometer outros militantes.

Gustavo Guimarães Barbosa tinha 19 anos quando foi à televisão. Era natural da Guanabara, mas mudara-se para Goiânia com os pais, aos 10 anos de idade. Ele nos conta um pouco de sua trajetória e como iniciou sua militância política:

“[...] quando veio o Golpe de 64 eu tinha 14 anos e estava morando já em Goiânia, estado de Goiás. Eu tinha 10 anos quando a gente se mudou pra Goiânia, em função do trabalho do meu pai, e eu fiz o Ginásio inteiro lá. A gente era espírita e na época eu comecei a frequentar o movimento espírita, a juventude espírita e já tinha simpatia pelo movimento estudantil, mas sem nenhuma ligação ainda, era muito garoto na época de 10 a 14 anos. Com 15 anos voltamos pro Rio e eu ia todo ano a Goiânia nas férias, sozinho. Dava aulas particulares durante o ano, ganhava algum dinheiro e viajava sozinho já com 15, 16 anos pra Goiânia, pra Brasília, interior de Minas e Goiás, saía na época até de mochila, pegava carona, ônibus, viajava com amigos de lá. Nesses anos, no Rio, de 66 a 68, eu fiz o curso clássico pra fazer depois jornalismo. E nessa época foi interessante que, além do movimento espírita, eu me envolvi com o movimento esperantista. Eu falava, e falo até hoje, o esperanto, a gente nunca esquece, é engraçado. Mas eu citei o esperanto agora porque eu comecei a me corresponder com pessoas do mundo inteiro em esperanto, com outros jovens, mantive intensa correspondência, por cartas pelo correio, e passei travar contato com a cultura de outros países. Tinha um correspondente na Tchecoslováquia, outro no Japão, em vários países assim. Um amigo meu, da juventude esperantista, foi estudar na Rússia naquele Instituto Patrice Lumumba, para onde iam jovens de vários países do mundo. Quase que eu fui, mas acabei decidindo não ir. Depois recebi cartas desse meu amigo achando aquilo lá muito fechado, autoritário, com muita repressão ideológica. Enfim, pelo esperanto eu comecei a receber publicações do mundo todo. Por exemplo, a primeira vez que eu li os pensamentos do Mao Tsé Tung foi em esperanto, pois era uma leitura completamente proibida no Brasil. Eu passei a receber pelo correio uma revista chamada em esperanto, chamada *El Popola Chinio*, que significa ‘Da China Popular’. Eu tinha 16, 17 anos e essa revista me impressionava muito, porque era muito bem feita, imagina uma *Veja*, hoje, nos padrões dos anos 60, a capa colorida muito bem impressa, muito bem editada, bem escrita. Eles imprimiam essas revistas, folhetos e livros, em dezenas de idiomas, inclusive em esperanto. E na capa você via, por exemplo, a foto de uma jovem vietnamita de 16 anos que tinha derrubado 19 helicópteros americanos, coisas desse tipo, reportagens sobre os jovens na revolução cultural chinesa, e uma cobertura da guerra do Vietnã, na época, pelo ponto de vista da China Comunista. Então, eu passei a ter com isso uma visão não brasileira, nem americana, mas internacional, de outro ponto de vista. E, nesse ponto o esperanto foi um canal interessante também, além dos correspondentes que eu tinha. Na verdade, falava de política assim diretamente, mas passei a enxergar o mundo de outra maneira, sem ter condições econômicas para viajar a outros países. Ao mesmo tempo,

eu cursava o Clássico (hoje Ensino Médio, voltado para a área de ciências humanas) e naturalmente eu ia lendo livros, ia vendo as coisas, lendo jornais e revistas, muito curioso, muito interessado no que acontecia, e nessa época havia uma efervescência cultural e política muito grande. E comecei também a fazer música, escrever poesia, tinha uma vivência cultural intensa. Aconteceu que eu entrei pra faculdade em 68, no auge da repressão, e eu andava com livrinhos do Mao Tsé Tung no bolso, uma edição em esperanto, formato livro de bolso, capa vermelha, uma folha de papel transparente com foto dele em policromia, tudo muito bem produzido, e fazia alguns debates na escola sobre isso, já no clássico, defendendo a revolução chinesa, que era um mito pra mim, como Che Guevara. Quer dizer, a geração da gente cultivava alguns mitos de esquerda, naquele jeito que a música do Belchior fala, a gente queria mudar o mundo, e o Cazuzu falou mais tarde, e era mesmo exatamente isso, a gente realmente tinha essa pretensão de mudar o mundo, tinha alguns modelos que a gente acreditava que fossem modelos de salvação do mundo, e o Mao Tsé Tung era um modelo forte disso.”<sup>153</sup>

Com todos estes mitos, referências e projetos na mente, Gustavo entrou na Faculdade de Administração no início de 1969, na Fundação Getúlio Vargas, e ingressou em um grupo de teatro ligado ao Diretório Acadêmico. A partir daí, começou a se envolver mais intensamente com as questões estudantis. Após haver participado de um festival e ver sua música censurada, tendo sido levado ao DOPS para prestar esclarecimentos, seguiu rumo a Goiânia:

“Bom, eu fiquei chateado, desiludido, e dois dias depois peguei a mochila, peguei a estrada e fui pra Goiânia, onde eu tinha feito o Ginásio, e lá eu procurei um ex-companheiro de movimento espírita que, eu não sabia ainda, pra minha surpresa estava já clandestino, vivendo em um aparelho e fazendo luta armada. Na verdade eram dois irmãos, o Alan Kardec e a irmã dele, Olga D’Arc. Encontrei o Alan e já no dia seguinte eu estava morando no aparelho, sem precisar, não era nem clandestino, e desse jeito entrei na VAR-Palmares. Até esse momento eu nem tinha ouvido falar nessa organização. Nesse aparelho eu conheci mais uma pessoa, que foi preso depois também, e que eu conhecia como Lucas, o nome dele era Raul, era um rapaz português, e depois disso tudo ele foi extraditado pra Portugal. Então, de um dia para o outro eu estava vivendo como clandestino, sem precisar, e fazendo luta armada. Sem saber muito bem por quê. É claro que eu acreditava naquilo tudo, achava o maior barato, e que era aquilo mesmo, e que tinha que mudar o mundo, e que Che Guevara era o máximo, e tal. E desde o movimento espírita e esperantista eu tinha experiência de fazer jornais, fazia jornaizinhos estudantis, e fiquei editando coisas nesse movimento, em um aparelho na periferia de Goiânia. Tem casos curiosos, por exemplo, no dia seguinte, já no primeiro dia me deram um revólver. E eu, um garoto, meu filho hoje tem 22 e eu nem quero imaginar ele numa situação assim, mas eu

---

<sup>153</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

botei o revólver dentro da calça, na cintura, e eu saia andando pela rua e o revolver ficava caindo pela perna...”<sup>154</sup>

A narrativa de Gustavo procura evidenciar que ele acabou ingressando na VAR-Palmares quase que por acaso, sem saber muito bem porquê, por achar aquilo o “maior barato”, pela sua vontade de mudar o mundo. Na organização, era o responsável pelo setor de imprensa, e segundo afirma, não participou de nenhuma ação armada, só do roubo de um mimeógrafo em uma república de estudantes. Fazia também algumas viagens, “por ser o mais limpo”, estabelecendo contatos e levando e trazendo materiais para a VAR. Aos poucos, no entanto, começou a ter diferenças com os companheiros:

“Com o tempo, que foi pouco, na verdade, pois eu fiquei poucos meses nessa história, com o tempo eu comecei achar alguns pontos meio difíceis de conciliar. Por exemplo, a repressão cultural que acontecia dentro do movimento. Ali eu conheci pouca gente, por questões de segurança, então dentro da VAR-Palmares eu conheci 6 ou 7 pessoas no máximo em alguns meses de militância. Algum deles chegavam foragidos, assumiam o comando, e eram pessoas extremamente dogmáticas e repressoras em todos os sentidos. Algumas coisas que eu acreditava, que achava um barato, essa coisa do Caetano, da maconha, da contracultura, alguns deles achavam completamente anti-revolucionário, anti-proletariado, e acreditavam que tinha que justificar mesmo as pessoas, tinha que matar. Aí eu comecei também a ver essa outra realidade do justicamento, da falta de abertura pra um debate...”<sup>155</sup>

Em uma das viagens que realizou ao Rio de Janeiro, acabou sendo detido: “Eu apanhei muito nos 10 primeiros dias no Rio, no DOPS, na PE no Rio.” Foi então levado à Goiânia, e lá permaneceu preso, primeiro sozinho, depois com outros companheiros. Meses depois, fez sua retratação pública:

“Eu não me lembro exatamente como aconteceu o convite para dar entrevistas à imprensa repudiando a luta armada. Eu sei que houve uma conversa, e que um oficial percebeu que eu estava questionando, que eu sinceramente não tava acreditando naquilo, aí ele perguntou: ‘Você faria um depoimento público?’ Em troca, eles me prometeram a liberdade. ‘Você fica solto, a gente te dá liberdade condicional’. Respondi na hora: ‘Topo! Não tô acreditando mais nisso mesmo, tudo bem’. Um dia ou dois depois, eu estava num carro, sendo levado pra Brasília numa Rural, aquelas pick-ups grandes com outros três companheiros. Eu conhecia o Alan, desde os tempos de juventude espírita e dos primeiros dias de aparelho, pois foi por intermédio dele

---

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> As questões do moralismo nos aparelhos e dos “justicamentos” serão abordadas com mais detalhes no capítulo 2 desta dissertação.

que eu entrei na VAR-Palmares, tinha conhecido o Jackson poucas semanas atrás, naquela cela coletiva. [...]

Mas aí, voltando ao assunto da entrevista. De repente eu me vi dentro de um carro grande cheio de escoltas e tal, sendo levado com outros três companheiros, e foi durante a viagem que a gente perguntou um pro outro se estava indo pelo mesmo motivo, que seria fazer um depoimento para os jornais e a televisão. E de fato estávamos todos na mesma história... Eu conhecia o Alan, tinha conhecido o Jackson só na cadeia, o outro era o João Arnolfo, que eu só conhecia de nome e que estava preso há mais tempo, e a gente só se encontrou mesmo ali. Não combinamos nada entre nós. Fomos cooptados, fomos convencidos a fazer aquilo, convidados a dar o depoimento sem saber que ia ser em grupo. Obviamente, mesmo por uma operação mesmo de mostrar à população que vários subversivos estavam arrependidos, eles detectaram esse potencial de pessoas em Goiânia que estariam sendo críticas à luta armada, e um deles era eu. Aí a gente ficou dois dias em Brasília, cheguei a ter uma entrevista lá com um comandante, e depois fomos levados pro Rio, mas ainda com uma escolta enorme, muito acima do perigo que poderíamos representar. Era impressionante. A gente entrava no carro, um desses utilitários, e no espaço de bagagens devia ter uns quatro rapazes cabeludos, com metralhadoras escondidas embaixo do banco. No chão, em frente ao banco de trás, onde nós estávamos, tinha mais uns três ou quatro, com metralhadoras apontadas pra nós. E a gente dizia: ‘Pô, meu irmão, que perigo a gente representa? Vocês estão exagerando’, e tal, mas os caras tinham montado mesmo uma operação de guerra. Então a gente ficou num quartel no Leblon e de lá nos levaram ao estúdio da TV Globo, pra gravar depoimento...”<sup>156</sup>

Neste caso, ao contrário dos primeiros *arrependidos* apresentados à televisão, parece não ter havido um amadurecimento prévio da idéia de renegar a luta armada devido a divergências ideológicas com a esquerda e após longas negociações com os agentes da repressão. Embora alguns dos jovens de Goiás tivessem compartilhado experiências de militância política no período anterior à sua prisão, não negociaram suas retratações em conjunto; só se deram conta que formavam um grupo na *pick-up* que os levava a Brasília. Contudo, como o depoimento de Gustavo deixa claro, eles foram escolhidos, “cooptados”, por já manifestarem divergências anteriores com sua organização e depois de serem torturados. Quinze dias depois de serem apresentados na televisão, os quatro militantes da VAR foram soltos, colocados em liberdade vigiada.

---

<sup>156</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. Além de gravar esse depoimento, Gustavo afirma ter participado de outros programas de televisão: o grupo da VAR, por exemplo, deu uma entrevista à *United Press International*. Ele lembra que seus pais também foram entrevistados na televisão, participando de uma discussão sobre questões relacionadas à juventude e ao *terrorismo*. Além disso, seu pai foi convidado a participar do programa de João Silvestre, transmitido aos domingos à tarde pela TV TUPI. Dias depois, segundo seu depoimento, Gustavo também participou do referido programa, com permissão das autoridades.

No mês de setembro de 1970, foi apresentado ao público Francisco das Chagas Fonseca Sapiência, também militante da VAR-Palmares de Goiás, já citado anteriormente como companheiro de alguns membros do grupo que se retratou em agosto. Sob a manchete “Desiludido com terrorismo jovem apresenta-se ao DPF”, o jornal *Correio do Povo* noticiou que Sapiência, “espontaneamente se desligava do terrorismo”, declarando-se desiludido e acentuando que “outros ex-companheiros estão dispostos a seguir-lhe o exemplo e voltar à vida normal.”<sup>157</sup> Sapiência tinha então 21 anos e, segundo a reportagem, havia atuado em Goiás e Brasília, e estava escondido na Guanabara há vários meses, tendo retornado à Goiânia especialmente para se apresentar às autoridades. Na pesquisa realizada nos jornais da época, não há indicações de que o militante tenha dado declarações à televisão.

Como referido acima, a reportagem do *Correio* dá ênfase à afirmação de que haveria outros militantes dispostos a “renegar o terrorismo”, o que era bastante recorrente nas notícias sobre estes episódios. No mesmo sentido, geralmente, os *arrepentidos* remetiam sua atitude às declarações feitas anteriormente por outros companheiros que se retrataram; construía-se, assim, a idéia de um “efeito dominó”: uns seguindo o exemplo dos outros, a caminho do *arrepentimento*, da “vida normal”. Note-se que no dia 25 do mês corrente, o *Correio do Povo* noticiou que a Prefeitura de Goiânia contratou dois dos seis *arrepentidos* de Goiás, como parte de um projeto de reintegração social para egressos do “terrorismo”. Jackson Pires teria sido contratado para atuar na Junta do Serviço Militar, e Allan Kardec em outro setor da Prefeitura. A reportagem afirmava ainda que outros dois militantes que participaram da retratação pública seriam escolhidos e empregados. Os jovens teriam ido a Brasília participar de uma cerimônia na qual receberam seus empregos.<sup>158</sup> O auxílio governamental a esses jovens, para que se readaptassem à sociedade, à “vida normal”, constituía-se em mais um elemento que passou a ser vinculado às estratégias de *arrepentimento*, visando convencer mais militantes a se renderem.

Em novembro, foi a vez do suíço Hans Rudolf Jakob Manz apresentar a sua retratação pública. Com o título “O técnico em bombas de Marighella repudia hoje o terrorismo”, a reportagem de capa da *Folha de São Paulo* do dia 4 de novembro de 1970 anunciava que Manz, também conhecido como “Jerônimo”, “repudiará o terrorismo hoje, às 14 horas, no Palácio da Polícia.” A notícia afirmava que o militante havia viajado a Cuba a mando de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, onde especializou-se na produção de bombas, e que, retornando ao Brasil, teria montado uma escola de preparo de explosivos. Ainda segundo o

---

<sup>157</sup> *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1970. Capa.

<sup>158</sup> *Correio do Povo*, 25 de setembro de 1970. p. 21.

jornal, ele foi preso em novembro de 1969 e há muito tempo vinha “apresentando arrependimento.”<sup>159</sup> No dia 5, suas declarações foram novamente apresentadas na capa da *Folha* sob o título “‘Jerônimo’ repudia o terrorismo.”<sup>160</sup>

Manz nasceu em Zurique, Suíça, em maio de 1928, e veio para o Brasil com 5 meses de idade. Segundo o seu *Auto de Qualificação e Interrogatório*<sup>161</sup>, expedido pelo DEOPS em 15 de janeiro de 1970, ele teria iniciado sua vida política no ano de 1957, tornando-se simpatizante do Partido Comunista Brasileiro em Ilhéus (BA), onde residia. Em 1962, foi solicitado pelo Partido que Manz organizasse a Associação dos Trabalhadores Rurais de Camacã, também na Bahia, e, a partir daí, o militante tornou-se membro efetivo do PCB. Devido à repressão policial, seguiu para São Paulo ainda no ano de 1962, onde trabalhou em uma firma, depois como gerente-administrativo do jornal *Terra Livre*, do próprio PCB e, após a “revolução de 31 de março de 1964”, quando o periódico foi fechado, atuou como professor de alemão e vendedor de livros. Nessa época, era ligado ao Comitê Central do Partido Comunista, tendo ficado afastado por um ano e retornado às atividades em 1965. Em seu interrogatório, o militante relatou as disputas internas ocorridas dentro do PCB ainda em 1965, a forma como essa organização política era estruturada e o nome de vários companheiros. Após a expulsão de Marighella e seus seguidores do PCB, Manz seguiu no Partido, mas informou que recebeu um convite por parte do grupo expulso para que fizesse uma viagem a Cuba, a fim de participar de um curso de guerrilha que duraria três meses. Seguindo para Cuba, participou de treinamentos com outros brasileiros que viajaram com ele, como José Nonato Mendes, Virgílio Gomes da Silva, Otávio Ângelo e Aton Fon Filho. No seu depoimento às autoridades, Manz afirmou ainda que, durante uma caminhada noturna, não agüentou e caiu, gerando um atrito com um companheiro, o que o levou a ser preso em uma Unidade Militar cubana. Nessa ocasião, manifestou seu desejo de retornar ao Brasil, argumentando que tinha saudades do país e problemas psicológicos. Após ficar trabalhando um tempo em uma granja, em uma espécie de “castigo”, disse que foi obrigado a fazer um curso de explosivos, de duração de três semanas, e só retornou ao Brasil em setembro de 1968, 14 meses após sua partida. Depois do retorno, afirmou que foi procurado por “Toledo” para dar um curso sobre explosivos. O militante passou então a ministrar algumas aulas a outros membros da organização, mas havia dificuldades de se encontrar um local apropriado

---

<sup>159</sup> *Folha de São Paulo*, 04 de novembro de 1970. Capa

<sup>160</sup> *Folha de São Paulo*, 05 de novembro de 1970. Capa e p. 4.

<sup>161</sup> Auto de Qualificação e Interrogatório de Hans Rudolf Manz, realizado no dia 15 de janeiro de 1970, na Delegacia Especializada de Ordem Social do DEOPS/SP. Este documento encontra-se no Prontuário de Manz, nº 91.938. APESP - Acervo DEOPS/SP.

para isso, não tendo sido aberta uma “escola de preparo de bombas”, como noticiou a reportagem da *Folha de São Paulo*.

Seu *Auto de Qualificação* informa que Manz foi pressionado por seu “chefe” na organização, de codinome “Ricardo”, que

“apertou o interrogando dizendo que este deveria escolher, a família ou o grupo terrorista; que o interrogando embora tivesse intenção de abandonar disse que ia estudar o assunto, uma vez que pretendia ir para a Bahia e RICARDO queria que o interrogando fizesse um contacto lá na Bahia, e interessava ao interrogando o dinheiro da passagem, motivo pelo qual não lhe disse prontamente que iria desistir; que, recebeu NCr\$ 100,00 para a viagem e um nome escrito num papel, recordando-se apenas tratar-se de uma mulher, pois jogou fora o papel e não fez o contacto da Bahia, visitando apenas seus parentes que lá residem; que, ficou na Bahia durante um mês, retornando para buscar sua amazia LUZIA e seu filho, retornando com a família para a Bahia; que, antes de retornar à S. Paulo, havia se desfeito de todas as anotações pessoais que havia feito sobre a confecção de bombas; que, de fevereiro de 1969 a fins de maio permaneceu em Salinas, Estado da Bahia, juntamente com a família, retornando em seguida a São Paulo, onde passou a residir na rua Ibituruna nº 1085 – casa 11, Parque Imperial – Bosque da Saúde; que em seguida passou a procurar emprego, tendo apenas conseguido emprego em meados de outubro, na REAVAL; que, nesse novo endereço só era visitado por SERGIO, que era seu amigo mais íntimo e pessoal, e não mais teve contacto com mais ninguém do Partido [...]”<sup>162</sup>

Também no relatório com *Informação sobre a vida pregressa do indiciado*, expedido pelo DEOPS de São Paulo, datado de 19 de janeiro de 1970, Manz afirma que “desde meados de janeiro de 1969, afastou-se por completo das lides políticas de esquerda.”<sup>163</sup>

Conforme os documentos acima referidos, Manz estaria descontente com a organização<sup>164</sup> e já em processo de afastamento, embora deva-se levar em consideração que esses depoimentos foram dados aos órgãos de segurança, provavelmente mediante ameaças e pressões; neste sentido, suas declarações podem ter sido uma tentativa de amenizar as acusações que pesavam sobre ele. Não foi possível descobrir o que aconteceu depois desse afastamento de Manz, nem com exatidão a data de sua *queda* e como essa ocorreu. Segundo os jornais, ele havia sido preso em novembro de 1969, embora toda a documentação encontrada em seu prontuário no Acervo DEOPS - como Autos de Qualificação e

---

<sup>162</sup> Idem, folha 7.

<sup>163</sup> Prontuário de Hans Rudolf Manz, nº 91.938. APESP - Acervo DEOPS/SP.

<sup>164</sup> Uma das razões para este descontentamento residiria no fato de que, enquanto estava em Cuba, sua família teria passado por privações, conforme relatou no seu “Auto de Qualificação e Interrogatório”, op. cit., folha 5.

Interrogatório, Informações sobre a Vida Progressa e demais portarias ou informações - date de janeiro de 1970. A reportagem do *Correio do Povo* afirma que, quando resolveu abandonar a “subversão”, Manz teria sido denunciado por seus companheiros e acabado preso.<sup>165</sup>

Em alguns livros sobre o período, há referências ao militante, especialmente à sua colaboração com a repressão, que parece ter sido bastante intensa. Segundo Gorender, referindo-se à ALN, “as traições de Hans Rudolf Mainz [sic], o ‘suiço Hans’, respondeu por várias quedas no final de 1969”, no Rio de Janeiro.<sup>166</sup> Já Luis Mir afirma que a ALN listou alguns militantes como colaboradores da repressão (depois de presos), entre eles Hans Rudolf Jakob Manz: “- Preso em 18 de dezembro de 69, foi denunciado publicamente como colaborador inadvertidamente pelo capitão Benone Aruda Albernaz, que surpreso ao vê-lo sendo espancado no pátio da Oban, ordena histérico: Parem de bater! O Alemão está colaborando!”<sup>167</sup> Mir ainda apresenta um relato de Clóvis de Castro, antigo companheiro de Hans na ALN e no PCB. Segundo ele, o militante “ficava em cela aberta no Dops, com direito a saídas. Começa a trabalhar no esquema repressivo. Depois de sua prisão, por acaso, encontrei-o duas vezes e ele se afastou imediatamente.”<sup>168</sup> Também Gaspari ressalta que ele “trabalhava ostensivamente para a polícia.”<sup>169</sup> De acordo com o jornalista, Aton Filho, também da ALN, foi torturado por Manz no carro em que era transportado do Rio para São Paulo<sup>170</sup>.

Em reportagem publicada no mês de abril no *Correio do Povo*, sob o título “Subversivos executaram um agente considerado como traidor do grupo”, foi reproduzida uma carta supostamente escrita por membros da ALN que, ao justificarem a morte do integrante da organização, davam o exemplo de Manz: “Nossa tolerância com homens como o Suíço Hans nos trouxe enormes prejuízos”.<sup>171</sup>

Pelos relatos, parece claro que Manz passou a colaborar de forma efetiva com os órgãos de repressão. Foi nessas circunstâncias que ele, então com 42 anos de idade, realizou seu depoimento público de *arrependimento*, em declaração à imprensa no Auditório do Palácio da Polícia, onde foi entrevistado por jornalistas do Brasil e do exterior durante mais ou menos duas horas. Após a entrevista, distribuiu um manifesto dirigido ao povo brasileiro,

---

<sup>165</sup> *Correio do Povo*, 05 de novembro de 1970. p. 8.

<sup>166</sup> GORENDER, op. cit., p. 243.

<sup>167</sup> MIR, op. cit., p. 481.

<sup>168</sup> Idem, p. 482.

<sup>169</sup> GASPARI, op. cit., p. 156, nota 53.

<sup>170</sup> Idem, p. 42, nota 24.

<sup>171</sup> *Correio do Povo*, 16 de abril de 1971. p. 8.

no qual afirmou sobre sua retratação: “trata-se de um amadurecimento e uma tomada de posição.”<sup>172</sup>

Também em novembro de 1970, foi apresentado publicamente um novo *arrepentido*, Fernando Ponte de Souza. A reportagem do dia 11 deste mês do *Correio do Povo* afirma que ele “abandonou os grupos subversivos no Ceará e redigiu um manifesto para a juventude, denunciando processo de aliciamento dos jovens para integrarem movimentos terroristas contra o governo.” O estudante secundarista, que estava envolvido na articulação de um comitê “subversivo” na cidade cearense de Sobral, ao ser preso, teria “provocado ele próprio lesões em seu corpo” e tentado o suicídio, “dominado pela campanha desencadeada pelos grupos terroristas, os quais procuram mostrar as prisões como cárcere de torturas.”<sup>173</sup> No dia seguinte, a *Folha* anunciou: “Um estudante preso no Ceará também repudia o terrorismo”, ressaltando que Souza resolveu “mudar de vida depois de assistir a diversos filmes exibidos pela Polícia Federal, nos quais era mostrado o esforço do governo para mudar as condições de vida no país, dando-lhe uma nova estrutura econômica, política e social”<sup>174</sup>. Sobre o mesmo caso, o *Correio* noticiou ainda que “outro estudante abandona atividades subversivas”, falando da trajetória de Fernando, de suas declarações e da denúncia contra o padre Luís Dias Rodrigues, o qual estaria tentando “aliciar” pessoas para a “subversão” na cidade de Sobral.<sup>175</sup>

Contatado para colaborar com a presente pesquisa, Fernando Ponte de Souza, hoje professor da Universidade Federal de Santa Catarina, negou que tenha dado essas declarações. Em mensagem enviada à autora, afirmou:

“Quanto à declaração que v. fala, eu desconheço. Seria bom conhecê-la, sua fonte, etc. Mas, para mim, não dei nenhuma declaração neste sentido, nem quando estive preso, nem posteriormente. Entretanto sei de um companheiro que me comentou, acho que na década de 70 mesmo, mas muito superficialmente, que alguma notícia em jornal foi publicada neste sentido, não sei em qual ou quais veículos nem a data (na época, 1970?). Nunca eu pesquisei sobre isso. Bom, mesmo na época, ainda sob a ditadura, não levamos a sério (eu e meus companheiros) porque sabíamos não ser verdadeira. Alguma coisa pode ter sido forjada? Pode ser, mas lembro-me de entrevistas ou declarações de outros presos que foram mostradas na televisão, e que parecem ser verdadeiras, embora eu não saiba em que circunstâncias as mesmas ocorreram. Quem passou por torturas e pressões sabe o quanto isso é delicado. Mas sei que sob este clima, a repressão também divulgava inverdades e forjava notícias. O tempo prejudica a

---

<sup>172</sup> *Correio do Povo*, 5 de novembro de 1970. p. 8.

<sup>173</sup> *Correio do Povo*, 11 de novembro de 1970. p. 5.

<sup>174</sup> *Folha de São Paulo*, 12 de novembro de 1970. p. 4.

<sup>175</sup> *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1970. p. 20.

memória, mas tentarei lembrar e ajudar a elucidar isso, claro, é do meu interesse.”<sup>176</sup>

Em outra mensagem eletrônica, depois de ler as matérias sobre seu suposto *arrependimento*, enviadas pela autora, confirmou: “Não conhecia estas matérias e NEGÓ as supostas declarações a mim atribuídas.”<sup>177</sup>

Fernando também respondeu a algumas questões propostas na forma de um roteiro de entrevista, revelando alguns detalhes de sua história:

“Nasci no interior do Ceará, em Sobral, naquela época – maio de 1951 – era uma pequena cidade em região seca e relativamente agreste, cercada de um pouco do sertão e um pouco de serra. Meu pai foi trabalhador seringueiro na Amazônia, de quem aprendi muitas histórias ecológicas e de sofrimento social. Além disso era poeta, embora tenha sido autodidata. Minha mãe, trabalhou com o mesmo em uma padaria e assim como casados viveram sempre em Sobral. Desde logo todos os seus filhos foram iniciados no trabalho. Desde adolescente, no meu caso, iniciei trabalhando numa olaria e estudando. O estudo era uma obrigação ‘sagrada’ para meus pais. Não conheço nenhuma filiação partidária ou mesmo sindical na família, mais diretamente falando. Mas acho que a sensibilidade poética de meu pai sempre influenciou-me no sentido de gostar de ler. Muita jovem conheci boa parte da literatura brasileira e alguma coisa da literatura russa.”<sup>178</sup>

Ele afirma que seu interesse por questões políticas surgiu no Colégio, durante o Ensino Médio. E complementa:

“Por exemplo, no assassinato de Che Guevara, ano de conclusão da então quarta série ginásial, elegemos o Che como homenagem póstuma, e isso deu muita confusão e proibição de nossa festa, porque não abrimos mão da homenagem. Isso foi marcante. Posteriormente, em manifestações locais, por reivindicações locais, fizemos uma ou duas manifestações de rua, no mesmo ano, quando numa delas fui preso pela polícia militar. Acho que as passeatas e manifestações já estavam proibidas. Mas foi só um dia de prisão. Porém muito marcante, inclusive pela solidariedade de parte dos professores e dos estudantes da cidade. Tínhamos então um grupo de discussão, com leitura da Bíblia, num enfoque de crítica social. Tratava-se de um grupo de amizade que procurava fazer política e frequentar todos os espaços possíveis, com um certo voluntarismo, sem articulação organizada ou mesmo ligação com qualquer grupo de esquerda. Acho que era o ambiente de contestação de 68 que nos motivava, além, é claro, de protesto contra a ditadura.”<sup>179</sup>

---

<sup>176</sup> Mensagem eletrônica enviada à autora no dia 04 de julho de 2007.

<sup>177</sup> Mensagem eletrônica enviada à autora no dia 17 de julho de 2007. Grifos do autor.

<sup>178</sup> Entrevista concedida à autora, enviada via correio eletrônico em 05 de agosto de 2007.

<sup>179</sup> Idem.

Além de participar destas manifestações, Fernando atuava também na UBES. Nesta época, mudou-se para Fortaleza, após ter sido expulso de sua escola em Sobral. Lá, continuou participando de panfletagens e movimentos de rua. Meses depois, foi preso. Na Polícia Federal, diz ter sido espancado e sofrido pressões psicológicas intensas. E acrescenta: “Não cometi nenhum tipo de auto-tortura. As poucas lesões que ainda trago no corpo neste período foram produzidas nestas circunstâncias.”<sup>180</sup>

Após alguns dias, foi levado para o 23º Batalhão de Caçadores do Exército, onde ficou sozinho em uma sala e continuou sendo interrogado. Questionado sobre as afirmações veiculadas pela imprensa, de que teria redigido um “Manifesto aos jovens do Brasil, renunciando à vida de terrorista e denunciando o Padre Luis Dias Rodrigues, mais conhecido por ‘Luizito’, como aliciador de pessoas para a subversão”, Fernando respondeu:

“Não confirmo este depoimento. Recentemente (dia 02 de agosto de 2007) estive com meu irmão Beni. Ele então esclareceu-me algo até então não conhecido por mim nos detalhes. Como não tinham provas efetivas contra mim, a não ser a participação no grupo de leitura bíblica, que não era um crime, me soltaram sob a condição de o meu irmão assumir a responsabilidade, como uma espécie de tutor, comprometendo-se que eu não fugiria e atenderia convocações para interrogatórios. O mesmo fez uma espécie de ofício à PF solicitando minha liberdade, comprometendo-se em apresentar-me à PF, quando convocado. Sua justificativa foi de que tratava-se de um jovem estudante (acho que eu tinha 18 ou 19 anos), sem envolvimento comprometedor, etc, que precisa estudar e seguir sua vida e que certamente não teria novos envolvimento. Mas, segundo meu irmão, sem teor nenhum de desdizer-me. Confirmo que numa dada ocasião mostraram-me um noticiário de televisão com depoimento de uma ou duas pessoas, que depois entendi apresentados como ‘arrepentidos’. Meu irmão confirmou-me agora que chegaram a falar com o mesmo sobre isso, mas que na ocasião ele nem tocou no assunto comigo pois sabia que não teria minha concordância. Daí seu ofício ou declaração de tentar minha liberdade por outro caminho, assumindo a responsabilidade, levando-me para São Paulo e assim aconteceu, pois sem elementos comprobatórios o inquérito não chegou a ser enviado à Auditoria Militar. É possível, que nestas circunstâncias, e eu estando ‘guardado’ em São Paulo, em algum momento tenham construído esta versão como propaganda de guerra, pois tratava-se exatamente de desmotivar os jovens que se insurgiam. Principalmente considerando que como estudante eu era conhecido em Sobral.”<sup>181</sup>

São importantes alguns detalhes que o depoente apresenta, como o fato de ter assistido às declarações de *arrepentidos* na televisão. A exibição de filmes aos presos, tanto de

---

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> Idem.

imagens das retratações de outros ex-militantes, como de películas de propaganda relacionadas a obras e programas do Governo Federal, era bastante comum e visava “sensibilizar” os “subversivos” presos, facilitando sua adesão à estratégia dos *arrepentimentos*. Outros militantes afirmaram ter assistido a estes filmes.<sup>182</sup> Um segundo ponto relevante diz respeito à tentativa, por parte dos agentes da repressão, de obter o *arrepentimento* de Fernando através de negociações com o seu irmão, o que demonstra o empenho dos órgãos de segurança em dar seguimento à campanha de retratações.

O caso de Fernando Souza é interessante principalmente no sentido de revelar uma outra estratégia desta campanha governamental, qual seja a atribuição de *arrepentimentos*, que eram divulgados mesmo sem a apresentação dos chamados *arrepentidos* à imprensa e, sobretudo, conforme afirma o ex-militante, sem a concordância destes. Assim, os órgãos da repressão liberavam informações que teriam sido prestadas pelos “subversivos” presos em depoimentos às autoridades, e essas eram divulgadas pela imprensa como outros casos de *arrepentimento* da parte de membros de organizações de esquerda. Esse tipo de notícia tornou-se bastante comum, atribuindo-se aos militantes encarcerados declarações de “repúdio ao terrorismo” ou “arrepentimento”, as quais podem ou não ter sido feitas.

Independente da sinceridade ou não de *arrepentimentos* por parte de militantes, difícil de ser auferida pelos critérios da pesquisa histórica, o que importa aqui é a forma como tais manifestações foram veiculadas na imprensa, potencializando seu sentido e intensificando as estratégias de retratação pública, mesmo sem a participação direta dos supostos retratados”. Isso revela a necessidade de veicular um número significativo de *arrepentimentos* na imprensa, para dar legitimidade à campanha do governo e mostrar como a sua ação contra os grupos armados estava sendo bem sucedida.

Além disso, diversos militantes presos afirmavam estar *arrepentidos* em depoimentos prestados às autoridades apenas para não prejudicar ainda mais sua situação junto à Justiça e à repressão.

Há vários exemplos deste tipo de *arrepentimento* atribuído divulgados na época. Em abril de 1971, a *Folha de São Paulo* anunciou que “Terroristas querem deixar a subversão”, referindo-se a Carlos Alberto Soares e Marcelo Mário de Melo, militantes do PCBR, de Pernambuco. Segundo a reportagem, “apesar de terem se negado a fazer qualquer declaração pública de repúdio àquele movimento, declararam que não mais voltariam às atividades

---

<sup>182</sup> Foi o caso, por exemplo, de Manoel Henrique Ferreira, que afirmou ter participado de palestras e assistido a filmes que falavam sobre o progresso do país e as realizações do governo militar. *Em Tempo*, Ano II, nº 70, 28 de junho a 04 de julho de 1979. p. 6 – 7.

subversivas.”<sup>183</sup> Ambos eram acusados de envolvimento no assalto que resultou na morte de um tenente da Aeronáutica, Matheus Levino. Soares também era acusado de participar do assalto a um depósito da Companhia de Cigarros Souza Cruz, quando foi morto um funcionário da empresa; em novembro de 1970, foi solicitada a sua pena de morte, junto com outros militantes. Também a *Zero Hora* noticiou que “Mais dois repudiam o terror”, afirmando que Soares considerou-se responsável pelo assalto e confirmou a participação de mais dois companheiros na ação, embora, por razões morais, julgava-se impedido de citar os nomes deles. Além disso, o militante teria dito estar convencido “de que o Brasil se desenvolverá através de meios legais” e manifestou seu desejo de continuar os estudos de Geologia. Mário de Melo teria apresentado um roteiro de suas atividades subversivas, e apontado o nome de vários companheiros e a existência de aparelhos em Pernambuco e outros estados.<sup>184</sup> No mesmo dia, o *Correio* também destacou que “Dois militantes renegam a subversão em Pernambuco”, dizendo que ambos “não quiseram declarar, de público, o seu arrependimento, mas as autoridades revelaram trechos de seus depoimentos. Carlos Alberto Soares quer voltar a estudar Teologia e Marcelo diz que lutará, agora, contra a subversão.”<sup>185</sup>

Os dois foram apresentados como jovens que erraram, mas que estavam dispostos a recomeçar suas vidas, como indicam as afirmações de que Soares desejava voltar a estudar (um dos jornais noticiou que ele cursava Geologia, outro, Teologia) e de que Melo lutaria contra a “subversão”. Neste caso, as retratações teriam sido feitas perante as autoridades, mas não publicamente, o que parece sugerir que se trata de um *arrependimento* atribuído.

Este também foi o caso de Manoel da Conceição Tavares, importante líder camponês e militante da AP no Maranhão, cuja suposta retratação ganhou repercussão na imprensa em setembro de 1972, conforme será detalhado no capítulo seguinte.

\* \* \*

Na manhã de 7 de dezembro de 1970, foi seqüestrado no Rio de Janeiro o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher por militantes da VPR. No mesmo dia, apareceram espalhados pela cidade manifestos da organização, exigindo a libertação de 70 presos, a divulgação de uma catilinária, o congelamento geral de preços por noventa dias e roletas livres nas estações de trem da cidade. No seqüestro de Bucher, diferente dos anteriores, quando as autoridades cederam rapidamente às exigências feitas pelas organizações de esquerda envolvidas, as negociações foram extremamente complicadas: em um primeiro momento, o governo indicou

---

<sup>183</sup> *Folha de São Paulo*, 24 de abril de 1971. p. 4.

<sup>184</sup> *Zero Hora*, 24 de abril de 1971. p. 10.

<sup>185</sup> *Correio do Povo*, 24 de abril de 1971. p. 5.

que não havia recebido mensagens dos seqüestradores; depois, aceitou discutir a libertação dos presos, mas negou-se a atender as outras exigências. Segundo Gaspari, após receber a lista enviada pela VPR, foram recusados 13 dos 70 presos indicados, afirmando-se que não seriam libertados seqüestradores ou autores de crimes de sangue. Além disso, o autor refere que outros 18 presos negavam-se a sair do país,<sup>186</sup> embora a pesquisa nos periódicos da época tenha revelado um número de 10 presos que alegavam preferir permanecer no Brasil.

No *Correio do Povo* de 22 de dezembro, uma manchete afirmava: “Governo impugna 19 dos 70 terroristas pedidos em troca do Embaixador Suíço”. A reportagem reproduz a nota distribuída pelas autoridades governamentais, na qual são explicadas as razões dessa impugnação. Entre os “impugnados”, estavam os gaúchos Félix da Rosa Neto, Fernando Damata Pimentel e Irgeu João Menegon, todos militantes da VPR detidos após tentativa de seqüestro ao cônsul norte-americano de Porto Alegre, Curtis Carly Cutter, no mês de março de 1970.

No dia 23, foi divulgado um telegrama enviado ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, da parte de Manoel de Lima, incluído na lista de prisioneiros a serem libertados, no qual este último afirmava que preferia ficar no Brasil. O telegrama, assinado pelo advogado de Lima, dizia o seguinte:

“Comunico a vossência que meu constituinte Manoel de Lima, brasileiro, casado, ex-prefeito de Jacupiranga, acaba de requerer ao exmo. Sr. Dr. Auditor da 2ª Auditoria da Justiça Militar de São Paulo sua exclusão de qualquer lista por acaso apresentada por elementos subversivos com relação à permuta do sr. Embaixador suíço, pois prefere ficar preso no Brasil a ficar solto em qualquer país do mundo, mesmo porque está plenamente a favor do regime político brasileiro e tem absoluta certeza de sua absolvição no julgamento final da Justiça.”<sup>187</sup>

Em 24 de dezembro, os jornais divulgaram os nomes de outros cinco militantes indicados na lista da VPR que não desejavam ser libertados e preferiam ficar no Brasil: além de Manoel de Lima, estavam Clarice Chonchol, Edelson Palmeira de Castro, Angelo Antônio Borghese, Nelson Gatto e Irgeu João Menegon, cujo nome já havia sido excluído pelo governo.<sup>188</sup>

No dia 29 de dezembro, a *Folha de São Paulo* informou que o médico Rubens Hirscl Bergel havia enviado um pedido à 2ª Auditoria de Guerra para que seu nome também fosse

---

<sup>186</sup> GASPARI, op. cit., p. 340–341. Após a substituição dos nomes, em janeiro de 1971, os 70 presos desembarcaram no Chile. Foi o último seqüestro realizado por organizações de esquerda no período.

<sup>187</sup> *Folha de São Paulo*, 23 de dezembro de 1970. Capa.

excluído da relação de presos a serem libertados.<sup>189</sup> No dia seguinte, foi divulgado que o ex-sargento José Raimundo de Oliveira, preso em Minas Gerais, igualmente manifestou o desejo de permanecer no Brasil.<sup>190</sup>

No início de janeiro, a terceira lista enviada pela VPR, substituindo os nomes dos presos que haviam sido vetados, foi também contestada: alguns militantes tiveram sua libertação negada pelo governo e dois se recusaram a sair do país: Rafael Martinelli e Maria de Lourdes Rego Melo, ambos pertencentes à ALN.<sup>191</sup>

Quem eram esses militantes que haviam sido incluídos na lista de presos a serem libertados e, segundo o governo, alegavam desejar permanecer no Brasil?

Manoel de Lima tinha então 53 anos, e era natural de Jacupiranga, município do interior de São Paulo. Lavrador, entrou na política em 1950, quando se candidatou a vereador pelo PST (Partido Social Trabalhista), conseguindo uma suplência. Nas eleições seguintes, em 1954, foi eleito prefeito da cidade, exercendo o mandato até 1959. Após 1964, ingressou no MDB e presidiu o diretório municipal do Partido até 1966. Segundo interrogatório realizado nas dependências do DEOPS de São Paulo, em 1970, Lima havia sido procurado por um japonês, que “posteriormente veio a saber ser SHIZUO OSAWA, também conhecido por ‘MÁRIO JAPA’”, interessado em comprar terras na localidade. Após conhecerem as terras, Osawa e seu acompanhante teriam dito que “a mesma servia para os fins que pretendiam, sem contudo terem dito em que consistiam esses fins”. Fizeram a negociação da área e, no mês de dezembro, Lima disse ter sido procurado por outro elemento, igualmente interessado na compra de algum terreno na região. Como possuía uma área de 80 alqueires, negociou a mesma.<sup>192</sup>

As terras negociadas com o ex-prefeito foram compradas pela VPR, com o objetivo de serem transformadas em uma área de treinamento guerrilheiro. Para lá se dirigiram Carlos Lamarca e um grupo de militantes, incluindo Massafumi e Lungaretti, como já foi mencionado anteriormente. A área, no entanto, foi descoberta pelos órgãos da repressão, que montaram uma grande operação, batizada de “Operação Registro”, na tentativa de capturar Lamarca. Após a chegada de tropas do Exército ao local, Manoel de Lima acabou preso.

---

<sup>188</sup> *Folha de São Paulo*, 24 de dezembro de 1970. Capa.

<sup>189</sup> *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 1970. Capa.

<sup>190</sup> *Correio do Povo*, 30 de dezembro de 1970. Capa.

<sup>191</sup> Em reportagem publicada no dia 14 de janeiro, sob a manchete “Arrependeu-se tarde demais”, a *Folha* anunciou que a militante Sônia Regina Yessin Ramos também teria se negado a deixar o país. No entanto, o documento que assinou teria sido apresentado tarde demais, e ela deveria embarcar a Santiago. *Folha de São Paulo*, 14 de janeiro de 1971. p. 4.

<sup>192</sup> “Auto de Qualificação e de Interrogatório de Manuel de Lima”. São Paulo, 26 de maio de 1970. APESP - Acervo DEOPS/SP. Grifo no original.

No depoimento de Lungaretti logo após sua prisão, na madrugada do dia 19 para o dia 20 de abril, o militante afirmou que Manoel de Lima teria sido o intermediário da compra de terras, e que este último era amigo de Onofre Pinto<sup>193</sup>; disse também que “desconhece as possíveis vinculações de MANOEL DE LIMA com a VPR, há talvez possibilidade de MANOEL DE LIMA, ter participado de transação relativa à nova área de treinamento.”<sup>194</sup>

Em suas declarações ao DEOPS/SP, Lima

“nega que tivesse conhecimento de que a área de terras que vendera em Jacupiranga, estava sendo utilizada para treinamento de guerrilhas. Porém, não nega que sabia quem era CARLOS LAMARCA e inclusive tê-lo avisado da presença de pessoal do Exército e da prisão de seu ex-sócio. O interrogando nega que tivesse chegado a ingressar para a organização Vanguarda Popular Revolucionária. (VPR).”<sup>195</sup>

Devido a esse fato, o militante estava preso e aguardando julgamento, quando seu nome foi incluído na lista de presos a serem libertados.

Clarice Chonchol tinha então 22 anos e iniciou sua militância política no movimento estudantil. Segundo informações divulgadas na época do seqüestro, pertencia “à VPR e ao setor médico da COLINA”. Edelson Palmeira de Castro era integrante da base da Frente Armada Revolucionária do Rio Grande do Sul, para a qual fazia viagens transportando o jornal *Panfletos*. Angelo Antônio Borghese era capitão-médico do Exército, acusado de fornecer informações à VPR para ações contra quartéis e de ter ligação com integrantes da referida organização.<sup>196</sup> Nelson Gatto trabalhava como jornalista e foi acusado de

“fornecer à organização ‘VPR’ dados sobre a repressão à subversão em São Paulo, bem como sobre terroristas presos e policiais taxados como torturadores de presos políticos. Foi também acusado de ter se

---

<sup>193</sup> Onofre Pinto era natural de Jacupiranga, e liderou as mobilizações do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército em São Paulo, no período anterior ao Golpe. Teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro Ato Institucional, em abril de 1964, e sua prisão preventiva foi decretada em outubro do mesmo ano, por sua participação no “Movimento dos Sargentos”. Foi um dos fundadores e principais dirigentes da VPR. Deixou o país em setembro de 1969, quando do seqüestro do embaixador norte-americano. Em julho de 1974, ao tentar retornar ao Brasil para dar continuidade à luta contra a ditadura, entrando clandestinamente no território nacional pela região de Foz do Iguaçu, Onofre Pinto e outros cinco militantes da VPR foram mortos, provavelmente devido à ação de um agente infiltrado. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 386 – 390.

<sup>194</sup> Resumo das declarações prestadas por Celso Lungaretti. APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Doc. 6855. Grifos no original.

<sup>195</sup> Auto de Qualificação e de Interrogatório de Manuel de Lima. São Paulo, 26 de maio de 1970. APESP - Acervo DEOPS/SP. Grifo no original.

<sup>196</sup> As informações acima citadas foram extraídas de reportagem publicada pela *Folha de São Paulo* em 14 de janeiro de 1971, p. 4. Na citada reportagem, no subtítulo “O que fizeram”, há uma pequena descrição da suposta participação de cada um deles no movimento “subversivo”.

prontificado em conseguir metralhadoras ‘Ina’ e informações sobre repressões deste Departamento de Ordem Política e Social.”<sup>197</sup>

Rubens Hirscl Bergel, de acordo com a citada reportagem da *Folha*, teria ingressado na VPR através de Onofre Pinto, e integrava o setor médico da organização. Era acusado de dar cobertura ao assalto do Pronto Socorro de Santa Lúcia, em São Paulo, e de fornecer cianureto de potássio aos membros do grupo “subversivo” para que esses tomassem o composto no caso de serem presos. José Raimundo de Oliveira, ex-sargento da Polícia Militar de Minas Gerais, estava vinculado ao COLINA, sendo acusado de participar de assaltos e fazer parte do setor de explosivos da organização. Rafael Martinelli, membro da ALN, foi acusado de ter ligações com o PCB, do qual se afastou acompanhando Marighella. Segundo o jornal, foi responsável por 14 greves dos ferroviários antes de 1964, e em 1962, teria participado da campanha contra o bloqueio marítimo à Cuba, liderada pelos Estados Unidos. Na reportagem, Maria de Lourdes Rego Melo era apontada como o elo entre Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Ela teria feito curso de explosivos em Cuba, e seu ex-marido, Humberto Miranda, também estava entre os 70 presos trocados por Bucher.<sup>198</sup>

Entre os que se negavam a sair do país, estava também o gaúcho Irgeu Menegon. Irgeu, antigo admirador de Brizola, iniciou sua militância política enquanto secundarista, quando estudava no Colégio Júlio de Castilhos, importante reduto da contestação estudantil em Porto Alegre. Ali, travou contato com integrantes do PCB, e passou a participar das atividades do Partido. Tornou-se membro do Grêmio Estudantil do “Julinho” e foi expulso do Colégio em 1968, junto com os demais membros da direção do Grêmio. Irgeu e alguns de seus companheiros, reunidos num grupo que chamavam de “Guerrilha Brancaleone,” passaram a realizar algumas ações, e, em seguida, ingressaram na VPR:

“Mas é isso aí, assim que começou. Depois as coisas se sucederam como você sabe, né? Não deu certo. Primeiro a gente fez um assalto a um carro pagador, deu muito certo foi, tudo ocorreu legal. E aí a gente resolveu fazer o tal do seqüestro do Cônsul Americano. Que foi um fracasso, não tanto da nossa parte como da agilidade dele, que ele era um cara muito experiente, e já tava esperando por isso, né? A gente atacou e ele reagiu prontamente e conseguiu fugir. E o Félix [Félix Silveira da Rosa, também militante da VPR gaúcha], o Félix tinha, tinha convicção assim, era mais, mais ágil também em arma tal, deu um tiro no Cônsul, conseguiu acertar ele no ombro, não matou por um triz.”<sup>199</sup>

---

<sup>197</sup> Informação nº 452/71. APESP - Acervo DEOPS/SP.

<sup>198</sup> *Folha de São Paulo*, 14 de janeiro de 1971, p. 4

Após a tentativa frustrada de seqüestro do cônsul norte-americano, em março de 1970, a repressão às organizações armadas no Rio Grande do Sul se intensificou e inúmeros militantes e simpatizantes foram presos. Treze dias depois, Irgeu “caiu”, junto com seu companheiro Bona Garcia<sup>200</sup>: “E aí começou o pau ali mesmo, porque os caras eram..., eram da Polícia Civil, sabe? Era uns caras bem acostumado a pegar ladrãozinho, os caras trabalhavam no furto, então já entravam dando pau, né? E já nos levaram pro DOPS, e lá continuou a paulera, né?”<sup>201</sup>

Nos dias que se seguiram à sua prisão, Irgeu foi brutalmente torturado, e encontrava-se bastante fragilizado.<sup>202</sup> Tentou o suicídio três vezes nos dez meses em que esteve preso. Em dezembro, quando do seqüestro do embaixador suíço, encontrava-se em um Quartel do Exército na Serraria, vivendo numa cela isolada, como nos conta:

“E aí eu fiquei no [inaudível] lá na cela, completamente isolado, não podia ouvir rádio, não podia ler jornal, não podia ler livro, não podia nada. Era totalmente isolado mesmo. E as visitas eram raríssimas. Então, eu fiquei meio... sabe? Eu fiquei meio fora de notícias, sem saber o que tava acontecendo. Um belo dia me pegaram lá e me levaram lá pro Quartel lá da Brigada e me colocaram na frente, ó... esse papel que era..., era um formulário que dizia, se aceitava ser trocado e tal, ta, tal. E tinha uns caras, que depois também foram pra televisão, junto assim me olharam, assim e disse: ‘olha pensa muito em dizer aí, por que isso pode ser uma armadilha, eles tão te testando de repente, não tem seqüestro nenhum tal’. E eu não sabia mesmo e eles também talvez não soubessem também, sei lá. E, não em função disso, talvez, por oportunismo meu também, né? E também porque a coisa tinha se tornado uma rotina sabe, a minha atuação na VPR assim tava se tornando uma rotina. Era assim, você seqüestrava pra tirar pessoas da cadeia e aí esses caras que seqüestravam iam presos e aí você tinha que fazer outro seqüestro pra tirar aqueles da cadeia. Era toda uma... era uma, tinha se tornado uma violência pela violência, sabe? E isso tava, tava me... é, eu não... não tava querendo mais isso aí.”<sup>203</sup>

---

<sup>199</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre.

<sup>200</sup> MARIANO, op. cit., p. 155.

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> Bona Gracia, seu companheiro de cela no DOPS/RS, conta detalhes da situação enfrentada pelo militante: “Um domingo, casualmente, só estávamos na cela o Irgeu Menegon e eu, aquela salinha com o beliche. Havia uma pequena janela quadrada que dava para um pátio nos fundos do DOPS. [...] Ficamos olhando e conversando. Daí a pouco o Irgeu me olhou sério e disse: Bona, eu quero ir embora, amanhã é segunda-feira e eu tenho que ir trabalhar. Disse com tanta naturalidade que comeci a rir da situação em que nos encontrávamos. [...] O Irgeu continuou sério, desceu do beliche e foi para o banheiro. Pouco depois ficou meio chorando, meio grunhindo. Meu riso tinha passado logo, comeci a me preocupar com ele, não era normal dizer que queria ir pra casa. Éramos acusados de luta armada contra o regime, tínhamos várias acusações na Justiça Militar. Quando os soluços do Irgeu se tornaram mais fortes, fui ver. Ele estava arrancando a artéria do braço com os dentes, dilacerando a carne, tentando o suicídio. Sangrava bastante. [...] Senti a tragédia do momento: o corpo humano luta pela preservação da vida, mas ali brigava para destruí-la.” GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989. p. 53 – 54.

<sup>203</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre.

Logo após assinar o documento no qual se negava a deixar o país,<sup>204</sup> o militante foi levado à sede do I Exército, no Rio de Janeiro, por um avião da FAB, onde foi ameaçado caso negasse a prosseguir com a retratação. Lá, encontrou-se com os demais presos políticos que haviam recusado sua inclusão na lista da VPR, durante uma entrevista que durou aproximadamente duas horas.<sup>205</sup> Os militantes foram apresentados à imprensa numa Unidade Militar da Guanabara, onde responderam a várias questões formuladas por jornalistas. Segundo o *Correio*, apenas 7 dos 10 militantes participaram da entrevista. Além de Irgeu, estiveram presentes Nelson Gatto, Manoel Lima, Edelson Palmeira, Clarice Chonchol, Ângelo Borghese e José Raimundo de Oliveira.<sup>206</sup>

As declarações dos presos que se negaram a sair do país foram amplamente divulgadas na imprensa.<sup>207</sup> Ao explicarem os motivos de sua decisão de permanecer no Brasil, alguns fizeram declarações de *arrependimento*, dizendo que haviam percebido o erro de sua militância, que tinham sido enganados ou levados por amigos a participar de atividades “subversivas”. Assim, afirmavam preferir ficar no país, pois acreditavam que o caminho

---

<sup>204</sup> Neste documento, ao ser questionado sobre a possibilidade do seu nome ser incluído na relação dos presos a serem libertados em troca de Bucher e se aceitaria deixar o país “arcando com a consequente medida legal do banimento”, Irgeu teria respondido: “Não. Quando me liguei a VPR, eu pensava estar fazendo alguma coisa pelo Brasil, minha Pátria, onde nasci. Fui redondamente enganado. A VPR se baseia unicamente na violência e no terror, coisas que por mim são detestadas. Prefiro ficar no Brasil, em qualquer circunstância. Até preso é preferível ficar no Brasil. Meu amor pelo Brasil é muito maior que qualquer outra coisa.” MARIANO, op. cit., p. 155 – 156.

<sup>205</sup> Fragmentos do depoimento de Irgeu foram exibidos durante o Jornal Nacional, da TV Globo. Não foi possível averiguar se os depoimentos dos demais presos também foram exibidos, de forma individual, na televisão.

<sup>206</sup> *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1971. p. 12. Não compareceram à entrevista Rafael Martinelli, Rubem Bergel e Maria de Lourdes Rêgo Monteiro. Vale ressaltar que os três militantes apenas assinaram um documento em que se negavam a sair do país, sem fazer críticas às organizações de esquerda ou renegarem sua militância anterior. Maria de Lourdes, por exemplo, afirmou: “Não aceito ser banida do país pois considero que minha culpa não implica em um castigo como banimento e consequente perda de nacionalidade, pois para mim a coisa mais importante de minha vida é ser brasileira, e a isso não renuncio.” *Folha de São Paulo*, 07 de janeiro de 1971. p. 3. Também Martinelli declarou não aceitar deixar o Brasil, “porque nada fiz que merecesse a punição de ser excluído do território brasileiro, pois sempre lutei por condições melhores aos meus conterrâneos. (...) Mesmo preso, mesmo velho, mesmo perseguido, tenho a consciência de que serei útil à minha Pátria como sempre tentei ser, nada fazendo de que possa me envergonhar ou trazer vergonha aos meus filhos.” Idem. O depoimento de Martinelli vai em sentido oposto ao que era comum nos *arrepimentos*: além de não renunciar ao chamado “terrorismo”, ele reafirma que sua luta foi positiva, no sentido de melhorar a situação do país, e que nada fez de “vergonhoso”. Clarice Chonchol, apesar de participar da entrevista aos jornalistas, falou poucas palavras, apenas afirmando estar surpresa em ter seu nome incluído na lista e que sua recusa em sair do país foi autêntica. *Folha de São Paulo*, 14 de janeiro de 1971. p. 4. Em reportagem publicada na *Zero Hora*, também afirma-se que, à exceção de Clarice, que não quis fazer declarações (“Não quero ir, e basta.”) todos “renegaram o terrorismo, preferindo a prisão ao banimento.” *Zero Hora*, 23 de abril de 1971. p. 2. Pensamos que seu caso não se enquadra na lógica dos *arrepimentos*.

<sup>207</sup> Algumas manchetes da época: “Preso pedido em troca de Bucher não quer deixar o Brasil” – *Folha de São Paulo*, 23 de dezembro de 1970. Capa; “Outro Terrorista não quer ser banido do país” – *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 1970. Capa; “Presos que se negaram a viajar contam seu ingresso na subversão” – *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1971. p. 12.

trilhado pelas Forças Armadas estava conduzindo o Brasil a um futuro de progresso e desenvolvimento.<sup>208</sup>

Pode-se imaginar o impacto de tais declarações junto à opinião pública já que este grupo de presos políticos estava abrindo mão de sua liberdade, ainda que no exílio, o que parece conferir maior credibilidade a seus pronunciamentos.

\* \* \*

O ano de 1970 chegava ao fim com um “saldo” de 15 militantes considerados *arrepentidos*, além dos presos políticos que, ao se negarem a sair do país, entre o final de dezembro e o início de janeiro de 1971, fizeram declarações que se inserem na lógica das retratações públicas aqui tratadas.<sup>209</sup> As fontes indicam que, dos 15 militantes citados, pelo menos 12 tiveram suas declarações divulgadas na televisão (em parte ou na íntegra).

É importante registrar que, no final de dezembro de 1970, foram colocados em liberdade os militantes que participaram da primeira retratação pública, no mês de maio. Sob a manchete “DOPS paulista libera subversivos que se arrependeram publicamente”, o *Correio* afirmava que o grupo foi solto em uma solenidade, com exceção de Rômulo, que deveria ser apresentado às autoridades militares de Fortaleza, em razão de ter sido condenado a 3 anos e 2 meses por participação em uma organização sindical clandestina. Segundo a matéria, o diretor do DOPS disse que a libertação dos presos:

“[...] é de coração aberto e por isso, nos próximos dias, haverá novas solturas de subversivos envolvidos indiretamente com o terror e que se arrependeram publicamente. Os que estiverem envolvidos indiretamente terão suas fichas limpas para se reintegrarem mais facilmente na sociedade. Isto facilitará o encontro de novos empregos. Esta é uma política diferente do Governo, que hoje é paz com paz.”<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> Note-se que no final de janeiro, a estudante Clarice Chonchol foi libertada. *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1971. p. 5. Irgeu Menegon saiu da prisão em fevereiro, beneficiado, segundo ele, por um erro em seu processo: “Eles tinham que ter feito uma, pedido uma prisão preventiva pra gente e eles não pediram. Então o advogado entrou com uma petição que eu não podia ficar mais preso porque não tinha pedido a preventiva no processo anterior.” Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre. Ainda em janeiro, na reportagem “Um dos que não quiseram abandonar a pátria”, José Raimundo Oliveira afirmou que não sabia se sua situação iria melhorar, mas acreditava “numa maior compreensão por parte das autoridades, pois o fato não deixa de ser uma cooperação.” *Correio do Povo*, 12 de janeiro de 1971. p. 5

<sup>209</sup> Em algumas reportagens, há referências indicando que no mês de agosto de 1970 teriam sido divulgados outros dois *arrepentimentos*, das militantes da AP Aidé Yuriko e Maria Júlia de Oliveira. Ver, por exemplo: *Zero Hora*, 23 de abril de 1971. p. 4. Kushnir também cita uma matéria publicada no jornal *O Globo*, em 15 de abril de 1971, na qual eram listados doze *arrepentidos*, entre eles Maria Júlia de Oliveira. IN: KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p. 311. No entanto, essas retratações não foram encontradas na pesquisa realizada nos jornais do referido mês, nem dos meses que se seguiram.

<sup>210</sup> *Correio do Povo*, 29 de dezembro de 1970. Capa e p. 5.

A reportagem comenta ainda sobre os planos do grupo, já em liberdade: Gilson continuaria estudando Química Industrial, uma vez que havia trabalhado na Companhia Siderúrgica Nacional; Marcos Alberto daria seguimento aos seus estudos de Física; Osmar voltaria ao emprego no Instituto de Cardiologia, do qual tinha sido aposentado pelo AI-5. É citado na matéria também o caso de Massafumi, que estava trabalhando como auxiliar de escritório em uma firma de investimentos em São Paulo, uma vez que “a renegação do terrorismo [...] valeu ao ex-integrante da Vanguarda Popular Revolucionária a revogação de sua prisão preventiva pela Justiça Militar [...]”.<sup>211</sup>

Em outra notícia, veiculada pelo jornal *Zero Hora*, sob a manchete “Terroristas Arrependidos”, afirma-se que eles estavam muito contentes pois iriam passar o final de ano com a família, depois de terem sido soltos em 28 de dezembro.<sup>212</sup> Tais textos parecem querer mostrar que valia a pena se arrepender e renegar o “terror”, pois o governo e a sociedade acolhiam de braços abertos os seus “filhos pródigos”.

Pelo conteúdo das matérias publicadas, percebe-se que, para fomentar novas deserções no “movimento subversivo”, o governo estava lançando mão também de concessões, como redução de penas aos que se *arrepentiam*; liberdade condicional, em alguns casos; e ainda a promessa que lhes seria oferecido um emprego como forma de reintegração à sociedade.

Esta estratégia parece ter trazido resultados positivos para as autoridades. O ano de 1971 foi pontuado por uma série de reportagens na imprensa sobre retratações de militantes de esquerda. A primeira delas apareceu em fevereiro, na *Folha de São Paulo*, noticiando que Francisco Lopes dos Santos, pertencente ao MR-8, teria se entregue às autoridades em Joaçaba, Santa Catarina. Então com 25 anos, o gaúcho tinha passagens pelas polícias de São Paulo e do Rio de Janeiro, e, segundo a reportagem,

“vivia no mundo do crime entre viciados em drogas e marginais. Conheceu mais tarde elementos ligados a organizações terroristas e aderiu ao MR 8, ocasião em que participou, em São Paulo, do atentado ao Quartel-General do II Exército, quando foi morto o soldado Mario Kosell Filho.”

De acordo com a *Folha*, em declarações prestadas às autoridades, Santos havia afirmado “estar arrependido e disposto a ajudar a Polícia na tarefa de reprimir os atos terroristas.”<sup>213</sup> Esta foi a única notícia localizada sobre o militante; não há referências a

---

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> *Zero Hora*, 30 de dezembro de 1970, p. 11.

<sup>213</sup> *Folha de São Paulo*, 12 de fevereiro de 1971, p. 4.

depoimentos à imprensa e, nos jornais gaúchos consultados, não aparecem outras matérias a respeito deste novo *arrepentido*.<sup>214</sup>

No mês de abril, alcançou grande repercussão no Rio Grande do Sul a declaração de *arrepentimento* de Reinhold Amadeo Klement, em uma entrevista à TV Gaúcha, no dia 22, às 21 horas. Klement, natural de Gramado (RS), tinha então 21 anos e foi apresentado como “Comandante da VPR no Rio Grande do Sul.” Ele iniciou sua militância política ainda no movimento secundarista, no Colégio Júlio de Castilhos, palco de uma série de manifestações contra a ditadura em 1968. Nessa época, ingressou no POC – Partido Operário Comunista, com o qual rompeu para se integrar à VPR. Tomou parte em várias ações expropriatórias e era acusado de ter sido membro do grupo que planejou o seqüestro do cônsul norte-americano na capital gaúcha. Em documento expedido pelo DOPS do Rio Grande do Sul para Delegados Regionais e Delegacias de Polícia, ele é classificado como “terrorista, assaltante de bancos e firmas comerciais. Autor de plano para seqüestro de autoridades civis e militares, inclusive de policiais. Elemento perigoso, embora seu tipo físico semelhante a colono.”<sup>215</sup>

Junto com ele, militava também sua companheira, Vilma de Oliveira Franchesi. Os dois foram detidos em Capão da Canoa no mês de janeiro de 1971, embora suas prisões tenham sido divulgadas apenas na data do *arrepentimento* de Klement. Além das declarações por ele feitas à televisão, foi publicada uma carta escrita “de próprio punho” pelo militante, cujo título era “Uma posição”, e divulgada uma entrevista sua às autoridades. Nela, Klement renegava sua militância política e afirmava que estava respondendo às questões de livre e espontânea vontade, para “tornar pública a ação negativa do terrorismo e sua falência na resolução dos problemas do povo brasileiro.”<sup>216</sup>

O jornalista Nilson Mariano, como já foi apontado, investigou os episódios de *arrepentimento* em uma série de cinco reportagens publicadas no jornal *Zero Hora* no mês de abril de 1995. Segundo ele, após três meses de torturas e pressões tanto no DOPS como na OBAN, Klement aceitou se retratar publicamente porque os agentes da repressão ameaçaram torturar sua companheira que estava grávida. Procurada pelo jornalista, Vilma confirmou que foi torturada ao chegar na sede do DOPS em Porto Alegre, e que, quando ia ser espancada no

---

<sup>214</sup> Vale ressaltar que há informações bastante desconstruídas em relação a este suposto *arrepentido*. O chamado “assalto” ao Quartel do II Exército, ocorrido em junho de 1968, foi organizado pela VPR, e não pelo MR-8. GORENDER, op. cit., p. 132. Não é possível saber ao certo quais integrantes da organização participaram da ação, mas algumas referências possíveis de ser encontradas em publicações de extrema-direita, como o livro *Rompendo o Silêncio*, do General Brilhante Ulstra, e o site Terrorismo Nunca Mais (<http://www.ternuma.com.br>), apresentam os nomes dos prováveis participantes, e em nenhuma delas é citado Francisco Lopes dos Santos.

<sup>215</sup> Pedido de Busca nº 18/11 – DECI/DOPS/RS, 19 de janeiro de 1971. Acervo da Luta Contra a Ditadura/RS.

<sup>216</sup> *Correio do Povo*, 22 de abril de 1971. p. 31.

ventre, revelou a gravidez. Libertada em abril, diz que não sabia das negociações de *arrependimento*: “Num primeiro momento, fiquei revoltada. Depois, entendi melhor. Não havia mais o que salvar; nós tínhamos que nos salvar.” Segundo o jornalista, Klement foi levado aos estúdios da TV Gaúcha, onde teria recebido uma lista com as perguntas que lhe seriam feitas, e as respostas que deveria dar. Dias após a retratação pública, os dois se casaram e Klement foi solto cinco meses depois para acompanhar o nascimento da filha.<sup>217</sup>

\* \* \*

Luiz Carlos Campos Filho, que esteve preso no Tiradentes, foi apresentado ao público em maio de 1971, quando dirigiu uma carta aberta à mocidade brasileira, especialmente à do Rio Grande do Sul, na qual se confessava “arrependido e decepcionado”, e dava “um grito de alerta no sentido de que os jovens não se deixem envolver por elementos inescrupulosos, aventureiros que, sem conhecimento político e frustrados em seus sonhos, procuram conquistar adeptos para uma luta inglória.”<sup>218</sup> Ele fazia um apelo especial aos jovens gaúchos:

“As organizações estão com os olhos voltados ao Rio Grande do Sul, dizem ser o melhor estado no momento para orientar novos elementos, é sem dúvida uma verdade, é grande o número de gaúcho novo em São Paulo na área junto com Lamarca 70% eram oriundos do Rio Grande do Sul. Mocidade do Rio Grande: vamos olhar para o passado, vamos ver o presente. Devemos dar um crédito, um voto de confiança ao nosso governo.”<sup>219</sup>

Na reportagem, Campos é caracterizado como um “pacato” mecânico que, juntando-se a outros elementos, como o ex-suboficial Geraldo Santana, resolveu aderir ao movimento “subversivo”, mais especificamente à VPR. Seu depoimento ganhou destaque também na capa do *Correio do Povo* de 26 de maio de 1971, na qual afirma-se que a carta do ex-militante, “na simplicidade de sua linguagem e autenticidade de seus sentimentos não se constitui somente em um brado de alerta à mocidade brasileira, mas também em um libelo de revolta contra o submundo do terrorismo.”<sup>220</sup> Segundo o periódico, Campos, então com 35 anos, trabalhava como mecânico e era proprietário de uma boate em Santo Amaro (SP). Foi preso em abril de 1970 por participar de atividades “subversivas”, embora não sejam mencionadas que atividades seriam essas.<sup>221</sup>

---

<sup>217</sup> *Zero Hora*, 24 de abril de 1995. p. 56.

<sup>218</sup> *Folha de São Paulo*, 27 de maio de 1971. p. 6. Esta “carta aberta” é datada de 31 de março de 1971.

<sup>219</sup> *Idem*.

<sup>220</sup> *Correio do Povo*, 26 de maio de 1971. Capa e p. 23.

<sup>221</sup> No prontuário de Campos, não há informações referentes à sua participação em atividades políticas, apenas um documento afirmando que consta em um relatório datado de novembro de 1970, que ele teria sido indiciado por facilitar a fuga de um conhecido estelionatário no mês de dezembro de 1969 na cidade de Araraquara,

O interessante é que, menos de um mês depois, o *Correio* divulgou, sem o mesmo destaque, que o “Ex-terrorista agora é estelionatário”. Conforme a reportagem, Campos, “que entregando-se às autoridades escreveu uma carta aberta onde fundamentava sua mensagem à mocidade do Rio Grande do Sul”, estava detido no DOPS sob acusação de estelionato, uma vez que tinha prisão preventiva decretada por Santa Catarina e pela cidade de Nova Prata (RS) em função deste crime.<sup>222</sup> A matéria afirma que Campos se “entregou” às autoridades e escreveu uma mensagem aos gaúchos; no entanto, o militante estava detido no Presídio Tiradentes desde abril de 1970; portanto, ele não poderia ter se “entregue”, pois já estava preso. Na curta nota publicada pelo *Correio*, obviamente, não são retomados os elogios feitos ao *ex-terrorista* na reportagem anterior, quando foi louvado por se preocupar “em divulgar e esclarecer aos menos avisados sobre a verdade vivida por alguns indivíduos desajustados da sociedade.”<sup>223</sup> Afinal, agora parecia que ele próprio era um desses “desajustados”.

Neste mesmo mês, foram divulgadas também notícias sobre o *arrependimento* de Newton Moraes e Milton Campos de Souza, ambos militantes da ALN, em Minas Gerais. A história de suas retratações públicas será detalhada no capítulo seguinte desta dissertação.

Em junho, foi a vez de José Gersino Saraiva Maia ter o seu *arrependimento* noticiado na imprensa. Membro do PCBR, também era acusado de envolvimento no assalto que resultou na morte do tenente da Aeronáutica Matheus Levino, junto com Carlos Alberto Soares e outros militantes da organização, todos sob o risco de serem condenados à pena de morte. Tinha então 23 anos, e foi preso em fevereiro de 1971, na Guanabara, com mais três companheiros do PCBR. De acordo com a matéria publicada no *Correio do Povo* de 10 de junho de 1971, “muito descontraído, tomando cafezinho e falando ligeiro, José Gersino Saraiva, ex-estudante de Medicina em Natal, fez questão de frisar que recebera um bom tratamento tanto da polícia do Rio quanto dos oficiais do I Exército e da 2ª Zona Aérea.”<sup>224</sup> O estudante, que renegava a “subversão” afirmando querer retornar aos estudos e ser um brasileiro “orgulhoso de seu País”, estava preso e, segundo a reportagem, seria julgado no mês seguinte pela morte do tenente Levino.

Mais de um mês depois, a *Folha de São Paulo* trouxe na capa a manchete “Jovem diz à FAB por que repudiou o terrorismo”, divulgando a carta que Maia escreveu ao ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo, no dia 5, reiterando “seu propósito de abjurar o

---

embora a fonte ressalve que não se pode afirmar “tratar-se da mesma pessoa, por falta de maiores elementos.” Informação nº 667/75. APESP - Acervo DEOPS/SP.

<sup>222</sup> *Correio do Povo*, 16 de junho de 1971. p. 5.

<sup>223</sup> *Correio do Povo*, 26 de maio de 1971. Capa e p. 23.

<sup>224</sup> *Correio do Povo*, 10 de junho de 1971. p. 8.

terrorismo já expresso em entrevista à televisão.” O militante afirmava ter redigido a missiva para manifestar, de forma direta e oficial, o compromisso que havia assumido dias antes em entrevista à imprensa escrita e televisionada, “de renunciar às minhas atividades numa organização terrorista, de repudiar as organizações e suas atividades, e ainda, de tudo fazer para ajudar o Brasil a estirpar esse mau e arrancar para o desenvolvimento.” Dizia ainda: “Quando tive de refletir, de pensar, não foi difícil renunciar ao passado. O arrependimento veio fácil, sereno, profundo e de coração.”<sup>225</sup> O interessante, no caso de Maia, é que foi divulgada pela imprensa também a resposta de Souza e Melo às suas declarações. Seguem alguns trechos da carta do Ministro:

“Quando o meu major-secretário pretendeu que eu lesse a sua carta, não me dispus a fazê-lo por mais de uma razão. [...] Pouco depois, voltava um desses Oficiais, insistindo em que eu lesse a carta, ocasião em que esclarecia que se tratava de correspondência enviada por um dos terroristas assassinos do meu Tenente Mateus Levino dos Santos. [...] E pensei em alto e bom som: ‘tenho mais o que fazer!’ Mas deixei que a sua carta ficasse na minha mesa de trabalho. Mais tarde, resolvi lê-la e sensibilizei-me. E pensei: a morte prematura do meu generoso tenente Levino – que foi um sacrifício sem preço – contribuiu, pelo menos, para que um jovem como esse tenha podido acordar do sonho diabólico de que, através dos crimes mais infames, encontrasse o instrumento para realizar a utopia comunista. Resolvi então responder publicamente à sua carta [...]. Compreendo o seu sincero e humilde esforço de reabilitar-se perante a sociedade, e espero – pois aí está a razão de minha resposta à sua carta – que outras crianças-quase-homens reflitam, profundamente, sobre o conteúdo de nossas cartas, verificando que o jovem GERSINO e o velho Ministro, a despeito da diferença de idade e de formação pensam da mesma forma. Continue a escrever-me quando quiser. Lerei as suas cartas. Elas me farão bem.”<sup>226</sup>

A resposta de Souza e Melo evidencia uma dura crítica à violência das organizações de esquerda, exemplificada pela morte de Levino, mas ressalva que esta não teria sido em vão se servisse para alertar a juventude dos perigos da “subversão”. A própria forma com que o Ministro se dirige aos jovens, chamando-os de “crianças-quase-homens”, serve para desqualificar a seriedade e ações políticas destes últimos e revela um tom paternal, de quem está sempre pronto a escutar, bem como uma aposta na integração nacional, a despeito das diferenças de idade e de formação.

Ainda no mês de junho, foi divulgado o depoimento de José Barros Oliveira, que teria se apresentado às autoridades em 31 de maio de 1971, na cidade de São Paulo. Sob o título

---

<sup>225</sup> *Folha de São Paulo*, 20 de julho de 1971. Capa e p. 6.

“Ex-Subversivo diz que terroristas objetivam somente roubar e matar”, a notícia informa que Oliveira, então com 38 anos de idade, nascido na Paraíba, era mecânico e se envolveu com atividades políticas a partir de 1969, quando recebeu o convite de um antigo conhecido para integrar a REDE. Segundo o jornal, “de início pensou tratar-se de um grupo destinado a cuidar dos interesses da classe operária, mas, posteriormente, ficou sabendo que a organização se propunha a praticar atos terroristas, mas ‘aí já era tarde’, pois estava sempre vigiado e não encontrava possibilidade de abandonar o grupo subversivo.”<sup>227</sup> Essas declarações teriam sido prestadas perante o Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica, na 1ª Auditoria de Guerra, reafirmando depoimentos anteriores. De acordo com a matéria, após ter se apresentado espontaneamente, o ex-militante teve sua prisão preventiva revogada pela Justiça Militar de São Paulo.

No início de julho de 1971, o *Correio do Povo* anunciava: “Um dos seqüestradores de Von Holleben na TV”.<sup>228</sup> A matéria afirmava que, no dia 6, em cadeia nacional de televisão, às 21 horas, Manoel Henrique Ferreira, integrante da VPR e participante do seqüestro do embaixador alemão, contaria sua experiência e mostraria imagens do “aparelho” utilizado durante a ação. No dia 14, o mesmo jornal publicou uma reportagem sobre o referido programa. Conforme o periódico, o militante, que apareceu de capuz, retirado em seguida, revelou pormenores do seqüestro do embaixador, detalhando o planejamento e a participação de cada membro na ação. Além disso, ele também abordou a luta armada, declarando que “aquele não era o caminho e que sem família nada se conseguirá”. Em dois documentos que teriam sido escritos por ele, intitulados “A repressão no Brasil” e “Os justicamentos no terrorismo”, tratou-se do processo de aliciamento realizado pelos “chefes” dos grupos “subversivos”, da coação e dos justicamentos internos e da “total ausência dos sentimentos humanos entre a cúpula” da organização a qual pertencia.<sup>229</sup> Segundo a *Folha de São Paulo*, ele havia ingressado no *terrorismo* em 1969 e, tendo tomado parte em 17 importantes ações no Rio e em São Paulo, “tem conhecimento profundo da filosofia e dos métodos por elas [as organizações armadas] utilizados. Esse fato lhe confere autoridade para analisar com profundidade as causas que o levaram a repudiar as idéias e as ações terroristas.”<sup>230</sup>

Manoel Henrique Ferreira nasceu em São Paulo e começou a participar de atividades políticas no movimento secundarista, chegando a militar juntamente com Lungaretti e Gilson

---

<sup>226</sup> Idem, p. 6.

<sup>227</sup> *Correio do Povo*, 18 de junho de 1971. Capa.

<sup>228</sup> *Correio do Povo*, 03 de julho de 1971. p. 22.

<sup>229</sup> *Correio do Povo*, 14 de julho de 1971. p. 8.

<sup>230</sup> *Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1971. p. 4.

Theodoro nas bases da FES da Zona Leste.<sup>231</sup> Como seus companheiros, passou à clandestinidade após o fechamento do regime, e atuou na VPR e no MR-8. Foi preso em maio de 1971, no Rio de Janeiro, aos 22 anos. Meses depois, foi à televisão.

Em depoimentos concedidos posteriormente, o militante atribuiu sua participação neste episódio às torturas de que foi vítima. No livro *Brasil Nunca Mais*, no Capítulo 16, que trata das conseqüências da tortura, um dos itens – *Impactos sobre a personalidade* – aborda a história de Manoel Henrique, apresentando uma carta escrita por este último e endereçada à 1ª Auditoria da Aeronáutica do Rio de Janeiro, em 1975, na qual declarou que

“(…) em mim, essas torturas tiveram ainda o papel de desestruturar psicologicamente. Elas levaram-se até o ponto de ir à televisão fazer um pronunciamento contra a luta da qual participara. Eu fui à televisão, fiz um pronunciamento renegando minhas idéias, e fiz isto sob um estado completo de desestruturação por todas as torturas sofridas, por todas as ameaças e pelo medo que tinha de vir a ser morto... (…)”<sup>232</sup>

O caso de Manoel Henrique Ferreira se diferencia das demais retratações em razão de que, anos depois, ainda durante o período ditatorial, o militante se arrependeu do *arrependimento* e denunciou publicamente as estratégias do regime para levar militantes a “trair” na televisão. Em janeiro de 1976, escreveu ao Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e, ao longo de 17 páginas, detalhou as torturas de que foi vítima, explicou as razões que o levaram a participar das retratações, afirmou continuar sendo comunista e prometeu empenhar-se na implantação deste regime no Brasil.

Trechos da carta foram publicados nos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* em agosto de 1977. Segundo um relatório confidencial do II Exército, datado de setembro de 1977, “causou repulsa e indignação neste Exército a divulgação pelos O GLOBO e JORNAL DO BRASIL do Rio de Janeiro, da carta do terrorista MANOEL HENRIQUE FERREIRA ao Arcebispo de SÃO PAULO.”<sup>233</sup>

Em 1979, o jornal alternativo *Em Tempo* publicou um resumo das partes principais da referida carta, sob a manchete de capa: “Eu fui traidor da esquerda”. Nesta matéria, são revelados alguns detalhes do processo de negociação que envolveu a participação de Manoel Henrique nos episódios de retratação pública. Segundo ele, seu estado, após inúmeras sessões

---

<sup>231</sup> Lungaretti, ao falar dos simpatizantes que se juntaram à FES, refere Manuel Henrique, ou “Mané”: “Um verdadeiro achado para o grupo é o operário/estudante Mané, da Vila Zelina, que toca violão, compõe músicas e é capaz de cantar as músicas do Geraldo Vandré tão bem quanto o próprio”. LUNGARETTI, op. cit., p. 38.

<sup>232</sup> BNM nº 638, V. 2, p. 735 – 736. IN: *BRASIL Nunca Mais*, op. cit., p. 221 - 222.

<sup>233</sup> RPI nº 09/77 – II Exército. APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 50Z 8 – Documento nº. 2191. Grifos no original.

de tortura, estava bastante fragilizado: “Ficava desesperado quando via a maquininha de choques e, às vezes, só de vê-la, antes mesmo de começar a levar choques, eu começava a falar.”<sup>234</sup> Percebendo a fragilidade do preso, os agentes da repressão teriam se aproximado: “Dada a minha colaboração com a repressão durante os interrogatórios, a partir da minha prisão, colaboração essa que se deu em cima do fato de querer me livrar das torturas, a repressão logicamente notou que poderia tirar um grande partido dessa situação.”<sup>235</sup> O militante foi então levado para assistir a algumas palestras no CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), que tratavam dos avanços promovidos pelo governo e dos crimes do comunismo. Certo dia, foi lhe perguntado se ele estava arrependido, e ele respondeu afirmativamente; passou então a ter contato freqüente com um funcionário da AERP. Numa das palestras, que tratavam da chamada campanha de “difamação” contra o Brasil no exterior, o Dr. Pedro Paulo, do CISA, disse-lhe que se “concordasse em participar da desmistificação daquela campanha, estaria provando para as autoridades que estava arrependido, e minha situação melhoraria”<sup>236</sup>. Neste processo de convencimento do militante, foram feitas uma série de promessas e aventada a possibilidade de libertá-lo em breve: “(...) o fato de estar arrependido, esse fato em si, não me tiraria da cadeia, mas se eu fosse à televisão e mostrasse os erros que fiz, aí sim eu poderia sair logo da prisão.” Assim, Manoel Henrique aceitou participar de uma retratação pública, que passou a ser planejada em seguida:

“Depois que aceitei fazer o pronunciamento na televisão, os contatos que eu passei a ter visavam discutir o que eu deveria dizer. [...] O Major Gallo, ligado a AERP, é quem coordenava esse trabalho. Ele disse-me, de certa feita, que esse pronunciamento que eu iria fazer deveria ter como objetivo impedir que outras pessoas ingressassem na subversão; e para que eu conseguisse esse objetivo eu deveria dirigir-me principalmente à juventude, e dizer o que é uma organização subversiva. Eu deveria dizer sobre a utilização das pessoas pelos chefes dessas organizações, do assassinato daqueles que pretendem abandonar o terrorismo, etc e também sobre a promiscuidade que reina dentro dessas organizações.”<sup>237</sup>

Segundo ele, no dia seguinte, o Major Gallo lhe entregou um papel com as perguntas que seriam feitas e com as respostas que deveria dar. Dias depois, gravou seu depoimento para a televisão.

---

<sup>234</sup> *Em Tempo*, Ano II, nº 70, 28 de junho a 04 de julho de 1979. p. 6.

<sup>235</sup> *Idem*.

<sup>236</sup> *Ibidem*.

<sup>237</sup> *Ibidem*.

Após seu *arrependimento* público, no entanto, as promessas feitas durante o processo de negociação não foram cumpridas. Manoel Henrique inclusive voltou a ser torturado, na sede da OBAN. Em setembro de 1971, o Supremo Tribunal Militar reduziu as penas dos participantes no sequestro do embaixador alemão; ele estava condenado então a 15 anos de reclusão<sup>238</sup>. O militante revelou que começou a duvidar que os acordos seriam cumpridos e que os agentes que participaram das negociações não mais o procuraram; disse também que passou a ter remorsos pelo que fizera. Na parte final da carta dirigida ao Cardeal Arns, intitulada “Quero pagar a dívida de uma traição política e pessoal”, Manoel Henrique afirmou:

“Quero acrescentar ainda, que este depoimento, antes de ter o sentido de uma retomada da posição revolucionária, ele é sobretudo e principalmente uma tentativa de um saldar de contas pessoal. Isto é, é um pagamento de uma dívida que tinha para comigo mesmo, pois entendo que a traição por mim cometida não foi apenas uma traição revolucionária, uma traição política, ela foi também uma traição pessoal, uma traição a mim mesmo, uma traição a mais de quatro anos de uma prática na qual acreditava.”<sup>239</sup>

A idéia da traição aparece de forma significativa em seu relato: o militante revela que, desde o momento em que foi preso, não conseguiu resistir, passou a colaborar com os agentes da repressão, até chegar ao “extremo” de ir à televisão. Embora ressalve que o fez para livrar-se das torturas de que foi vítima, Manoel Henrique se coloca no lugar de traidor, daquele que traiu não só seus ideais e seus companheiros, mas a si mesmo.

Na época em que a reportagem do jornal *Em Tempo* foi publicada, o militante estava preso no Rio de Janeiro, condenado a 57 anos e três meses de reclusão. Ainda em 1979, ele reafirmou a posição assumida na carta ao Cardeal Arns em um livro de memórias de presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira, onde se encontrava.<sup>240</sup>

No final de julho, a *Folha de São Paulo* informou que “Mais dois repudiam o terrorismo e fazem advertência.” Eram eles: Rouberdario Denis Valeiro e Douglas de Carvalho Merechia, ambos presos na Penitenciária Regional de Juiz de Fora (MG). Rouberdario, segundo a reportagem, participou de uma série de manifestações estudantis, era membro atuante do PCB e havia também militado na organização COLINA. Ele escreveu um manifesto ao povo brasileiro, transcrito na íntegra pela *Folha*, no qual aborda seu rompimento com a esquerda armada e a situação política dos presídios, e afirma que sua atitude visava

---

<sup>238</sup> *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1971. p. 5.

<sup>239</sup> *Em Tempo*, Ano II, nº 70, 28 de junho a 04 de julho de 1979. p. 7.

<sup>240</sup> DIAS, Luzimar Nogueira (org.). *Esquerda armada: testemunho dos presos políticos do Presídio Milton Dias, no Rio de Janeiro*. Vitória: Edições do Leitor, 1979. p. 32 e seguintes.

contribuir para resolver o problema do terrorismo no Brasil. Douglas, de acordo com o jornal, foi preso em novembro de 1969, por ter atirado um coquetel molotov no prédio da Aliança Francesa, em Brasília. Conforme a matéria, ele havia sido libertado e, ao deixar o presídio, entregou uma carta ao diretor, denunciando a ação dos “comunistas” no interior das prisões.<sup>241</sup>

Em agosto, foram divulgados os depoimentos de José Raimundo de Oliveira, que em dezembro havia se negado a sair do país em troca do embaixador suíço, e de Erwin Rezende Duarte, ambos presos políticos na Penitenciária de Linhares, também em Juiz de Fora e que, segundo a reportagem, já haviam se *arrependido* anteriormente.<sup>242</sup> A matéria centra-se principalmente no fato de que os dois, listados como vítimas de tortura em livros publicados por organizações de defesa dos direitos humanos, afirmavam terem sido obrigados por companheiros de prisão a dizer que haviam sido torturados. Seus depoimentos serão melhor discutidos no segundo capítulo desta dissertação, na parte relativa às denúncias contra o governo brasileiro feitas no exterior.<sup>243</sup>

Percebe-se, acompanhando os episódios de *arrependimento* divulgados ao longo de 1971<sup>244</sup>, que a estratégia implementada em 1970 teve continuidade, contribuindo para fomentar a idéia de que o “terror” estava sendo desbaratado diante da tomada de consciência de seus integrantes e dos avanços do governo para colocar o Brasil no rumo do progresso.

\* \* \*

No ano de 1972, poucas notícias de *arrepimentos* foram divulgadas nos órgãos de comunicação. A partir daí, esta estratégia parece ter perdido o fôlego. O número de militantes apresentados ao público “repudiando o terrorismo” caiu sensivelmente, foram apenas seis ao longo do ano; assim como diminuiu a repercussão deste tipo de depoimento na imprensa. Vale destacar que, segundo as reportagens da época, todos eles teriam se entregue às autoridades espontaneamente. Nestes casos, os dados que tivemos acesso limitam-se às reportagens

---

<sup>241</sup> *Folha de São Paulo*, 24 de julho de 1971. p. 4.

<sup>242</sup> Não foram encontradas reportagens referentes ao suposto *arrependimento* anterior realizado por Erwin Rezende Duarte.

<sup>243</sup> *Folha de São Paulo*, 12 de agosto de 1971. p. 6.

<sup>244</sup> Neste ano, há indicações de que Solange Lourenço Gomes, integrante do MR-8, também tenha protagonizado uma retratação pública, embora não foi possível encontrar tal depoimento nas fontes consultadas. Bastante fragilizada, a militante teria se entregue aos órgãos repressivos em Salvador. Segundo Percival de Souza, após fornecer uma série de informações sobre a organização, ela teria se transformado “em mais uma adepta do crescente rol dos arrependidos.” Os homens “do Exército sediados na Bahia” teriam distribuído no Rio de Janeiro uma nota oficial, na qual Solange dizia-se “cansada da exploração da carne e convencida das mentiras e falsidades do comunismo” e afirmava que “após longo período de meditação” estava se afastando do movimento revolucionário. Alguns militantes do MR-8 admitiram que ela sofria de distúrbios psiquiátricos. In: SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000., p. 279 – 282. A rendição de Solange também é abordada na biografia de Carlos Lamarca: JOSÉ; MIRANDA, op. cit.

veiculadas nos jornais, portanto não foi possível estabelecer uma reflexão mais consistente sobre os mesmos. Como os *arrepentimentos* destes militantes foram apresentados somente às autoridades (à exceção do caso de Aduino Santos, como veremos a seguir), pode-se inclusive pensar que tenham sido atribuídos, como os casos citados anteriormente. Note-se também que suas declarações limitaram-se à crítica em relação aos grupos dos quais foram integrantes, sem citarem a questão da tortura e elogiarem as obras do regime ou fazerem alertas à juventude. Tratando-se da repercussão que tais depoimentos ganharam, percebe-se que, ao contrário dos anos anteriores, as retratações ocorridas ao longo de 1972 não mereceram nenhuma matéria de capa nos jornais pesquisados, tampouco há referências que suas declarações tenham sido divulgadas na televisão. O caso de maior repercussão envolveu o militante Monir Tahan Saab, em fevereiro.

Mineiro, nascido em novembro de 1938, Monir fazia parte do Grupo Tático Armado da ALN. Foi ferido durante uma ação, quando tentou roubar uma viatura policial, no mês de outubro de 1971. Resgatado pelos companheiros da ALN, mas sem atendimento médico adequado, seu estado de saúde piorou. As reportagens publicadas na época afirmavam que o militante teria então se entregue aos órgãos policiais de São Paulo, objetivando conseguir atendimento médico.<sup>245</sup> Um relatório de inquérito realizado pelo DEOPS/SP, no entanto, ressalta que ele apareceu “posteriormente num hospital da Capital onde foi preso.”<sup>246</sup> Em janeiro, Monir escreveu uma “declaração de próprio punho”, acusando duramente seus antigos companheiros e elogiando o tratamento recebido por parte da OBAN, embora sem dizer-se *arrepentido*.<sup>247</sup>

No mês de abril, em uma pequena matéria, a *Folha de São Paulo* anunciou: “Casal repudia a subversão.” Tratava-se de Bernadete Zanete Sá Brito e Paulo de Albuquerque Sá Brito, ambos ligados à AP. A reportagem afirmava que o casal estava afastado da organização desde 1970, e que naquele momento resolvera se entregar às autoridades. Bernadete teria dito ainda que abandonou a AP porque achava “que a luta armada é incorreta e um caminho errado em termos de ajudar o povo.”<sup>248</sup>

Somente no mês de dezembro outra notícia de *arrepentimento* foi divulgada nos jornais pesquisados e dizia respeito ao caso de Alvamar Costa Queiroz e Erlita Rodrigues dos Santos, com 23 e 32 anos de idade, respectivamente. Segundo a reportagem, Erlita pertencia a

---

<sup>245</sup> *Correio do Povo*, 19 de outubro de 1971. p. 5.

<sup>246</sup> Relatório do Inquérito nº 9/72, folha 22. Delegacia Especializada de Ordem Social. APESP – Acervo DEOPS/SP.

<sup>247</sup> Seu caso será discutido de forma mais aprofundada no segundo capítulo da dissertação.

<sup>248</sup> *Folha de São Paulo*, 15 de abril de 1972. p. 4.

uma facção do Partido Bolchevique Trotskista<sup>249</sup>, desbaratada em Pernambuco no ano de 1970, e Alvarado integrava o PCB do Rio Grande do Norte. Os dois teriam se entregado espontaneamente às autoridades e condenado os grupos de esquerda, “culpando-os de aliciar pessoas inexperientes, para em seguida, abandoná-las à própria sorte.”<sup>250</sup>

Também em dezembro, foi noticiado o depoimento de Adauto Alves dos Santos o qual, de acordo com as reportagens consultadas, militou por mais de 30 anos no PCB. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Alves teria afirmado que, depois de conviver com os principais líderes e segredos do Partido, descobriu estar “num antro de intrigas e vaidades pessoais, com gente de boa e má fé, teóricos e aproveitadores, sobretudo aproveitadores.”<sup>251</sup> Aparentemente, seu depoimento foi concedido diretamente ao referido jornal, sem a mediação dos órgãos governamentais, o que sugere que, embora suas declarações possuíssem caráter similar às dos demais *arrepentidos*, não se tratava desse tipo de retratação.

\* \* \*

A pesquisa realizada no jornal *Correio do Povo* dos anos de 1973 e 1974 não levou à localização de referências ou reportagens relacionadas a retratações públicas de militantes de organizações de esquerda. Somente em 1975, foram veiculados outros episódios deste tipo: o depoimento de José Gay da Cunha, em março, e o de Gilberto Thelmo Sidney Marques, em maio. Percebe-se, pois, que a estratégia dos *arrepentimentos*, neste contexto, já se encontrava bastante desarticulada.

No caso de José Gay da Cunha, não houve uma ênfase na idéia de retratação ou *arrepentimento*; seu depoimento é centrado em denúncias contra o Partido Comunista Brasileiro. Gay da Cunha tinha sido um dos fundadores do PCB no Rio Grande do Sul. Era um militante histórico, considerado herói da Guerra Civil Espanhola.

De acordo com Nilson Mariano, no dia 18 de março de 1975, ele foi preso em Porto Alegre, acusado de estar tentando reorganizar o PCB no Rio Grande do Sul. Segundo consta, estava intermediando a recepção de dinheiro doado por comunistas argentinos para ajudar famílias de presos políticos que estivessem em dificuldades. Na mesma época, vários

---

<sup>249</sup> O referido partido provavelmente trata-se da Fração Bolchevique Trotskista (FBT). Esta se constituiu em 1968 dentro do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), principalmente no Rio Grande do Sul. Em 1976 ela se unificou com a dissidência paulista do PORT, "Primeiro de Maio", formando a Organização Socialista Internacional (OSI). A FBT rompia com a tradição trotskista de José Posadas, defendida pelo PORT, passando a alinhar-se com o Comitê de Reconstrução da IV Internacional liderado por Pierre Lambert. O Brasil Nunca Mais localiza quatro processos de integrantes da FBT (dois no Rio Grande do Sul, em 1970, um em Pernambuco no mesmo ano e um em São Paulo no ano de 1972). Para mais informações, ver: BRASIL *Nunca Mais*, op. cit., p. 107-109. Ver também p. 114.

<sup>250</sup> *Correio do Povo*, 1º de dezembro de 1972. p. 27.

<sup>251</sup> *Correio do Povo*, 7 de dezembro de 1972. p. 5.

membros do PCB foram presos na capital gaúcha, como João Aveline, Adair Moreira de Castilhos, Romeu Bartonili e Francisco Penha Rodrigues, entre outros<sup>252</sup>. Conforme Mariano, Gay da Cunha foi conduzido a prestar sua retratação pública depois que agentes do DOPS seqüestraram seu filho. Abalado psicologicamente, o militante, então com 64 anos de idade e investido de grande autoridade moral por seu histórico nas fileiras comunistas, concedeu uma entrevista à TV Gaúcha, acusando o PCB de envolvê-lo em um esquema ilícito para receber dinheiro da Argentina. Além disso, fez duras críticas ao Partido e seus membros, conforme veremos no segundo capítulo desta dissertação.<sup>253</sup> Era o dia 31 de março de 1975. De acordo com amigos próximos e familiares, Gay da Cunha nunca se recuperou deste episódio.<sup>254</sup>

Vale ressaltar que suas declarações denunciando o PCB ocorreram no momento em que o Partido era um dos maiores alvos da repressão ditatorial. Segundo Gorender, quando Ernesto Geisel assumiu a presidência, em março de 1974, a guerrilha urbana havia sido desmantelada e a guerrilha do Araguaia agonizava. Ao traçar os rumos da abertura *lenta, gradual e segura*, fazia-se necessário diminuir o nível de repressão policial característico dos governos anteriores, o que esbarrava na resistência destes órgãos especializados, que dispunham do apoio de setores oficiais que discordavam da política de distensão<sup>255</sup>. De acordo com o autor:

“Uma vez que não havia organizações da esquerda armada para justificar sua atuação sanguinária, os órgãos repressivos se voltaram para a “reserva de caça” que lhes oferecia o PCB. De 1968 a 1974, a repressão policial se concentrou no combate à guerrilha e se desinteressou de alvejar o PCB. Limitou-se a fazer o acompanhamento de seus passos e eventuais prisões. Seis anos de fogo brando induziram o Partidão a baixar a guarda e se descuidar da segurança clandestina. Abriu-se em excesso na campanha eleitoral de 1974, quando o MDB alcançou o primeiro êxito significativo. Os órgãos policiais não tiveram dificuldade para desarticular o Partidão e desarticular sua alta direção. Juntando as quedas dos anos anteriores às de 1974 – 1975, metade do Comitê Central foi parar nas garras do inimigo. [...] Exilados quase todos os dirigentes em liberdade, o PCB deixou de ter uma direção nacional atuante no Brasil entre 1975 e 1980.”<sup>256</sup>

Portanto, naquele momento, promover campanhas contra o PCB ia ao encontro dos objetivos dos órgãos de repressão da ditadura.

---

<sup>252</sup> MARIANO, op. cit., p. 163 – 164.

<sup>253</sup> *Zero Hora*, 31 de março de 1975. p. 12.

<sup>254</sup> *Zero Hora*, 27 de abril de 1995. p. 4-5.

<sup>255</sup> GORENDER, op. cit., p. 232.

<sup>256</sup> *Idem*, p. 232 – 233.

A última retratação pública localizada nas fontes ocorreu em maio de 1975, quando Gilberto Telmo Sidney Marques foi apresentado à imprensa. Marques era natural de Fortaleza e tinha na época 32 anos de idade. Pesavam contra ele acusações de pertencer ao MOLIPO<sup>257</sup> e de ter tomado parte em várias ações do grupo.<sup>258</sup> No dia 17 de maio, o jornal *Zero Hora* anunciou que Marques, então cumprindo pena de cinco anos, acusou “determinados empresários de estarem se servindo de inocentes úteis aos propósitos da subversão, inclusive ajudando a financiar as lutas”. Sobre seu *arrependimento*, teria declarado: “que sirva de exemplo a outros jovens desviados do rumo da ordem e da tranqüilidade”.<sup>259</sup> Em outra reportagem, intitulada “Ex-subversivo afirma que terrorismo no país está contido, mas não morto”, o *Correio* descreveu o militante como ex-membro da AP (entre 1967 e 1969) e, após este período, da ALN.<sup>260</sup> De acordo com as fontes consultadas, encerraram-se aqui os episódios de *arrependimento*.

\* \* \*

A partir das informações coletadas sobre os militantes e suas retratações públicas, elaborou-se uma tabela, com alguns dados que nos permitem visualizar o conjunto de depoimentos:

---

<sup>257</sup> O MOLIPO (Movimento de Libertação Popular) surgiu a partir de uma cisão da ALN, que abrangeu principalmente universitários paulistas em treinamento guerrilheiro em Cuba. Críticos à ação da direção da organização, a qual culpavam pelas derrotas acumuladas após a morte de Marighella, estes militantes exacerbaram a tendência militarista, propondo intensificar a guerrilha urbana e desencadear a guerrilha rural. Começaram a retornar ao Brasil no início de 1971, quando a organização contava com aproximadamente 30 militantes. Destes, 17 foram mortos pela repressão; em 1973 o MOLIPO já estava destruído. GORENDER, op. cit., p. 202 – 203.

<sup>258</sup> Informação nº 512/79 – ABS. Prontuário nº 1.865. APESP – Acervo DEOPS/SP.

<sup>259</sup> *Zero Hora*, 17 de maio de 1975. p. 7.

<sup>260</sup> *Correio do Povo*, 17 de maio de 1975. p. 7.

NOME	ORGANIZAÇÃO /PARTIDO	IDADE (no momento da retratação)	ESTADO DE ORIGEM	DATA DE DIVULGAÇÃO	COMO A RETRATAÇÃO FOI APRESENTADA
Adauto Alves dos Santos	PCB	-	-	Dezembro de 1972	* entrevista ao <i>Jornal do Brasil</i>
Allan Kardec Pimentel	VAR-Palmares	21 anos	Goiás	Agosto de 1970	* depoimento às autoridades militares * televisão
Alvamar Costa Queiroz	PCBR	23 anos	Rio Grande do Norte	Dezembro de 1972	* depoimento às autoridades
Ângelo Borghese	VPR	-	-	Dezembro de 1970 / Janeiro de 1971	* negou-se a sair do país em troca da libertação do embaixador suíço * entrevista
Bernadete Zanete Sá Brito	AP	-	-	Abril de 1972	* depoimento às autoridades
Carlos Alberto Soares	PCBR	-	Pernambuco	Abril de 1971	* disse que estava arrependido às autoridades, mas negou-se a fazer declaração pública. Provavelmente trata-se de um <i>arrependimento</i> atribuído.
Celso Lungaretti	VPR	19 anos	São Paulo	Julho de 1970	* declaração de “próprio punho” * televisão
Douglas de Carvalho Merechia	Não era vinculado à organizações	-	-	Julho de 1971	* Carta
Edelson Palmeira de Castro	Frente Armada Revolucionária do RS	-	Rio Grande do Sul	Dezembro de 1970 / Janeiro de 1971	* negou-se a sair do país em troca da libertação do embaixador suíço * entrevista

Erlita Rodrigues	FBT	32 anos	-	Dezembro de 1972	* depoimento às autoridades
Ervin Rezende Duarte	-	-	Minas Gerais	Agosto de 1971	* dossiê “A campanha de difamação contra o Brasil no banco dos réus”
Fernando Ponte de Souza	Não pertencia a nenhuma organização	-	Ceará	Novembro de 1970	* manifesto “aos jovens do Brasil” <i>Arrependimento</i> atribuído
Francisco das Chagas Fonseca Sapiência	VAR-Palmares	21 anos	Goiás	Setembro de 1970	* declaração ao apresentar-se ao Departamento de Polícia Federal
Francisco Lopes dos Santos	MR-8	25 anos	Santa Catarina	Fevereiro de 1972	* declarações às autoridades, em Joaçaba/SC
Gilberto Telmo Sidney Marques	ALN	28 anos	Ceará	Maior de 1975	* carta ao Comandante do II Exército
Gilson Theodoro de Oliveira	VPR	24 anos	São Paulo	Maior de 1970	* manifesto * entrevista à imprensa * televisão
Gustavo Guimarães Barbosa	VAR-Palmares	20 anos	Goiás	Agosto de 1970	* depoimento às autoridades militares * televisão
Hans Rudolf Jakob Mans	PCB/ALN	42 anos	Suíça - Bahia	Novembro de 1970	* Manifesto “Ao povo brasileiro” * entrevista à imprensa
Irgeu João Menegon	VPR	24 anos	Rio Grande do Sul	Dezembro de 1970 / Janeiro de 1971	* negou-se a sair do país em troca da libertação do embaixador suíço * carta * televisão

Jackson Pires Machado	VAR-Palmares	22 anos	Goiás	Agosto de 1970	* depoimento às autoridades militares * televisão
João Arnolfo Carvalho de Oliveira	VAR-Palmares	20 anos	Goiás	Agosto de 1970	* depoimento às autoridades militares * televisão
José Barros de Oliveira	REDE	38 anos	Paraíba	Junho de 1971	* depoimento às autoridades
José Gay da Cunha	PCB	64 anos	Rio Grande do Sul	Março de 1975	* televisão
José Gercino Saraiva Maia	PCBR	23 anos	Pernambuco	Junho de 1971	* entrevista * carta * televisão
José Raimundo de Oliveira	-	-	Minas Gerais	Dezembro de 1970/ Janeiro de 1971	*Negou-se a sair do país em troca da liberdade do embaixador suíço *entrevista * dossiê “A campanha de difamação contra o Brasil no banco dos réus”
Luiz Carlos Campos Filho	VPR	35 anos	Rio Grande do Sul	Maio de 1971	* Carta Aberta à Mocidade do RS
Manoel da Conceição Santos	AP	32 anos	Maranhão	Setembro de 1972	* declaração durante interrogatório <i>Arrependimento</i> atribuído
Manoel de Lima	VPR	53 anos	São Paulo	Dezembro de 1970 / Janeiro de 1971	* negou-se a sair do país em troca da libertação do embaixador suíço * entrevista
Manoel Henrique Ferreira	VPR/MR-8	22 anos	Rio de Janeiro	Julho de 1971	* televisão

Marcelo Mário de Melo	PCBR	-	Pernambuco	Abril de 1971	* disse que estava arrependido às autoridades, mas negou-se a fazer declaração pública  <i>Arrependimento atribuído</i>
Marcos Alberto Martini	VPR	22 anos	São Paulo	Maio de 1970	* manifesto * entrevista à imprensa * televisão
Marcos Vinícius Fernandes dos Santos	VPR	22 anos	São Paulo	Maio de 1970	* manifesto * entrevista à imprensa * televisão
Massafumi Yoshinaga	VPR	21 anos	São Paulo	Julho de 1970	* “Carta aos jovens” * entrevista à imprensa * televisão
Milton Campos de Souza	ALN	-	Minas Gerais	Maio de 1971	* carta ao diretor do presídio
Monir Tahan Saad	ALN	-		Fevereiro de 1972	* declaração “de próprio punho” às autoridades
Nelson Gatto	VPR	53 anos	São Paulo	Dezembro de 1970 / Janeiro de 1971	* negou-se a sair do país em troca da libertação do embaixador suíço * entrevista
Newton Morais	ALN	-	Minas Gerais	Maio de 1971 / Dezembro de 1971	* cartas “aos pais” * declaração
Osmar de Oliveira Rodello Filho	VPR	20 anos	São Paulo	Maio de 1970	* manifesto * entrevista à imprensa * televisão

Paulo Albuquerque Sá Brito	AP	-	-	Abril de 1972	* depoimento às autoridades
Reinholdo Amadeo Klement	VPR	21 anos	Rio Grande do Sul	Abril de 1971	*carta *televisão
Rômulo Augusto Romero Fontes	VPR	23 anos	Pernambuco	Maior de 1970	* manifesto * entrevista à imprensa * televisão
Rouberdário Denis Valeiro	PCB / COLINA	-	Minas Gerais	Julho de 1971	* manifesto

As informações apresentadas apontam para algumas questões importantes sobre os *arrepimentos*, que embora não possam ser respondidas em sua totalidade por essa pesquisa, indicam caminhos que ainda precisam ser trilhados para uma melhor compreensão destes processos.

Os dados permitem, por exemplo, traçar certas relações e estabelecer diferenças entre os depoimentos. Houve militantes que foram apresentados individualmente, enquanto outros *arrepimentos* foram protagonizados por grupos. Alguns fizeram declarações através de cartas ou manifestos, mas não foram à televisão. Em certos casos, noticiava-se que o chamado *subversivo* havia se *arrepido* durante declaração prestada às autoridades, sem uma exposição pública do depoente, o que pode sugerir que o depoimento tenha sido forjado (a estes chamamos de atribuição de *arrepimento*). Nesse sentido é preciso ter cuidado ao considerar todos os casos citados como de *arrepimento*.

A partir do que era veiculado na imprensa sobre os grupos armados e seus militantes, pode-se também acompanhar prisões, processos que estavam correndo na Justiça Militar e condenações. Muitos deles estavam sendo condenados a penas longas, e alguns, inclusive, ameaçados com a pena de morte. Estas condenações agiam como fator de coerção, e podem ter servido para pressionar diversos militantes a renegarem seus princípios, inclusive negociando as suas penas.

Percebe-se um grande número de secundaristas entre os *arrepidos*. Muitos deles passaram da condição de estudantes para a de militantes de organizações de luta armada. Ou seja, eram jovens recém-egressos do movimento estudantil secundarista, os quais, no momento em que as manifestações estudantis eram duramente reprimidas e seus principais líderes presos ou refugiados na clandestinidade, passaram a contatar ou serem contatados por grupos que viam na contestação armada a única forma de continuar lutando. Neste sentido, ao serem confrontados com a prisão e com a tortura nos porões do regime, alguns destes jovens talvez tenham se decepcionado com os rumos tomados ou apresentado uma fragilidade maior se comparada a outros quadros que tinham uma experiência de luta política mais longa e estruturada. Não se tem a intenção aqui de enquadrar estes estudantes em um perfil determinado, nem de desqualificar os secundaristas que participaram da luta armada; objetiva-se apenas chamar a atenção para um ponto comum verificado no grupo que participou das retratações públicas no sentido de melhor compreendê-lo.

As fontes apontam ainda para um grande número de militantes pertencentes à VPR. Neste sentido, é importante tentar compreender como esta organização se estruturava, em quais condições agia naquele início da década de setenta, com quantos quadros contava, em

quais estados estava estabelecida, qual perspectiva de luta apresentava naquele momento, no sentido de problematizar esse dado, o que não foi possível ao longo deste trabalho.

As declarações dos *arrepentidos*, muitos já em processo de rompimento com suas organizações, também apontam para uma série de problemas relacionados à lógica interna de funcionamento das mesmas e às relações entre os grupos, seus dirigentes e militantes que não podem ser ignoradas, e que demandam uma análise mais aprofundada.

\* \* \*

Apresentados os *arrepentidos*, impõe-se agora discutir as mensagens presentes em suas declarações, na tentativa de compreendê-las inseridas na lógica da repressão e da propaganda da ditadura. Faz-se necessário também problematizar a veiculação e repercussão de seus depoimentos nos meios de comunicação, buscando-se localizar as interferências entre a ação governamental e a atuação da imprensa nestes episódios. Essa é a trama a ser tecida no capítulo que segue.

## CAPÍTULO 2

### “Repúdio ao terrorismo”

#### **A veiculação dos arrependimentos na imprensa e as mensagens dos arrependidos**

“E a sociedade em geral tem de colaborar com amor e inteligência para reabsorver os jovens brasileiros que se libertaram – como os Massafume, Jackson, Lungaretti – da máfia do terror.”<sup>261</sup>

Para compreender as motivações que levaram o governo a promover e divulgar as retratações públicas protagonizadas por integrantes de organizações clandestinas de combate ao regime militar, e analisar a forma como estes depoimentos foram veiculados na imprensa da época, é preciso problematizar alguns pontos que envolvem a própria questão da informação e da comunicação durante esse período. Maria Aparecida de Aquino afirma que os militares tiveram ampla preocupação com o chamado setor de informação. Segundo a autora:

“De um lado, os militares procuraram armar-se de vasto material, coletando informações sobre a sociedade como um todo, a partir de variados órgãos do aparato repressivo: o Serviço Nacional de Informação (SNI) e suas ramificações regionais, as segundas Seções (de Informações) das Forças Armadas, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o(s) DOI/CODI(s) (Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) e os DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) estaduais. Esse formidável instrumental repressivo objetivava o exercício de uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de subversão à ordem instaurada. Por outro lado, a preocupação dos governos militares, a partir de 1964, atingiu a outra face da mesma moeda do setor de comunicação social: a informação veiculada aos cidadãos. Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida. Afinal, nada pode ser mais ‘subversivo’ do que enxergar a si próprio.”<sup>262</sup>

Este controle da informação atingiria diretamente a imprensa da época e várias foram as modalidades empregadas pelo regime em suas tentativas de controlar os veículos de comunicação, desde pressões diretas contra as empresas (bloqueio de receitas publicitárias, negação de empréstimos pelos bancos oficiais, recusa de licenças de importação de

<sup>261</sup> *Correio do Povo*, 14 de julho de 1970. p. 7. Apeido: “Com amor e inteligência”.

<sup>262</sup> AQUINO, M. *Censura, imprensa e Estado autoritário*. Op. cit., p. 15.

equipamento ou papel de imprensa ou confisco de tiragens), passando pelo controle das notícias (dificuldades em obter informações das autoridades, recebimento de notícias e declarações já “prontas”) e chegando até a pressão individual (processos judiciais contra pessoas, baseados nos termos da Lei de Imprensa ou Lei de Segurança Nacional, negativas de credenciais, ameaças e agressões físicas). Nas palavras de Anne-Marie Smith,

“O regime dispunha de um amplo leque de medidas para obstruir a liberdade da imprensa. Cada uma se adaptava a um diferente aspecto da vulnerabilidade da imprensa. No lado empresarial, havia auditorias, a suspensão de publicidade oficial, a pressão sobre anunciantes e gráficas privadas e o confisco. O acesso às notícias podia ser rigorosamente restrito pelo uso muito controlado do *press release*, sem mais investigação, esclarecimento ou corroboração afora o reiterado ‘nada a declarar’ oficial. A liberdade profissional e a segurança pessoal também corriam riscos, sob a forma de processos judiciais, negativa de credenciais e outras formas de maus tratos. Havia muitas maneiras de perseguir, intimidar, cercear e prejudicar a imprensa sem que o regime, que buscava tanto a legitimidade quanto o controle autoritarista, tivesse de abrir mão de um compromisso formal com a liberdade de imprensa.”<sup>263</sup>

Todos estes recursos aplicados revelam a preocupação do regime com a questão da informação. Percebe-se que as notícias eram tratadas não como um bem público, mas como material controlado, que pertencia ao Estado e era compartilhado a seu critério, para o “bem” da sociedade.<sup>264</sup> Foi com este objetivo, de “selecionar” o que deveria ou não ser mostrado e discutido pela população, que o governo aplicou a censura<sup>265</sup> aos meios de comunicação e às diversas formas de expressão artística.

---

<sup>263</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 93-94.

<sup>264</sup> Idem, p. 84.

<sup>265</sup> Nas palavras de Stephanou, “Censura é a ação de proibir, no todo ou em parte, uma publicação ou encenação. Essa supressão deliberada altera o fluxo normal da informação, destituindo de significado um determinado acontecimento (ao retirar *elementos*, a censura anula o *conjunto*). Em uma sociedade, com complexo sistema econômico e político, os agentes sociais dependem de um grande número de dados e relações, transmitidos pelos meios de comunicação, para a compreensão do todo social. É preciso comparar fatos, descobrir contradições, para então formular conclusões. Elementos isolados, que não guardam nenhuma relação entre si, mesmo que em grande número não suscitam nenhum significado (a censura, portanto, não está somente no *proibido*, mas também no *reforçado*, no sistematicamente veiculado). Conhecendo parcialmente a realidade, os agentes sociais ficam impossibilitados de formular propostas diferentes das apresentadas pelos detentores do poder. A necessidade de controle censório supõe que a livre expressão pública de idéias pode abalar a estabilidade do governo, a harmonia social e o caráter moral dos indivíduos. Cabe às autoridades, segundo essa visão, proteger o Estado e estabelecer o *permitido*, o *saudável*, para evitar os possíveis danos à sociedade”. STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 11-12. Kushnir, discutindo sobre a legislação censória, afirma: “Acima de tudo, as normas legais do pós-1964 foram ordenadas dentro da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, cerceando informações para impor uma imagem de ‘Brasil Grande’. É consagrada a noção de que a censura prestou um serviço aos governos da ditadura civil-militar pós 1964, atuando como deseducadora de várias gerações.” KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p. 81.

Aquino chama a atenção para a “variedade de atuação da censura, ao lado da diversidade de reações por parte dos órgãos de divulgação, qualificados normalmente como fazendo parte da grande imprensa.”<sup>266</sup> Segundo a autora, a censura à imprensa escrita era realizada, em linhas gerais, de duas formas distintas: uma por meio de telefonemas e bilhetes, anônimos ou não, de ordens escritas encaminhadas às direções dos jornais ou através de acordos fechados com os proprietários das empresas de comunicação; outra através da censura prévia. A autora reflete então sobre a censura prévia (que geralmente consistia na presença de um censor junto às redações) e a autocensura, que “diz respeito à aceitação, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais”.<sup>267</sup> Assim, seguidamente, o próprio veículo se encarregava de “censurar” as notícias que poderiam indispor o periódico com o governo. Grande parte da chamada grande imprensa aderiu à “autocensura”, seja porque a censura prévia causava problemas e muitas vezes enorme prejuízo às empresas jornalísticas, seja porque, como afirmam alguns, era mais fácil encontrar formas sutis de transmitir informações proibidas pelo governo sem a presença de um censor.

É preciso levar em consideração também que muitas empresas do ramo apoiavam o projeto dos militares para o país. Desta forma, a censura seria também dos donos dos órgãos de comunicação, não somente do Estado. Beatriz Kushnir, que em seu trabalho buscou mapear experiências de colaboracionismo<sup>268</sup> de uma fração da imprensa com os órgãos de repressão, problematizando as estreitas relações de alguns setores das comunicações do país com a ditadura civil-militar, afirma que “além de não fazerem frente ao regime e às suas formas violentas de ação, percentuais da imprensa também apoiaram a barbárie”.<sup>269</sup> Vale ressaltar igualmente que o governo investe grande quantidade de recursos na área de comunicação, sendo, por vezes, o maior anunciante das empresas do setor, o que contribui para reforçar seu poder de pressão sobre esses órgãos.

Seja através da censura prévia, seja através da autocensura, o regime conseguiu, de forma geral, assegurar um controle bastante amplo sobre o que era transmitido à população; e, como nos diz Kushnir, “em tempo de imposição e silêncio, informar-se apenas pelas notícias permitidas é, no mínimo, apreender uma imagem bastante equivocada do tempo vivido.”<sup>270</sup>

Além do controle da informação, o governo civil-militar, na tentativa de se legitimar,

---

<sup>266</sup> Idem, p. 37.

<sup>267</sup> Idem, p. 222.

<sup>268</sup> A autora chama a atenção para este “colaborar”, afirmando que tal atitude tem várias cores e tonalidades e foi exercida tanto de maneira individual como coletiva. KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p. 215.

<sup>269</sup> Idem, p. 214.

buscou construir uma idéia de consenso, utilizando-se da repressão e da propaganda. Segundo Weber, em seu estudo “Ditadura e sedução”, este momento da história política brasileira, mais especificamente o período Médici, foi marcado por uma articulação sofisticada entre a comunicação e a repressão, denominada, em seu trabalho, de “redes estratégicas de comunicação e coerção”. Para a autora, tais redes viabilizavam:

“a) a difusão da ideologia da segurança nacional; b) as políticas de comunicação social do governo, que simulavam e restringiam a percepção da realidade nacional através de sedutores e sofisticados projetos de propaganda, informação e relações públicas, simultaneamente; c) a montagem de um organizado e onipresente aparato repressivo de controle e censura da comunicação social e política.”<sup>271</sup>

No mesmo sentido, para Dockhorn, “propaganda, censura e repressão formaram um conjunto com vistas a ocultar os antagonismos em nome do interesse nacional”.<sup>272</sup> Quais eram os interesses nacionais difundidos pelo governo? Basicamente, o desenvolvimento econômico e a segurança interna. E quais eram os antagonismos? Os antagonismos estavam representados por todos aqueles que faziam parte da oposição ao regime, em especial, as organizações que partiram para a luta armada. A fim de combatê-las, o governo lançou mão de estratégias de guerra psicológica. Nas palavras de Weber:

“A guerra psicológica substitui, multiplica e sistematiza a violência. Embora seu desenvolvimento seja vinculado às I e II Guerras Mundiais, seus princípios norteiam qualquer regime autoritário, sendo a manutenção de amizades e das intenções pacifistas a forma mais insidiosa de infiltração; o processo de reforço e aceleração daquela ação indireta através de agentes secretos, rumores e ruídos que alimentem a insegurança e a guerra de nervos; a infiltração nos partidos corruptos e o sepultamento da opinião pública sob uma avalanche de notícias, verdadeiras ou falsas. Desta forma a propaganda é transformada como um meio de guerra político.”<sup>273</sup>

Empreenderam-se então campanhas para desacreditar e desmoralizar a imagem das referidas organizações perante a opinião pública – a chamada “política do desarmamento psicológico”, defendida pelo então Presidente Emílio Médici.<sup>274</sup> Com esse objetivo, em sua mensagem de Ano Novo para o ano de 1970, o presidente teria aberto as portas “aos que se

---

<sup>270</sup> Idem. p. 38-39.

<sup>271</sup> WEBER, op. cit., p. 13.

<sup>272</sup> DOCKHORN, op. cit., p. 249

<sup>273</sup> WEBER, op. cit., p. 67.

<sup>274</sup> *Veja*, 15 de julho de 1970. p. 16.

havam perdido nos descaminhos da escalada da contestação” e declarado:

“Quero voltar-me primeiro para os de mim distantes, os ignorados, os anônimos... A todos os homens de bem que se frustraram ou se enganaram, aos que procuraram na contestação e na violência encontrar o caminho que não é o nosso, apelo façam hoje o seu exame de consciência.”<sup>275</sup>

Meses depois, o regime civil-militar passou a utilizar estes “homens de bem que se frustraram ou se enganaram” ao escolherem o caminho da “contestação e da violência” em sua política de “desarmamento psicológico”.<sup>276</sup>

Não foi possível esclarecer em definitivo quais órgãos governamentais foram responsáveis pela organização e divulgação das retratações públicas protagonizadas por militantes de organizações que combatiam a ditadura. Nos depoimentos e entrevistas posteriormente concedidos pelos protagonistas de tais episódios, aparecem indicações de nomes de delegados e funcionários ligados à OBAN, ao Centro de Informações do Exército, ao Centro de Informações da Marinha, aos DOPS estaduais, à Polícia Federal e até mesmo ao Ministério da Justiça, que estariam vinculados à estratégia das retratações.<sup>277</sup> Em alguns

---

<sup>275</sup> *Veja*, op. cit. e *Zero Hora*, 23 de abril de 1994. p. 44.

<sup>276</sup> Um exemplo de como determinados setores ligados ao governo defendiam essa política pode ser visualizado nas palavras do Comandante do II Exército, General Canavarro, pronunciadas em um jantar realizado em sua homenagem em dezembro de 1970. Este último, ao falar do Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Danilo de Sá da Cunha (o mesmo que enviou o convite aos jornalistas no momento da apresentação do primeiro grupo de *arrepentidos*), declarou: “É justo que, nesta oportunidade, se registre que sua atuação tem se destacado mais pela adoção de medidas preventivas, acompanhadas de ações psicológicas do mais seguro efeito, do que em ações repressivas violentas, incompatíveis com a índole humana e pacífica do povo brasileiro.” Respondendo aos elogios recebidos, Cunha, ao tratar das ações conjuntas que travaram no combate à “subversão”, afirmou: “Aos vencidos foi sempre oferecida a oportunidade de uma revisão de atitudes, que lhes permitisse a volta à normalidade, à retomada do bom caminho, à reformulação de procedimentos, para que pudessem novamente ser tratados como irmãos. Essa política de braços abertos nem sempre foi bem compreendida pelos mais extremados, pelos descrentes na possibilidade da recuperação humana. Mas de seu acerto deram prova os que se arrependeram, alguns dos quais vieram publicamente colaborar no sentido de reduzir o número de transviados atuais ou futuros. [...] É de justiça dizer, para que a história registre: - Foi daqui de São Paulo que essas vozes recuperadas para o Brasil, pela primeira vez se fizeram ouvir, e para isso contribuiu decisivamente a política de recuperação preconizada por v. exa, em perfeita harmonia com as mais altas autoridades da República.” *Folha de São Paulo*, 3 de dezembro de 1970. p. 4. Note-se que Cunha indica que setores mais “extremados” não seriam favoráveis a este tipo de ação.

<sup>277</sup> A reportagem “Como se fabricavam os arrependimentos”, publicada na *Isto É* em 1979, indica a existência de um “delegado secreto” do DOPS que estaria por trás dos primeiros *arrepentimentos*. Mais tarde, a articulação já contaria com “um personagem mais importante: o general Alberto Canavarro, Comandante do II Exército.” *Isto É*, 21 de novembro de 1979. p. 18-21. O depoimento de Rômulo Fontes confirma a participação de agentes do DEOPS/SP no processo de negociação com o seu grupo, mas afirma que houve um diálogo “com pessoas... em geral, não tinha só do DOPS, entendeu? Não tinha só do DOPS.” Em outro momento da entrevista, ao ser questionado sobre o envolvimento de membros da AERP, ele assegurou que este existia e acrescentou: “Tinha da Presidência da República. Tinha pessoal do Presidente da República, o pessoal do Serviço Secreto, entendeu? Dos Serviços Secretos, que não tem um só, né?” O militante não quis revelar o nome dos agentes envolvidos no processo, apesar de afirmar que lembrava de todos. Entrevista à autora concedida na cidade de São Paulo, em fevereiro de 2007. João Arnolfo, em e-mail à autora, citou o nome do delegado Pedro Bandeira, como um dos

relatos, constam indícios da participação de membros da AERP nestes episódios, como no caso de Manoel Henrique Ferreira.<sup>278</sup> Na carta escrita por Massafumi aos jovens, localizada no acervo DEOPS/SP, há um carimbo do Chefe do Serviço de Relações Públicas.<sup>279</sup> Por outro lado, há indicações de que a AERP não se identificava com a chamada “guerra psicológica”. Segundo Octávio Costa, que dirigiu o órgão a partir de 1968, a OBAN possuía um Núcleo de Operações Psicológicas que “invadia” a área da AERP. Conforme o dirigente, seria a OBAN a responsável pela ida dos militantes da guerrilha à televisão, considerada por ele uma “farsa grotesca”.<sup>280</sup> Em depoimento ao jornalista Percival de Souza, Romeu Tuma<sup>281</sup> afirmou que “os depoimentos de subversivos que renegaram as atividades passadas tiveram uma boa participação do Mário Takanura”, delegado do Serviço de Informações.<sup>282</sup> Com base em outras declarações de agentes policiais, Souza afirma que os *arrepentidos* surgiram com base nos ensinamentos da EsNI (Escola Nacional de Informações)<sup>283</sup>. Apesar de não ter sido possível identificar com clareza a quem cabia a responsabilidade pelos episódios de retratação pública, os dados apresentados sugerem que houve participação de diferentes setores do governo, envolvendo órgãos de repressão, informação e propaganda.

Vale ressaltar que a chamada guerra psicológica foi acompanhada de um incremento na repressão e de um endurecimento na legislação relacionada a crimes contra a Segurança

---

responsáveis pela negociação de sua retratação. Há indicações de que este seria ligado ao Ministério da Justiça. Gustavo Barbosa, do mesmo grupo de Arnolfo, falou da participação de agentes do CIE, do I Exército. Nos casos de Rheind Klement e José Gay da Cunha, evidencia-se a participação do DOPS do Rio Grande do Sul.

<sup>278</sup> Na mesma reportagem, “Como se fabricavam os arrependimentos”, por exemplo, há indicações de que um certo “major Gallo”, representante da AERP, estaria assessorando a “doutrinação” de Manoel Henrique Ferreira, que acabou se retratando na televisão em julho de 1971. Ainda no caso de Manoel Henrique, há indícios da participação de agentes do CENIMAR, como ele aponta na reportagem anteriormente citada, publicada no jornal *Em Tempo*, Ano II, nº 70, 28 de junho a 4 de julho de 1979. p. 6-7.

<sup>279</sup> APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento nº 6917.

<sup>280</sup> FICO, op. cit., p. 101.

<sup>281</sup> Romeu Tuma tornou-se delegado de polícia em 1967. Foi assessor de Sérgio Fleury no DEOPS paulista e, a partir de 1965, diretor do referido Departamento, trabalhando na repressão aos grupos armados e aos movimentos grevistas. Também colaborou com o Serviço Nacional de Informação (SNI). TUMA, ROMEU. IN: ABREU, A et.al. (coord.), op. cit., p. 5809.

<sup>282</sup> SOUZA, op. cit., p. 413.

<sup>283</sup> Idem. p. 483. O autor prossegue: “Alguns policiais e militares não entendiam por que se perdia tanto tempo com esse tipo de coisa [os *arrepentimentos*], mas as ordens superiores, como sempre, tinham que ser cumpridas.” Idem. Vale ressaltar que a Escola Nacional de Informações (EsNI) foi criada em 1971, após a divulgação das primeiras retratações. A EsNI objetivava “preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações do Sistema Nacional de Informações; cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações; e realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações”. A referida escola “passou a realizar programas específicos de treinamento, denominados cursos e estágios, além de promover eventos especiais, tais como seminários e painéis, sempre voltados para o aprimoramento da doutrina nacional de informações.” Dados consultados na página oficial da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência). Disponível em: [http://www.abin.gov.br/modules/mastop\\_publish/print.php?tac=80\\_anos\\_da\\_Atividade\\_de\\_Intelig%EAncia\\_no\\_Brasil](http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/print.php?tac=80_anos_da_Atividade_de_Intelig%EAncia_no_Brasil). Último acesso: dezembro de 2007.

Nacional. Dentro dos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional<sup>284</sup>, essas organizações clandestinas foram duramente reprimidas. Já em setembro de 1969, através dos Atos Institucionais números 13 e 14, instituiu-se a pena de morte e a prisão perpétua. No início dos anos 70, o Brasil, apoiado pelos Estados Unidos, travava uma dura campanha na Organização dos Estados Americanos<sup>285</sup> (OEA), defendendo um combate organizado ao “terrorismo” no continente e argumentando que as práticas “terroristas” não eram crimes políticos, mas de lesa-humanidade. O Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, em discurso na Assembléia Geral da OEA em fins de junho de 1970, declarou que:

“Os ‘terroristas’ não podem ser comparados ao insurgente clássico, ao revoltoso político, ao militar sublevado que tantas vezes buscou, mais com a força do seu idealismo do que pelo poder das armas, a implantação de reformas políticas, econômicas ou sociais. Estamos sim, diante do assassino de inocentes, do assaltante de bancos, do seqüestrador de diplomatas. Estamos diante de autores de crimes de lesa-humanidade.”<sup>286</sup>

No dia 1º de julho, os jornais publicaram a “decisão unânime da OEA em relação ao terrorismo”<sup>287</sup>, quando a Organização aprovou resolução com inúmeras medidas no sentido de realizar uma ação hemisférica contra os grupos armados atuantes em diversos países da América Latina.

Neste contexto de reportagens e notícias sobre o “terrorismo” latino-americano foram divulgados os processos de *arrependimento* público. A primeira retratação, em maio de 1970, teve expressiva repercussão na imprensa. O depoimento dos cinco militantes foi noticiado na

---

<sup>284</sup> De acordo com Joseph Comblin, o conceito de Segurança Nacional, central para a referida doutrina, apesar de vago era intensamente disseminado, tornando-se “muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo.” Assim, como o comunismo pode se manifestar em todos os setores da sociedade, para lutar contra ele é preciso “um conceito muito flexível”. Neste sentido, dilui-se a “distinção entre política externa e política interna. O inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país; o problema portanto é o mesmo.” COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 55 – 56.

<sup>285</sup> A Organização dos Estados Americanos foi criada em abril de 1948, na cidade de Bogotá, durante a realização da IX Conferência Internacional Americana, com o objetivo de constituir uma instituição regional que congregasse várias estruturas de proteção aos direitos humanos. A organização é composta por 35 países membros (embora a participação de Cuba tenha sido suspensa em 1962, o que significa que apenas 34 países tenham participação efetiva). Em seu site oficial, a OEA afirma buscar aproximar “as nações do Hemisfério Ocidental com vistas a fortalecer mutuamente os Valores Democráticos, defender interesses comuns e debater um grande número de temas regionais e mundiais. A OEA é o principal Fórum Multilateral do Hemisfério para o fortalecimento da Democracia, bem como para a Promoção dos Direitos Humanos e para a discussão de problemas comuns, tais como: Pobreza, Terrorismo, Drogas e Corrupção. A OEA possui um papel central no cumprimento dos mandatos estabelecidos pelos líderes do hemisfério, por meio da Cúpula das Américas.” Site Oficial da OEA. Disponível em: <http://www.oas.org/main/portuguese/>. Último acesso: dezembro de 2007.

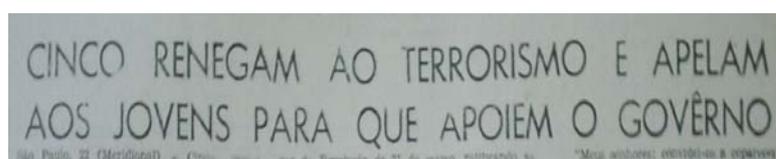
<sup>286</sup> *Folha de São Paulo*, 27 de junho de 1970. Capa.

<sup>287</sup> *Correio do Povo*, 1º de julho de 1970. Capa.

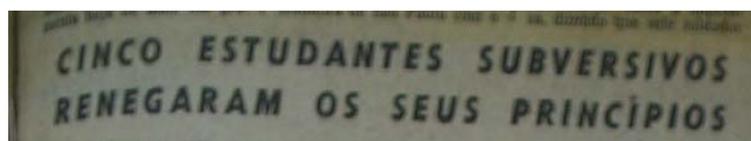
televisão e em inúmeros jornais do país. Abaixo seguem alguns exemplos de manchetes referentes ao episódio:



Zero Hora, 22 de maio de 1970. Capa.



Diário de Notícias, 22 de maio de 1970. Capa.



Correio do Povo, 22 de maio de 1970. Capa.

Como apontado no capítulo anterior, foi a partir do *arrepentimento* de Massafumi Yoshinaga, em julho de 1970, que as retratações públicas ganharam um espaço maior nas páginas dos principais jornais e revistas da época, além de serem exibidas com destaque pela televisão. As manchetes que seguem nos dão uma idéia sobre o que foi veiculado na imprensa

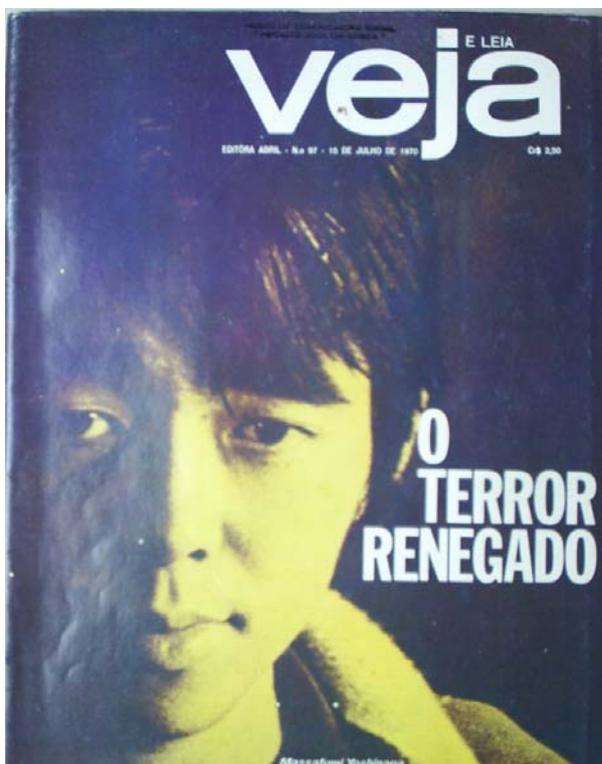
a este respeito:

**Apresentação de “Massa”  
mostra descontentamento  
no seio dos terroristas**

*Correio do Povo*, 4 de julho de 1970. p. 8

**AUXILIAR DE LAMARCA ABANDONA SUBVERSÃO  
E CONCITA A JUVENTUDE A FAZER O MESMO**

*Correio do Povo*, 3 de julho de 1970. Capa.



*Veja*, 15 de julho de 1970. Capa.

Na capa da *Veja*, percebe-se que o jovem foi retratado saindo das sombras, com o rosto parcialmente iluminado, dando a idéia de que ele ressurgia da escuridão, do mal, em

direção ao caminho do que era considerado a luz, o bem.<sup>288</sup>

Nas notícias veiculadas pela imprensa, normalmente procurava-se mostrar que a retratação de Massafumi havia sido recebida com simpatia pela população “comum”. Reportagens e editoriais de jornais elogiavam a atitude do referido militante. Em 25 de julho, a *Folha* publicou uma matéria segundo a qual o General Paulo Dale Coutinho, Comandante da II Região Militar, leu uma mensagem que havia recebido do Movimento de Arregimentação Feminina. Nesta, a atitude do jovem nissei era comparada à do “filho pródigo que regressa à casa.” O referido Movimento se dirigia diretamente ao militante dizendo:

“Você voltou. Seja bem-vindo. Vencido o respeito humano, reconheceu publicamente seu erro, como na parábola do ‘Filho Pródigo’. É verdade que nessa infeliz aventura, você gastou mais que a herança paterna, você dilapidou um tesouro em energia, em trabalho, em saúde, num desperdício de ideal, de esperança e de ilusões, para uma dura e ingrata experiência. Mas, o que importa, é que você voltou, e enumera os motivos que o levaram a essa resolução: motivos ponderáveis, justos. [...] Você voltou. Há quem duvide de sua sinceridade. Mas nós – mães brasileiras – não duvidamos: queremos crer, pois é preferível errar crendo. Não houve acaso quem duvidasse até da conversão do Apóstolo São Paulo? Queremos crer na sua sinceridade. Você praticou um ato de coragem, que só é dado aos jovens, porque tem esperança, uma larga vida diante de si, têm tempo para a revisão de seus atos, vida para oferecer para a remissão de suas faltas. É por isso que as mães brasileiras, congregadas no MAF, fazem eco ao seu e aos outros jovens – seus companheiros – que ainda hesitam em imitar seu exemplo Massafumi: Coragem, jovens. Dêem o passo decisivo para o seu futuro, antes que seja tarde demais.”<sup>289</sup>

É interessante perceber a retórica religiosa presente no documento, que vai se repetir em outras falas relacionadas aos episódios de *arrependimento*. Esses jovens eram apresentados como “convertidos”, que haviam se perdido mas que agora reencontravam o caminho do bem após um profundo exame de consciência. São frequentes também as

---

<sup>288</sup> Rodeghero mostra o enraizamento desta oposição no imaginário católico: “a antítese das imagens *luz* e *trevas* era também utilizada pelos anticomunistas católicos para demarcar o terreno que lhes pertencia e o dos *inimigos*. Nesse sentido, Pio XI (1953), na encíclica *Divini Redemptoris* – considerada o verdadeiro farol na orientação dos fiéis -, afirmava que os cristãos são ‘filhos da luz’ ao passo que os comunistas são ‘filhos das trevas’.” RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964). Passo Fundo: UPF, 2003. p. 31. Outra interpretação interessante sobre a imagem é trazida pelo historiador Jeffrey Lesser. Segundo ele, a visibilidade do depoimento de Massafumi estava também relacionada à sua personificação da dicotomia bom japonês/mau japonês, que era tão fortemente sentida em São Paulo. “A reportagem da VEJA sobre o caso, intitulada ‘O terror renegado’, jogou com esta idéia de forma visual. A capa é uma fotografia de Yoshinaga com sua face literalmente dividida, metade negra e metade clara. A fotografia foi tirada no auditório da Secretaria de Segurança de São Paulo, mas foi cortada e colorida de forma a ressaltar a idéia de uma personalidade dual ou dividida. Além disso, visto que os estudantes eram retratados pelo regime tanto como o futuro do Brasil como quanto sua ruína, Massafumi parecia a representação pública perfeita dessa dualidade.” LESSER, op cit, p. 120. Livre tradução da autora.

<sup>289</sup> *Folha de São Paulo*, 25 de julho de 1970. p. 4.

referências à família, tanto no sentido de que a falta de uma estrutura familiar sólida fragilizava os jovens a ponto de levá-los a ingressar na “subversão”, quanto no de que a consciência de que haviam se afastado dela conduziria os referidos militantes a rever suas posições e abandonar o “terrorismo”. Igualmente importante é o trecho no qual a mensagem diz que “há quem duvide” da sinceridade de Massafumi. Já no dia 2 de julho, quando a *Folha* anunciou sua rendição, o jornal relatou que “algumas autoridades policiais, acreditam, todavia, que Massafumi não está sendo sincero nas suas declarações feitas até agora.”<sup>290</sup> O jovem vinha convivendo com a “cúpula do terror”, e essas autoridades pensavam que ele tinha inclusive acesso às anotações de Lamarca. Como “Massa” negava esse fato, alguns supunham que ele não estava falando tudo o que sabia e que poderia estar querendo apenas se beneficiar, visto que havia sido condenado pela Justiça Militar.<sup>291</sup> Tais suspeitas foram combatidas pelo Secretário Danilo Cunha, o qual afirmou que Massafumi “é digno de nosso respeito, porque, fiel à sua própria consciência, reformulou suas atividades político-partidárias.”<sup>292</sup> Essa declaração tem muita importância pois, afinal, somente depoimentos considerados “sinceros”, não interesseiros, realizados após profundos exames de consciência, eram úteis aos objetivos da propaganda governamental.

Ao acompanhar o que foi veiculado nos órgãos da grande imprensa pesquisados, é possível perceber alguns elementos recorrentes na forma como foram divulgados os

---

<sup>290</sup> *Folha de São Paulo*, 02 de julho de 1970. p. 6.

<sup>291</sup> Nas pesquisas realizadas na imprensa, essa foi a única reportagem que, de alguma forma, questionou a “sinceridade” das retratações públicas. Essa preocupação das autoridades em relação à sinceridade dos *arrepentidos*, no entanto, se manifestou também em outras ocasiões. No Pedido de Busca Nº 64, emitido pelo SNI em 14 de julho de 1971, por exemplo, trata-se do “LEVANTAMENTO DA VIDA PREGRESSA DE SUBVERSIVOS QUE RENEGAM O TERRORISMO”. Neste documento, afirma-se que “os ‘arrepentidos’ ou ‘convertidos’, face a atitude publicamente tomada, passam a desfrutar, no meio em que vão conviver, de certa confiança e consideração, muitas vezes incompatíveis com o passado de militante subversivo, onde estreitaram vínculos, assumiram compromissos de difícil avaliação e caracterização e receberam, ainda, alta dose de intoxicação ideológica.” E complementa-se: “A concordância do subversivo em participar, publicamente, dessa campanha que sempre cala fundo na opinião pública, não significa que o mesmo esteja ‘conscientizado’ quanto ao que disse, a ponto de caracterizar uma regeneração ou abandono definitivo das lides subversivas. Admite-se, mesmo, um interesse pessoal imediato do subversivo, face às vantagens propostas ou vislumbradas. É pois, difícil avaliar a sinceridade de propósitos dos ‘arrepentidos ou ‘convertidos’ [...]”. Nesse sentido, solicitava-se um acompanhamento das atividades dos referidos militantes já em liberdade. A missão previa a realização de um levantamento de sua situação, incluindo um pequeno histórico e a caracterização do tipo de “arrepentimento” ou “conversão” que protagonizou, que poderia ser: “espontânea e sincera” (atitude tomada quando em liberdade ou aguardando julgamento); “espontânea” (visando usufruir vantagem pessoal, como evitar a prisão, sensibilizar os juízes militares nos julgamentos, conseguir comutação da pena); “fruto de doutrinação [ilegível] por OI [Órgãos de Informação]”; “conseqüente de orientação traçada pela subversão” (“esclarecer se a atitude foi tomada quando em liberdade, já condenado ou, ainda, aguardando julgamento”). BRASIL, Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Pedido de Busca nº 64/SNI/ACT/71. Data: 14 de junho de 1971. Confidencial. [2 folhas]. Dossiê nº 1782, p. 82 – 83. Arquivo Público do Estado do Paraná.

<sup>292</sup> *Folha de São Paulo*, 3 de julho de 1970. Capa.

depoimentos dos militantes *arrepentidos*.<sup>293</sup> As reportagens sobre o tema ganharam grande

---

<sup>293</sup> É preciso refletir, conforme apontado na Introdução, sobre a postura dos órgãos de comunicação investigados em relação ao regime. Como a pesquisa foi centrada na análise da *Folha de São Paulo* e do *Correio do Povo*, são necessárias algumas considerações sobre tais empresas. A *Folha*, como a maioria esmagadora da grande imprensa, apoiou o golpe. Em seu livro *Cães de Guarda*, Kushnir afirma que a *Folha*, enquanto parte do Grupo Folha da Manhã, presidido por Otávio Frias de Oliveira, optou pela autocensura, vetando informações que pudessem lhe causar problemas com o regime. Esta foi a linha assumida também em relação à cobertura dos atos das organizações armadas. É interessante também o fato de que pertencia igualmente ao Grupo Folha o periódico *Folha da Tarde*, conhecido como o “Jornal oficial da OBAN”, devido ao seu nível de colaboração com a repressão. Dois dos *arrepentidos*, Marcos Vinício dos Santos e Rômulo Fontes, participaram do jornal: Rômulo como contratado e Marcos atuando enquanto colaborador. Em setembro de 1971 duas caminhonetes que distribuíam os jornais do Grupo Folha foram incendiadas por militantes da Ação Libertadora Nacional. A organização acusava o grupo de ceder veículos aos órgãos de repressão e atrair os militantes, que por não verem as indicações de viaturas policiais acabavam caindo na armadilha. Acusavam também o jornal de ser apoiador do regime e “inimigo do povo”. KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p. 330-334. Para mais informações ver também: PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. São Paulo: Mega Brasil, 2006. No livro, o jornalista acompanha a trajetória da família proprietária da *Folha de São Paulo*, e dedica um capítulo aos anos de ditadura: *Anos de chumbo, anos de ouro*. Em entrevista ao jornalista, Otavio Frias Filho afirma que os caminhões de transporte da *Folha* foram utilizados para fazer campana e até prender guerrilheiros, mas nega a responsabilidade do pai nestes episódios: “Mas tenho a convicção de que isso foi feito à revelia do meu pai e até do Caldeira. Eu digo até do Caldeira, porque ele era a pessoa que tinha mais afinidade com este setor do regime militar” (p. 238). Carlos Caldeira era sócio de Oliveira Frias. Frias Filho afirma também que a família foi ameaçada e que recebeu proteção especial do DOPS, tendo inclusive se mudado para o próprio prédio do jornal. A postura da *Folha* em relação ao regime foi se transformando, e a grande virada foi a partir de 1975, quando o periódico passou a “desempenhar um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, porque abriu suas páginas ao debate de idéias que fervilhavam na sociedade civil, abrigando inclusive textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar.” Idem, p. 242.

Em relação ao *Correio do Povo*, este apoiou o golpe que derrubou João Goulart. Em entrevista ao jornalista José Antônio Pinheiro Machado, Breno Caldas, então dono do Grupo Caldas Junior, proprietário do periódico, afirmou que: “A Revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – nós não tínhamos ligações políticas com ninguém -, mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho. (...)” Na mesma entrevista, Caldas afirma que suas relações com os presidentes militares eram boas. IN: CALDAS, Breno: *Meio século de Correio do Povo*. Glória e agonia de uma grande jornal. Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 78-79. No livro *Um século de poder – Os bastidores da Caldas Junior*, o jornalista Walter Galvani também aborda o apoio do *Correio* no episódio do Golpe: “A empresa definiu-se, logo no primeiro momento, e uma vez mais pondo de lado uma suposta imparcialidade, o *Correio do Povo* (e seus afluentes) apoiou a então batizada ‘Revolução Redentora’. O apoio foi tão ostensivo que o jornal se deu ao trabalho de explicar em editoriais por que os militares estavam certos e aquele era o único caminho para ‘salvar o Brasil’”. GALVANI, Walter. *Um século de poder – Os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 410 – 411. Mais tarde, porém, o periódico viveu momentos de conflito com o regime, e teve um número apreendido, em 20 de setembro de 1972, por desobedecer a uma ordem governamental e publicar matéria sobre um telex enviado por Rui Mesquita, diretor de *O Estado de São Paulo*, ao ministro da Justiça, afirmando estar envergonhado ao tomar conhecimento de uma ordem proibindo a publicação de notícias relacionadas à abertura política, anistia, problemas econômicos ou à questão da sucessão presidencial. Mesmo tendo sido avisado pelos censores de que não poderia publicar a reportagem, Caldas Junior insistiu, afirmando que só excluiria a notícia se recebesse uma ordem por escrito, e todos os números rodados foram transportados para a Polícia Federal, causando grande repercussão no país, dada a importância do veículo. Galvani descreve o distanciamento que foi se construindo entre o jornal e os governos militares: “Aos poucos, como em todas as ‘revoluções’, a criatura foi se afastando dos seus criadores. Ou devorando-os como só acontece nestas oportunidades. E, ao mesmo tempo que os males do país não eram corrigidos e as dificuldades voltavam, estabeleceu-se uma censura à imprensa, para impedir que chegasse ao povo a versão negativa de certos acontecimentos. No princípio os próprios donos das empresas mostravam-se cordatos e compreensivos. Breno Caldas mesmo, afinal sempre apoiara ostensivamente o movimento, sempre era consultado, ouvido e respeitado, mas acabou se chateando com a presença de elementos estranhos à redação exercendo o trabalho de trazer recadinhas – nada, nunca por escrito – e interferir no que ia publicar.” GALVANI, op. cit., 415. Na entrevista dada por Caldas a Pinheiro Machado, o primeiro afirmou que certa vez um sujeito ligado ao governo declarou: “Vou contar uma coisa ao senhor, Dr. Breno. ‘O senhor não é considerado homem de confiança do governo.’ (...)”

destaque, principalmente nos primeiros episódios e, dependendo da “importância” do militante e de seu histórico no “terror”, a publicidade dada ao fato era maior. Nestes casos, as declarações eram publicadas em reportagens de capa e com títulos em letras garrafais. Geralmente, essas matérias eram carregadas de expressões como “repúdio ao terror”, “renegaram seus princípios” e, obviamente, *arrependimento*. Não havia nenhum tipo de questionamento sobre as razões que teriam levado estes militantes a procederem uma retratação pública. A única motivação que se podia aceitar – e que se divulgava – é que estes, após longa meditação, haviam percebido que o “terrorismo” e a “subversão” eram um erro, e que o país caminhava em direção ao desenvolvimento sob a tutela dos militares.

Além das reportagens, os editoriais – que expressam as concepções e o pensamento dos periódicos, e/ou revelam as posições com as quais estas empresas jornalísticas querem ser identificadas perante a sociedade - também se dedicavam às retratações públicas, geralmente aplaudindo as ações do governo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os três grandes jornais da época (*Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Zero Hora*) publicaram editoriais destacando a importância destas declarações no sentido de alertar os jovens sobre os perigos representados pelo ingresso em organizações de esquerda.

No editorial do *Diário de Notícias*, publicado no dia 26 de agosto de 1970 e intitulado “Generosa Sabedoria”, é defendida a idéia que estes jovens deveriam ser indultados, vistos terem sido “vítimas da própria inexperiência e da falta de educação política para a democracia”. O texto continua, utilizando termos da linguagem cristã, tão presentes nas matérias sobre o assunto: “Venham como filhos pródigos e como os filhos pródigos recebam o perdão pelo êrro cometido”<sup>294</sup>.

No editorial de *Zero Hora* de 24 de dezembro de 1970, é elogiada a atitude de Massafumi e Lungaretti. Em outro editorial do mesmo periódico, publicado em 23 de abril de 1971 sob o título “Ele será recuperado”, chama-se a atenção para as declarações de Reinhold Klement, afirmando que essas “têm pontos importantíssimos” no sentido de que pais e mestres tomem consciência de suas responsabilidades de dar a tais jovens a compreensão e o apoio de que necessitam pois, de outra forma, “o jovem acaba presa fácil dos recrutadores da esquerda, que êstes, sim, dão a êles a atenção e a impressão de compreensão pelos problemas da idade que não tiveram no lar e na escola.” O editorial finaliza salientando que

---

Eles achavam que não podiam contar comigo porque eu não aceitaria um compromisso. ‘O Breno é muito nosso amigo, mas não é incondicional’ – era assim que eles me viam. E tinham razão.” CALDAS, B., op. cit., p. 85-86.

<sup>294</sup> *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1971. p. 4.

“Reinholdo [sic] Amadeo Klement é um entre centenas de jovens aliciados para o terrorismo. Hoje êle está consciente de que tomou o caminho errado e aguarda tranqüilamente o julgamento da Justiça pelos delitos que praticou. Há de ser recuperado e como êle outros tantos que se hão de mirar no seu exemplo e procurar a volta à legalidade.”<sup>295</sup>

Levando-se em consideração o espaço ocupado por estas reportagens e as valorações que são vinculadas aos *arrepentimentos* nos editoriais,<sup>296</sup> é possível inferir uma aprovação por parte dos periódicos da grande imprensa a esta nova tática do governo na luta contra a subversão.

Além de merecerem a atenção dos editoriais, os *arrepentimentos* foram tema de textos de opinião, de autoria de pessoas da sociedade civil que eram convidadas a escrever nos periódicos. Estes textos em geral aparecem publicados na mesma página do editorial. Em um artigo veiculado no *Correio do Povo* de julho de 1970, assinado por Eldes Schenini Mesquita, por exemplo, afirma-se que “as proclamações que vem fazendo o jovem Celso Lungaretti a respeito de sua renúncia ao movimento terrorista, do qual participou ativamente por um tempo apreciável, poderão servir de base à elucidação de muitos casos obscuros que andam por aí.”<sup>297</sup> O texto de Mesquita, intitulado “Um rapaz sem medo”, ressalta ainda que “Celso trouxe muita luz a fatos penumbrosos e, com isto, terá cumprido agora verdadeiramente o seu desejo, que era o de ‘ajudar o povo brasileiro a libertar tôdas as suas energias e ascender à posição que lhe deveria caber na humanidade’.”

No *Diário de Notícias* do dia 23 de agosto de 1970, os episódios de retratação, mais especificamente as declarações dos quatro militantes da VAR-Palmares, de Goiás, também foram assunto do texto de um leitor. Sob o título “Alerta”, Luis Pinto afirmava que

“É bom que êsses depoimentos recolhidos no Rio e em São Paulo tenham a mais ampla divulgação no Brasil inteiro, para que os adolescentes mal saídos dos bancos escolares, pois que aí é recrutada a maioria dos terroristas, possam raciocinar à luz da experiência alheia e resistir às falsas seduções das ideologias extremistas.”

E concluía:

“Outros moços deram testemunho do mesmo teor, mostrando-se arrependidos pelos enganos de que foram vítimas. Reconhecem a bárbara exploração a que foram submetidos por chefes desleais e

---

<sup>295</sup> *Zero Hora*, 23 de abril de 1971. p. 6.

<sup>296</sup> Além dos editoriais citados, há inúmeros outros que tratam da questão. Como exemplo, ver: “Em defesa dos jovens”. *Folha de São Paulo*, 6 de novembro de 1970. p. 4; “O terror e os moços”. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 1970 e “Adolescência abandonada”. *Diário de Notícias*, 27 de abril de 1971. p. 4.

<sup>297</sup> *Correio do Povo*, 12 de julho de 1970. p. 5.

corruptos. É preciso fazer chegar essas angustiosas confissões aos jovens das escolas que podem estar sendo submetidos ao mesmo impiedoso aliciamento. Nenhum meio mais eficaz do que esse para alertar e prevenir a juventude inexperiente e idealista.”<sup>298</sup>

Nestes textos, igualmente, percebe-se uma aprovação em relação às retratações, afirmando-se inclusive que estas deveriam ser espalhadas para todos os jovens brasileiros.

Vale ressaltar que a estratégia de apresentar retratações de militantes de esquerda necessitava dessa contrapartida dos órgãos de imprensa. Tal estratégia só geraria efeitos se contasse com uma intensa divulgação. Muitos veículos, além de publicarem as informações fornecidas pelas autoridades policiais e militares sobre os *arrependimentos*, realizaram entrevistas e matérias especiais, ampliando ainda mais o espaço dedicado ao assunto. Além disso, diversas entrevistas foram gravadas nas próprias redes de televisão. Em relação à TV Globo, por exemplo, que veiculou inúmeras retratações, Kushnir nos traz algumas informações relevantes. Em entrevista à historiadora, Duarte Franco – funcionário do Departamento de Qualidade da TV Globo por mais de trinta anos – afirmou que

“os trâmites para disponibilizar a apresentação desses programas naquela emissora de televisão eram de responsabilidade de um funcionário da Rede Globo com profundas ligações com o Estado-Maior do Exército, Manoel Edgardo Ericson. O objetivo era apontar à população a certeza da diretriz do governo na repressão aos movimentos de guerrilha.”<sup>299</sup>

Nesse sentido, pode-se pensar nos próprios interesses destas empresas de comunicação no combate ao que consideravam o “terror”, o que explica, de certa forma, a maneira como divulgaram estas retratações.

Se os *arrependidos* tinham espaço garantido na imprensa, o mesmo não se pode dizer em relação às ações das organizações de esquerda. Neste sentido, são importantes algumas considerações sobre a abordagem dos principais veículos de comunicação acerca dos referidos grupos.

João Batista Abreu, em seu trabalho *As manobras da informação - Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965 – 1979)*, buscou problematizar o enfoque dispensado à luta armada contra o regime civil-militar pelos jornais. Para o autor, há vários elementos importantes relacionados à forma como as notícias sobre a oposição armada apareciam (ou não) na imprensa.

---

<sup>298</sup> *Diário de Notícias*, 23 de agosto de 1971. p. 4.

<sup>299</sup> KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p.312.

Havia “recomendações” de órgãos governamentais para que não fossem publicadas reportagens sobre o movimento “subversivo”, visto que esta divulgação poderia gerar tensionamentos ou até mesmo ter o efeito de propagandear e fomentar tais ações. Muitas informações sobre a guerrilha foram então proibidas de serem veiculadas. Impunha-se assim um certo silêncio em relação a estes grupos. Por outro lado, quando as ações armadas ganhavam destaque, no caso de seqüestros de diplomatas por exemplo, estas eram retratadas como atos isolados e não como partes de um processo de luta mais amplo que estava em curso. Sem mediação, perdiam então seu significado político. Segundo Abreu, “a ausência de interlocutores faz com que as ações, principalmente as armadas, sejam vistas como atos isolados e desprovidos de significado político. A ação política está associada à História como processo. O terrorismo é visto como ato de desesperados, sem história.”<sup>300</sup>

É importante considerar também que, até meados de 70, as reportagens sobre as organizações de esquerda eram publicadas na página de política; depois deste período, muitos periódicos passaram a noticiá-las na página policial. Isto evidencia ainda mais a tentativa de eliminar o caráter político das ações armadas, enfatizando-se o seu sentido de “crime”.

Abreu afirma que, a partir do AI5, o governo “recomendou” aos principais jornais que classificassem como terrorismo todas as ações armadas praticadas por guerrilheiros. Embora este termo já fosse utilizado anteriormente, passou-se então a empregá-lo para caracterizar qualquer grupo de oposição, independente de sua forma de ação política.

A fim de se compreender o sentido político destes deslocamentos de vocabulário, faz-se necessário salientar que as palavras não são neutras, mas sim carregadas de significados ideológicos ou vivenciais. As palavras utilizadas pelo governo e pela grande imprensa para designar as ações dos grupos de esquerda compõem uma referência que situa a luta armada no universo da marginalidade. Os silêncios, a não-contextualização do momento, a mistura entre opinião e informação, a divulgação de informações restritas a uma única fonte (a oficial) contribuía para a criação desta imagem negativa dos grupos armados, uma vez que interferiam nas interpretações dos leitores, restringindo seu leque de conhecimentos a respeito da sociedade na qual viviam. Depende da variedade de elementos expostos e de sua ordenação na narrativa, a possibilidade de o leitor extrair das notícias sua própria interpretação da realidade. Essa possibilidade era, conforme demonstrado acima, bastante limitada diante da cobertura jornalística realizada pela grande imprensa da época.

---

<sup>300</sup> ABREU, João Batista. *As manobras da informação - Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965 – 1979)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 33.

\* \* \*

A partir destas reflexões sobre a divulgação dos *arrepentimentos* na grande imprensa, impõe-se discutir sobre o conteúdo de tais depoimentos e como as mensagens transmitidas nas cartas, manifestos ou declarações a jornalistas feitas por tais militantes iam ao encontro dos ideais e necessidades do regime. Embora abordassem temas diversos, seu teor estava centrado em alguns pontos específicos: a negação da existência de tortura nos porões da ditadura, como forma de melhorar a imagem do Brasil no exterior; o apelo à juventude para que não ingressasse na luta armada; a desmoralização das organizações clandestinas e de seus líderes; e o elogio às obras do Governo Médici e à “Revolução Redentora”. Analisaremos, a partir de agora, como estas questões perpassaram as declarações dos *arrepentidos*.

## **2.1 “A campanha de difamação contra o Brasil no banco dos réus”- Denúncias de tortura e desrespeito aos direitos humanos no país divulgadas no exterior**

“A campanha de difamação contra o Brasil busca atingir não tanto o Governo, quanto o sistema, o modelo democrático que adotamos; em resumo: trata-se da vã tentativa de contestar a bem-sucedida experiência capitalista brasileira.”

Chanceler Gibson Barbosa <sup>301</sup>

A preocupação do governo brasileiro em relação às críticas que vinha recebendo no exterior era visível naquele início de 1970. Como nos diz Kushnir:

“No ano de 1970, além das glórias do esporte, também despontaram as declarações do ministro da educação do governo Médici, coronel Jarbas Passarinho, sobre a participação de universitários nos atos de guerrilha urbana, as informações do general Antônio Carlos da Silva Muricy acerca dos presos políticos e a denúncia da Comissão Internacional de Juristas à Organização dos Estados Americanos (OEA) a propósito da violação de direitos humanos no Brasil, seguida, meses depois, da condenação, pelo papa Paulo VI, das práticas de violência e tortura no país.” <sup>302</sup>

Tais críticas, relacionadas ao desrespeito aos direitos humanos e aos atos de tortura no Brasil, eram bastante frequentes naquele momento. Protestos e campanhas foram organizados, e vários jornais e revistas estrangeiros publicaram denúncias, motivadas principalmente pelos

---

<sup>301</sup> *Folha de São Paulo*, 4 de outubro de 1970. p. 6.

<sup>302</sup> KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p. 287-288.

depoimentos de exilados ou presos políticos que acabaram sendo trocados por algum diplomata seqüestrado. Estes, no exílio, passaram a se organizar, editar panfletos e jornais, lançar manifestos e promover campanhas denunciando as práticas repressivas do regime. Em estudo sobre a imprensa no exílio durante esse período, Denise Rollemberg Cruz formulou uma lista de aproximadamente 50 títulos publicados por exilados em diferentes países. A maior parte deles apresentava documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação brasileira e denúncias contra a ditadura.<sup>303</sup> Segundo a autora, a crítica aos desmandos do regime foi uma temática constante nesta imprensa, ganhando mais espaço ao longo dos anos 1970:

“A imprensa procurou divulgar como a ditadura aperfeiçoou os órgãos da repressão, fazendo da tortura uma política de Estado. Desmascarava o recurso da polícia para encobrir os seus assassinatos, alegando acidentes ou suicídios. Publicava nomes de militantes mortos e torturados, assim como de torturadores e militantes ligados à estrutura repressiva. Homenageava guerrilheiros assassinados. Atuava, intensamente, nas campanhas pela libertação de presos políticos, detendo-se em nomes específicos, sobretudo de Manuel da Conceição, César Benjamim e Theodomiro dos Santos.<sup>304</sup>

É interessante, por exemplo, a reprodução que Rollemberg apresenta do jornal *Campanha*, criado no Chile, em setembro de 1972 e cujo lema era: “Fazer do exílio uma campanha.” No primeiro editorial, o grupo anunciava: “Nosso objetivo, ao lançar este periódico é iniciar uma campanha pela unidade dos brasileiros no exterior. Ou mais exatamente transformar a estada fora do Brasil numa Campanha, que realmente seja parte de todo o combate contra a ditadura militar.”<sup>305</sup> Assim, inúmeros militantes se empenharam nesta tarefa, buscando espaços também na imprensa de cada país e realizando denúncias junto a organizações de direitos humanos.

Esta onda de críticas espalhou-se de forma expressiva, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, onde foram criadas redes de informações e entidades de apoio às vítimas da ditadura brasileira.

O regime, internamente, tratava essas denúncias como parte de uma “campanha de difamação” contra o Brasil. Nas correspondências trocadas entre o SNI e o DEOPS/SP, há inúmeros ofícios que abordam tal campanha. Neste sentido, o SNI enviava ao referido

---

<sup>303</sup> CRUZ, Denise Rollemberg. A imprensa no exílio. IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 453.

<sup>304</sup> Idem, p. 459.

<sup>305</sup> *Campanha*, nº1, Santiago, 28 de septiembre, 1972. Editado em espanhol. Reproduzido por: CRUZ, idem, p. 454.

Departamento informações sobre notícias publicadas no exterior que continham críticas ao governo brasileiro, incluindo, por vezes, cópias das referidas reportagens, como nos mostra o documento que segue:

**CONFIDENCIAL**

  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
- AGENCIA DE SÃO PAULO -  
(S. N. I. - S. P.)

N.º **846**  
SC-1 (16/19) nº 020/70

São Paulo-Sp, em 05 Mai 70

Do Chefe do SNI/ASP  
Ao Ilmo Sr Diretor do D E O P S

Assunto: encaminhamento (faz)

Referência:

Anexos: 2 cópias xerográficas

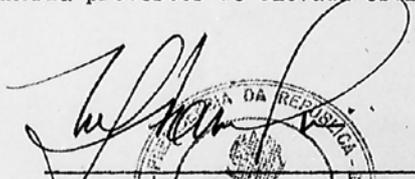
AO "SS"  
São Paulo, de 6 MAI 1970  
O DELEGADO AUXILIAR DA 5.ª DIVISÃO POLICIAL

*AdTS 7/5/70*  
*506 out 7/5/70*  
*am*

Encaminha-se a êsse Departamento, cópias xerográficas de dois artigos publicados no Exterior, com propaganda anti-governo do Brasil, a saber:

- Artigo "El Asesino de Marighela-Estaria en Chile el jefe del Escuadron de la Muerte", publicado em "EL SIGLO", de 05 Abr 70.
- Artigo "Carta del Brasil: Estos son los metodos de la dictadura mas brutal de América Latina", publicado no jornal "UNIDAD", de 02 Abr 70, editado em LIMA PERÚ.

Renovo a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e consideração.

  
WALTER JOSÉ FAUSTINI - Gen Cel  
CHEFE DO SNI/ASP



A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec. N.º 60.417/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Departamento de Ordem Política e Social  
6 F 70  
20C 43 1274

**CONFIDENCIAL**

Fonte: APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 20C43. Documento nº. 1274.

No primeiro artigo citado, *El asesino de Marighela*, anunciava-se a chegada, “de

forma confidencial”, do delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Departamento de Investigações Criminais do Estado de São Paulo, ao Chile. O *El Siglo* caracterizava Fleury como um “especialista em repressão anti-popular”, acusando-o de utilizar métodos minuciosos e violentos, ao estilo “nazista”. Na “Carta del Brasil: Estos son los métodos de la dictadura mas brutal de América Latina!”, eram relatados casos de tortura e assassinatos praticados pelo governo brasileiro. O jornal afirmava que periódicos como *The Times*, de Londres; *The New York Times*, de Nova Iorque; e *Le Monde*, de Paris, não puderam passar em silêncio diante das arbitrariedades praticadas pelo regime.<sup>306</sup>

Em outro documento, enviado no mês de novembro de 1970 pelo chefe da agência do SNI de São Paulo, Walter José Faustini, ao Delegado Chefe do DEOPS/SP, é encaminhada cópia da gravação de um programa irradiado para o Brasil pela Rádio Havana, em 21 de outubro de 1970.<sup>307</sup> Nesta gravação, havia denúncias contra o governo e notícias sobre campanhas de protesto realizadas em diversos países do mundo: “No domingo, realizaram-se grandes manifestações em 60 cidades da EUROPA OCIDENTAL, para protestar contra a arbitrariedade do regime brasileiro. Somente em PORTUGAL, tais manifestações foram proibidas.” Seguem trechos da sessão “Nossa Opinião” do referido programa:

“O movimento mundial de repúdio à onda de prisões e torturas desencadeadas pela ditadura militar brasileira, tomou novo impulso nos últimos dias. No fim de semana recém terminado, em dezenas de cidades européias registraram-se enérgicas manifestações de protesto contra a política repressiva do regime encabeçado pelo general EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI. Milhares de trabalhadores, estudantes, camponeses e intelectuais brasileiros já foram encarcerados pelo regime, que além disso se mantém insensível aos protestos que se registram tanto dentro como fora do país contra essas arbitrariedades. Nem as mulheres, os padres, os velhos e as crianças, escapam das repressões arbitrarias e das cruéis torturas que já se tornaram fatos cotidianos no Brasil. A mais recente onda mundial de

---

<sup>306</sup> É interessante examinar também os carimbos exibidos no documento. O primeiro apresenta um dos slogans da ditadura: “A Revolução de 1964 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”. Tal slogan é significativo porque demonstra a tentativa do regime de construir a sua imagem em sintonia com a democracia, apresentando esta como o objetivo final da chamada revolução. Para Maria José de Rezende, o regime militar tentou elaborar um sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia, no seu intento de ganhar adesão. De acordo com a autora, “tanto os militares quanto os civis que integravam o grupo do poder a partir do movimento militar de 1964 apareciam como legítimos defensores de uma dada forma de democracia que, segundo eles, buscava a normalização da legalidade.” Para estes grupos, a democracia era tomada como um regime político que não tinha que ser, necessariamente, comandado por civis. REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade. 1964 – 1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 68. O segundo carimbo chama a atenção para o sigilo que deveria ser mantido em relação ao documento, responsabilizando o destinatário pela manutenção do mesmo. No carimbo, também está presente o número do decreto que estabelecia um regulamento para a “Salvaguarda de Assuntos Sigilosos”, o que revela a atenção dispensada pelo governo à manutenção do que era considerado segredo de Estado.

<sup>307</sup> Fonte: APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 20C43 . Documento nº. 1569 -1571.

protesto, foi provocada pela prisão de numerosos sacerdotes e dirigentes católicos operários brasileiros. No domingo, realizaram-se diversas manifestações em Paris e em outras cidades da Europa Ocidental, repudiando essa e outras detenções efetuadas pela polícia do regime imperante no Brasil. [...] A ditadura brasileira diz que os denunciadores da torturas e das prisões são organizações ou militantes comunistas que procuram desacreditar o Brasil no exterior. Mas as denúncias sobre as torturas infligidas aos presos políticos brasileiros se registram em todas as partes do mundo, formuladas por organizações das mais variadas ideologias, muitas das quais, católicas. São inúteis as tentativas da ditadura brasileira de negar que prende, tortura e assassina milhares de pessoas. A verdade vem a tona em todo o mundo, do mesmo modo que a justiça terminará com os crimes no Brasil e os torturadores vil (sic) e os torturadores e assassinos de presos políticos, terão de responder pelos seus crimes perante o tribunal do povo.”<sup>308</sup>

Ao encaminhar esta gravação ao DEOPS/SP, Faustini afirma que

“Tudo leva a crer que o revigoramento da Campanha Contra o Brasil visa anular a atitude dos parlamentares brasileiros na 58ª Conferência Interparlamentar, em Haia<sup>309</sup>. Mais uma vez os comunistas procuram associar repressão à subversão com repressão ao crime. Os comunistas desencadearam uma campanha contra a repressão à subversão, usando a tortura como tema e visando enfraquecer tal repressão. Simultaneamente passaram a explorar o tema ‘Esquadrão da Morte’<sup>310</sup>, com dois objetivos bem definidos:

- confundir a opinião pública mundial, fazendo aparecer os delinqüentes comuns mortos, como políticos (nem sequer subversivos) assassinados pelo Governo Brasileiro;
- diminuir a repressão ao crime;

A morte de MARIGHELLA por elementos comandados pelo Delegado Fleury não só favoreceu os objetivos da propaganda comunista como a estimulou, passando a visar individualmente o referido policial. O novo sucesso do Delegado Fleury com a prisão e morte de JOAQUIM CÂMARA FERREIRA irá provavelmente incitar tais campanhas.”<sup>311</sup>

---

<sup>308</sup> Fonte: APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta: 20C43. Documento nº. 1569-1570.

<sup>309</sup> O Brasil enviou uma delegação presidida pelo senador Manuel Villaça para participar da reunião da União Interparlamentar, realizada em Haia, na Holanda. Este, ao retornar ao país, afirmou que o trabalho da delegação foi um sucesso “mas que a campanha de difamação é de tal vulto, que o governo terá de adotar uma política de propaganda e de relações públicas agressiva e intensa, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.” *Folha de São Paulo*, 20 de outubro de 1970. p. 4.

<sup>310</sup> O Esquadrão da Morte constituiu-se em uma organização extra-oficial formada por policiais do Estado de São Paulo, que promoveu uma série de execuções em massa contra os chamados “marginais”. Foi criado em 1968, sob o pretexto da morte do policial paulista Parré por um elemento conhecido como “Saponga”, fuzilado 53 dias depois. Na época, surgiram várias denúncias vinculando o Delegado Sérgio Paranhos Fleury ao Esquadrão. Fleury foi um dos mais destacados combatentes da chamada “subversão”, considerado responsável pela morte de Carlos Marighella (principal dirigente da ALN) e de Joaquim Câmara Ferreira (considerado o “número 2” da ALN, que assumiu o controle da organização após a queda de Marighella). Para mais informações ver: SOUZA, op. cit. Segundo Souza, as execuções eram apresentadas como uma forma de “profilaxia social” e foram aplaudidas por diversos setores da sociedade. p. 71.

<sup>311</sup> Fonte: APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 20C43. Documento nº. 1569 -1571.

É interessante observar que, neste documento, acusa-se as organizações comunistas de “associar repressão à subversão com repressão ao crime”, quando o próprio governo insistia em veicular a imagem destes militantes como criminosos, assaltantes de bancos e assassinos de inocentes, negando às suas ações um significado político. Ao afirmar que os comunistas visavam confundir a opinião pública no sentido de fazer com que delinqüentes comuns mortos aparecessem como presos políticos, evidencia-se, no discurso dos agentes dos órgãos de segurança e informação, a idéia de que a morte de tais “delinqüentes comuns” não era digna de preocupação ou mobilização por parte do governo e da sociedade. A mensagem era: estamos em guerra, eles são inimigos, e assim devem ser tratados. As palavras do Chefe do SNI também revelam muito do significado da repressão para os indivíduos que nela estavam diretamente envolvidos, os quais consideravam um “sucesso” as mortes de combatentes como Marighella e Câmara Ferreira.

Ainda sobre a campanha contra o Brasil no exterior, em um Sumário de Informações sobre o Comunismo Internacional, produzido pela Agência Central do SNI em dezembro de 1970, há um item relatando como tal campanha estava se desenvolvendo, dividido em três partes:

- “a) cardeal holandês Bernard Alfrink – Ministério da Cultura, Recreação e Bem-Estar da Holanda”, que trata da visita do citado cardeal ao Brasil e da denúncia de que nos ‘cárceres brasileiros se torturam sacerdotes.’ Além disso, informa-se que o governo holandês decidiu não participar da exposição internacional Bienal de Belas Artes, a se realizar em São Paulo, como forma de pressionar o governo brasileiro ‘para que ponha fim aos maus tratos aos presos e à violação sistemática da vida humana’;
- b) Através de publicações estrangeiras, que aborda diversos artigos e reportagens veiculados em jornais e revistas estrangeiros;
- c) Através de rádio-emissoras comunistas, que examina reportagens divulgadas pela Rádio Havana (Cuba) e Rádio Tirana (Albânia).<sup>312</sup>

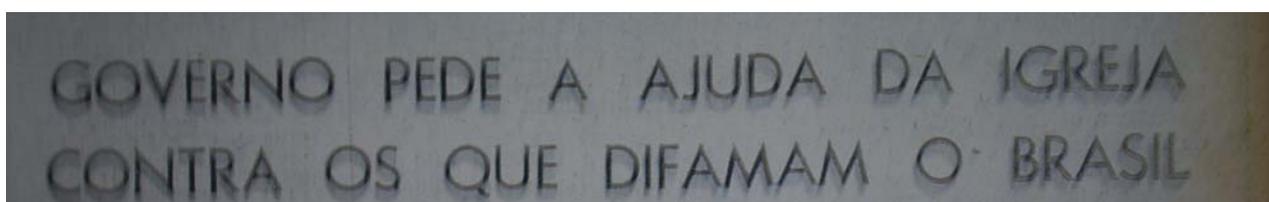
Estes documentos, além de evidenciarem uma série de mobilizações e críticas vindas de diferentes países, revelam também que o governo brasileiro e seus órgãos de informação e repressão preocupavam-se significativamente com o assunto, possuindo dados detalhados sobre as denúncias, por quem eram feitas e como eram difundidas no exterior.

No Brasil, tais acusações causavam indignação entre os membros do governo e seus apoiadores. As notícias veiculadas nos jornais traziam discursos de líderes governistas

---

<sup>312</sup> Comunismo Internacional – Sumário de informações. nº 12/Dezembro de 1970. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. p. 10.2 – 10.6. Fonte: APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 20C43. Documento nº 1985 – 1986.

denunciando uma “campanha de difamação contra o Brasil no exterior”, a qual, segundo eles, era obra de “maus brasileiros”. A suposta “campanha” aparecia como tema de reportagens elaboradas em função destes discursos ou de manifestações de entidades da sociedade civil, editoriais de jornais e textos de colaboradores, também indignados com as críticas feitas ao país. Neste sentido, é significativo o número de matérias relacionadas à Igreja Católica, principalmente às denúncias feitas pelo Cardeal Dom Hélder Câmara, então Arcebispo de Olinda e Recife, e um dos grandes inimigos do regime. As manchetes a seguir dão uma idéia do “tom” dessas reportagens:



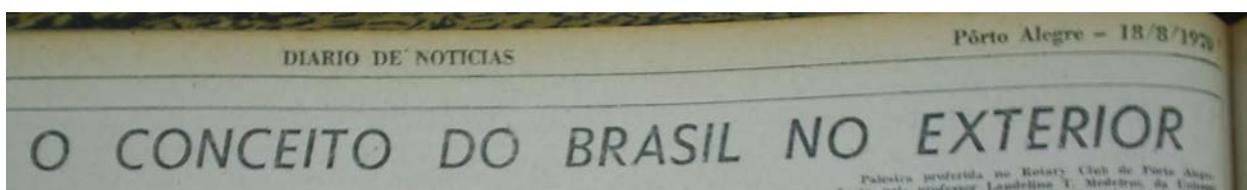
*Diário de Notícias*, 30 de maio de 1970. Capa.



*Correio do Povo*, 15 de julho de 1970. Capa.



*Correio do Povo*, 18 de julho de 1970. Capa.



*Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1970. p. 4.



*Correio do Povo*, 21 de outubro de 1970. Capa.

O governo buscava, de diferentes formas, estancar estas críticas e amenizar os efeitos da pressão internacional. Ainda no primeiro semestre de 1970, foi instaurado um Inquérito Policial Militar, cuja missão era apurar fatos relacionados à publicação de notícias que apontavam a existência de torturas e maus tratos a presos políticos no Brasil. O inquérito apurou a participação de dois membros do serviço diplomático e de um funcionário do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, os quais teriam distribuído material recebido através da mala diplomática, contendo panfletos e publicações denunciando o governo brasileiro, a intelectuais franceses.<sup>313</sup>

Em junho de 1970, o Secretário da Justiça da Guanabara declarou que a “Guanabara abrirá prisões para quem quiser ver.” A idéia era que as prisões do estado pudessem ser visitadas por representantes dos dois partidos legais (ARENA e MDB) a fim de que estes verificassem que não havia torturas contra qualquer preso.<sup>314</sup> Em julho daquele ano, o Ministro da Justiça anunciou, juntamente com a criação de um “Estatuto de Intervenção nos Municípios” e de um “Instituto Político”, destinado à formação política da juventude, a constituição de um “Órgão antidifamação”, responsável por contra-atacar, “não permitindo que nosso país continue sendo vítima de campanhas difamatórias”<sup>315</sup>.

Ministros ou representantes do governo realizaram viagens a diversos países para tentar modificar esta imagem negativa. Ao retornar de uma viagem a Londres, em outubro de 1970, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, anunciou a publicação de um “livro branco provando que não houve tortura de presos.” Afirmou ainda que as denúncias “carecem totalmente de fundamento” e que “no Brasil ninguém é preso por suas convicções políticas ou por oposição ao Governo”. Ao falar dos militantes encarcerados, Buzaid afirmou que “foram presos por atividades terroristas, não por seus pontos de vista políticos. Foram submetidos aos processos judiciais normais e nenhum deles foi torturado.”<sup>316</sup>

O setor de comunicações também foi encarregado de combater estas críticas e

<sup>313</sup> *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 1970. p. 3

<sup>314</sup> *Folha de São Paulo*, 16 de junho de 1970. p. 4

<sup>315</sup> *Folha de São Paulo*, 22 de julho de 1970. p. 3.

denúncias. Em novembro de 1970, oficializou-se a “Política de Comunicação Social do Governo Federal”. No subtítulo “Estabelece os Fundamentos da Atividade da Comunicação Social do Governo Federal no que toca aos Órgãos do Poder Executivo”, estão expressos os objetivos da referida política:

- “a) Predispor, motivar e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento.
- b) Contribuir para o prestígio internacional do Brasil, zelando no sentido de que nossa imagem seja fiel à realidade.”<sup>317</sup>

No item “Ações a realizar” para atingir o segundo objetivo, constam as seguintes recomendações:

- “I – Acompanhar o noticiário sobre o Brasil no Exterior, a fim de verificar possíveis deformações de nossa imagem e avaliar seus reflexos no prestígio internacional e na economia do país.
- II – Realizar campanhas de esclarecimento da opinião pública internacional, visando à correção dos efeitos negativos resultantes da distorção da imagem do Brasil no exterior.
- III – Manter permanente fluxo de informações sobre o País dirigido para o exterior de modo a assegurar uma adequada e constante projeção da realidade do País. (...)”<sup>318</sup>

Segundo Weber, a operacionalização desta política estava a cargo da AERP<sup>319</sup>. Nos planos de comunicação que a Assessoria formulava anualmente, foram introduzidos pontos relativos à imagem do Brasil no exterior a partir de 1970. Acompanhando os planejamentos anuais de 1970 a 1973<sup>320</sup>, percebe-se que a “correção” da imagem internacional do país tornou-se um objetivo recorrente.

Conforme Fico, houve até mesmo propostas de criação de um órgão executivo, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, para divulgar a “verdadeira” imagem do país. Propôs-se também a constituição, no exterior, de uma agência brasileira de notícias<sup>321</sup>. Essa idéia era defendida por Octávio Costa, chefe da AERP, o qual afirmava que o terrorismo era o principal obstáculo ao entendimento entre o governo e o povo: “Não me refiro somente ao terrorismo do roubo, chantagem, sangue e intimidação – salientou o Cel. Otávio Costa – mas ao terrorismo pacífico, cujos seguidores pretendem continuar a dividir-nos, vendendo

---

<sup>316</sup> *Folha de São Paulo*, 4 de outubro de 1970, p.4.

<sup>317</sup> Citado por WEBER, op. cit., p. 80-81.

<sup>318</sup> Idem, p. 83.

<sup>319</sup> A autora enfatiza, no entanto, que a efetivação desta política de comunicação dependia das redes de comunicação e coerção: a rede técnico-estrutural, a rede institucional, a rede repressiva e a rede persuasiva. Idem.

<sup>320</sup> Estes podem ser encontrados no trabalho de WEBER, op. cit., em anexo.

uma imagem falsa do Brasil no exterior.”<sup>322</sup> Ao fazer esta afirmação, no encerramento de um encontro de secretários de imprensa dos estados e dos ministérios em agosto de 1970, Costa conclamou todos a lutarem contra o terrorismo:

“Cumpre-me dizer a todos, no final deste encontro – que neste tempo de Brasil o terrorismo é o principal obstáculo à tarefa comum de comunicação. Assim, venho dizer que cabe a todos os comunicadores uma palavra de total repúdio ao terrorismo e à contestação, que tentam impedir a obra restauradora da Revolução de março de 1964.”<sup>323</sup>

Em julho de 1970, a AERP, juntamente com representantes dos ministérios das Relações Exteriores e do Exército e do Instituto Nacional de Cinema, formou uma comissão encarregada de fazer um levantamento de filmes de curta e média metragens a serem levados ao exterior. O critério desta comissão era o de selecionar filmes que pudessem transmitir uma “imagem real do Brasil ao estrangeiro”. Segundo a comissão, esta estratégia buscava “atingir, através da criação de uma imagem *não positiva* [grifos meus], mas real, ao público do exterior.”<sup>324</sup> Tal afirmação evidencia que, para os representantes do governo, qualquer filme que mostrasse a imagem “real” do Brasil teria um efeito positivo junto à opinião pública internacional. O “real” que eles enxergavam era, portanto, muito diferente da “realidade” de violências e arbitrariedades denunciadas pelos exilados e outros “inimigos” do regime.

Se, por um lado, o governo reunia esforços para minimizar e desacreditar as críticas que lhe eram feitas no exterior, por outro, buscava evitar que, internamente, tais críticas fossem divulgadas. Em *Censura, imprensa, estado autoritário*, no qual investiga a censura no período partindo das experiências do jornal *O Estado de São Paulo*, que sofreu esta prática de 1972 a 1975, e do periódico alternativo *Movimento*, a historiadora Maria Aparecida Aquino realiza uma análise das matérias que eram censuradas. Das 1.136 matérias do *Estadão* censuradas entre março de 1973 e janeiro de 1975, 601 (52,91%) delas estavam relacionadas a questões políticas.<sup>325</sup> Destas, 142 referiam-se à repressão política, 107 a críticas da oposição e 85 a críticas do exterior, juntamente com 85 ligadas às relações Igreja/Estado. Segundo Aquino,

---

<sup>321</sup> FICO, op. cit., p. 47.

<sup>322</sup> *Folha de São Paulo*, 2 de agosto de 1970. p. 4.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> *Folha de São Paulo*, 22 de julho de 1970. p. 19

<sup>325</sup> A autora dividiu as unidades temáticas em seis itens: questões políticas, questões econômicas, questões sociais, questões educacionais e culturais, questões de política internacional e censura. Ver: AQUINO, *Censura, Imprensa e Estado autoritário*, op. cit., p. 62.

“pela dimensão que assume este subtema na unidade temática não menos importante Questões Políticas, percebe-se que há uma grande preocupação da censura em coibir todas as críticas desabonadoras advindas de outras nações, tentando manter, pelo menos internamente, a imagem favorável que o país teria no exterior.”<sup>326</sup>

A autora descreve o conteúdo dessas críticas, geralmente relacionadas à repressão política, as quais partiam tanto da imprensa estrangeira como de reuniões internacionais de religiosos. Outras apreciações diziam respeito à política econômica do governo, acusado de favorecer empresas multinacionais e conceder incentivos ao capital estrangeiro.<sup>327</sup>

Neste contexto, as declarações dos militantes que se retratavam publicamente atendiam plenamente às necessidades e interesses do governo brasileiro. Já no primeiro episódio, como referido anteriormente, os cinco integrantes da VPR lançaram uma “Carta Aberta à Opinião Pública Internacional”. Seguem alguns trechos deste documento:

“Temos notícias de que órgãos internacionais de secular tradição humanista e homens de comprovada cultura e espírito solidário, utilizam-se de órgãos de divulgação influentes em amplos setores da humanidade para externar suas preocupações para com o Brasil, acreditando prestar relevantes serviços ao nosso povo. Sugestionados por uma imagem caricatural vêem no Brasil uma verdadeira ‘praça de guerra’, salpicada de ‘campos de concentração’ e convulsionado por graves traumas sociais. Apressam-se, diante disso, a divulgar notícias em que dão [ilegível] à sua apreensão e a promover ‘moções de solidariedade’ ao povo brasileiro.

Enganam-se - são enganados - redondamente os que assim procedem. O Brasil é um país eminentemente jovem, com [ilegível] de 90 milhões de habitantes, em franco processo de desenvolvimento. Ganha dia a dia novas batalhas em busca de sua historicidade e não comporta que aspectos particulares de sua conjuntura – aspectos distorcidos e maximizados – venham prejudicar os esforços de sua coletividade.

Para este progresso vimos depositar nossa palavra de contribuição.

E o fazemos credenciados pela condição de presos políticos à disposição da Justiça Brasileira. A verdade necessita ser dita, dê a quem doer, mesmo que ela se volte contra nossos próprios interesses, por que não podemos permitir que a obscuridade em que são mantidos certos fatos venha prestar desserviços ao povo brasileiro.

Pretendemos, com o que dissemos, escoimar as dúvidas, impedir a distorção, restabelecer a verdade mesmo à custa de nossas inconveniências, e é o que procuramos demonstrar a seguir:

[...] É imprescindível também, falar sobre a imagem que se difundiu entre vós, a respeito do tratamento dado, pelas autoridades brasileiras, aos presos. Este é um problema da mais alta seriedade que requer, em sua consideração uma imparcial atitude de sobriedade.

---

<sup>326</sup> Idem, p. 66.

<sup>327</sup> Idem, p. 69-70.

Deveis já tomar conhecimento da existência, em nosso país, de um movimento terrorista, promovido por minorias isoladas, cuja audácia e técnica da violência não encontrou limites.

Tal movimento, raquítico, mas de comportamento imprevisível, não provoca conseqüências outras que o despertar ódio e insegurança.

Todos nós sabemos que a violência gratuita só pode se refletir sobre si mesma. Neste sentido ‘excessos’ realmente houveram, como conseqüência inevitável da insânia dos predadores e, por outro lado dos passionalismos despertados em quem se viu ameaçado pelos mesmos. Mas não se pode procurar, com isto, generalizar responsabilidades. Ainda mais, é preciso ter bem claro que o Brasil, como todo país civilizado, possui Estatutos Jurídicos, cuja finalidade é exatamente a de atribuir responsabilidades. Os que se excederam serão, segundo público pronunciamento de nosso Ministério de Justiça, normalmente punidos. Tais providências já foram mesmo encaminhadas, na forma da lei, tendo aqueles que sofreram qualquer “mau trato” consignado em depoimento o que lhes ocorreu.

Não se pode jamais dizer que os prêsos políticos à disposição da Justiça Brasileira estejam submetidos a uma situação carcerária desumana. Chega a ser irônica a afirmação de semelhante disparate [...]

Pode a opinião pública internacional tranquilizar-se quanto ao tratamento carcerário dos presos políticos à disposição da Justiça brasileira. Atestamos na qualidade de prisioneiros: até o momento este tratamento têm sido o mais [ilegível] possível.<sup>328,</sup>

Neste documento, afirma-se que o tratamento recebido pelos presos políticos no Brasil não correspondia às denúncias de certos indivíduos e órgãos de imprensa estrangeiros, os quais, provavelmente, enganavam-se ou estavam “sendo enganados”. Para provar que tais denúncias eram calúnias, os *arrepentidos* valiam-se de sua autoridade enquanto prisioneiros, de quem havia experimentado a realidade dos cárceres. Além disso, estava explícito um alerta em relação às organizações engajadas na luta armada, caracterizadas como “raquíticas”, mas imprevisíveis, e provavelmente nesse ponto residia o seu maior perigo. É interessante também perceber que os signatários do texto admitiam que “excessos realmente houveram”. Nesse sentido, há uma espécie de explicação para a ocorrência de torturas, e conseqüentemente, uma admissão de sua existência, mas procura-se deixar claro que estas eram episódios isolados e não uma prática constante e “oficial”, e que não se podia “generalizar responsabilidades.” No caso, não seria “justo” responsabilizar o governo brasileiro por “deslizes” cometidos por alguns de seus elementos “ameaçados pela insânia dos predadores”, os quais, segundo os signatários, seriam punidos “na forma da lei”.<sup>329</sup>

---

<sup>328</sup> Fonte: APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento n°. 6802-7803. Grifos no original.

<sup>329</sup> É interessante perceber que esta idéia de que houve excessos cometidos por alguns elementos das forças repressivas, negando-se, porém, o caráter de uma política de Estado à tortura praticada pelo regime, permanece na memória oficial militar até os dias de hoje. Sobre esta temática, consultar: D’ARAÚJO, Maria Celina;

Depois do primeiro grupo, vários outros militantes que se retrataram negaram a existência da tortura, relatando que haviam sido bem tratados pelos agentes governamentais. Em seu *arrependimento* no mês de julho de 1970, Lungaretti disse:

“Ao mundo, quero afirmar que o que se passa no Brasil está muito longe do que uma imprensa tendenciosa denuncia. Que o que há aqui é que pouco a pouco êsses grupos minoritários vão caindo na antipatia popular, pois o brasileiro está longe de aceitar que o levem à guerra e ao derramamento de sangue de compatriotas.”<sup>330</sup>

Em setembro de 1970, o suíço Hans Rudolf Manz, conhecido como “o técnico de bombas do Marighella”, também fez declarações afirmando ter sido tratado com dignidade pela polícia:

“Como estrangeiro que sou, solidarizo-me com o governo e o povo brasileiro, colocando-me frontalmente contra os que dirigem a campanha de difamação do Brasil no exterior. Fariam melhor estes detratores da pátria em divulgarem o ritmo de progresso e trabalho fecundo e honesto que caracteriza o governo do Brasil. Declaro que, como preso político que sou, tive e venho tendo trato correto e humano por parte das autoridades militares, judiciais e policiais.”<sup>331</sup>

Para legitimar sua fala, Manz valia-se de uma dupla condição: a de preso político e a de estrangeiro residente no Brasil, o que lhe conferia a autoridade de um observador privilegiado do nosso país (e dos nossos cárceres), sobretudo para a opinião pública internacional.

Em outro episódio, durante sua apresentação à imprensa no mês de junho de 1971, José Gercino Saraiva Maia relatou que recebera um bom tratamento por parte das autoridades, afirmando que “esse tratamento e mais a disciplina e a ordem que vi nos quartéis é que me fez meditar e chegar a conclusão de que o melhor mesmo é a vida normal.”<sup>332</sup>

É interessante perceber, como já foi salientado, o grande esforço das autoridades em desacreditar as críticas divulgadas no exterior. Como forma de neutralizá-las, o governo utilizou-se de militantes cujos nomes constavam em livros ou publicações estrangeiras que denunciavam a tortura. A declaração dos mesmos de que não haviam sido torturados tinha por objetivo causar impacto e colocar em dúvida as denúncias efetuadas. Em agosto de 1971, por exemplo, a imprensa anunciou que dois militantes que já haviam “renunciado ao terrorismo”

---

CASTRO Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo*. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>330</sup> *Correio do Povo*, 10 de julho de 1970. p. 18.

<sup>331</sup> *Folha de São Paulo*, 5 de setembro de 1970. p. 4.

<sup>332</sup> *Correio do Povo*, 10 de junho de 1971. p. 8.

– Erwin Rezende Duarte e José Raimundo Oliveira – estavam preparando o dossiê “A campanha de difamação contra o Brasil no banco dos réus.” Ambos, citados em livros lançados no exterior relatando torturas na Penitenciária de Juiz de Fora, elaboravam, segundo as reportagens veiculadas, o dossiê negando as afirmações de que teriam sofrido violências no cárcere.<sup>333</sup> Em outro episódio, no mês de setembro de 1972, foi anunciada a prisão de Manoel da Conceição Tavares. A reportagem inicia com as seguintes considerações irônicas: “Um agricultor maranhense, de 32 anos de idade, para o qual foram prestadas, na Albânia e na França, homenagens póstumas pela sua morte ‘causada por torturas e massacres do governo brasileiro’ compareceu hoje à 10ª Circunscrição Militar, aqui sediada, para ser qualificado pelas autoridades militares.”<sup>334</sup> Santos era apontado na matéria como uma peça-chave da subversão, tendo recebido treinamento especial de técnica de guerrilha na China e em outros países comunistas. Ele fora preso alguns dias antes no Vale do Pindaré, no Maranhão, e confessara sua participação em atos subversivos. Segundo a publicação, “no final do interrogatório ele confessou-se *arrepentido* e reconheceu que ‘servia de instrumento aos agentes da subversão’ e até afirmou que está disposto a cumprir o castigo da Justiça.”<sup>335</sup>

Vale lembrar que Rollebreg afirma, na citação anteriormente referida, que houve uma pressão bastante significativa no exterior pela libertação do líder camponês maranhense. Anunciando a prisão de um militante dado como torturado ou morto sob tortura, o governo buscava mostrar que as denúncias não passavam de calúnias sem fundamento, formuladas por indivíduos e organizações não integrados ao “esforço nacional de desenvolvimento” e por uma imprensa internacional “enganada”.

Um dos casos mais significativos nesse sentido é o do militante Newton Moraes, que atuava na ALN, em Minas Gerais. No mês de janeiro de 1971, depois de um assalto frustrado a uma agência do Banco Nacional de Minas, em Belo Horizonte, Moraes e mais um grupo de militantes acabaram cercados pela polícia. Na tentativa de fuga, teriam atirado no menino Marcelo Costa Tavares, de 14 anos, que veio a falecer. Após a prisão, Moraes e Milton Campos de Souza, que também participou do assalto,

“[...] não suportando o terrível drama de consciência que viviam e movidos pelo arrependimento de um crime inominável, redigiram cartas aos pais e ao diretor do presídio onde se encontravam, abjurando o terrorismo e demonstrando mais uma vez que são conduzidos por uma espécie de hipnose produzida por indivíduos inescrupulosos e apátridas, a cometer crimes inaceitáveis, que mais

---

<sup>333</sup> *Correio do Povo*, 10 de agosto de 1971. p. 10

<sup>334</sup> *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1972. p.5.

<sup>335</sup> *Idem*.

cedo ou mais tarde os despertem à realidade – o terrorismo nada constrói, tudo destrói.”<sup>336</sup>

A reportagem reproduz a missiva que teria sido escrita por Souza ao diretor do presídio onde se encontravam. Nesta, ele ressaltava que, “após momento de profunda meditação”, chegou à conclusão de que a participação em organizações “subversivas” não levava a nada de positivo e qualificou as idéias que antes defendia de “absurdas”. Apesar disso, é interessante notar que Souza declarou não ter nenhuma crítica a fazer aos seus antigos companheiros, lançando apenas questionamentos em relação à apropriação do dinheiro arrecadado em ações armadas por alguns militantes, denúncia bastante comum na época:

“Entretanto, não faria aqui, ou melhor, não tenho nenhuma crítica a fazer aos militantes que tive a ocasião de conhecer, uma vez que os conheci por pouco tempo. Se a dúvida conduz à verdade, portanto, fica em dúvida quanto aos companheiros que se beneficiam pessoalmente de valores expropriados.”<sup>337</sup>

Também foi transcrita na matéria a carta que Newton Moraes teria escrito a seus pais:

“Prezados pais. Sinto tê-los decepcionado profundamente em seus propósitos quanto a mim. Espero que o golpe não tenha sido muito rude. Quanto a mim, tudo bem. O tratamento não é nem de longe aquele que apregoavam aí fora. Estou sendo bem tratado em relação ao que fiz. Contudo, ao fazer essas coisas, fiz com boas intenções. Não se preocupem e me desculpem pela besteira que fiz depois de tanta confiança que os senhores depositaram em mim. Dêem um abraço na Júlia e diga a ela que me desculpe também. Um abraço do seu filho Newton.”<sup>338</sup>

A carta, se comparada a outras declarações de militantes, e mesmo a missiva de Milton Campos de Souza, teve poucas características de uma “retratação”. Moraes afirmou apenas que teria recebido um bom tratamento na prisão, “bem longe do que apregoavam aí fora”; não fez críticas a outros companheiros, apelo aos jovens ou elogios ao governo, como era comum nos demais depoimentos.

Em julho do mesmo ano, os presos políticos da Penitenciária de Linhares (MG) redigiram um documento denunciando os maus tratos a que eram submetidos. Dentre os

---

<sup>336</sup> *Correio do Povo*, 21 de maio de 1971, p. 5.

<sup>337</sup> *Idem*. Este tema será discutido ao longo do presente capítulo. Note-se que a carta reproduzida no jornal utiliza a expressão “valores expropriados”. A palavra expropriação era comum no vocabulário das organizações armadas, mas não utilizada pelo governo e pela grande imprensa, que se referiam a este tipo de ação como assaltos, caracterizando-a como atos de banditismo.

<sup>338</sup> *Idem*.

signatários desta denúncia, estavam justamente Moraes e Souza. Nesta época, o jornal clandestino *Venceremos*<sup>339</sup>, da ALN, publicou uma carta de Moraes, na qual ele afirma que não se arrependia de sua militância e que as declarações anteriores foram uma farsa montada pelos órgãos da repressão:



*Venceremos*, número 3 – junho/julho de 1971 – Brasil.

---

<sup>339</sup> A publicação *Venceremos* era produzida pela ALN e circulou entre os anos de 1971 e 1972.

## DITADURA SEM-VERGONHA MENTE

No dia 21/5/71 a imprensa publicou uma nota do governo afirmando que os guerrilheiros da A.L.N. MILTON CAMPOS DE SOUZA e NEWTON MORAIS teriam se arrependido na prisão pela participação na luta pela Libertação Nacional.

Vamos nos restringir à transcrição da verdadeira isolaração do Guerrilheiro NEWTON MORAIS diante da farsa montada pela ditadura para desmoralizá-lo. Esta declaração consta do depoimento do guerrilheiro e o mesmo fez questão o juiz a inserisse no depoimento:

"Companheiros!

"Venho com esta declaração reiterar minha posição de militante e revolucionário da ALN, sendo portanto partidário da derrubada da ditadura militar fascista por meio da Luta Armada e, conseqüentemente, da instauração de um regime popular.

"Companheiros, em nenhum momento vacilei quanto à validade de nossa luta, nem de nossos ideais revolucionários.

"Companheiros, estou sendo vítima de uma trama desta ditadura que, pela falsificação de um bilhete meu à minha família, lançou a calúnia na imprensa escrita e falada, do meu repúdio à Guerra Popular Revolucionária.

"Companheiros, a única justificativa que admito para esta farsa é que não conseguindo provas jurídicas para me assassinar "legalmente", a ditadura busca lançar na opinião pública o fato de que talvez não me condene por causa do meu "arrependimento", buscando com isto acobertar mais um crime da polícia contra o povo.

"Companheiros, achei meu dever de revolucionário esclarecer este fato, para que o mesmo seja divulgado a título de contra-informação no seio dos revolucionários, contra esta odiosa campanha de calúnias da ditadura militar fascista.

"Companheiros, se dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria pela Revolução Popular Brasileira.

"Companheiros, até a vitória final e sempre, revolucionariamente,

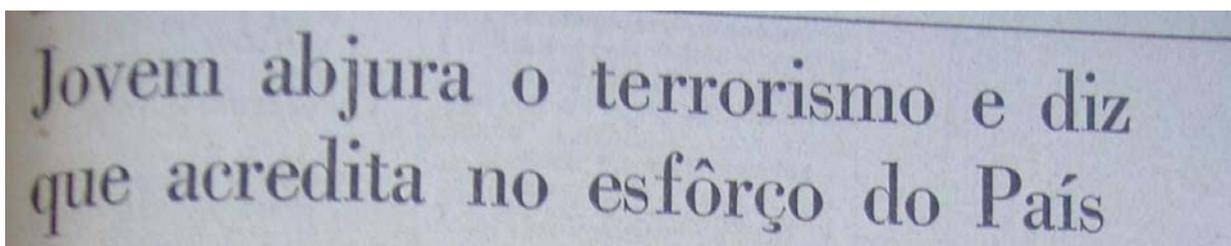
Newton Moraes (militante da ALN)

"Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil".

Pelo texto acima percebe-se a forma safada como a ditadura pretende desmoralizar os revolucionários perante a opinião pública. Essa desfaçatez dá a medida do desespero da ditadura: tem de recorrer a esses métodos baixos para tentar retardar uma vitória que é certa, a dos guerrilheiros que lutam pela Libertação Nacional e contra os exploradores de toda a linha.

Moraes, na carta dirigida aos seus companheiros da ALN, reafirma sua posição de militante revolucionário e acusa a ditadura de construir uma “farsa” em torno de seu *arrependimento*.

No entanto, em 15 de dezembro, o *Correio do Povo* publicou a notícia de que Moraes, “para quem o promotor Joaquim Simeão de Faria pediu a pena de morte”, havia sido julgado e condenado a 15 anos de prisão. A matéria afirmava que o pedido tinha sido retirado “por falta de documentação concisa para enquadrar o terrorista no artigo 32 da Lei de Segurança Nacional.”<sup>340</sup> Dias depois, as autoridades divulgaram informações e documentos relativos à “campanha contra o Brasil de autoria de terroristas presos na Penitenciária de Linhares” na imprensa. Junto ao noticiário, foi publicada uma carta do referido militante, contando “como foi iniciado política e ideologicamente.” Suas declarações ganharam mais uma vez as páginas dos jornais, como mostra a manchete do *Correio do Povo*:



*Correio do Povo*, 21 de dezembro de 1971, p. 25

A reportagem afirma que, em 2 de agosto de 1971, ele encaminhava carta ao Juiz Auditor da Auditoria de Juiz de Fora, desmentindo ter sido vítima de qualquer tortura, e que assinou o documento divulgado pelo jornal *Venceremos* sob coação. Prossegue a fonte: “A atitude de Newton merece a atenção de todos os brasileiros, porquanto revela o processo indigno no preparo de denúncias caluniosas no interior das prisões, depois transformadas, no exterior, em matéria difamante contra o Brasil e o seu povo.” A reportagem ressalta também que o militante “tem sido vítima dos terroristas na prisão desde o dia 21 de maio de 1971, quando toda a imprensa do país publicou a carta que endereçou a seus pais”. Assim, a repressão formulou uma explicação para a assinatura de Moraes no documento dos presos da Penitenciária de Linhares – a coação dos companheiros - e reiterou que ele era um *arrependido*. Percebe-se, neste caso, mecanismos de informação e contra-informação tanto por parte do regime quanto dos grupos revolucionários. Afinal, a disputa em torno do *arrependimento* de Moraes remetia a uma questão muito maior: a imagem do Brasil no

<sup>340</sup> *Correio do Povo*, 15 de dezembro de 1971, p. 5

exterior.

Através dos depoimentos dos *arrepentidos*, o governo procurava mostrar, portanto, que não havia maus tratos ou práticas de tortura aos opositores do regime, incluindo aqueles que haviam enveredado pela luta armada. As denúncias, segundo as agências governamentais e determinados setores da sociedade, faziam parte de uma campanha de difamação e eram “obra de maus brasileiros”. Quem melhor do que os *arrepentidos*, que conheciam de perto esses “maus brasileiros” e já haviam estado nos “porões”, para confirmar e legitimar o discurso oficial?

## 2.2 “Os maus brasileiros”- A tentativa de desmoralização das organizações de esquerda

“Não me recordo, confesso, de um só ato praticado pela organização em respeito à pessoa humana, em benefício do povo, em defesa dos interesses da Pátria. Antes pelo contrário: é o desrespeito pelo desrespeito, é a traição pela traição, é o crime pelo crime.”

Gersino Saraiva Maia<sup>341</sup>

Como já mencionado anteriormente, o governo promoveu uma série de campanhas no sentido de desmoralizar e desacreditar as organizações de esquerda. Com as declarações dos *arrepentidos*, o regime buscava minar possíveis simpatias e apoios que os grupos armados pudessem angariar na população em geral, além de desestabilizar internamente estes grupos.

Os depoimentos orientavam-se no sentido de negar o caráter político destas organizações. Quando a questão política entrava em questão, questionava-se a viabilidade do projeto revolucionário. As ações e estratégias dos grupos eram caracterizadas como violentas e perigosas. Seus líderes eram constantemente desqualificados; afirmava-se que estavam a serviço de terceiros, que se serviam de jovens ingênuos e idealistas para conquistar seus objetivos perversos, que eram autoritários e esbanjavam o dinheiro das organizações, entre outras acusações que variavam da crítica ideológica à crítica moral. As imagens e palavras abaixo revelam parte desta estratégia:

---

<sup>341</sup> *Folha de São Paulo*, 20 de julho de 1971. p. 6. “Jovem pernambucano repudia o terrorismo em carta ao ministro”.

# Terroristas queriam destruir Petrobrás

Reportagem sobre as declarações de Celso Lungaretti. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1970. p. 7.

# Lamarca pretendia duelar a bala com um delegado

*Correio do Povo*, 14 de julho de 1970. p. 5. Ainda explorando as declarações de Lungaretti.

# Ex-Subversivo Diz Que Terroristas Objetivam Somente Roubar e Matar

*Correio do Povo*, 18 de junho de 1971. Capa. Trata da retratação de José Barros Oliveira.



Reportagem de capa anunciando o depoimento de Reinhold Amadeu Klement. *Zero Hora*, 23 de abril de 1971.



Foto-legenda sobre o *arrepentimento* de quatro integrantes da VAR-Palmarens, de Goiás. É interessante a fotografia apresentada, na qual os jovens aparecem sorrindo e bem a vontade.

*Correio do Povo*, 22 de agosto de 1970. Capa.

Nestas manchetes, estão presentes diversos elementos utilizados para combater as organizações armadas, ferindo sua reputação e desqualificando seus propósitos: denúncias de que as mesmas não tinham objetivos políticos e só pretendiam “roubar e matar”; de que seriam capazes até de destruir um dos maiores símbolos da grandeza nacional, a Petrobrás; de que seus líderes, como Lamarca, eram fanáticos e estavam dispostos a tudo para tomar o poder e tornarem-se heróis; de que os métodos destas organizações eram extremamente violentos, idéia contraposta ao slogan: “a violência não constrói.”

Nos depoimentos dos *arrepentidos* em relação a suas experiências na luta armada veiculados pela imprensa da época, destacam-se três aspectos bastante recorrentes: a denúncia da ligação dos grupos de esquerda com o movimento comunista internacional; a tentativa de associar a luta armada com o uso de drogas e atentados à moral e aos bons costumes; e a crítica aos líderes, vinculada à exploração de conflitos e problemas internos entre as organizações e seus militantes. Tais questões passarão a ser discutidas nas páginas que seguem.

### 2.2.1 “A doutrina alienígena” – O Comunismo

“Ficais atentas, porque continuam nas mais diversificadas formas os alaridos das cassandras comunistas, aves agoureiras da traição, travestidas de águias da democracia que se apresentam acobertadas de falso nacionalismo como defensores do bem-estar social das classes menos favorecidas ou pobres, mas que não passam de pregoeiros da corrupção da juventude estudantil nos seus mais variados aspectos, do terrorismo e da subversão, sob a influência nefasta do comunismo internacional que se aproveita de homens ambiciosos, arrogantes, egoístas, blasfemadores, desafeiçoados à terra em que nasceram, sem domínio de si, maus brasileiros desvairados e aventureiros que servem à expansão daquele inimigo externo visando destruir às nossas instituições nacionais.”

General Humberto de Souza Melo<sup>342</sup>

Na campanha contra as organizações que combatiam o regime militar, um dos pontos mais destacados era a suposta ligação destas com o comunismo internacional, cuja intenção,

---

<sup>342</sup> Mensagem enviada pelo General Souza Melo, Comandante do II Exército, às senhoras da “União 19 de Março”, nas comemorações pelo 7º Aniversário da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1971. *Folha de São Paulo*, 20 de março de 1971. p. 3. A “União 19 de março” era uma entidade formada por um grupo de mulheres paulistas que iniciou os trabalhos para a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em março de 1964. Este movimento, organizado fundamentalmente por setores do clero e entidades femininas, no início de 1964, consistiu em uma série de manifestações públicas, sendo a principal aquela ocorrida em São Paulo, no dia 19 de março do mesmo ano. Seus participantes procuravam sensibilizar a opinião pública e os setores da classe média, temerosos da ameaça do comunismo, contra as medidas adotadas pelo governo de João

conforme as notícias publicadas pela grande imprensa, seria derrubar o governo brasileiro e transformar o país em um Estado comunista. O comunismo surgiu então como uma “doutrina alienígena”, ou seja, estrangeira, que buscava se espalhar na sociedade brasileira, utilizando-se de métodos vis e contrários à “boa índole” nacional.

Rodrigo Patto Sá Motta, no seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, afirma que a conceituação do comunismo como “doutrina alienígena” remonta ao período compreendido entre 1917 e 1930, quando tal doutrina era geralmente encarada por seus adversários como uma ameaça remota, um problema que tinha mais a ver com a realidade do Velho Mundo do que com a dinâmica política desta parte do continente americano: “Nesse contexto, elaborou-se a formulação do comunismo apresentado como idéia alienígena, distante da realidade e das aspirações dos brasileiros (...).”<sup>343</sup> Ainda assim, havia receios de que atividades revolucionárias ocorressem por aqui. A partir de 1930, no entanto, o quadro começa a se transformar e o comunismo passa a ser visto, cada vez mais, como uma ameaça interna.

Em sua análise, Motta discute algumas questões relacionadas ao nacionalismo<sup>344</sup>, afirmando que este se constituiu como uma importante matriz do anticomunismo brasileiro, assim como o cristianismo e o liberalismo. Para os nacionalistas, os comunistas seriam elementos prejudiciais pois instigavam a divisão do próprio corpo nacional, à medida que insuflavam a luta de classes. Os últimos eram criticados também por suas posições internacionalistas, ancoradas na idéia de que os trabalhadores não tinham pátria e que “seu destino seria revolucionar o mundo”; como essa esperança se frustrou, diziam seus inimigos, “o internacionalismo comunista passou a significar a defesa da verdadeira pátria, a União Soviética.”<sup>345</sup> Tal postura era execrada pelos nacionalistas, que viam nela a subordinação do Brasil aos interesses de um país estrangeiro. Nesta perspectiva, os comunistas serviam como agentes de uma potência estrangeira, o que os tornava traidores do Brasil. Assim, as idéias defendidas pelos “vermelhos” não teriam relação alguma com a realidade nacional e seriam incompatíveis com a alma e o caráter do brasileiro.<sup>346</sup> Segundo o autor:

---

Goulart. MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. IN: ABREU, A. et.al. (coord.), op. cit., p. 3551 – 3552.

<sup>343</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 6.

<sup>344</sup> O autor chama a atenção para o fato de que o “nacionalismo” que serviu de base aos anticomunistas brasileiros tem sua origem em modelos elaborados no século XIX, que se fundamenta na visão da nação como conjunto orgânico, “unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo enfatiza a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização.” Idem, p. 29.

<sup>345</sup> Idem, p. 30-31.

<sup>346</sup> Idem, p. 32.

“No conjunto, a argumentação nacionalista convergiu para uma condenação peremptória. Uma vez que ameaçava a unidade nacional por meio do estímulo às lutas de classes, vinculava-se a uma potência estrangeira (e/ou a uma conspiração internacional) e constituía-se num fenômeno eminentemente estrangeiro, o comunismo só poderia significar uma coisa: era uma ameaça à pátria. O comunismo habitava os pesadelos dos conservadores, à medida que representava o fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação. Ele era a personificação do estrangeiro, do alienígena, em uma palavra, do ‘outro’.”<sup>347</sup>

Nos pronunciamentos de representantes e apoiadores do governo brasileiro após o golpe de 1964, estas representações foram reatualizadas e enfatizadas. O discurso anticomunista, já presente na sociedade brasileira nas décadas anteriores, foi “adaptado” e utilizado para combater as organizações de esquerda. Afirmava-se que este “outro” buscava se “infiltrar” em nossa sociedade, o que ameaçava a soberania que se tentava construir. Tais significados negativos conferidos ao termo comunismo apareceram freqüentemente nos depoimentos das autoridades e dos *arrepentidos*. Anunciar que determinado grupo ou indivíduo estava “a serviço” do comunismo, significava dizer, naquele momento, que a sociedade brasileira estava ameaçada por inimigos externos e seus agentes internos.

Já no documento lançado pelo primeiro grupo de *arrepentidos*, este ponto foi abordado. Na “Carta Aberta ao Jovem Brasileiro”, os militantes afirmaram:

“Recentemente no Brasil, seitas têm surgido com as mais variadas e descabidas ‘linhas’ políticas, afirmando-se autônomas e independentes de qualquer matriz externa. Mentira: a mais deslavada e crua das mentiras. Na verdade não existe no Brasil, qualquer grupo político de esquerda que (consciente ou inconsciente) deixe de servir ao jôgo dos interesses ‘extra-nacionais’. Iludam ou sejam iludidas, todas estas seitas não passam de meras marionetes do ‘exterior’.”<sup>348</sup>

Segundo o referido documento, todas as organizações de esquerda atuantes no país estavam a serviço de interesses estrangeiros, ainda que algumas o fizessem de forma inconsciente. Recorrentemente, anunciava-se o envolvimento e a subserviência dos grupos brasileiros que lutavam contra a ditadura às ordens vindas da China, Cuba ou União Soviética. Tais países eram apresentados como um bloco coeso, omitindo-se suas divergências. A entrevista concedida por Massafumi ao repórter da TV Tupi, Almir Guimarães, e exibida no *Telejornal Ultra-Notícias do Dia*, em sua edição de 2 de julho de 1970, expressa essa

---

<sup>347</sup> Idem, p. 34.

<sup>348</sup> Fonte: APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento nº. 6801. Folha 3.

associação que se buscava evidenciar:

[Almir] – “Trace rapidamente, para os nossos telespectadores, o perfil de Lamarca. Era um líder autêntico ou um homem a serviço de terceiros?”

[Massafumi] – (pausadamente) “Um homem a serviço de terceiros. Agora, que terceiros é que são elas.”

No final da entrevista, o repórter insiste:

[Almir] – “Esta pergunta é a última mesmo: Lamarca mantinha contato com Moscou, Pequim ou Cuba?”

[Massafumi] – “Esse é um problema também a ser entregue primeiro, em primeiro lugar, à justiça brasileira.”<sup>349</sup>

Independente da linha político-ideológica seguida pela organização, qualquer influência comunista era considerada extremamente perigosa. Neste sentido, é revelador o depoimento de Hans Rudolf Manz:

“Seja a subversão orientada por Havana, Moscou ou Pequim, toda ela visa o fim de aguilhoar o povo e submetê-lo aos interesses da ditadura comunista. Pouco importa o método que aplicam; todos visam o mesmo fim! [...] O terrorismo bandoleiro, assassino e criminoso, encampado pelos que seguem a orientação de Fidel Castro e que querem submeter o Brasil à ditadura feroz dos apologistas do ‘paredon’, segue a filosofia marxista-leninista! Os teleguiados de Moscou, o Partido Comunista Brasileiro com sua farsa intitulada de ‘linha pacífica’, visa os mesmos fins do terror. Quer submeter o Brasil a uma camarilha burocrata, impiedosa, seguidora e aplicadora do marxismo-leninismo. Também o Partido Comunista do Brasil, apregoador dos pensamentos de Mao Tse –Tung, segue os mesmos fins e abraça a filosofia marxista-leninista. Qualquer agrupamento de esquerda radical ou partido comunista ambiciona a destruição da democracia e da liberdade, diferem na aplicação de métodos, mas seguem os mesmos fins.”<sup>350</sup>

Como se sabe, as organizações que pegaram em armas contra o regime possuíam inúmeras divergências quanto ao caráter da revolução brasileira, às estratégias a serem seguidas e mesmo em relação à aceitação (ou não) dos modelos internacionais.<sup>351</sup> Estas divergências eram extremamente significativas para os militantes e deram origem a discussões

---

<sup>349</sup> Entrevista de Massafumi Yoshinaga ao jornalista Almir Guimarães. *Telejornal Ultra-Notícias do Dia* – TV TUPI. Edição de 2 de julho de 1970. Acervo: Cinemateca Brasileira.

<sup>350</sup> *Folha do São Paulo*, 5 de novembro de 1970, p. 4. É interessante a crítica ao PCB contida nas declarações de Manz. Afinal, este Partido havia optado por uma linha de enfrentamento “pacífico” com a ditadura, condenando formalmente o enfrentamento armado.

<sup>351</sup> Sobre essas divergências ver, entre outros: REIS FILHO e SÁ, op. cit.; RIDENTI, *O fantasma da revolução brasileira*, op. cit. e GORENDER, op. cit.

teóricas e estratégicas que acarretaram uma série de divisões internas e disputas entre diferentes grupos. O depoimento de Manz procura demonstrar, no entanto, que independente da linha política seguida pelas organizações, ou das relações que estas estabeleciam com as diferentes experiências comunistas internacionais, todas visavam a destruição do “modelo democrático” brasileiro. Desconsiderando tais diferenças, homogeneizava-se o “inimigo”, potencializando-se assim a sua ameaça. Para impedir que essa ameaça tomasse conta do país, todos os esforços eram necessários. Como afirmou o Almirante Silvio de Magalhães Figueiredo, do 6º Distrito Naval, em solenidade comemorativa ao Dia do Marinheiro, no mês de dezembro de 1971:

“Devotamos a nossa permanente vigília d’armas para assegurar que as cores de nossa bandeira continuarão hoje e sempre, a ser verde, amarela, azul e branco, sem qualquer tonalidades oriundas dos quadrantes dos ventos da esquerda soprados em nuances do roseo ao vermelho.”<sup>352</sup>

A denúncia de que os projetos dos grupos de esquerda eram “estranhos” ao país foi largamente empregada. Este discurso contribuiu para construir uma idéia de distanciamento das organizações de oposição em relação às questões nacionais. De acordo com tal concepção, estes grupos estariam buscando aplicar no Brasil um sistema político e econômico desvinculado de nossas necessidades e anseios, que não “combinava” com a cultura e com os sentimentos do povo brasileiro (e nem mesmo com as cores de nossa bandeira!).

Os militantes comunistas eram retratados sempre de forma negativa; para compor essa imagem utilizava-se uma série de adjetivos desabonadores, como mostra a epígrafe do presente subcapítulo: *ambiciosos, arrogantes, egoístas, blasfemadores, desafeiçoados à terra em que nasceram, sem domínio de si, maus brasileiros desvairados e aventureiros*. Os comunistas, assim, personificavam tudo o que de pior que havia na sociedade. As experiências comunistas existentes também eram duramente criticadas, inclusive com a transmissão pelos meios de comunicação de notícias negativas sobre a “realidade” política e social destes países, principalmente da União Soviética.

No seu depoimento, Manuel Henrique Ferreira afirmou, em consonância com essas imagens, que os chefes mantinham um clima de fanatismo dentro da organização da qual participava, levando os militantes a matar inocentes, baseados na “idéia marxista de que ‘os fins justificam os meios’”. Disse Ferreira:

---

<sup>352</sup> *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 1971. p. 8.

“Esse modo de agir, aliás, é muito próprio dos regimes comunistas. Basta comparar os poderosos Partidos Comunistas dos países totalitários, isolando suas sociedades dos meios de comunicação eternos e criando padrões obrigatórios de comportamento, com o embrião que pensam estabelecer no Brasil. Aqui, os chefes, os ditos intelectuais avançados, os doutrinadores, traçam as diretrizes que lhes convém, de modo a ficar bem com seus padrões chineses ou cubanos, mesmo que elas impliquem em violentar os sentimentos, a moral ou o físico dos que são obrigados a cumpri-las.”<sup>353</sup>

Em um dos últimos episódios de retratação, protagonizado por Gay da Cunha em 1975, as declarações centraram-se na desmoralização do Partido Comunista Brasileiro. Na reportagem sobre o episódio, Cunha, que foi um dos mais atuantes militantes do PCB no Rio Grande do Sul, denunciou um esquema de repasse ilegal de dinheiro vindo da Argentina para o PCB. Ao negar-se a participar de tal “acordo”, teria sido desligado do Partido ainda em 1949. Ao falar de sua trajetória política, fez o seguinte balanço:

“Esse é o perfil exato do PC: usa os indivíduos, os exalta, aproveita heróis e mártires nos momentos oportunos e quando um homem, com suas atitudes humanas, honestas e de dignidade, mostra que sem eles e apesar deles pode constituir família e continuar digno do seu passado político, sem envergonhar-se do que fez porque tudo o que fez foi de peito aberto, pensando na felicidade de sua pátria e de seu povo, então sobra a última arma, a traição e a insidia para destruírem esse homem no que ele tem de mais caro.”<sup>354</sup>

Seu depoimento, além de ser utilizado como “prova” da ligação do PCB com o exterior, consubstanciada no repasse ilegal de dinheiro, também buscava evidenciar a desilusão do militante com o Partido e seu sentimento de ter sido traído pelos antigos companheiros.

Expunham-se, assim, as características que seriam intrínsecas aos comunistas: a prática da corrupção, da traição à Pátria e da perfídia. Representavam, sem dúvida, um grande perigo!

Segundo Néelson Jahr Garcia, o objetivo final atribuído pela propaganda oficial ao comunismo era a tomada do poder. Para atingir tal fim, os defensores dessa doutrina adotavam uma série de táticas intermediárias. Suas ações visavam enfraquecer a sociedade, a fim de neutralizar suas defesas contra o ataque final. Fazia-se então necessário solapar os valores morais, abalar a família, desmoralizar as instituições.<sup>355</sup> São estas as questões que serão discutidas agora.

---

<sup>353</sup> *Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1971. p. 4.

<sup>354</sup> *Zero Hora*, 31 de março de 1975. p. 12.

## 2.2.2 “A Pátria ameaçada” - Os atentados à moral e aos bons costumes

“O comunismo instila sutilmente veneno para desintegrá-la (a sociedade). Mina a família através da desenfreada propaganda do sexo, do amor livre e da obscenidade. Penetra na escola e difunde o tóxico para desfibrar a juventude. Procura dilacerar a severidade dos costumes através do teatro, do cinema, do rádio e da televisão. Espalha suas publicações por todas as livrarias.”

Alfredo Buzaid,<sup>356</sup>

Nas campanhas para desacreditar as organizações de esquerda, podemos perceber a associação das perspectivas da segurança nacional com demandas da moral. Frequentemente, buscava-se associar as organizações com o uso de drogas e com atentados à moral e aos bons costumes. Os aparelhos eram mostrados como lugares onde o consumo de tóxicos e a promiscuidade sexual constituíam atividades comuns. Os *arrepentidos* poderiam dar legitimidade a estas representações construídas pelo regime, em função de suas vivências na clandestinidade. Neste sentido, na entrevista concedida à revista *Manchete*, intitulada “Terroristas do Brasil ouvi-me”, ao falar sobre uma reunião de sua ex-organização, Lungaretti contou que

“Ficamos 20 dias enclausurados naquela casa de um sítio em Teresópolis. Horrorizou-me tudo quanto vi. Bebedeiras, farras, adultérios, tóxicos, brigas vergonhosas, bofetões e até tiros. Foi um espetáculo triste de baixez moral, de calúnias degradantes, de xingamentos recíprocos e de ambições desregradas.”<sup>357</sup>

As palavras escolhidas para descrever o cotidiano daquele grupo, como “bebedeiras, tóxicos e adultério”, vêm carregadas de negatividade e são perpassadas por um julgamento moral que, se ainda hoje pode ser percebido, naquele momento possivelmente estava ainda mais enraizado na sociedade brasileira. Para compreender tal julgamento, é necessário refletir sobre uma série de transformações sociais e culturais em curso no período, as quais atingiam padrões de comportamento e convenções sociais.

Após a década de 1950, podem ser verificadas uma série de mudanças na estrutura familiar em grande parte do mundo ocidental. Segundo Hobsbawm, a crise da família estava relacionada com transformações bastante dramáticas nos padrões públicos que governavam a

---

<sup>355</sup> GARCIA, N., op cit, p. 92.

<sup>356</sup> Discurso pronunciado pelo Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, na Escola Superior de Guerra, em 1972. ABREU, J., op cit, p. 134.

<sup>357</sup> *Manchete*, 1º de agosto de 1970. p. 130. É interessante que, ao ver a referida reportagem durante nossa entrevista, o ex-militante comentou que jamais “teria dito uma frase como aquela” (do título).

conduta sexual, a parceria e a procriação. As referidas mudanças, tanto oficiais como não-oficiais, coincidiram com as décadas de 1960 e 1970, transformando este período em um momento de extrema liberalização, tanto para os heterossexuais, sobretudo para as mulheres, quanto para os homossexuais. Dentre estas transformações, podemos mencionar a legalização do divórcio, a venda de anticoncepcionais e informações sobre o controle da natalidade, e mesmo a legalização do aborto em alguns países.<sup>358</sup> Além disso, como afirma Rodeghero, “a participação da mulher no trabalho, no estudo, na política e na definição de novos comportamentos, estão na base da revolução cultural que ocorreu a partir daí (...).”<sup>359</sup> Uma série de valores foram questionados e novas idéias foram difundidas, principalmente pelos meios de comunicação de massa, que experimentavam um momento de expansão e modernização. De acordo com a autora:

“Essas mudanças fortaleceram o triunfo do indivíduo sobre a sociedade e foram sentidas mais profundamente pelas famílias e pelas Igrejas tradicionais, na medida em que a libertação feminina e o divórcio romperam com os tradicionais papéis reservados às mulheres, notadamente com aquele de guardião dessas duas instituições.”<sup>360</sup>

Para os setores mais conservadores, essas transformações representavam o caminho da degradação moral da sociedade e da negação dos costumes e valores cristãos. Além disso, muitos associavam tais mudanças com as idéias comunistas. Conforme Motta, dentre o arco de representações que compõe o imaginário anticomunista, a temática moral ocupou um papel de destaque, tendo contribuído fortemente para o sucesso das campanhas contra essa doutrina. Neste caso, a influência do discurso religioso mostrou-se marcante, uma vez que os comunistas foram apresentados como inimigos da moralidade cristã.<sup>361</sup>

Discursos relacionados com a moralidade foram frequentes nas declarações dos *arrepentidos*. Segundo reportagem publicada no *Correio do Povo*, o ex-militante José Gercino Saraiva Maia teria afirmado em depoimento que um dos pontos mais marcantes de sua experiência de três anos em aparelhos do PCBR foi a “degradação moral dos jovens comprometidos com a subversão, principalmente de môças que vivem como amantes de vários indivíduos.” A reportagem continuava dizendo que “por se sentir marginal, o subversivo passa a romper com todos os laços morais e uma constante nos ‘aparelhos’ são os

---

<sup>358</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 316.

<sup>359</sup> RODEGHERO, op. cit., p. 61.

<sup>360</sup> Idem.

<sup>361</sup> MOTTA, op. cit., p. 62.

estoques de pílulas anticoncepcionais e quando estas falham o aborto é feito.”<sup>362</sup>

Nesta citação, podemos perceber uma série de questões morais associadas às já referidas transformações pelas quais passava o mundo ocidental naquele período, como o uso de pílulas anticoncepcionais, o aborto e o sexo ou amor livre. Portanto, as “confissões” de tais militantes vinham claramente ao encontro das concepções de setores conservadores da sociedade brasileira.

O apelo moral existente mostra-se ainda mais intenso quando se refere às mulheres militantes, geralmente descritas de forma pejorativa, como nas declarações de Luiz Carlos Campos. Este, ao falar das “moças” militantes, conclamava os jovens a não se iludirem com “as palavras bonitas das moças da subversão, elas são criaturas hoje abandonadas pela família”, que “vivem em aparelhos com os demais, sendo usadas como mulher para os atos sexuais, usadas por qualquer companheiro da organização.” Campos fez também um apelo às moças do Brasil: “Moças, não te (sic) iludas, vocês será (sic) somente um instrumento mais em uso para eles. [...] Passarão a viver escondidas, com medo de serem presas, dormindo hoje aqui, amanhã não se sabe, quando muitas vezes tendo saído só com a roupa do corpo.”<sup>363</sup>

Outro exemplo é a reportagem “Os órgãos de segurança e os próprios terroristas estão à caça de Lamarca”, na qual foi publicada uma ficha distribuída pelos órgãos de segurança relativa à Iara Iavelberg, então companheira do ex-capitão do Exército:

“‘Yara Yavelberg – Amante de Lamarca’, era casada em São Paulo com um médico, que desquitou-se dela ao surpreendê-la, 6 meses após o casamento, em uma ‘festinha’ com estudantes, entre os quais encontrava-se Carlos Alberto Soares de Freitas, ‘Breno’, do Comando Nacional da VAR-Palmares (foragido), seu primeiro amante. Conheceu Lamarca nos quadros do terrorismo, através de ‘Breno’, e, após algum tempo, passou a viver com ele maritalmente. (...)”<sup>364</sup>

Esta “descrição” da vida de Iara conjuga uma série de elementos percebidos como negativos no pensamento dos setores conservadores da sociedade brasileira do período: o fato dela ser divorciada, a acusação de que o divórcio teria sido causado por seu adultério e sua qualificação de “amante”, palavra indicativa de relações extraconjugais, geralmente passageiras, portanto “imorais”. Nesse sentido, “Breno” era citado como seu primeiro amante, o que sugeria a existência de outros, inclusive Lamarca.

Outro ponto interessante é que, segundo a ficha, Iara teria conhecido o “Capitão” nos

---

<sup>362</sup> *Correio do Povo*, 10 de junho de 1971. p. 8.

<sup>363</sup> *Correio do Povo*, 26 de maio de 1971. Capa e página 23. *Folha de São Paulo*, 27 de maio de 1971, p. 6.

quadros da “subversão”, através de Breno. Assentadas em concepções socialmente dominantes que atribuíam às mulheres um comportamento passivo, mensagens oficiais e notícias na imprensa comumente afirmavam ou insinuavam que as militantes engajavam-se no “terror” levadas por alguém, em geral familiares ou namorados, do sexo masculino, pois seriam incapazes de tomar tal decisão sozinhas. Novamente, percebe-se que o regime buscava encontrar eco no conservadorismo impregnado em diversos setores da sociedade brasileira.<sup>365</sup>

\* \* \*

No que se refere às drogas, as reportagens veiculadas na imprensa da época afirmavam que estas eram utilizadas de forma recorrente pelos dirigentes comunistas como modo de *aliciar* os jovens às suas organizações. Depois que estes já estivessem “corrompidos”, o *tóxico* serviria para mantê-los sempre dependentes, pois eles fariam qualquer coisa para conseguí-lo. Para Motta:

“A força e a perenidade das representações do comunismo como inimigo da moral revelam-se quando observamos a reação conservadora a um desafio que a ‘revolução cultural’ dos anos de 1960 opôs aos padrões tradicionais: a generalização do consumo de drogas entre os jovens. Coerentes com a crença de que seus inimigos pretendiam solapar os fundamentos sociais da ordem social, alguns setores anticomunistas interpretaram o problema das drogas como mais uma ofensiva revolucionária contra o ‘mundo ocidental’”.<sup>366</sup>

A questão das drogas estava associada, neste sentido, ao problema da segurança nacional. Em notícia publicada na *Folha de São Paulo*, “Os tóxicos no ambiente universitário: simpósio”, constam informações de que a polícia freqüentemente encontrava “tóxicos das mais variadas espécies” nas roupas e aparelhos dos “terroristas”. O chefe do Serviço de Informações do DEOPS/SP explicava também que “o indivíduo que se vicia torna-se presa mais fácil para o terror, pois suas barreiras mentais e morais ficam debilitadas.”<sup>367</sup>

Em seu estudo, Abreu também afirma que, por mais absurdo que isso possa parecer nos dias de hoje, havia quem acreditasse que o consumo de drogas e a luta armada faziam parte de um esquema comunista para corromper a juventude brasileira. Como exemplificação de tal idéia, o autor cita um informe do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), de 17

---

<sup>364</sup> *Folha de São Paulo*, 29 de maio de 1971, p. 4. Sobre a vida de Iara Iavelberg, consultar, entre outros: PATARRA, op. cit.

<sup>365</sup> Sobre estas e outras questões que envolvem a participação de mulheres nas organizações armadas de combate ao regime, consultar: COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. Ver também: FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

<sup>366</sup> MOTTA, op. cit., p. 68.

de agosto de 1970, com o título “Os psicotrópicos: a nova arma da subversão”:

“Atualmente as drogas assumiram características especiais em face da sua nova indicação a serviço da subversão. Muito bem orientados, por quem conhece esses fatos novos na fisiologia orgânica do intoxicado (médicos), os subversivos preparam, principalmente no meio militar e estudantil, eficientes e baratos mercenários para fortalecer o exército dos assaltos, dos roubos e dos seqüestros. Empenham-se em distribuir os psicotrópicos, pois sabem que essas vítimas uma vez ‘condicionadas’ são eternos e eficientes instrumentos de suas ordens absurdas e desumanas. Esses tipos de mercenários são eficientes, porque lutam, heroicamente, sob a ação da ‘heroína’ ou similares e estas lhes suprimem o mais básico dos reflexos: o instinto da auto-conservação vital. Eles não temem a morte, por isso, ‘trabalham’, desprezando até o poder mortífero das balas. Na vida prática, todo atleta teme um adversário dopado. Os ‘condicionados’ são instrumentos permanentes, porque, mesmo não tendo tomado a ‘bolinha’, como são dependentes, sentem necessidade orgânica absoluta, submetendo-se a qualquer condição e oferecendo qualquer retribuição para obtê-las, novamente.

A esses ‘necessitados’ os ‘abnegados’ agentes da subversão fornecem os psicotrópicos, exigindo, apenas, uma ‘pequena retribuição’ que poderá ser o seqüestro de um embaixador, o assalto a um banco ou qualquer outra violência... Os freqüentes assaltos a farmácias com roubo apenas desse tipo de droga, o aumento da juventude psicodélica e o crescente número de viciados, no meio militar (vide Caxias), são provas incontestes desta nova e perigosa arma tática da subversão.”<sup>368</sup>

O informe do Cenimar evidencia a vinculação que se construía entre as drogas e a chamada subversão. Nesta perspectiva, os jovens estariam sendo manipulados através do consumo de “bolinhas”, o qual seria utilizado para explicar a postura voluntarista e corajosa de muitos militantes. Para os autores do informe, esta relação parece óbvia e poderia ser facilmente comprovada.

Por outro lado, há várias evidências de que, dentro das organizações clandestinas, havia críticas severas ao uso de drogas, relacionando-as a uma postura alienada. É interessante o que nos dizem a respeito Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, em artigo sobre a oposição de segmentos da classe média intelectualizada ao regime militar:

“Na segunda metade dos anos 60, os novos comportamentos incluíam crescentemente alguma incursão ao território das drogas: o ‘baseado’, o ‘ácido’ ou o ‘pó’, sobretudo o primeiro. De início, essa não era uma experiência amplamente compartilhada pelos grupos da oposição jovem-classe-média-intelectual. Da mesma forma como a direita civil e a militar os rotulavam de ‘esquerda festiva’, os militantes puros e duros das organizações

---

<sup>367</sup> *Folha de São Paulo*, 22 de fevereiro de 1971. p. 23.

<sup>368</sup> Apud ABREU, J., op. cit., p. 254 – 256.

insurrecionais associavam a maconha e o LSD, para não falar em cocaína, ao ‘desbunde’, ao abandono do compromisso revolucionário. Parece-lhes óbvio que a busca da fruição individual, hedonista, era incompatível com as responsabilidades da militância visando o aniquilamento da ordem burguesa.”<sup>369</sup>

Neste sentido, pode-se perceber que, nas organizações de esquerda, freqüentemente o uso de drogas era associado a uma postura mais individualista e mesmo de descompromisso em relação ao tipo de militância que se desejava naquele momento. Segundo Reis Filho, tais organizações exigiam diferentes virtudes de seus membros: era necessário ter disciplina, entusiasmo, personalidade firme, ser generoso, aberto para o diálogo, modesto, original. Por outro lado, era necessário também reagir aos vícios, à moral burguesa, e desenvolver um trabalho sério no sentido da criação de uma “moral revolucionária”.<sup>370</sup> Assim, verifica-se que as drogas, para alguns grupos e militantes, estavam inseridas em um conjunto de comportamentos considerados pequeno-burgueses, que deveriam ser combatidos pelos revolucionários brasileiros.

### **2.2.3 “Terroristas enganam os próprios companheiros” – As críticas aos líderes e ao funcionamento das organizações que combatiam a ditadura**

- “Eu vim do terror. E se pudesse iniciar esta entrevista com algum apêlo diria logo de saída o seguinte: ‘Terroristas de todo o Brasil, ouvi-me’”

Celso Lungaretti<sup>371</sup>

Naquele início da década de 1970, tornara-se extremamente importante para a propaganda do governo contra os grupos armados desqualificá-los frente a opinião pública, construindo não só uma idéia de que as organizações e seus métodos eram “terroristas”, como também de que a inviabilidade desses grupos e suas propostas era indiscutível. No cumprimento de tal objetivo, um dos pontos fundamentais dizia respeito à desmistificação dos principais líderes das referidas organizações. Lungaretti, em seu depoimento à imprensa da época, narrou um desentendimento que teria ocorrido entre Carlos Marighella e Lamarca, os principais nomes da chamada “subversão”, quando tentavam unir a VPR e a ALN:

---

<sup>369</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. IN: NOVAIS, Fernando (coordenador-geral da coleção.) & SCHWARZ, Lilia Moritz (org. do volume). *História da vida privada no Brasil, vol.4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 405-406.

<sup>370</sup> REIS FILHO, *A revolução faltou ao encontro*, op. cit. “O leque das virtudes”. p. 121 – 123.

<sup>371</sup> *Manchete*, 1º de agosto de 1970. p. 130.

“Foi impossível a união. Marighella queria ficar com tôdas as armas roubadas por Lamarca, que lhe deu apenas a metade delas, e ainda o ameaçou, no meio de uma discussão, de dar-lhe um tiro na bôca. Nós considerávamos Marighella um ambicioso vulgar, carreirista, egoísta, caudilhista e corrupto. Nem por isso, entretanto, sua morte deixou de ser chorada por nós. Afinal de contas, era um aliado.”<sup>372</sup>

Lungaretti afirmava que não havia união entre as organizações, nem mesmo entre os militantes de um mesmo grupo, e que a esquerda chegava quase a “auto-devorar-se”. Ele lançou também uma série de críticas a Lamarca, dizendo inclusive que este pretendia duelar à bala com o delegado Sérgio Fleury.<sup>373</sup> Massafumi, também atacou duramente a VPR e Lamarca:

“Falo como quem viveu dia a dia, passo a passo, juntamente com Lamarca e outros a experiência do terrorismo. Vivi os impactos da clandestinidade que iam desde a notícia da morte de um amigo e companheiro – consequência única do fanatismo que lhe foi instilado - à verificação evidente da impotência política do movimento pelo seu distanciamento do povo e do país, à chantagem econômica que se fazia sobre militantes que queriam abandoná-las, às neurotizantes ‘regras de militância’, etc. Fui testemunha viva da megalomania messiânica dos chefetes, das justificações ‘político-ideológicas’ ao puro bandoleirismo, da corrupção dos ideais... enfim do despropósito em tudo, desde os ideais mais gerais à vida cotidiana. Tenho hoje a firme consciência de que o terrorismo é a mais estúpida e débil forma de ação política e que descambou celeramente para o banditismo desenfreado.”<sup>374</sup>

Além de corroborar o discurso oficial de que as ações dos grupos de esquerda eram criminosas, como evidenciam os termos “bandoleirismo” e “banditismo”, o testemunho de Massa questionava também os mecanismos internos da organização, como as regras da militância, qualificadas por ele de “neurotizantes”. A descrição da vida nos aparelhos e na clandestinidade buscava deixar claro o afastamento dos militantes em relação ao resto da população, e o quanto as organizações estavam isoladas. Esta questão também foi abordada em outros *arrendimentos*. Segundo Rheinold Klement, “a distância cada vez maior da massa, obrigava-nos a ficar encolhidos e espremidos dentro dos limites da organização. Mesmo assim continuávamos falando do povo, como se o povo estivesse ali, para numa hora dada nos estender a mão. Belo engano o nosso.”<sup>375</sup> Roubardario Dinis Valeiro, na mesma linha, fazia um alerta para que os jovens não ingressassem na *subversão*, dizendo:

---

<sup>372</sup> Idem, p. 131.

<sup>373</sup> *Correio do Povo*, 14 de julho de 1970. p. 5.

<sup>374</sup> Fonte: APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta: 30Z160. Documento nº. 6917.

<sup>375</sup> *Zero Hora*, 23 de abril de 1971. p. 2.

“A clandestinidade o levará ao embrutecimento e qualquer sentimento humano que tiver será classificado como ‘desvio pequeno burguês’, e apenas uma personalidade forte o impedirá de se submeter a humilhantes auto-críticas no tradicional rodízio de bodes expiatórios, para justificar a incapacidade dos dirigentes.”<sup>376</sup>

Além de expor estas constatações a respeito do isolamento e da falta de perspectivas dentro dos grupos armados, “comprovando” assim a inviabilidade de seu projeto revolucionário, as mensagens dos *arrepentidos* evidenciavam a intenção de mostrar que seus líderes eram “maus” para os próprios companheiros. Afirmava-se assim que, a fim de garantir a manutenção de seus membros, as organizações utilizavam-se de ameaças, do medo, da pressão econômica, do uso de drogas. Massafumi, em sua *Carta aos Jovens*, declarou:

“Sei também que outros, como eu, tem tido audácia suficiente para reavaliar suas atividades e que, se ainda não fizeram, tal feito se deve mais a receios infundados, à dependência econômica dos grupos, à pressões e promessas das facções ou seja a problemas que dizem respeito mais a uma timidez pessoal que ao nível de suas consciência. Aguardo, destes companheiros, uma iniciativa desprendida e corajosa, confiante que sou, de que há ‘trigo neste joio’.”<sup>377</sup>

Outro exemplo é a reportagem sobre o *arrepentimento* de José Barros de Oliveira, na qual afirma-se que “o regime dos terroristas não oferece nenhuma opção e não dá a ninguém o direito de escolha.” Conforme a matéria, quando Oliveira se deu conta das reais intenções da organização, “aí já era tarde, pois era sempre vigiado e não encontrava possibilidade de abandonar o grupo subversivo.”<sup>378</sup>

Por outro lado, noticiava-se que, se mesmo assim, algum membro quisesse “desertar”, seria punido por um “tribunal revolucionário”, o qual poderia até ordenar sua execução. As notícias acerca deste tribunal eram comuns, e nos depoimentos tal questão foi reforçada. A reportagem “Tribunal revolucionário julga terroristas perdidos à causa”, por exemplo, anunciava que “os terroristas tidos como perdidos para a causa são julgados por um tribunal revolucionário, dentro de suas organizações, com competência para aplicar a pena de morte, cumprida por fuzilamento.”<sup>379</sup> Manoel Henrique Ferreira também afirmou que “ninguém podia recusar uma ordem do comando, sob pena de ser julgado por um tribunal

---

<sup>376</sup> *Folha de São Paulo*, 24 de julho de 1971. p. 4.

<sup>377</sup> Fonte: APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento nº. 6917.

<sup>378</sup> *Correio do Povo*, 18 de junho de 1971. Capa.

<sup>379</sup> *Correio do Povo*, 9 de julho de 1970. p. 8. Ver também: Mais um abandona o terrorismo e diz que subversivos têm tribunal. *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1970. p. 7. Esta reportagem trata do depoimento de Celso Lungaretti, no qual este afirma que os membros, ao pedirem desligamento da organização, eram submetidos a julgamento.

revolucionário, a exemplo do que ocorrera antes, quando houve até mortes.”<sup>380</sup>

É importante problematizar estes julgamentos que eram realizados no interior das organizações de esquerda, levando em consideração que a questão da “traição”, a figura do “traidor”, e até mesmo o medo de “trair”, de não “agüentar”, estavam muito presentes nas vivências dos militantes. Dentro das referidas organizações de combate ao regime civil-militar, adjetivos como *traidor* ou *desbundado* foram utilizados para designar inúmeros “desvios”. Poderiam indicar tanto aqueles que se colocavam contra a luta armada, como os que forneciam aos órgãos da repressão informações sobre seus companheiros e suas organizações. Até mesmo os que abandonaram a militância, seguindo para o exílio, por vezes foram considerados “traidores”.

Mais especificamente no que diz respeito às reações diante da repressão e da tortura, é possível perceber que havia, por parte dos companheiros, uma expectativa em relação à postura do militante que acabava preso. Esta expectativa tendia a aumentar à medida que a repressão também aumentava. Passava-se então a esperar um comportamento “mais firme” por parte dos militantes que “caíam”, porque dele dependia a sobrevivência da própria organização e de seus membros.

Na medida em que nem todos os militantes que eram submetidos à tortura conseguiam atender tais expectativas, abria-se espaço para os julgamentos, nos quais os “réus” muitas vezes foram considerados “traidores” ou “desbundados”. As acusações e o rancor dirigidos àqueles que “abriam”, como foi dito, cresciam ainda mais à proporção que o número de prisões aumentava, causando as chamadas “quedas em cascata” e inviabilizando a continuidade de muitas destas organizações.

Não há dúvidas de que existiam, para os membros de tais grupos, diferentes tipos e graus de “traição”. Embora o termo pudesse ser utilizado de formas variadas, há casos específicos de militantes que prestaram colaboração mais intensa com os órgãos repressivos<sup>381</sup>.

Muitos destes “traidores” foram questionados em sessões de crítica e autocrítica, inclusive dentro dos próprios presídios. Havia também punições mais severas, como a expulsão da organização ou a exclusão do nome do militante das listas de troca de prisioneiros nos casos de seqüestros políticos. Em situações mais extremas nas quais os militantes eram

---

<sup>380</sup> *Correio do Povo*, 14 de julho de 1971. p. 8.

<sup>381</sup> Há casos de militantes que passaram a colaborar nos interrogatórios, participar de sessões de tortura, circular com agentes da polícia na tentativa de identificar possíveis “terroristas”, ou mesmo que se tornaram agentes duplos. O caso mais famoso de um militante que “virou” é o do Cabo Anselmo. Para mais informações, ver: RIBEIRO, Octavio. *Por que eu traí* – Confissões do Cabo Anselmo. São Paulo: Global Editora, 1984.

acusados de prestar serviços ao inimigo, fez-se o uso do chamado justificação revolucionário.

Em relação aos justificações, Ridenti afirma que estes estavam inseridos num contexto no qual, “paralelamente ao desenraizamento social das esquerdas armadas, estreitava-se sua visão do adversário, do inimigo, de seu outro.” Este tornava-se cada vez menos o Estado, a burguesia, o sistema político, e cada vez mais o aparelho repressivo, os torturadores e os supostos traidores no interior de cada grupo guerrilheiro.<sup>382</sup> De acordo com Gorender, houve quatro justificações por traição no período pós-64: dois em 1971 e dois em 1974, sendo que, dentre eles, três foram de responsabilidade da ALN e um do PCBR. O autor afirma que a morte de Joaquim Câmara Ferreira, preso a partir da delação de José da Silva Tavares (*Severino*), disparou na ALN a chamada “Síndrome de Severino”, ou seja, a obsessão com o perigo representado pelos traidores<sup>383</sup>. Em 1971, o militante Márcio Leite de Toledo foi o primeiro a ser morto. Toledo era membro da Coordenadoria Nacional e vinha apresentando um comportamento considerado “duvidoso”. Após a morte de Ferreira, teria sumido por 40 dias e reaparecido sem dar explicações. Depois de “fraquejar” em algumas ações, foi afastado da referida Coordenadoria e os dirigentes lhe propuseram sair do país. Toledo recusou a proposta e solicitou desligamento, pois achava que poderia transferir-se para outra organização. A direção da ALN, no entanto, acreditava que o militante, por conhecer profundamente a estrutura e muitos dos membros do grupo, representava um risco. Na avaliação dos dirigentes, caso ele fosse preso, os estragos seriam imensos. Em decorrência, Márcio foi julgado, condenado e morto. Depois da morte de Toledo, a ALN executou seu militante Carlos Alberto Maciel Cardoso, que, quando preso, revelou à repressão o que sabia. Quando libertado, a ALN o interrogou e ele confessou que tinha negociado entregar um membro da Coordenadoria Nacional. Em 1973, foi morto Francisco Jacques, membro da Resistência Armada Revolucionária (RAN), por ter delatado Merival Araújo, também membro da ALN, que acabou sendo assassinado sob tortura pela ditadura. No mesmo ano, três militantes do PCBR mataram Salatiel Teixeira Rolim, acusado de desviar dinheiro do Partido e de ter aberto o ponto no qual foi preso Mário Alves.

Estes justificações, que também foram publicizados pelo regime para desmoralizar as organizações, causaram inúmeros conflitos dentro das mesmas. Na própria ALN, responsável por três casos, não houve consenso e a punição aplicada deu origem a desentendimentos e

---

<sup>382</sup> RIDENTI, *O fantasma da revolução brasileira*, op. cit., p. 276.

<sup>383</sup> GORENDER, op. cit., p. 238-246.

cisões.<sup>384</sup>

A imprensa da época divulgou algumas reportagens sobre possíveis justificações ou represálias aos militantes *arrepentidos*, que seriam realizadas por integrantes de suas antigas organizações. No dia 10 de julho de 1970, o *Correio do Povo* exibiu a manchete “Polícia teme vingança contra o ex-terrorista”. A notícia falava da libertação de Massafumi, cuja data só seria divulgada posteriormente, “por motivos de segurança, pois teme-se que ele possa ser vítima de vingança de seus antigos companheiros.”<sup>385</sup>

Em relação a esta questão, na entrevista realizada com Massa, Marcos Vinício e Rômulo Fontes por jornalistas de sete emissoras de televisão, transmitida pela TV Tupi no mesmo período, este receio também foi revelado, na pergunta dirigida aos três militantes pelo repórter Marco Antônio Gomes, da TV Record:

“– Bem, eu vou fazer uma segunda pergunta, porque aí nós temos casos distintos. O Massafumi responde a processo em liberdade. O Marcos e o Rômulo estão presos. Vocês estão psicologicamente preparados para esse reingresso na sociedade? Vocês não temem, assim, represálias por parte de seus antigos companheiros?”

A pergunta foi respondida por Marcos Vinício:

“Eu, pelo menos, não me sinto psicologicamente perfeitamente preparado. Resta ver se eu serei apto para ingressar no convívio com a sociedade. Agora, quanto aos chamados antigos companheiros aí, qualquer represália... eu sei que no campo ideológico, no campo das idéias, eu vou enfrentar comunistas, etc, das mais variadas linhas, durante toda a minha vida. Agora, no campo da eliminação física, se eles quiserem partir para uma bobagem desse tipo, acho que corre sob inteira responsabilidade deles, não é, não posso fazer nada para evitar isso, a não ser me precaver. Agora, não vou viver também como um paranóico, a vida inteira. [...] Acho que eles estão, se eles forem um pouquinho inteligentes eles não vão fazer uma asneira dessas.”<sup>386</sup>

---

<sup>384</sup> Para mais informações sobre estes justificações, ver: GORENDER, op. cit.; KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit.; SIRKIS, op. cit. Sobre a repercussão da morte de Toledo na imprensa, ver, por exemplo: *Correio do Povo*, 24 de abril de 1971. Capa.

<sup>385</sup> *Correio do Povo*, 10 de julho de 1970. p. 5.

<sup>386</sup> “Três subversivos arrependidos” 1970 (?) / p&b/ sonoro / 42’47” – TV Tupi. Fonte: Arquivo Nacional. Note-se que no já referido livro sobre Iara Iavelberg, Patarra afirma que “houve um movimento na VPR a favor de justificar Massafumi e Lungaretti.” A autora reproduz trechos de um documento que teria sido escrito por Lamarca, no qual este último teria descrito Massafumi como um militante omissivo e Lungaretti como ativo, sem “vacilação ideológica a não ser desvios de individualismo (...) e falta de cuidado com o patrimônio da Revolução.” De acordo com esse documento, Lamarca “em vão procurou o colaboracionismo na origem de ambos, operários/estudantes. (...) Terminava afirmando que a repressão interessava o justicamento, ‘pois ganha o apoio da massa pelo sentimentalismo’”. Firmou assim posição contrária à execução de ambos. PATARRA, op. cit., p. 398.

Além de denunciar para a sociedade a existência dos chamados tribunais revolucionários, o medo destes julgamentos foi potencializado e utilizado pela repressão dentro das próprias prisões, no sentido de amedrontar os presos, principalmente aqueles que não tinham apresentado uma postura “adequada” em relação às regras das organizações. Em alguns depoimentos de militantes que se retrataram, há indicações de que teriam sido ameaçados e convencidos que poderiam ser mortos por seus próprios companheiros caso não tivessem a proteção dos agentes da ditadura.<sup>387</sup>

Outra denúncia comum nas falas dos *arrepentidos* está relacionada ao chamado “esbanjamento” de dinheiro por alguns elementos das organizações.<sup>388</sup> Afirmava-se que o dinheiro obtido através de expropriações não era dividido de forma justa e que os dirigentes levavam vida de “bacana” enquanto outros militantes passavam por necessidades. Luis Carlos Campos afirmou que eram espantosas as divergências dentro das organizações e que, na maioria das vezes, “as discordâncias são surgidas pelo dinheiro roubado”. Ele também denunciou que a organização PC do B, ou Ala Vermelha, teria recebido cento e vinte mil dólares de Cuba para compras de áreas de treinamento e armamento, mas que os “dólares se transformaram em banquetes, noites na Guanabara (...)”, enfim, que o dinheiro não foi empregado para o que era devido.<sup>389</sup>

Nas retratações, buscava-se mostrar igualmente que as organizações não cumpriam as promessas feitas a seus militantes quando estes ingressavam no grupo, nem mesmo em relação a questões básicas como proteção e assistência em caso de acidentes durante alguma ação. Na reportagem “Terroristas enganam os próprios companheiros”, por exemplo, é relatado o caso de Monir Tahan Saab, membro da ALN, que acabou ferido gravemente em uma ação junto com outro companheiro e, por falta de atendimento apropriado, acabou se

---

<sup>387</sup> Manoel Henrique Ferreira, por exemplo, relatou que agentes policiais afirmavam “que não seria solto nunca, pois eu traíra meus companheiros e se fosse solto, seria justicado.” *Em Tempo*, Ano II, nº 70, 28 de junho a 4 de julho de 1979. p. 6. Irgeu Menegon, ao tratar da pressão que sofreu para gravar a entrevista de *arrepentimento* no Rio de Janeiro, disse: “Foi de fato assim, uma... depois que a gente fez isso aí [assinar o documento se negando a sair do país] teve uma pressão, né? Principalmente do pessoal lá do Rio, os milicos lá de cima, que era um pessoal que trabalhava com isso, informações, uma pressão assim: ‘Ou tu vai ou não vai, né? Agora, se tu sair daqui, os teus companheiros vão te matar, se tu ficar aqui e não falar tu vai de novo pra cadeia e vai cumprir teus sete anos’.” Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre.

<sup>388</sup> Esta questão aparece frequentemente nas fontes, não só nos depoimentos dos *arrepentidos*, mas também em denúncias de autoridades ou mesmo em declarações de militantes presos distribuídas pelos órgãos de segurança. Na reportagem “Quem se beneficiava dos assaltos”, por exemplo, Antônio Camargo Guerra, tesoureiro e membro do Comando Nacional do Movimento Revolucionário Tiradentes, afirmou que “o dinheiro expropriado é usado, antes de tudo, em benefício dos elementos do Comando Nacional, sendo destinadas pequenas quantias para fins políticos e a compra de armas.” *Folha de São Paulo*, 05 de outubro de 1971. p. 5. Em outra reportagem, “Membro da VPR faz revelações sobre o esbanjamento do dinheiro dos assaltos”, o ex-motorista de Carlos Lamarca, Joaquim dos Santos, afirmava que “adotara o terrorismo como meio de vida, pois gastava nabascamente e não prestava contas a ninguém.” *Folha de São Paulo*, 12 de novembro de 1970. p. 4.

<sup>389</sup> *Folha de São Paulo*, 27 de maio de 1971. p. 6.

entregando às autoridades.<sup>390</sup> Após ter sido atendido, e já em estado de recuperação, o caso de Saar foi amplamente divulgado. Em depoimento “de próprio punho” feito às autoridades no dia 8 de janeiro de 1972, o militante contou um pouco de sua história:

“Tivemos uma sensação concreta que o nosso estado crítico, principalmente o meu, era aproveitado pela direção para se ver livre de nós que a criticávamos pela condução que dava a luta, pela forma cupulista, oportunista e caveirista que seus elementos chegavam a direção. Isso tudo era agravado quando agindo assim ela demonstrava também a falta total de senso humanitário, de falta de flexibilidade diante dos problemas concretos que a guerra trazia. [...] A partir daquele momento vimos que todas as medidas deveriam ser tomadas por nós mesmos e não contar mais com a organização.”<sup>391</sup>

O relato de Saab busca evidenciar não só a sua decepção com o tratamento dispensado pela direção do grupo do qual fazia parte diante de uma situação de emergência, reforçando a idéia de que os militantes eram iludidos pelas lideranças ao ingressarem na “subversão”, mas também o fato de que a organização não teria prestado o atendimento apropriado porque ele e seu grupo eram críticos em relação aos rumos seguidos pela mesma. A denúncia do militante sugere que, dentro das organizações armadas, não havia espaço para questionamentos ou críticas, e os que ousavam fazê-los acabavam sendo, de uma forma ou de outra, afastados e deixados à própria sorte. Desta forma, as declarações atingiam o próprio funcionamento das organizações de esquerda e as complexas relações entre seus componentes.

No programa de entrevistas *Três subversivos arrependidos*, realizado com os militantes Massafumi, Marcos Vinicio e Rômulo Fontes, já citado anteriormente, a questão do autoritarismo dentro dos grupos armados também é abordada, na pergunta do jornalista da TV Gazeta, Edson Flosi, dirigida a Marcos Vinicio:

[Edson Flosi] – “... Oh Marcos Vinicio: eu reclamo muito do direito de liberdade para o homem de oposição dentro de qualquer regime, seja ele qual for, o direito de se opor ao governo, às instituições. Você me responda uma coisa: dentro da esquerda, dentro do movimento de esquerda, também há o direito de oposição para aqueles que querem combater determinado princípio, ou para aqueles que querem sair mesmo do movimento, eles serão recebidos depois?”

---

<sup>390</sup> Em relação à assistência médica aos guerrilheiros feridos, Gorender afirma que esta foi, desde o início, problemática, tornando-se ainda mais complicada à medida que os médicos ligados às organizações iam *caindo* e a vigilância policial nos hospitais aumentava. Segundo o autor, a ALN montou uma pequena enfermaria clandestina em São Paulo, onde poderiam ser realizadas cirurgias de emergência. Mas, para isso, seria preciso seqüestrar e coagir os cirurgiões, o que nem sempre ocorria a tempo de salvar os feridos. GORENDER, op. cit. p. 192.

<sup>391</sup> *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1972. p. 22.

[Marcos Vinicio] – Não há direito nenhum. Não é... O que ocorre nos chamados países socialistas, etc, mostra claramente isso. O que ocorre dentro dos partidos comunistas também demonstra muito mais do que claramente isso. O Roger Garaudy era um homem que era comitê central do PC francês, e porque divergiu da invasão da Tchecoslováquia foi expulso. Então, não existe, inclusive nós, nessa nossa posição que nós assumimos agora, nós tivemos uma medida, mais ou menos, clara disso, dentro do próprio presídio...

[Edson Flosi] – Foi em decorrência de sua explicação que veio a...

[Marcos Vinicio] – ...Fomos repudiados ali, violentamente, inclusive tivemos o cuidado lá de preservar a segurança dos próprios presidiários ali, não aceitando que se tomasse qualquer medida repressiva contra eles.

[Massafumi] – E a preocupação maior não é em refutar essas posições através de argumentações lógicas, claras. Mas [inaudível] de agentes da CIA, agente de não-sei-o-quê, traidor...<sup>392</sup>

As respostas dos militantes, além de reforçarem a imagem de autoritarismo atribuída às organizações armadas, abordavam também a reação de antigos companheiros aos processos de retratação pública, os quais teriam “repudiado violentamente” os protagonistas destas ações.

Neste subcapítulo, procurou-se examinar alguns elementos presentes nas retratações públicas que remetem diretamente a uma tentativa de desqualificação dos grupos armados frente a opinião pública, a partir de uma série de acusações, que iam desde a desmoralização de seus líderes, passando pela crítica a seus métodos e chegando até a discussão do próprio funcionamento interno de tais organizações.

### **2.3 “O Brasil Grande, livre e nosso” - O elogio ao governo Médici e às obras da ditadura**

“Carlos Roberto nasceu no dia 31 de março de 1964. Era a hora zero da mudança. Enquanto ele crescia, o Brasil crescia com ele. Sim. O Brasil cresceu nestes seis anos e, mais do que isso, Carlos Roberto vive hoje num país em ordem, que pensa no seu futuro.”

Vídeo publicitário comemorativo ao 6º  
“Aniversário da Revolução”.<sup>393</sup>

Carlos Fico, ao analisar a propaganda da ditadura, verifica a recorrência de certas temáticas nas principais campanhas produzidas pela área de comunicação do governo. Nestes

---

<sup>392</sup> “Três subversivos arrependidos” 1970 (?) / p&b/ sonoro / 42’47” – TV Tupi.

temas, destacam-se as noções de “construção” e “transformação” do Brasil, presentes em campanhas como *Em tempo de construir* (1971), *Você constrói o Brasil* (1972), *País que se transforma e se constrói* (1973), *Este é um País que Vai pra Frente* (1976). Segundo Fico

“As idéias de ‘construção’ e ‘transformação’, neste contexto, estavam associadas à de ruína: segundo os militares, ante a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadas, o Brasil”.<sup>394</sup>

Esta intenção expressava-se em várias frentes que anunciavam a chegada de um novo tempo, no qual o país caminharia para um futuro de progresso e harmonia social. Neste momento de “mudança”, era necessário “estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”; ou seja, o país precisava do esforço de cada um e da união de todos. No entanto, nem todos estavam unidos ou “compreendiam” que era chegado esse “novo tempo”. Estes, por não estarem integrados, por não serem capazes de perceber os benefícios advindos da “revolução”, ou, ainda pior, por estarem a serviço do comunismo internacional, eram os que se opunham ao regime militar.

Ainda assim, a propaganda oficial buscou constantemente estabelecer uma idéia de consenso em torno do projeto de país que se queria construir. Além de combater as críticas, minimizando a importância de seus porta-vozes e a pertinência de suas idéias, buscava também enaltecer as conquistas do novo regime.

Neste sentido, os depoimentos dos ex-militantes foram utilizados para mostrar os “avanços da Revolução Redentora.” Eles, que antes faziam parte do grupo que não estava “integrado” ao esforço de desenvolvimento, que atuaram a serviço de “doutrinas alienígenas”, agora eram mostrados elogiando as principais obras do governo, como no depoimento de Massafumi Yoshinaga:

“Vi com os meus próprios olhos o trabalho de integração e desenvolvimento nacional empreendido pelos dirigentes do país. [...] Fiquei entusiasmado com o presidente Médici. Soube que ele foi constatar *in loco* os problemas do Nordeste. Acho que precisamos de muita coisa no campo da assistência social, coisa com que o terrorismo nunca se preocupou em momento algum; tenho um conselho aos jovens: é melhor preocupar-se em defender o aumento de 200 milhas do nosso mar territorial do que queimar bandeiras ou matar policiais. A Transamazônica é um espetáculo, merece o aplauso de todos nós. O Projeto Rondon é uma coisa da qual todos estudantes

---

<sup>393</sup> F. 11 - Aniversário da revolução. Preto e Branco – 16/35 mm. Fimotec, GB, 1970. IN: WEBER, op. cit., Anexo IV, Campanha 1970.

<sup>394</sup> FICO, *Reinventando o otimismo*, op cit. p. 121.

devem procurar participar.”<sup>395</sup>

Em sua fala, além de tecer elogios ao governo, Massa ainda afirmou que os grupos de esquerda nunca se preocuparam em “fazer alguma coisa” no campo da assistência social à população. No programa de televisão no qual Massafumi, Rômulo e Marcos Vinicio foram entrevistados, eles também tentaram mostrar que as organizações armadas não tinham iniciativas práticas no sentido de combater os problemas nacionais:

[Rômulo A. R. Fontes] – “Inclusive, dentro disso, na pergunta, em perguntas anteriores, foi colocado esse problema, na situação do [ócio] na universidade, certo? O projeto Rondon é uma iniciativa bastante eficaz para combater esses problemas, para solucionar esses problemas, certo? Não só o projeto Rondon como outras iniciativas do governo, se não me engano, algumas universidades já adotaram os campus avançados. Mas, olha lá, hein!? [...], porque vai trabalhar no duro, vai trabalhar na selva. Aí não é conversa fiada, não é proselitismo não. Não é blá, blá, blá não. Vai ter que trabalhar no [inaudível] brasileiro. Eles resistem.”

[Massafumi] – “A esquerda estudantil, ela boicota o Projeto Rondon, eu acredito que mais por isso, não por razões que elas alegam, ideológicas. É mais porque tem que viajar e não é uma viagem de turismo, tem que dar assistência, tem que trabalhar. E trabalhar, a esquerda estudantil, a velha, fica boicotando sempre.”<sup>396</sup>

Os militantes de esquerda (especificamente a “esquerda estudantil”), segundo estes *arrepentidos*, estariam interessados apenas em criticar o que estava sendo proposto pelo regime, até porque esta seria a postura mais cômoda. Além disso, ainda ameaçavam destruir o símbolo de “uma das mais árduas lutas nacionalistas aqui travadas”, a Petrobrás, e incendiar o Instituto Félix Pacheco, conforme as declarações de Lungaretti.<sup>397</sup>

Sobre a propaganda do regime focada em algumas obras como a Transamazônica e o aumento de 200 milhas do mar territorial, são interessantes as reflexões de Luis Fernando Cerri no artigo *Estado e Nação na propaganda política do “Milagre Econômico”*, no qual o autor problematiza as falas deste período sobre o gigantismo e as virtudes do espaço ocupado pela nação, afirmando que estas tiveram um papel bastante relevante na constituição dos padrões de identidade nacional. A questão do mar territorial e da Amazônia e sua integração eram eixos centrais destas falas e tinham um apelo bastante poderoso:

---

<sup>395</sup> *Veja*, 15 de julho de 1970. p. 20.

<sup>396</sup> “Três subversivos arrependidos” 1970 (?) / p&b/ sonoro / 42’47” – TV Tupi.

<sup>397</sup> *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1970. p. 7. O Instituto de Identificação Félix Pacheco é um órgão técnico da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, PCERJ, “cuja finalidade é planejar, dirigir e executar atividades inerentes aos dados da criminalidade no Estado, informando-os às autoridades policiais e judiciárias.” Disponível em: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/iifp/historico.html>. Último acesso em dezembro de 2007.

“Não por acaso, o mar e a floresta são importantes símbolos de massa. Ambos são compostos por pequenas unidades que, sozinhas, pouco significam, mas reunidas à suas semelhantes, formam massas gigantescas, na exata dimensão do gigantismo que se propõe para o sujeito coletivo da identidade brasileira.”<sup>398</sup>

Para Cerri, o mar é o modelo de toda a massa; a coesão das ondas expressa a sensação de condescendência com os outros quando se está reunido em massa; o mar proporciona um sentimento de que todos compõem algo uno, como se não existissem mais individualidades, e os cidadãos dependessem um dos outros. Desta união emanaria a força do conjunto. Tal simbologia passou a integrar intensamente a propaganda política do regime. E, ainda conforme o autor:

“No outro extremo do território que se estende como corpo da nação, as fronteiras são em sua maior parte ‘preenchidas’ pela presença de uma floresta densa e desafiadora, que é outro símbolo de massa, que cumpre costurar definitivamente ao conjunto formado pela nação, para que dele não se dissocie.”<sup>399</sup>

Fazia-se necessário, então, incorporar o mar e a floresta, torná-los visíveis para a Nação. Revela-se, assim, a tentativa de mostrar um país integrado, unido, representando uma força única, capaz de superar as maiores dificuldades na construção do “Brasil grande”.

Segundo Fico, esse anseio dos militares pelo “Brasil grande” não foi algo que surgiu com eles, podendo ser inserido em uma tradição que remonta aos tempos da colônia. Portanto, o que ocorre é uma re-significação desse tipo de discurso por parte da ditadura, daí a idéia da “reinvenção do otimismo”. Prossegue o autor:

“Tais perspectivas positivas sempre retornam em fases de alguma estabilidade econômica e/ou política — justamente porque não são simples *instrumentalizações* ideológicas, e sim porque se fundam num imaginário secular que não é de todo imotivado nem desconectado do ‘poder efetivo’. Assim, não surpreende que o contexto do chamado ‘milagre econômico’ tenha sido propício ao desenvolvimento da retórica sobre a ‘grandeza viável e tangível’ do Brasil. Bastava ter olhos para ver: a ‘vocação de grandeza do Brasil’ seria justificada facilmente pelos dados ao redor, pela dimensão concreta, natural, do país; não era uma utopia. Nesse sentido, o Golpe de 64 deveria ser entendido por todos como o marco de um novo patamar temporal, qualificado e legitimado pelas conquistas que ia obtendo. Por isso, deveria se reconhecido inclusive pelos que, num primeiro momento, não souberam compreendê-lo. Para Emílio Garrastazu Médici, ‘o futuro do Brasil pede dos que depois aceitaram a Revolução, dos que afinal reconheceram os seus serviços, ou dos que somente a compreenderam ou a ela se inclinaram, a

<sup>398</sup> CERRI, Luis Fernando. Espaço e Nação na propaganda política do “Milagre Econômico”. *Revista Brasileira de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, 2000. p. 128.

<sup>399</sup> Idem. p. 129.

grandeza de tê-la como começo de um novo tempo”<sup>400</sup>.

Este novo tempo, os *arrependidos* – os quais, “num primeiro momento, não souberam compreendê-lo” - também estariam descobrindo, à medida que “viam com os próprios olhos” as transformações promovidas pelo regime. Seria justamente o conhecimento dos novos rumos de crescimento tomados pelo país que teria levado estes jovens a um “exame de consciência” e lhes feito rever suas crenças. Em reportagem publicada no mês de julho de 1970, a Revista *Veja*, ao comentar a reação do presidente Médici diante das declarações de Massafumi elogiando o governo, afirmou seu contentamento “pelo arrependimento público de um jovem inimigo do regime de repente ressurgido à razão pelos acertos do próprio governo que combatia.”<sup>401</sup>

Já no primeiro processo de retratação, Marcos Vinício Fernandes dos Santos, Gilson Theodoro de Oliveira, Marco Alberto Martini, Osmar de Oliveira Rodello Filho e Rômulo Augusto Romero Fontes afirmaram que: “Depois de uma análise profunda da Revolução de 31 de março, permitida pelo longo tempo na prisão, estamos convictos que o Exército é o único instrumento homogêneo da nacionalidade, capaz de conduzir este país aos seus verdadeiros objetivos.”<sup>402</sup>

O depoimento do grupo de militantes de Goiás seguiu no mesmo sentido de corroborar os acertos do regime: “Víamos diariamente o surgimento de uma nova realidade no Brasil e sentíamos uma terrível frustração e remorso, porque o País estava sendo construído e nós estávamos à margem desse processo e ainda atrapalhando-o com nossas ações terroristas.”<sup>403</sup>

Em outro episódio, quando foi atribuído um *arrependimento* ao militante Fernando Ponte de Souza, divulgou-se que “o estudante, que continua preso, resolveu mudar de vida depois que assistiu a diversos filmes exibidos pela Polícia Federal, nos quais era mostrado o esforço do Governo para mudar as condições de vida do País, dando-lhe uma nova estrutura econômica, política e social”<sup>404</sup>.

A partir da “tomada de consciência”, seguida pelo *arrependimento*, estes ex-militantes estariam prontos para serem novamente integrados à sociedade, ao “todo” nacional. Em entrevista publicada na *Folha de São Paulo*, João Arnolfo, que havia se retratado junto com outros três militantes da VAR-Palmares, foi questionado sobre o que pretendia fazer quando

---

<sup>400</sup> FICO, *Reinventando o otimismo*, op. cit., p. 77.

<sup>401</sup> *Veja*, 15 de julho de 1970. p. 18.

<sup>402</sup> *Correio do Povo*, 22 de maio de 1970. Capa.

<sup>403</sup> *Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1970. p. 12.

<sup>404</sup> *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 1971, p. 8.

conseguisse a liberdade. Ele respondeu:

“Antes de me deixar envolver totalmente pelas malhas do terrorismo, eu fazia o curso de Ciências Sociais, e lecionava no Curso Médio, além de estudar línguas à noite. Quando voltar a liberdade pretendo continuar os estudos e reiniciar minha vida, ao lado de minha esposa, que também sofreu diretamente os transtornos e problemas que meu ingresso no terrorismo nos trouxe e a nossas famílias. Ainda pretendo tirar meu curso de Sociologia, pois hoje, mais do que nunca, vejo o papel que o sociólogo pode desempenhar em um país que, como o nosso, experimenta o grande salto para o desenvolvimento, vejo com grande entusiasmo o trabalho da Sociologia aplicada a Comunicação Social em nosso país, onde se faz necessário, mais do que em qualquer tempo, que os espíritos sejam mobilizados não para o ódio, a destruição e a violência – como nós o fomos – mas para participarem ativa e conscientemente da tarefa coletiva que se nos impõe de construirmos o Brasil grande, livre e nosso.”<sup>405</sup>

Portanto, as mensagens dos *arrependidos* buscavam evidenciar que o país, sob o comando dos militares, estava em ordem, crescendo e se desenvolvendo – era o Brasil grande! Esta “realidade” estava à disposição de todos, mas alguns, por terem “perdido” a razão ou a consciência, deixaram-se envolver “pelas malhas do terrorismo”, como indica o depoimento acima, e não conseguiam enxergá-la. Quando recobrassem a razão, o caminho natural a tomar seria o do *arrependimento* e da reintegração à vida “normal”.

#### **2.4 “Advertência à Juventude” - As tentativas de afastar os jovens da militância de esquerda**

“Tudo estará perdido se, por omissão, perdermos a mocidade.”

Mem de Sá, senador da Arena<sup>406</sup>

No Brasil, naquele início da década de 1970, poucas coisas eram mais consensuais entre os representantes e apoiadores do regime do que a necessidade de “mobilizar a juventude”. Mobilizar, no sentido de “trazer” a “mocidade” para a arena política, despertar o civismo destes jovens, fazer com que eles sentissem as *potencialidades* do país.

Em uma propaganda oficial de televisão de 1970, questionava-se o papel atribuído aos jovens:

“Desde o seu início no escotismo, a criança se compromete, a prestar pelo menos, uma boa ação diária. E este pequeno patrulheiro do trânsito crescerá, por certo, com um grande senso de responsabilidade.

---

<sup>405</sup> *Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1970, p. 12.

<sup>406</sup> *Folha de São Paulo*, 20 de outubro de 1970, p. 3.

Com seu clássico uniforme azul e seu interesse pelo próximo, as bandeirantes se revelaram sempre um exemplo da juventude mais sadia. Na preparação do jornal escolar, o estudante começa a tomar consciência dos problemas da sua comunidade. E chegamos ao universitário que já exerce a sua futura profissão. E você que é jovem, já pensou em seu papel na sociedade?”<sup>407</sup>

A propaganda oficial, voltada ao público universitário, “cobrava” dos jovens o cumprimento de seu papel na sociedade, uma participação mais ativa na vida nacional.

Para se compreender tal “cobrança”, é importante examinar as próprias mudanças verificadas em relação ao lugar do jovem na sociedade e o que se esperava dele naquele momento. Luisa Passerini faz algumas considerações sobre o discurso referente ao jovem e ao adolescente no mundo contemporâneo, a partir da análise da experiência da juventude na Itália fascista e nos Estados Unidos durante a década de 1950. Suas reflexões nos ajudam a pensar nas transformações ocorridas nas práticas e nas representações relacionadas a este grupo geracional, e dão algumas pistas sobre tal segmento nas décadas de 1960 e 1970. Segundo a autora,

“O jovem como conceito simbólico revela-se o concentrado das angústias da sociedade – do desemprego ao sentido de inutilidade da vida -, mas torna-se também o modelo do futuro, portanto, ameaça e esperança. Acentua-se a sua fragilidade, enquanto depositário de valores que a sociedade não soube realizar e que o colocam numa posição de fronteira e de crítica, mais ou menos egoísta, da existência. Os jovens de carne e osso introjetam essas imagens, com um processo iniciado no período entre as duas guerras e levado a cabo no segundo pós-guerra. Na década de 1950, será acentuada a insistência sobre o tema do desvio, como loucura da utopia representada pelos jovens e degeneração do mal social que está neles. Na década de 1960, irá prevalecer o elemento otimista, a representação de um novo universalismo, dos novos sujeitos capazes de redesenhar o mundo segundo critérios de liberdade e justiça.”<sup>408</sup>

Para Hobsbawm, assistia-se, na década de 1960, ao aumento de uma cultura juvenil específica e extremamente forte: “A juventude, um grupo com consciência própria que se estende da puberdade – que nos países desenvolvidos ocorria vários anos mais cedo que nas gerações anteriores (...) – até a metade da casa dos vinte, agora se tornava um agente social independente.”<sup>409</sup> De acordo com o autor, este fenômeno, cada vez mais reconhecido

---

<sup>407</sup> F. 15 PAPEL DOS JOVENS - Preto e Branco – 16/35 mm. Filmotec, GB, 1970. AERP – Planejamento para 1970. IN: WEBER, op. cit., Anexo IV.

<sup>408</sup> PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. IN: LEVI, Giovanni e SCHMIDT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 351.

<sup>409</sup> HOBSBAWM, op. cit., p. 317.

entusiasticamente pelos fabricantes de bens de consumo, pode ser entendido a partir de mudanças mais profundas na estrutura de relações entre os sexos e gerações. Outro elemento importante relacionado às transformações deste grupo etário foi a escolarização. Houve um crescimento das ocupações que exigiam educação secundária e superior. A demanda de vagas se multiplicou em ritmo extraordinário, principalmente no ensino universitário, aumentando o número de estudantes a índices nunca antes vistos. Segundo o historiador, essa massa de rapazes e moças e seus professores passaram a constituir um novo fator na cultura e na política:

“Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando idéias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e, provavelmente estavam mais à vontade com a tecnologia das comunicações que os governos. Como revelou a década de sessenta, eram não apenas radicais e explosivos, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social.”<sup>410</sup>

Na década de 1960, se tornou inegável que os estudantes tinham constituído uma força social e política muito mais importante do que jamais havia sido, principalmente a partir dos acontecimentos de maio de 1968.

Na perspectiva do governo brasileiro, era essencial “captar” este espírito contestador da juventude para os propósitos da “revolução redentora”. Modelo de futuro, a mocidade encarnava simultaneamente – valendo-se da análise de Passerini citada acima – a ameaça do desregramento e a esperança do amanhã grandioso que os militares esperavam construir para o país. Em reportagem da *Folha de São Paulo* de junho de 1970, o presidente Médici afirmava: “É preciso que a juventude sinta as potencialidades do país.”<sup>411</sup> Na matéria “Passarinho diz o que devemos dar aos jovens”, publicada no mês seguinte na *Folha*, o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, classificava como “conseqüência natural a revolta da juventude”, dizendo: “O jovem não quer ser ‘hábil’ no sentido de acomodado e por isso tende à radicalização, que produz como conseqüência uma rigorosa dicotomia entre o certo e o errado e entre o bom e o mau, como se houvesse o puro e o impuro.”<sup>412</sup> Segundo Passarinho, ao sentirem-se impotentes diante dos problemas sociais do país, muitos jovens acabavam participando de movimentos subversivos. Tornava-se preciso, então, acabar com as injustiças sociais e com as posições de direita extremadas, as quais eram a matéria-prima “predileta” dos grupos “terroristas”, e, em conseqüência, estes perderiam sua razão de ser. Em

---

<sup>410</sup> Idem, p. 292.

<sup>411</sup> *Folha de São Paulo*, 4 de junho de 1970. p. 4.

outro pronunciamento no Rio de Janeiro, no mês de agosto, o Ministro afirmou “que é preciso contar com a pressão renovadora da mocidade” e que “a juventude tem pressa”.<sup>413</sup> Na mesma linha, em reportagem do dia 16 de dezembro de 1971, o Ministro da Marinha, Adalberto de Barros Nune, declarou: o “Brasil precisa da confiança do jovem”.<sup>414</sup>

Para dar conta destas demandas, anunciou-se em julho de 1970, como já mencionado anteriormente, a criação do Instituto de Formação Política e do Departamento de Divulgação, ambos visando essencialmente a juventude do Brasil. O primeiro órgão seria responsável por formar politicamente as futuras lideranças do país, e o segundo divulgaria “a realidade política brasileira.” Segundo o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, sua atuação se daria através de seminários e cursos, “para que nossa juventude tenha condições, quando for convocada, de dirigir os destinos político-administrativos do Brasil.”<sup>415</sup> A realização de projetos destinados aos jovens ganhou força no período, destacando-se o Projeto Rondon, criado em 1968 pelo Ministério da Educação e da Cultura, cujo objetivo era levar estudantes universitários a regiões menos desenvolvidas do país, visando a realização de ações nas áreas da saúde, educação e assistência social; e o Projeto Mauá, que proporcionava aos jovens visitarem diferentes partes do Brasil a fim de que pudessem ver “com seus próprios olhos” as obras do governo.<sup>416</sup> Foi também incentivada a criação de centros cívicos nas escolas. A Educação Moral e Cívica teria um papel imprescindível na formação da mocidade, segundo a ótica do regime, pois somente através dela se poderia, “em tempo de guerra ou de paz, mobilizar um país em termos de certos objetivos próximos ou remotos, e um país é tanto mais poderoso e respeitável quanto mais rápida e satisfatoriamente possa ser assim mobilizado.”<sup>417</sup>

A participação política dos jovens era incentivada, desde que estivesse associada às iniciativas governamentais ou a posições favoráveis ao regime. Um exemplo disso é o espaço dado à criação da CRUNA - Cruzada Nacionalista, movimento liderado por estudantes de faculdades localizadas em São Paulo, Santo André, São Bernardo e São Caetano. Segue abaixo um trecho do manifesto distribuído pelo grupo:

“Criamos uma Cruzada para lutar pelo Brasil esquecido e ameaçado. Esquecido e ameaçado por aqueles que adotam as atitudes e costumes de velhos povos decadentes, querendo impingir-nos uma cultura que não é a nossa; [...] pelos que – visando a objetivos comunistas, pregam

---

<sup>412</sup> *Folha de São Paulo*, 25 de julho de 1970. Capa.

<sup>413</sup> *Folha de São Paulo*, 7 de agosto de 1970. p. 8.

<sup>414</sup> *Folha de São Paulo*, 16 de dezembro de 1971, p. 6.

<sup>415</sup> *Folha de São Paulo*, 22 de julho de 1970. p. 3.

<sup>416</sup> Em reportagem do dia 19 de novembro de 1970, a *Folha* divulgou que 1771 universitários integrariam a Operação Mauá, visitando as obras do regime. p. 14.

<sup>417</sup> *Folha de São Paulo*, 14 de setembro de 1971. p. 4.

o aviltamento do amor e a degradação da mulher. [...] Esquecido pelos omissos, pelos frouxos, pelos que só cuidam de seus interesses pequenos. E ameaçado pelo comunismo internacional, interessado no esquecimento do Brasil pelos brasileiros. Nesse momento em que algumas emissoras de rádio, de televisões e alguns jornais, numa campanha soez, contribuem para a subversão dos valores; em que jovens matam e assaltam, com o fito de implantar em nossa Pátria uma ideologia que é a própria negação do homem como pessoa; neste momento em que o Ocidente naufraga na tentação e na decadência nós nos levantamos e dizemos BASTA!”<sup>418</sup>

Outro episódio interessante é narrado na notícia publicada na capa do *Correio do Povo* em junho de 1971, intitulada “No Rio o jovem que depredou exposição ofensiva ao Brasil”. A reportagem conta a história de Luiz Gonçalves de Oliveira, de 25 anos, preso no Chile ao ter depredado uma exposição considerada ofensiva ao Brasil, organizada por exilados brasileiros. No artigo, o jovem afirma que estava passeando pela alameda principal da cidade de Santiago e se deparou com a referida exposição: “Ainda tive a paciência de percorrê-la por cinco minutos, mas aí não me contive. Comecei a quebrar os primeiros painéis, que tinham dois metros quadrados cada um.” Oliveira contou que já havia “quebrado uns cinco” quando um grupo de “terroristas” jogou-se contra ele, que acabou preso, sendo libertado no outro dia pelo cônsul brasileiro, Melilo Moreira de Melo. A matéria afirma ainda que as autoridades que o estavam protegendo temiam pela sua segurança, pois Oliveira passou a ser “visado pelas organizações terroristas.”<sup>419</sup> A narrativa conferia um tom heróico ao gesto do jovem, que posteriormente foi recebido pelo presidente Médici. A depredação era legitimada em função de ter sido feita no intuito de defender a imagem do Brasil.

A propaganda do regime também deu atenção especial aos jovens. No planejamento anual da AERP para o ano de 1971, a juventude era considerada prioridade. Dentro da política de comunicação social do governo, o primeiro objetivo apresentado consistia em “Mobilizar a juventude brasileira para o esforço nacional de desenvolvimento. (JUVENTUDE).” Na *Estratégia* para a efetivação dessa proposta, anunciava-se que:

“Duas campanhas serão desenvolvidas para a conquista deste objetivo: Juventude I (Estudantil) e Juventude II (Trabalhadora). Respeitadas as características de cada um dos públicos, as campanhas deverão seguir a mesma estratégia fundamental: confrontar os jovens com os grandes desafios nacionais (definidos no programa de metas e bases), mostrando que o Brasil depende da juventude para desenvolver-se. Estimulá-la, por conseguinte, a uma atitude ideológica de firme convicção democrática e ao empenho de suas

---

<sup>418</sup> *Folha de São Paulo*, 11 de junho de 1970. p. 4.

<sup>419</sup> *Correio do Povo*, 1º de junho de 1971. Capa. Ver também: “Jovem defende no Chile o nome do Brasil”. *Folha de São Paulo*, 24 de maio de 1971. Capa.

virtualidades no serviço do desenvolvimento brasileiro.

As campanhas Juventude I e Juventude II serão executadas pela AERP e usarão prioritariamente filmes para TV e cinema, spots, jingles para rádio, cartazes e publicações.”<sup>420</sup>

A preocupação com este segmento derivava também do fato de que, entre os setores que lutavam contra o regime civil-militar, a presença de jovens estudantes, tanto secundaristas como universitários, era bastante significativa. Ao analisar os processos reunidos pelo Projeto Brasil Nunca Mais, Marcelo Ridenti concluiu que, dos 3.698 processados por ligação com grupos de esquerda cuja ocupação era conhecida, 24,5% eram estudantes. Em relação aos denunciados por vinculação à organizações armadas, esse número se amplia para 30,7% (583, num total de 1897). Além disso, no conjunto de militantes processados por vinculações a grupos de esquerda com idade conhecida, 51,76% tinham menos de 25 anos quando processados, e 75,33% tinham até 30 anos. Em relação aos grupos armados, 51,8% dos 2.465 denunciados com idade conhecida tinham até 25 anos.<sup>421</sup> Impunha-se então que se buscasse conquistar este segmento, antes que os grupos “terroristas” o fizessem. Autoridades civis e militares ligadas ao governo difundiam a idéia de que o “processo subversivo visa infiltração na juventude”<sup>422</sup>, alertando pais e professores para que estivessem atentos em relação aos perigos aos quais seus filhos e alunos estavam expostos.

A ênfase na importância da família e da escola era recorrente no discurso do governo e da grande imprensa. Na reportagem intitulada “Em SP, campanha procurará evitar que a subversão alicie jovens estudantes”, por exemplo, informava-se que os órgãos de segurança de São Paulo, com o objetivo “de evitar que jovens estudantes se vejam inesperadamente envolvidos na trama dos aliciadores”, iriam desenvolver uma série de campanhas de esclarecimento da juventude, “denunciando as táticas de infiltração comunista junto aos estabelecimentos de ensino e às famílias paulistas.”<sup>423</sup> Outras reportagens do mesmo período advertiam sobre a “subversão no Ensino Médio” e noticiavam Inquéritos Policiais-Militares acusando professores e dirigentes escolares de ‘subversão’ e corrupção.<sup>424</sup> Em agosto de 1970, a Revista *Manchete* publicou a matéria “Onde está o terror?”, na qual eram feitos uma

---

<sup>420</sup> Citado por WEBER, op cit., p. 80-81.

<sup>421</sup> RIDENTI, *O fantasma da revolução brasileira*, op. cit., p. 115 - 119. O autor destaca que a percentagem de estudantes nos grupos armados (em torno de 30%) provavelmente ainda esteja abaixo de sua presença real nesses grupos. Idem, p. 117. Vale ressaltar que, em novembro de 1971, foi divulgado um estudo realizado pelo Estado Maior do Exército que afirmava que 56% dos “terroristas” eram estudantes. *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1971. p. 8. Para mais informações sobre os principais setores que compunham as organizações de resistência à ditadura ver: BRASIL *Nunca Mais*, op. cit., Setores Sociais - p. 117 - 153.

<sup>422</sup> Como exemplo desta idéia ver: “Processo subversivo visa infiltração na juventude”. *Correio do Povo*, 21 de julho de 1970. p. 8.

<sup>423</sup> *Folha de São Paulo*, 29 de setembro de 1970. p. 4.

série de questionamentos sobre o que estava acontecendo com os jovens de classe média no Brasil. A reportagem iniciava com a seguinte história:

“Aquele ia ser um dia particularmente infeliz – talvez o mais infeliz de todos – na casa do modesto dentista. Seu filho (único) de 16 anos, aluno do 2º ano clássico, convidou-o para uma conversa a sós no quarto do casal e comunicou-lhe simplesmente o seguinte:

- Quero que o senhor saiba que tenho vergonha de sua passividade e convivência diante dessa situação que aí está. Sairei de casa agora mesmo para lutar pela pátria. Não adianta procurar-me porque não me achará. De hoje em diante, o senhor só saberá notícias minhas através dos jornais.

Aquele pai não estava positivamente preparado para um choque tão grande e tão triste. Durante todos esses últimos anos, ele estivera sempre muito desatento e alheio ao que pudesse transitar na cabeça do seu filho. Jamais lhe poderia passar pela mente a hipótese de ter um filho terrorista: seu lar sempre parecerá imune à infiltração.”<sup>425</sup>

A revista dava seguimento à reportagem afirmando que o drama daquele pai era similar ao de milhares de pais e mães brasileiros e questionando sobre quais seriam as razões para que isso estivesse acontecendo com a mocidade do país.<sup>426</sup> Entre as causas expostas, estavam os “desajustes e fracassos” de algumas famílias e a influência de certas filosofias existencialistas, muitas vezes transmitidas pelos mestres. Neste sentido, fica clara a responsabilidade atribuída à família e à escola diante daquela situação. O pai, que tinha sido desatento e alheio em relação ao seu filho, agora recebia a triste notícia. Buscava-se assim mostrar que, ao sentirem-se incompreendidos ou vivenciando situações difíceis e não encontrando o suporte de pais ou professores, os jovens acabariam seguindo pelo caminho da *subversão*.

Uma entrevista realizada com Rheinold Klement exemplifica bem esta argumentação. Ao ser questionado se acreditava que o “jovem problematizado” era de mais fácil recrutamento, ele afirmou que “sim, porque o jovem problematizado pensa que entrando para essas organizações, se libertará dos problemas que o angustiam.” À pergunta seguinte, se ele achava que “um jovem educado adequadamente e alvo da compreensão daqueles que o cercam é prêsia difícil para as organizações subversivas”, respondeu que “sim, a compreensão e o diálogo aberto no lar e na escola dá ao jovem a segurança necessária contra as investidas

---

<sup>424</sup> *Folha de São Paulo*, 22 de outubro de 1970. p. 5.

<sup>425</sup> *Manchete*, 15 de agosto de 1970. p. 48-49.

<sup>426</sup> De maneira similar, em 26 de setembro de 1971, a *Folha* publicou a “Carta de um pai, dramática advertência”, escrita por um pai cuja filha teria se envolvido com organizações de esquerda. Na missiva, o remetente fazia um apelo “a todos quantos tenham responsabilidade na condução dos jovens”. *Folha de São Paulo*, 26 de setembro de 1971. Capa e p. 4.

dessas organizações.”<sup>427</sup>

No mês de outubro de 1970, as emissoras de televisão paulistas levaram ao ar uma mesa-redonda formada por jornalistas e um grupo de pais de jovens de 15 a 18 anos envolvidos nas atividades da VAR-Palmares. No videotape, os pais contavam como era seu relacionamento com os filhos, se conheciam os amigos deles, qual a rotina da família, e relatavam sua experiência<sup>428</sup>. Esses jovens haviam sido presos em uma ofensiva dos órgãos de segurança contra a VAR. No entanto, como sua participação na organização ainda era pequena, foram libertados, visto que estavam “em condições de serem reintegrados à sociedade”, embora tivessem que responder a processo judicial. Um dos pais afirmou: “A verdade é que nossos filhos foram intoxicados pela doutrina comunista.” Uma reportagem sobre o referido programa publicada na *Folha* assegurava que “de uma forma geral, os pais assumem a responsabilidade pelos erros que cometeram, possivelmente por excesso de confiança em seus filhos.”<sup>429</sup>

As notícias aqui expostas evidenciam o quanto o papel da família no combate à “subversão” era considerado importante pelo governo. Além disso, é interessante perceber as expressões utilizadas para descrever esses “casos de subversão”: o lar “infiltrado”, os jovens “aliciados”, “intoxicados”; as quais denotam que, na visão do regime, os moços e moças eram considerados “presas fáceis” dos agentes comunistas.

\* \* \*

De todas as mensagens difundidas pela propaganda oficial nos episódios de *arrependimento*, a mais recorrente refere-se à situação dos jovens.<sup>430</sup> Muitos militantes fizeram retratações através de manifestos ou cartas endereçadas a eles. Acompanhando as notícias veiculadas pela imprensa da época sobre tais episódios, percebe-se uma grande preocupação em atingir esse grupo geracional:

---

<sup>427</sup> *Zero Hora*, 22 de abril de 1971. p. 31.

<sup>428</sup> *Folha de São Paulo*, 21 de outubro de 1970. p. 4. *Pais de menores aliciados relatam suas experiências*. Em entrevista à autora, como mencionado anteriormente, Gustavo Barbosa afirmou que seus pais foram convidados a participar de um programa de televisão para contar suas experiências.

<sup>429</sup> *Folha de São Paulo*, 17 de setembro de 1970. p. 4.

<sup>430</sup> Percival de Souza afirma que os *arrependidos* nasceram de uma preocupação do regime ditatorial com a juventude. Ele cita um discurso do vice-líder do governo no Senado, Rui Santos, no qual este último afirmava que as mortes de Marighella, Câmara Ferreira e Lamarca tinham “menos repercussão negativa nos ativistas de extrema esquerda do que os arrependimentos públicos de seus antigos companheiros.” SOUZA, op cit. p. 265 – 266.

MEMBRO DA VPR REDIGE DECLARAÇÃO DE  
PRÓPRIO PUNHO PARA JOVENS DO PAÍS

Manchete sobre a retratação de Celso Lungaretti. *Correio do Povo*, 10 de julho de 1970. Capa.

Subversivo Abandona o Terrorismo  
e Alerta Mocidade Rio-Grandense

RIO, 25 (CP) — Os óculos

Reportagem sobre Luiz Carlos Campos. *Correio do Povo*, 26 de maio de 1971. Capa.

**REINHOLDO PEDE NA TV QUE A  
JUVENTUDE NÃO ACEITE TERROR**

Manchete sobre o depoimento de Reinhold Klement na televisão. *Zero Hora*, 23 de abril de 1971. p. 3.

*Terrorista prêso em Recife  
faz advertência à juventude*

Manchete sobre a retratação de José Gercino Saraiva Maia. *Correio do Povo*, 10 de junho de 1971. p. 8.

Através das retratações destes militantes, procurava-se mostrar, portanto, que eles haviam escolhido um caminho equivocado ou que haviam sido enganados pelas organizações e seus líderes. Quando enfim “caíam em si, se arrependiam” de seus atos e vinham a público no sentido de alertar outros jovens a não ingressarem na mesma senda.

Já no primeiro episódio de retratação pública, foi lançada uma “Carta Aberta ao Jovem Brasileiro”, na qual os militantes diziam saber da grande responsabilidade que tinham ao se dirigirem à juventude do país, sendo movidos pelo “desejo de esclarecer o que de fato ocorre nas chamadas ‘esquerdas’ brasileiras”. Neste documento, afirmavam que as organizações “aproveitam-se engenhosamente daquilo que o jovem tem de potencial por sua própria condição de jovem e que não sendo canalizada corretamente pela sociedade torna-o vulnerável nas mãos dos que o utilizam para atingir seus próprios fins.”<sup>431</sup>

Pouco depois, foi publicada a “Carta aos Jovens”, escrita por Massafumi, na qual ele declarou:

“Acredito que minha posição pode ser tomada como um exemplo entre tantos, seja por aqueles jovens que, circunstancial ou ingênuamente, se deixaram envolver pelas malhas do terrorismo, seja pelos desavisados que ainda mantenham quaisquer ilusões românticas de admiração pela chamada ‘luta armada’.”<sup>432</sup>

Em uma entrevista de Massa à TV Tupi, a preocupação em alertar a juventude também aparece de forma destacada:

“[Almir] – Massafumi, o que o levou a abandonar o terrorismo, covardia ou medo?  
[Massafumi] – Nem covardia e nem medo. Os motivos que me levaram a abandonar o terrorismo foram a convivência com os elementos deste terrorismo, que este terrorismo é a continuação daquela agitação inseqüente do movimento estudantil, só que com mais graves conseqüências, e os motivos principais foram aquela carta que me serviu para esclarecer, escrita aos jovens brasileiros, que eu entendi bem a mensagem contida; os motivos principais também foram as viagens clandestinas realizadas, onde eu tive a oportunidade de ver *in loco* as realizações existentes no país sendo encaminhadas e também que a minha entrega às autoridades brasileiras, ela representaria não só a entrega em si mas também um... um exemplo a que nossos jovens não entrem nessa aventura idiota, sanguinária que é o terrorismo, que não corresponde um mínimo ao sentimento do povo brasileiro, tanto é a Copa. O entusiasmo em torno da Copa demonstra claramente isto: a distância que existe entre o terrorismo e povo brasileiro.”

---

<sup>431</sup> Fonte: APESP – Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento nº 6801. Folhas 1-2.

<sup>432</sup> Fonte: APESP - Acervo DEOPS/SP, Pasta 30Z160. Documento nº 6917. p. 1.

No trecho acima, o militante expõe suas decepções com os grupos de esquerda e se coloca mais uma vez como um exemplo para que os jovens não sigam o mesmo caminho por ele trilhado. No final da entrevista, o repórter indagou Massafumi se ele tinha mais alguma declaração a fazer aos telespectadores, afirmando que “as câmaras estão às suas ordens”. Massa respondeu dizendo:

“Somente para que o pessoal novo do Brasil, os jovens, eles participem dos projetos governamentais. Por exemplo, o Projeto Rondon. Antes eu brigava contra isso, mas sem saber o que era, entende? É preciso viajar, é preciso conhecer, é preciso aprender, entende, para participar, construir, entende? E também o apelo aos dirigentes do país para que tratem com carinho esta questão da juventude.”<sup>433</sup>

De forma geral, depreende-se das falas dos militantes *arrependidos* a noção de que existia um desejo de mudança profundo por parte dos jovens, e que este era legítimo, mas que precisava ser canalizado para projetos construtivos. Afirmava-se o potencial renovador da juventude, mas também que era necessário alertá-la em relação à direção a ser seguida.

O depoimento de Lungaretti também chamou a atenção para este ponto. Em seu pronunciamento “Ao mundo e aos jovens”, aconselhou: “mantenham-se unidos às suas famílias, não deixem que a impaciência pelas reformas os leve à loucura que se tenta implantar. Compreendam que o grande Brasil que todos procuramos construir não será fruto do fanatismo de minorias, mas produto do trabalho coletivo.”<sup>434</sup>

No que tange a participação política da juventude, são interessantes algumas questões levantadas na entrevista dos três militantes, já citada anteriormente, realizada por um grupo de emissoras de televisão em julho de 1970. O jornalista Carlos Eduardo Valente Pierroni, do jornal estudantil *Focus*, da Universidade Católica, fez a seguinte pergunta a Marcos Vinício:

“[Carlos Eduardo Pierroni] – Eu gostaria de endereçar minha pergunta ao Marcos Vinício, pelas suas lides nos meios estudantis, mais que o Massafumi e o Rômulo. Tendo em vista que muitos jovens começam a participar [inaudível] inadvertida, sem inteirar-se para onde estão canalizados os esforços de seu idealismo, e tendo vocês reconhecido que boa parcela das lutas estudantis foram desvirtuadas, analisem a sua experiência, e qual a palavra de vocês para aqueles que agora se iniciam na política estudantil?”

[Marcos Vinício] – Bem, é evidente que sua pergunta compreende, inclusive, uma volta ao passado, tentando fazer um apanhado sobre o que ocorria no movimento estudantil, principalmente antes de que

---

<sup>433</sup> TV Tupi. *Telejornal Ultra-Notícias do Dia*, edição de 2 de julho de 1970.

<sup>434</sup> *Correio do Povo*, 9 de julho de 1970. p. 8.

houvesse o período todo esse em que ele descambou para o terrorismo e tudo o mais. É claro que, no movimento estudantil, como você disse, existem grupelhos de esquerda que atuam e tentam canalizar os esforços da juventude, muitos deles, esforços honestos, sérios, no sentido de solucionar realmente a problemática estudantil, para se dirigir, canalizar esses esforços numa ação totalmente niilista, do ponto de vista de criar qualquer valor novo, qualquer inovação, etc. Agora, esses grupitos, eu creio, eles existirão, existiram, continuarão existindo sempre à cata de novas vítimas, não é? Para canalizar no sentido totalmente negativo, do ponto de vista de uma ação na sociedade. Agora, realmente, para aqueles estudantes que pretendem canalizar os seus esforços no sentido de solucionar problemas, e problemas que realmente existem, que nós constatamos a toda hora, e que são admitidos pelas próprias autoridades, eu posso endereçar, a partir da experiência que eu vivi, pelo menos, a seguinte afirmação: de que procurem realmente solucionar problemas, que não caiam no ceticismo, não caiam na descrença da capacidade que se tem de solucionar problemas, mas que procurem solucionar-os realmente através de uma análise lúcida, do que, do problema que deve ser solucionado, e de uma ação realmente participante dentro da sociedade, dos canais que a sociedade lhes oferece para solucionar esses problemas. O que é absurdo é querer se jogar contra toda a estrutura social para tentar solucionar um problema específico, ou então tentar, pura e simplesmente, denunciar a existência de um problema. E eu acredito que têm existido iniciativas sérias no sentido de solucionar esses problemas tão alardeados aí, não só pelo movimento estudantil como por outras correntes da esquerda no Brasil.”

Dando continuidade à entrevista, Júlio Lerner perguntou:

“[Júlio Lerner] – Arena e MDB são os dois únicos partidos políticos legalmente estruturados no Brasil. Eu gostaria de saber de vocês se ambos os partidos preenchem a necessidade de participação política da juventude brasileira ou não. Marcos Vinicio, eu gostaria de conhecer a sua opinião.

[Marcos Vinicio] – Eu acho que é, mais ou menos, um pouco aquilo do que os companheiros já manifestaram. Eu acho que, em primeiro lugar, não se pode limitar o que é esse problema da participação política da juventude no processo de desenvolvimento nacional, não se limita a uma participação profissional no campo político, da política profissional, da política partidária, etc. Não, pode se dar nos mais diversos campos de atuação do jovem. Nós temos visto aí iniciativas que estão... iniciando algumas que já vêm de algum tempo, que o jovem tem participado com certa [inaudível]. Eu creio que a necessidade... não se pode [oficializar] também a participação política do jovem. [É preciso], realmente, interferir lá onde ele está, na escola, na faculdade, enfim, onde ele tiver o seu campo de atuação, seu habitat, chamá-lo a uma participação na medida também que ele possa dar também essa participação. Eu não acredito, por exemplo, que certos jovens por aí, com 18, 16, 17 anos possam ter maturidade suficiente para abraçar uma responsabilidade de uma Câmara dos

Deputados ou o Congresso Nacional, etc. Tem uma série de vias de participação política [sem ser em função dos] partidos.”<sup>435</sup>

Nos *arrepimentos* que se seguiram, a preocupação com a juventude continuou merecendo destaque. O grupo de Goiás afirmou em sua retratação: “É chegado o momento de se pôr um ponto final no engodo a que vem se submetendo a nossa juventude – e é com esse intuito que agora nos dirigimos à Nação, especialmente ao estudante.” Em seu depoimento, os membros desse grupo se colocaram “ao lado e em defesa da juventude brasileira” e afirmaram que a inviabilidade do terrorismo era indiscutível. Além de falarem aos jovens de forma geral, direcionaram seu apelo aos antigos companheiros, para que esses também tivessem a coragem de “romper com o terrorismo.”<sup>436</sup> Hans Manz, que se *arrependeu* publicamente em novembro de 1970, afirmou que: “É uma tomada de posição, não é uma atitude oportunista. Quero pagar o que devo à Justiça e à sociedade. Estou disposto a isso. Mas, também, quero alertar, especialmente os jovens, para que eles não errem como eu errei durante tanto tempo”.<sup>437</sup> Ainda em novembro de 1970, notícias informavam que Fernando Ponte de Souza igualmente teria redigido um manifesto aos jovens do Brasil, “renunciando a vida terrorista”.<sup>438</sup> Luiz Carlos Campos escreveu uma “Carta Aberta a Mocidade do Rio Grande do Sul”, na qual lançava um alerta: “A vocês, mocidade do Rio Grande lanço esse aviso, não ouça o chamado da subversão. Você não encontrará nada, a não ser sofrimento, desengano, falta de ideologia política, falta de condições de luta.”<sup>439</sup> Reinhold Klement também fez um apelo em seu depoimento, declarando: “Como eu, espero que a juventude brasileira consiga ser crítica e compreensiva frente aos problemas que são próprios dela, não lançando-se em violências desnecessárias que atrapalham suas vidas e que nada constrói.”<sup>440</sup>

Assim, em suas retratações, os militantes reconheciam seus “erros”, mostravam-se *arrepidos* e denunciavam as artimanhas e a violência do “terror”. Suas falas objetivavam convencer os jovens de que o ingresso na “subversão” era nefasto e que aquele não era o caminho certo para resolver os problemas nacionais.

Portanto, os *arrepimentos* foram peças-chave da propaganda oficial da ditadura dirigida à juventude, segmento para o qual se voltavam os temores e as expectativas dos governantes. Estes jovens, cheios de energia, mas que haviam se desviado do “bom caminho”, talvez constituíssem o veículo ideal para atingir os corações e mentes da mocidade brasileira,

<sup>435</sup> “Três subversivos arrependidos” 1970 (?) / p&b/ sonoro / 42’47” – TV Tupi. Op. cit.

<sup>436</sup> *Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1970. p. 12.

<sup>437</sup> *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 1970. p. 4.

<sup>438</sup> *Folha de São Paulo*, 12 de novembro de 1970. p. 4.

<sup>439</sup> *Folha de São Paulo*, 27 de maio de 1970. p. 6.

impedindo-a de, como eles, abraçar a “subversão”, e impelindo-a a trabalhar pelo “Brasil grande”.

\* \* \*

Analisadas as principais mensagens presentes nas declarações de *arrependimento* divulgadas na imprensa, examinaremos agora como estes episódios estão presentes nas lembranças daqueles que os protagonizaram.

---

<sup>440</sup> *Correio do Povo*, 22 de abril de 1971. p. 31.

## CAPÍTULO 3

### *“Marcados pelo resto da vida”*

#### **Memórias sobre os *arrepimentos*, memórias dos *arrepidos***

“É traição a uma revolução impossível, não vejo que isso aí seja um... em si, né? Que isso aí seja um fato que não se perdoe.”

Cláudio Gutierrez

“*Só a memória costura tudo*”. A frase de Caio Fernando Abreu nos desperta para a dimensão da memória. Esta nos dá sentido, enquanto indivíduos e enquanto grupo. Costura o que fomos, o que somos, o espaço e o tempo em que vivemos. Através dela nos reconhecemos, nos reinventamos; é a referência que nos permite enxergar e interpretar o que nos rodeia. Enquanto elemento significativo da teia social, a memória é também espaço de conflitos: desperta divergências, paixões, controvérsias, sentimentos e ressentimentos. Traz à tona lembranças, desencobre dores, expõe o que muitos prefeririam deixar na escuridão... É matéria-prima para pensar a história - a nossa e a do mundo.

A memória é o objeto central deste capítulo. Ao longo das próximas páginas, procura-se abordar alguns aspectos ligados a ela, mais especificamente, àquelas lembranças relacionadas com os episódios de retratação pública, buscando-se compreender como estas foram elaboradas ao longo do tempo, e como estão inseridas (ou não) no conjunto de memórias coletivas acerca da ditadura instalada no Brasil em 1964.

Em um primeiro momento, apresenta-se uma discussão sobre a construção e as batalhas das memórias relativas ao período, visando pensar o “lugar” dos *arrepidos* neste panorama. Posteriormente, analisa-se fragmentos das entrevistas realizadas com estes personagens, selecionados a partir de alguns temas que apareceram de forma significativa nas suas falas, tais como: a sinceridade de algumas de suas declarações na época, a questão da tortura, a crítica à luta armada, a reação dos antigos companheiros diante das retratações e o recomeço de suas vidas após deixarem a prisão. Com este procedimento, busca-se examinar determinados contornos da memória coletiva – o que não quer dizer homogênea – deste grupo de militantes que passou pela experiência do *arrepimento*.

Se, como diz Halbwachs<sup>441</sup>, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, pretende-se, no subcapítulo seguinte, compreender o ponto de vista particular de Celso Lungaretti, já estabilizado na forma de texto escrito (ele elaborou, como

---

<sup>441</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 51.

ressaltamos antes, um livro sobre os episódios de retratação pública), objetivando apreender as peculiaridades de suas lembranças e perceber certas modulações daquela memória coletiva.

Por fim, são também discutidas questões relativas ao silêncio e ao esquecimento envolvidos no ato de lembrar, no sentido de pensar sobre a dimensão traumática que perpassa a memória destes *arrepentidos*.

### **3.1. “Traidores, fracos, desbundados” - O lugar dos *arrepentidos* nas memórias sobre a ditadura no Brasil**

Nas pesquisas relacionadas à ditadura civil-militar no Brasil, as obras de memória e as entrevistas orais constituem importantes fontes para a compreensão deste momento da história do país. Segundo Carlos Fico, em seu livro *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, publicado em 2004, a memorialística a respeito da ditadura foi enriquecida ao longo dos anos, na medida em que militares, militantes de organizações de esquerda, políticos, artistas, jornalistas e outros atores têm deixado seus depoimentos. O autor afirma também que tais memórias constituem simultaneamente fonte e objeto de estudo do historiador, pois, ao mesmo tempo em que estas descrevem a época, também podem ser estudadas como uma luta pelo estabelecimento da verdade, de uma “versão correta” em relação aos acontecimentos.<sup>442</sup>

Neste mesmo sentido, Lucileide Costa Cardoso, em artigo intitulado *Construindo a memória do Regime de 64*, afirma que:

“No interior deste ‘surto memorialístico’ que constitui um vasto conjunto documental, os livros de memória são representativos de grupos que constroem diferentes representações sobre o passado. De um lado, temos escritos que exercem a função de legitimar, no presente, a memória histórica que se pretendeu dominante no período. Do outro, relatos que, ao criarem diferentes representações do passado, permitem preservar uma memória social que dispõe de diversos mecanismos de sobrevivência para escapar à dominação.”<sup>443</sup>

Esta disputa envolve embates e intercâmbios tensos de versões e leituras sobre aspectos do pós-64 que até hoje são polêmicos, como a questão da luta armada e dos métodos utilizados pelo regime para combatê-la. Estes embates, que Pollak chama de “batalha de

---

<sup>442</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 25 – 26.

<sup>443</sup> CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, p. 179-203, 1994. p. 179.

memórias”<sup>444</sup>, já podem ser percebidos nas primeiras obras produzidas no final da década de 1970 a respeito do período. Alguns livros como *Em câmara lenta*<sup>445</sup>, de Renato Tapajós, lançado em 1977; *O que é isso companheiro?*,<sup>446</sup> de Fernando Gabeira, de 1979; e *Os carbonários*<sup>447</sup>, de Alfredo Sirkis, publicado em 1980, trouxeram em suas páginas fragmentos das experiências de seus autores na luta armada e abordaram, sob diferentes ângulos, a questão da tortura.

No artigo *A guerra da memória*, João Roberto Martins Filho expõe algumas situações nas quais se pode perceber esta disputa pelo estabelecimento de uma possível “verdade” a respeito do caráter do regime instalado em 1964, tomando as memórias de militantes e militares como a continuação da luta política do período:

“Uma revisão dos depoimentos de militantes e militares sobre os tempos mais sombrios da ditadura brasileira do pós-64 revela, já de início, uma diferença básica: os ex-militantes se esforçam por manter viva a memória dos anos 60 e 70; a maior parte dos oficiais, ouvidos sobre o assunto, gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento. De certa forma – pelo menos na primeira onda de memórias revolucionárias – a esquerda tentou continuar nas páginas dos livros a luta contra a ditadura.”<sup>448</sup>

Ainda de acordo com Martins Filho, se, para os militantes de esquerda, essas narrativas significavam um esforço no sentido de que “não se esquecesse”; para muitos militares, representavam “uma violação ao próprio princípio da Anistia”, o qual, segundo esta ótica, implicaria “zerar as contas e, portanto, esquecer.”<sup>449</sup> Schmidt afirma que, após a Lei de Anistia

“... a batalha de memórias a respeito da ditadura militar teve continuidade. Os opositores do regime justificavam a divulgação de suas narrativas por um ‘dever de memória’. Para alguns, esse dever manifesta-se na forma de um chamamento interior, relacionado à impossibilidade de esquecer. [...] Outros

---

<sup>444</sup> POLLAK, Memória, esquecimento, silêncio, op. cit., p. 4-5.

<sup>445</sup> TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. O livro foi proibido logo após o lançamento, e seu autor levado à prisão. A publicação só foi permitida em abril de 1979.

<sup>446</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

<sup>447</sup> SIRKIS, op. cit.

<sup>448</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte-UFMG, n. 28, p. 178-200, dezembro. 2002. p. 179.

<sup>449</sup> Idem, p. 180. O autor cita algumas obras de militares que se dedicaram a “responder” às denúncias de que se sentiam “vítimas”, como *Brasil Sempre*, escrita por Marco Pollo Giordani em 1986, a qual serviria de um contraponto ao que este último chama de “um faccioso relato”: o livro *Brasil Nunca Mais*. Idem, p. 187. Outro exemplo é *Rompendo o silêncio*, publicado em 1987, escrito pelo Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI-CODI/ II Exército de São Paulo entre 1970 e 1973. Em 2006, Ustra publicou um novo livro sobre o mesmo tema, intitulado *A verdade sufocada – A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, no qual o autor se defende das acusações que lhe são feitas de torturas de presos políticos. Ver: USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada – A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora SER, 2006.

ex-militantes de esquerda conferem um caráter coletivo aos seus testemunhos pessoais, similar ao que fizeram muitos sobreviventes do Holocausto. Segundo eles, rememorar as atrocidades cometidas pela ditadura significa dar voz àqueles que não puderam contar.”

E prossegue: “Já os militares, de forma praticamente unânime, consideram ‘revanchista e inoportuna’ a atitude daqueles que insistem em falar sobre os “porões” da ditadura.”<sup>450</sup>

No trabalho “Os Anos de Chumbo – A memória militar sobre a repressão”, Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro trazem aos leitores depoimentos inéditos de militares, muitos dos quais ocuparam postos-chaves durante o regime. Entre eles, há uma avaliação de que, se as Forças Armadas venceram a guerra contra as organizações de esquerda, estas últimas saíram vitoriosas, até o momento, na luta pelo estabelecimento da memória histórica do período:

“É importante observar que muitos militares se ‘queixam’ justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o ‘dono’ da história”.<sup>451</sup>

Em relação a esta suposta *vitória* dos *vencidos*, por conta do grande número de obras de memória - biográficas ou autobiográficas - de militantes de esquerda, é importante tecer algumas reflexões. Pode-se considerar uma vitória o fato de que sujeitos cujas experiências foram, freqüentemente, tão traumáticas, venham a público relatar, lembrar o vivido. Este é um exercício difícil, carregado de afetividade, que ultrapassa a dimensão individual, tendo interferências na memória coletiva que vem sendo construída sobre o período. É uma vitória também no sentido de que, na maioria dos casos, estes livros realizam uma espécie de denúncia: a denúncia da tortura, dos crimes, da violência exercida pelo Estado naquele momento.

No entanto, poucos destes livros se tornaram conhecidos do grande público. Nesse sentido, torna-se importante pensar sobre qual memória da esquerda seria *vencedora*. Segundo Rollemberg, “é interessante notar como, em meio a um número tão razoável de publicações,

---

<sup>450</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. “Années de plomb”: la bataille des mémoires sur la dictature civile-militaire au Brésil. *Cahier d’Histoire*, revue d’histoire critique. Paris, n. 99, p. 85-102, avril-mai-juin 2006. p. 91.

<sup>451</sup> D’ARAÚJO et al., op. cit., p. 13.

algumas se tornaram *best-sellers* e, apesar dos relatos apontarem para a variedade de pontos de vista acerca da luta armada, uma versão foi capaz de criar uma espécie de senso comum sobre o assunto.”<sup>452</sup> Ela se refere ao livro *O que é isso, companheiro?*, que vendeu cerca de 250 mil exemplares em mais de 40 edições. Em seu relato, o autor, o jornalista Fernando Gabeira, hoje deputado federal pelo PV, que participou do seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrick, em setembro de 1969, faz parecer, por vezes, que a luta armada foi *uma grande aventura*. A autora apresenta também algumas reflexões do historiador Daniel Aarão Reis Filho, segundo o qual, o que explica a aceitação do livro de Gabeira na sociedade, é a idéia de conciliação que traz em si:

“No final da década de 1970 e início da de 1980, no momento em que a ditadura ia chegando ao fim, num processo sob o controle dos que a implantaram, parecia bem mais ‘pertinente’ uma recuperação do passado recente que não colocasse o dedo na ferida, não abordasse as relações de identidade ou apoio ou omissão ou colaboração de parte expressiva da sociedade com o regime. A tragédia da luta armada, a tragédia do seu isolamento, não rimava com conciliação. Sob a égide da ‘resistência’, seria construída a memória daqueles anos. É exatamente onde não houve muita resistência que não se deve remexer no passado. Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor.”<sup>453</sup>

O livro de Gabeira, que em 1997 foi transformado em filme de sucesso pelo diretor Bruno Barreto, contribuiu para cristalizar uma determinada visão sobre as organizações armadas, em detrimento de outras vozes e diferentes pontos de vista que acabaram sendo esquecidos. A forma como os integrantes dos grupos de esquerda são retratados na obra também está relacionada a essa espécie de *senso comum* que se construiu sobre o tema. De acordo com Aarão,

“A versão mais difundida apresenta os movimentos revolucionários dos anos 1960 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Boas intenções, claro, mas equivocadas. Uma fulguração, cheia de luz e de alegria, com contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontade pura, puros desejos, ilusões.”<sup>454</sup>

Assim, os militantes destes movimentos são descritos como jovens ingênuos e sonhadores, os quais não tinham consciência da opção política que estavam assumindo. As

---

<sup>452</sup> CRUZ, op. cit., p. 76.

<sup>453</sup> Idem, p. 76. REIS FILHO, Daniel Aarão apud CRUZ.

<sup>454</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível. IN: VÁRIOS. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 34.

ações destes indivíduos são descontextualizadas e não se leva em consideração a conjuntura social e política da época, as agitações e discussões presentes no seio da esquerda naquele momento e as alternativas que se apresentavam (e as que se fechavam) aos que ousavam resistir. Em recente livro lançado sobre as memórias de presos políticos que passaram pelo Presídio Tiradentes (SP), os organizadores do projeto fazem uma crítica a este tipo de análise e apresentam uma reflexão interessante quanto à questão da luta armada. Segundo eles:

“Mais valeria a pena discutir, dentro de uma perspectiva histórica, os projetos daqueles grupos para a sociedade brasileira e não os fatos de menor importância: se éramos heróis ou bandidos, vítimas ou comedores de criancinhas, sonhadores ingênuos ou perigosos terroristas. Que tipo de sociedade negávamos? Que tipo de sociedade propúnhamos? E que tipo de sociedade se mantêm?”<sup>455</sup>

Outra questão importante está relacionada ao fato de que, embora possa ser constatado um aprofundamento na discussão sobre questões relativas ao período e uma ampliação do conhecimento histórico produzido dentro das universidades acerca desses temas, é preciso refletir a respeito do quanto estes avanços têm, efetivamente, obido repercussão na sociedade. A chamada “vitória” dos *vencidos* no âmbito das memórias não se transformou em uma mobilização social ampla que busque responder/resolver certas questões (im)pertinentes herdadas da ditadura: arquivos continuam fechados<sup>456</sup>, corpos permanecem desaparecidos, perguntas persistem sem resposta, torturadores seguem impunes.<sup>457</sup>

\* \* \*

---

<sup>455</sup> FREIRE et al (orgs.), op. cit., p. 37.

<sup>456</sup> Segundo Schmidt, “pode-se dizer que, ao longo de 2004, a batalha de memórias a respeito da ditadura militar brasileira travada entre o governo, os militares e as vítimas passou a ter como eixo central a abertura ou não dos arquivos repressivos. Esses acervos - não só pelos possíveis documentos neles contidos, mas também pelo seu conteúdo simbólico de ‘segredo’ - tornaram-se o principal ‘lugar de memória’ disputado pelos participantes da contenda.” E continua: “A materialidade dos documentos possibilitaria, assim, comprovar os testemunhos das vítimas do terror de Estado, garantindo a sua vitória definitiva na batalha de memórias.” SCHMIDT, “Années de plomb”..., op. cit., p. 95 e 98.

<sup>457</sup> Neste sentido, Daniel Aarão traz uma reflexão interessante em seu artigo *Os muitos véus da impunidade*. De acordo com o autor, há muito tempo, nenhuma pessoa, desde que minimamente informada, nega que a tortura foi utilizada durante o regime ditatorial: “Muito bem, então temos um quadro aparentemente bem definido: houve tortura sistemática, patrocinada pelo Estado, reconhecida por gregos e troianos, e a tal ponto que, de um assunto tabu, nos anos 70, virou alguma coisa universalmente conhecida e reconhecida.” Mas quais os desdobramentos advindos desse reconhecimento? O historiador aponta que ninguém foi punido pelos atos de tortura, embora não faltassem vozes “a gritar pela abertura de processos, pela identificação de responsáveis e pela sua punição.” Neste sentido, ele denuncia a impunidade com que foi agraciada a prática da tortura no Brasil e busca compreender os “véus” que cobrem o assunto, relacionando-os com a própria dinâmica da sociedade brasileira durante e após o período ditatorial. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/aarao.htm>. Acesso em novembro de 2007.

Recentemente, esta “batalha de memórias” teve um novo *round*. O Estado brasileiro, através da publicação de um livro-relatório, reconheceu oficialmente sua responsabilidade nas mortes de inúmeros militantes da resistência ao regime. Lançado em 29 de agosto de 2007, o livro *Direito à memória e à verdade* traz a público os resultados de 11 anos de trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>458</sup>. A Comissão, formada por sete membros (um representante das Forças Armadas, um dos familiares de mortos e desaparecidos políticos ou ligado às vítimas da ditadura, três pessoas indicadas pelo Presidente da República, um representante da Câmara dos Deputados - Comissão de Direitos Humanos e um representante do Ministério Público Federal), analisou 339 casos, dos quais 221 foram deferidos e as famílias receberam indenizações. Ao longo das páginas do livro, são relatadas as mortes de militantes, algumas com riquezas de detalhes, e narrados os percursos das investigações e dos encaminhamentos dados pela Comissão, que não excluíram momentos de tensão e controvérsia.<sup>459</sup>

Na apresentação de *Direito à memória e à verdade*, é explicitada a justificativa para a escrita e o lançamento do livro: “Jogar luz no período de sombras e abrir todas as informações sobre violações de Direitos Humanos ocorridas no último ciclo ditatorial são imperativos urgentes de uma nação que reivindica, com legitimidade, novo status no cenário internacional e nos mecanismos dirigentes da ONU.”<sup>460</sup> Busca-se, assim, associar uma mudança política – o suposto novo “status” do Brasil na ordem internacional e seu desejo de participar do Conselho de Segurança da ONU – à necessidade de uma revisão crítica de seu passado recente.

---

<sup>458</sup> A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi instituída pela Lei nº 9.140/95, de dezembro de 1995. Esta Lei reconheceu a responsabilidade do Estado no assassinato de opositores políticos durante a Ditadura. Naquele momento, foram reconhecidos 136 casos de desaparecidos constantes num “Dossiê” organizado pelos familiares. Considerada por muitos um grande avanço, a Lei sofreu algumas críticas por parte dos familiares de mortos e desaparecidos, em razão do fato de que cabia a eles apresentar indícios sobre a morte e localização dos corpos - tarefa bastante árdua em função das lacunas na documentação. Além disso, os familiares postulam que esta responsabilidade cabe ao Estado.

<sup>459</sup> São narradas, por exemplo, as tensões geradas a partir da definição de alguns casos como os de Carlos Lamarca, Carlos Marighella e Zuzu Angel, a respeito dos quais os representantes das Forças Armadas não concordavam com o reconhecimento da responsabilidade do Estado nas mortes e com a indenização às famílias. Evidenciando a atualidade dessa questão, vale ressaltar que, no início de outubro de 2007, a Justiça Federal concedeu uma liminar suspendendo os efeitos da portaria de anistia política nº 1.267, que pagaria R\$ 902 mil para a família de Lamarca, relativa à sua promoção *post-mortem* a general de brigada. O autor da ação foi o Clube Militar do Rio de Janeiro. A juíza Claudia Maria Pereira Bastos Neiva acatou a alegação de que Lamarca não poderia ser beneficiado pela Lei de Anistia, porque desertou do Exército. Além disso, em seu despacho, a juíza considerou “altamente questionável a opção política de alocação de receitas para pagamento de valores incompatíveis com a realidade nacional, em uma sociedade carente de saúde pública em padrões dignos, deficiente na educação pública, bem como nos investimentos para saneamento básico, moradia popular e segurança”. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acessado em 5 de outubro de 2007.

<sup>460</sup> BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Apresentação. p. 10.

Nas páginas do livro, é reiterado repetidamente o seu caráter não revanchista, como aparece destacado na apresentação:

“Nenhum espírito de revanchismo ou nostalgia do passado será capaz de seduzir o espírito nacional, assim como o silêncio e a omissão funcionarão, na prática, como barreira para a superação de um passado que ninguém quer de volta. O lançamento desse livro na data que marca os 28 anos da publicação da Lei da Anistia, em 1979, sinaliza a busca de concórdia, o sentimento de reconciliação e os objetivos humanitários que moveram os 11 anos de trabalho da Comissão Especial.”<sup>461</sup>

Em entrevista concedida para a Rádio Nacional de Brasília no dia 13 de setembro de 2007, o Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, novamente reafirmou o “clima de compreensão e concórdia” que marcou o lançamento do livro e lembrou a necessidade de “darmos as mãos”, “sem revanchismo, sem retorno ao passado”. Questionado sobre uma possível crise com as Forças Armadas, lembrou que as críticas em relação ao livro partiram de grupos que se envolveram com as próprias mãos na repressão, se articulam em *sites* na internet, mas não representam a totalidade das Forças Armadas.

Na entrevista, um jornalista pontuou que a Organização das Nações Unidas aponta três obrigações básicas para os países que passaram por experiências ditatoriais: apurar a verdade, reparar os atingidos e responsabilizar os culpados. Diante da pergunta se o Brasil estaria cumprindo estas exigências, o Ministro afirmou que o item “responsabilização” não tem sido pautado, por gerar inúmeras controvérsias. Além disso, disse que a responsabilização não é proposta no livro, mas que este dá conta de uma “responsabilização histórica”, porque, a partir de sua publicação, não se admitem mais duas versões: os desaparecidos foram mortos. Para os familiares que desejarem exigir reparação, esta pode ser pleiteada através das instâncias judiciais ou dos organismos internacionais de direitos humanos.<sup>462</sup>

As idéias de “conciliação”, de “dar as mãos” e de “concórdia” remetem para a tentativa de construir uma memória nacional oficial sobre este passado que busque manter a coesão dos grupos e instituições componentes da sociedade brasileira. Afinal, segundo Pollak:

---

<sup>461</sup> Idem.

<sup>462</sup> A entrevista, concedida à NBR (Canal de Televisão do Governo Federal) e à Rádio Nacional, com a participação de jornalistas de diversas emissoras de rádio do país, ocorreu dia 14 de setembro, e foi retransmitida na tarde do dia 15 de setembro de 2007 pela NBR.

“A memória, essa operação seletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.”<sup>463</sup>

Para se manter esta coesão, criam-se espaços de negociação, cala-se, evitam-se “controvérsias”. Em relação ao livro, ainda que a questão da responsabilização dos envolvidos em crimes de tortura e desrespeito aos direitos humanos não tenha sido mencionada na publicação e nos discursos oficiais referentes a ela, e que o espírito “não revanchista” da obra tenha sido reiterado inúmeras vezes por representantes do governo, não foi possível evitar constrangimentos e a reação de setores militares, o que pode ser evidenciado pelas críticas ao trabalho e pela própria recusa dos Comandantes das Forças Armadas em participar da cerimônia de lançamento.<sup>464</sup>

A publicação de *Direito à memória e à verdade* é significativa no sentido de representar uma posição do Estado diante das práticas repressivas do período, tornando “oficial” a versão dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e de organizações de direitos humanos. Tais memórias, que estes grupos há muito tempo vêm construindo e elaborando, ganham, assim, outra dimensão social e política. O próprio título do livro já apresenta uma associação direta entre memória e verdade, e sugere uma reivindicação não só de que essas lembranças possam ser ditas e ouvidas pela sociedade – o direito à memória – mas uma indicação de que, a partir delas, seja possível compreender a verdade sobre a história da ditadura no Brasil – o direito à verdade.

Portanto, pode-se dizer que esta memória, de certa forma, se tornou oficial. Ao historiador cabe identificar os processos e atores que intervieram no trabalho de constituição e

---

<sup>463</sup> POLLAK, Memória, esquecimento, silêncio, op. cit., p. 9.

<sup>464</sup> O Alto Comando do Exército enviou nota oficial reagindo contra o lançamento do livro. Segundo a nota, assinada pelo Comandante do Exército, Enzo Martins Peri, e entregue ao Ministro da Defesa, Nélson Jobim, “fatos históricos têm diferentes interpretações”. O texto também criticou a discussão em torno da Lei da Anistia, afirmando: “Colocá-la em questão importa em retrocesso à paz e à harmonia nacionais”. Para mais informações, ver reportagem: Ministro há um mês, Jobim tem primeira crise com militares. *Folha Online*, 1 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u324901.shtml>. Acesso em novembro de 2007. Sobre a ausência dos Comandantes das Forças Armadas no lançamento do livro, ver reportagem publicada pela Agência Brasil em 29 de agosto, disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/29/materia.2007-08-29.1007210820/view>. Acesso em novembro de 2007. Em relação às críticas de setores militares, um exemplo é a matéria publicada pela *FolhaOnline* em 28 de agosto: “Livro que acusa a ditadura por torturas irrita militares”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u323587.shtml>. Acesso em novembro de 2007.

de formalização de tais lembranças. Mais especificamente, e tomando emprestado o conceito de Henry Rousso, utilizado por Pollak<sup>465</sup>, é importante pensar no “enquadramento” que as referidas recordações sofreram ao longo do tempo.

Alguns dos atores responsáveis por esta organização da memória coletiva são os próprios movimentos de familiares de mortos e desaparecidos e os grupos de direitos humanos, aqueles que falam em nome das vítimas, ou seja, de um coletivo. Em relação às ações de tais grupos, vale destacar a elaboração do Projeto BRASIL NUNCA MAIS, uma extensa pesquisa produzida por pessoas e entidades vinculadas à defesa dos direitos humanos, realizada entre 1979 e 1985, através da localização, organização e análise de documentos oficiais (mais especificamente, cópias dos processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar Brasileira entre 1964 e 1979) que evidenciavam as práticas de violência e repressão empregadas pelo regime civil-militar. Tal pesquisa se tornou referência para o estudo da história do período e para a luta em torno dos direitos humanos no país.

Tiveram papel fundamental também neste trabalho de enquadramento, os livros de memória publicados; os filmes e documentários produzidos sobre o período<sup>466</sup>; e as minisséries de televisão, como *Anos rebeldes*<sup>467</sup>, exibida em 1992 pela Rede Globo, que se tornou um grande sucesso de público.

Também se faz necessário pensar sobre os significados e os limites desta memória oficial. Pollak chama a atenção para o caráter “destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”. O autor opõe a essas memórias enquadradas, as memórias subterrâneas que, “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas”, surgem como um contraponto à memória oficial ou nacional. Estas memórias subterrâneas, de acordo com o sociólogo, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise e sobressaltos bruscos e exacerbados.”<sup>468</sup>

---

<sup>465</sup> POLLAK, *Memória, esquecimento, silêncio*, op. cit., p. 9 – 10. \_\_\_\_\_. *Memória e identidade social*, op. cit., p. 206 – 207.

<sup>466</sup> Alguns exemplos de filmes relacionados ao tema produzidos nos últimos anos no Brasil: *Lamarca* (Sérgio Rezende, 1994, 130 min); *O que é isso, companheiro?* (Bruno Barreto, 1997, 105 min); *Ação entre amigos* (Beto Brant, 1998, 78 min); *Dois córregos: Verdades Submersas no Tempo* (Carlos Reichenbach Filho, 1999, 107 min); *Araguaia: A conspiração do silêncio* (Ronaldo Duque, 2004, 105 min); *Quase dois irmãos* (Lúcia Murat, 2005, 102 min); *Cabra Cega* (Toni Venturi, 2005, 107 min); *Zuzu Angel* (Sérgio Rezende, 2006, 110 min); *O ano em que meus pais saíram de férias* (Cao Hamburger, 2006, 110 min) e *Batismo de Sangue* (Helvécio Rattón, 2007, 110 min). Em relação aos documentários produzidos, podemos citar: *Quinze Filhos* (Maria Oliveira e Marta Nehring); *Velho*, sobre a vida de Luiz Carlos Prestes (Toni Venturi, 1997, 105 min); *Novembrada* (Eduardo Paredes, 1998, 20 min); *Barra 68*, sem perder a ternura (Vladimir Carvalho, 2000, 80 minutos); *Tempo de resistência* (André Ristum e Leopoldo Paulino, 2004, 115 min); *Vlado – 30 anos depois* (João Batista de Andrade, 2005, 85 min); *Caparaó* (Flavio Frederico, 2006, 77 min) e *HÉRCULES 56* (Silvio Da-Rin, 2006, 94 min).

<sup>467</sup> Minissérie escrita por Gilberto Braga e dirigida por Dênis Carvalho, exibida pela Rede Globo em 1992.

<sup>468</sup> POLLAK, *Memória, esquecimento, silêncio*, op. cit., p. 4.

É neste sentido que buscamos pensar as lembranças dos *arrepentidos*: como elas podem ser situadas e compreendidas, visto que não estão enquadradas nem como parte da memória oficial da esquerda, nem da dos militares, nem da do próprio Estado? Há espaço para que sejam integradas à memória coletiva da Nação? Ou estão fadadas a permanecerem “subterrâneas”?

Percebe-se, de forma geral, que estes indivíduos ficaram marcados de forma negativa por grande parte dos militantes de oposição ao regime, principalmente nos primeiros anos que se seguiram aos depoimentos públicos.

A reação imediata dos antigos companheiros, compreensível naquele contexto, pode ser percebida em algumas notícias publicadas na época. Duas semanas após o *arrepentimento* de Massafumi, por exemplo, o jornal *Folha da Tarde* afirmou que um grupo de militantes teria arremessado de cima de um prédio da rua Santa Teresa, em São Paulo, panfletos com o título “O que Massafumi deixou de dizer”. Assinado pela Unidade Operária, o manifesto acusava Massafumi de ter vínculos com a polícia e tratava das questões nacionais que ele havia “esquecido” de mencionar em suas declarações à imprensa.<sup>469</sup> Um texto com título semelhante – “O que Massafumi não disse nem poderia dizer” - foi publicado no “Dossier sul Brasile”, lançado pelo Centro de Ação e Documentação da América Latina (Centro Azione e Documentazione Sull’America Latina), com sede na Itália, em um volume dedicado ao Brasil (1964-1970 – *Do golpe de estado à violência institucionalizada*). Nele, há uma série de denúncias sobre o tratamento dispensado aos presos políticos pelo governo brasileiro: relata-se a prisão de padres, a existência de tortura e a situação de alguns presídios, que são comparados a campos de concentração. No título, ao lado do nome de Massafumi, há uma nota de rodapé que diz: “Massafumi é um estudante japonês que depois de ter participado de uma ação da VPR, traiu a causa revolucionária, vendendo-se à ditadura.” No final do artigo, afirma-se que “é isso que Buzaid<sup>470</sup> e Massafumi não disseram no documentário apresentado pela televisão alemã; Massafumi hoje é um artista aprisionado pela ditadura e já possui um automóvel.”<sup>471</sup>

Em outro artigo publicado no jornal *Política Operária*, órgão mensal do POC, também evidencia-se a indignação e a preocupação das organizações diante das declarações do referido militante. O texto “As lições dos últimos tempos” afirmava que as forças

---

<sup>469</sup> KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p. 310.

<sup>470</sup> Alfredo Buzaid era Ministro da Justiça e, naquele momento estava viajando pela Europa, na tentativa de melhorar a imagem do Brasil, bastante abalada pelas inúmeras denúncias de desrespeito aos direitos humanos que surgiram na época, como abordamos no Capítulo 2.

revolucionárias se encontravam no fim de uma etapa “que se caracterizou por um predomínio no cenário político das ações realizadas pelas organizações militaristas”, sendo necessária uma “avaliação global do que representou esse período”. E prosseguia:

“Essa tarefa assume maior urgência se se leva em conta a atual relação de forças entre a direita burguesa e a Esquerda Revolucionária. É necessário ver que essa etapa representou, apesar dos avanços conseguidos, uma batalha parcial perdida. Estamos acuados pela repressão, isolados das massas e enfrentando agora uma investida demagógica do governo, baseada inclusive nos próprios traidores da revolução (Massafumi e outros).”<sup>472</sup>

Portanto, a organização identificava os episódios de *arrepentimento* como partes de uma manobra do regime, de uma “investida demagógica do governo”; e Massafumi e os demais militantes que se retrataram eram encarados como traidores da revolução.

Tal reação negativa por parte de antigos companheiros igualmente pode ser visualizada em alguns livros de memórias escritos por ex-integrantes de grupos que lutavam contra a ditadura. É o caso, por exemplo, de *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender. Segundo o autor, o dia 21 de maio de 1970 marcou uma data memorável no Presídio Tiradentes, quando os cinco presos da cela 6 do Segundo Pavilhão saíram em trajes de visita e, em rede nacional, inauguraram os episódios de arrependimento:

“O Tiradentes entrou em rebuliço. Por meio de comunicações intercelas – inclusive usando a linguagem digital e gestual dos surdos-mudos, que alguns presos políticos aprenderam – acertou-se a recepção aos novos astros da TV. De propósito, eles só regressaram às duas da madrugada. Não adiantou. Assim que despontaram no topo da escada do Segundo Pavilhão, começou a gritaria: -Traidores! Traidores! Fora! Fora! Abaixo a ditadura! No mesmo instante, o coro ritmado recebeu o reforço do pessoal do Primeiro Pavilhão e dos presos comuns. O Presídio parecia a um passo do motim. Enquanto isso, os habitantes da cela 6 se recusavam a deixar entrar os renegados. (...) Chegou-se a um acordo: os habitantes da cela 6 saíram com seus colchões para outras celas e as vedetes puderam entrar.”<sup>473</sup>

Também conforme Gorender, devido à pressão dos presos, os cinco “renegados” foram removidos do Presídio Tiradentes ainda naquela manhã. Percebe-se, em sua narrativa,

---

<sup>471</sup> CENTRO Azione e Documentazione America Latina. *Dossier Sul Brasile*. Milano: Sapere Edizioni, 1970. p. 147-151. Acervo CEDEM/UNESP. O texto é escrito originalmente em italiano e foi traduzido pela autora.

<sup>472</sup> *Política Operária*, n. 22, julho de 1970. p. 2.

<sup>473</sup> GORENDER, op. cit., p. 221-222.

que as retratações protagonizadas pelos cinco presos da cela 6 foram sentidas por ele e seus companheiros políticos como uma traição grave, capaz de fazer eclodir um “quase motim”.<sup>474</sup>

De uma perspectiva semelhante, Alfredo Syrkis, em *Os carbonários*, relata como recebeu o *arrependimento* de Celso Lungaretti, codinome *Lourenço*, seu ex-companheiro na VPR:

“Crispado de horror, eu assistia na TV de um bar de esquina, o ex-companheiro abjurar. Sabíamos que ele tinha aberto tudo que sabia, provocado dezenas de quedas, inclusive o Vale do Ribeira. Mas, uma coisa era o sujeito abrir na tortura, outra era o nível de colaboração que implicava aquele espetáculo degradante”.<sup>475</sup>

E prossegue: “Aquilo era uma diabólica arma da guerra psicológica, pois tinha um poder desmoralizante, além de dar verossimilhança às mentiras veiculadas a nosso respeito.”<sup>476</sup>

Sirkis revela, *a posteriori*, uma percepção daqueles episódios como armas da “guerra psicológica” empreendida pelo governo, mas não deixa de responsabilizar individualmente o ex-companheiro por sua participação naquele “espetáculo degradante”, pelo que ele chama de abjuração, ou seja, a renúncia às crenças em nome das quais ambos lutaram juntos.

Em *Verás que um filho teu não foge a luta*, João Carlos Bona Garcia fala sobre o episódio de *arrependimento* de Irgeu Menegon, seu ex-companheiro na VPR, que com ele havia participado da tentativa frustrada de seqüestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre. Segundo Bona Garcia, ao assinar o documento em que manifestava sua negativa de sair do Brasil, Menegon ficou “bem com a polícia, mas marcado pelo resto da vida como alguém que vacilou, que não agüentou, que não falou a verdade”. E complementa: “Mesmo naquela ocasião, em que a perspectiva do futuro era muito incerta, a pessoa deve ter calma e dar-se conta que a situação não vai durar a vida toda. Foi um momento de fraqueza, de oportunismo.”<sup>477</sup>

Estes relatos nos ajudam a compreender como se delineou uma determinada imagem dos *arrependidos*, expressa em termos como “traidores”, “renegados”, “vedetes”, “fracos”, “oportunistas”; desvios na imagem heróica dos opositores do regime que, por vezes, se tenta construir. Além disso, relatos referentes a tentativas frustradas de cooptar militantes para os

---

<sup>474</sup> O episódio parece ter sido bastante significativo para os presos do Tiradentes. No já citado livro escrito por ex-presos políticos que estiveram no presídio, há quatro autores que abordam a primeira retratação pública, ainda que de forma tangencial. No total, 32 militantes escreveram textos a partir de suas lembranças e experiências no Tiradentes, reunidos no capítulo “Memória Viva”.

<sup>475</sup> SIRKIS, op. cit., p. 210.

<sup>476</sup> Idem, p. 211.

*arrependimentos* públicos reforçam ainda mais a idéia de que aqueles haviam fracassado. No já citado livro *Guerra é Guerra, dizia o torturador*, por exemplo, Índio Vargas narra um episódio de sua estada na prisão da Ilha das Flores, em Porto Alegre, intitulado “O Coronel não conseguiu o desbunde”. Nele, o autor nos conta sobre a tentativa do Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, Coronel Jaime Mariath, em conseguir mais militantes para participarem das retratações, sem obter sucesso. Quando ele se retirou, os prisioneiros começaram a cantar *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, e um dos presos gritou: “Guerrilheiros! Aprontem-se para o grande ‘desbunde’ no Fantástico, Show da Vida, com direito a cachê, domingo próximo.”<sup>478</sup>

O uso freqüente de termos como “traidores” ou “desbundados”<sup>479</sup> revela esta postura de repúdio de inúmeros setores da esquerda em relação aos militantes que se retrataram. Percebe-se, portanto, o quanto a construção das lembranças acerca de tais episódios foi pautada por julgamentos, por vezes feitos sem levar em conta as condições nas quais alguns destes depoimentos foram concedidos.

Na imprensa, reportagens posteriores que abordaram as retratações também acabaram reproduzindo algumas destas imagens. A primeira matéria que encontramos sobre o tema numa perspectiva de distanciamento temporal, ou seja, afastada do “calor da hora”, data de novembro de 1979, e foi publicada pela *Revista Isto É*. Sob o título *A esquerda e a repressão* – Como se fabricavam os arrependimentos, o jornalista Nunzio Briguglio trata dos episódios mais famosos e traz trechos de entrevistas realizadas com alguns ex-militantes, como Marcos Vinício, Rômulo Fontes e Manuel Henrique Ferreira. Logo no início de sua reportagem, Briguglio fala dos *arrependidos* e alerta:

“Alguns, de difícil localização, não podem contribuir para o resgate da memória daquele período. Mas outros contam suas histórias – e elas são reproduzidas com a ressalva de que tais pessoas não são o paradigma do comportamento da esquerda. Cinquenta, se tanto, não se confundem com os cerca de 350 mortos e desaparecidos que a

---

<sup>477</sup> GARCIA, J. Bona. op. cit., p. 71-72.

<sup>478</sup> VARGAS, op. cit., p. 155.

<sup>479</sup> Daniel Aarão Reis faz uma reflexão importante a respeito deste termo: “(...) devemos ter, sempre, compaixão dos que não agüentaram os maus-tratos. *Desbundado* foi uma palavra inventada pelos caras ‘duros’ de vanguarda que, assim, se referiam desprezivelmente a todos que não viam com bons olhos a aventura das esquerdas armadas. Depois, passou a se referir especificamente às pessoas que cediam diante da tortura. Mais tarde, o termo tornou-se um genérico, designando ambigüamente, seja os que eram contra a luta armada, desqualificando-os, seja os que cediam diante da tortura. Enfim, trata-se de um termo pejorativo, e deve ser usado com muito cuidado. Em tempo: os torturadores gostavam muito de utilizá-lo.” Citado por KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit., p. 304. Pode-se perceber que essa denominação, por vezes, foi introjetada pelos próprios *arrependidos*, como mostram algumas das entrevistas que examinaremos a seguir.

esquerda contabiliza nos últimos quinze anos. E morreram justamente por defenderem as idéias da esquerda.”<sup>480</sup>

Portanto, na ótica do jornalista, os indivíduos que se retrataram são exceções à regra, ao “paradigma do comportamento da esquerda”, ou seja, sua postura não pode ser confundida com a da esquerda como um todo; ele opõe, assim, os mortos e *desaparecidos* políticos – que morreram lutando por um ideal - aos *arrepentidos*, visando estabelecer uma comparação ética entre eles, ignorando que, por muito tempo, ambos estiveram do mesmo lado da trincheira. Avaliações como a sua contribuíram para a consolidação de uma imagem negativa a respeito dos últimos, para o seu “não lugar” na memória relativa à resistência à ditadura que se quer, por vezes, preservar.

\* \* \*

Parece-nos, no entanto, que este cenário vem sofrendo modificações nos últimos anos. O conhecimento sobre o período tem se ampliado; novos estudos trouxeram outras nuances para o entendimento da repressão e da resistência. Diferentes testemunhos, entrevistas e livros de memórias foram publicados, ampliando o leque de representações referentes aos “anos de chumbo” e possibilitando novas ingerências sobre a memória coletiva acerca da experiência ditatorial brasileira. Neste movimento, surgem e forjam-se também espaços para memórias até então subterrâneas como as dos *arrepentidos*. Visando explicar tal fenômeno, cabe trazer novamente as reflexões de Pollak, que indicam que todo o testemunho se ancora nas condições sociais que possibilitam a sua comunicação e a sua escuta, conjunturas estas que evoluem com o tempo e variam de lugar para lugar.<sup>481</sup>

Neste sentido, é preciso levar em consideração que esta nova conjuntura está relacionada à própria decepção de significativos setores da esquerda com os rumos do governo Lula, do qual fazem ou fizeram parte personagens destacados da luta armada, o que ajuda a pensar por que tais memórias subterrâneas estão emergindo na atualidade.

O lançamento do livro de memórias de Celso Lungaretti em 2005; a exibição de uma reportagem na *Rede Globo* no mesmo ano, com entrevistas de alguns destes ex-militantes<sup>482</sup>; e o próprio reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte de Massafumi

---

<sup>480</sup> *Isto É*, 21 de novembro de 1979, p. 18.

<sup>481</sup> POLLAK, Michael. *Memória, olvido, silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Ediciones Al Margem, 2006. p. 13.

<sup>482</sup> A reportagem, coordenada pelo jornalista Fernando Molica, foi ao ar no *Jornal da Globo* do dia 8 de novembro de 2005.

Yoshinaga<sup>483</sup> sugerem que há um cenário mais favorável para a emergência de tais vozes, trazendo novas possibilidades de escuta e compreensão das trajetórias e ações destes indivíduos.

O depoimento de Cláudio Gutierrez é revelador desta mudança. Natural do Rio Grande do Sul, ele participou da luta armada, e dois de seus companheiros protagonizaram retratações públicas na televisão. Questionado sobre como compreendeu os *arrepentimentos* naquele momento e como os enxerga hoje, ele nos fala:

“[...] Bom, naquele momento assim, né? Evidente que tu vive, tu vive num clima, num clima de guerra, tu tá num cerco, e tem uma posição muito crítica quando essas coisas acontecem, né? E tu [te] considera traído, tu considera, né? Que essas pessoas passaram pro lado do inimigo. Agora, objetivamente assim, depois de vários anos, né? Eu vejo que boa parte das pessoas tavam quebradas, por ‘n’ questões, hã..., que eram pessoas frágeis, algumas até porque eram muito jovens, porque não tinham um maior embasamento teórico, político, ideológico. E, essa tradição foi um rompimento com um modelo abstrato assim, com um... uma revolução..., uma luta armada que já estava militarmente derrotada, inclusive. Então, tu não, ... eu vejo que foi mais um, uma forma de negação... sem expressão maior, né? Normalmente não implicaram em muitos casos, né? Implicaram prisões, não implicaram novas prisões. Foi apenas... enfim, acho que eu... é uma... uma coisa muito abstrata, né? Tu traír uma revolução impossível, um tro... [risos], não sei se isso é objetivamente uma traição. Eu acho que não.”<sup>484</sup>

E complementa, acrescentando matizes à sua declaração anterior:

---

<sup>483</sup> Massafumi suicidou-se seis anos depois de protagonizar sua retratação pública. Atormentado e com sérios problemas psicológicos, esteve internado por diversas vezes e era constantemente vigiado pela família. Teve dificuldades em permanecer nos empregos que conseguiu e vivia bastante isolado. Em junho de 1976, foi encontrado morto, enforcado com a mangueira de plástico do chuveiro. Tratava-se de sua terceira tentativa de suicídio. Segundo o tio de Massafumi, o sobrinho enfrentou uma série de dificuldades após a retratação: “Mas uma pessoa que recebeu tanta crítica, através de jornal e tudo isso, que foi arrependido... Então, depois que recebeu tudo isso, mais outros que eram publicados, eram publicados quase que diariamente e todo mundo acompanhando, em jornal japonês, em japonês, e brasileiro: *Folha de São Paulo*, etc. Com toda essa pressão, ele, jovem e tudo, não agüentou também, psicologicamente”. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. A partir de uma ampliação da Lei nº 9.140, efetivada em 2004, casos de suicídios reais puderam ser contemplados no sistema de indenizações. Em 2005, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu a responsabilidade do Estado pelo suicídio de “Massa” e a família foi indenizada. Seu nome consta na lista das vítimas da ditadura que integram o livro *Direito à memória e à verdade*, e recebeu destaque na reportagem da revista *Carta Capital* quando do lançamento da obra: “O ‘arrependido’ – O direito à indenização foi estendido ao militante que se suicidou após ser levado a renegar em rede nacional as convicções políticas.” No artigo, consta também uma foto sua, com a legenda: “Massafumi morreu com 27 anos”. *Carta Capital*, 29 de agosto de 2007, Ano XIII, nº 459, p. 11-12. Sobre a repercussão de sua morte na época, ver: Morte em Surdina. *Veja*, 16 de junho de 1976. p. 25. Segundo a reportagem, Massa esteve várias vezes internado para receber tratamento psiquiátrico, vivia em isolamento quase completo e não conseguia “suportar seus fantasmas interiores.” Em outra matéria, da revista *Isto É* de novembro de 1979, o jornalista Sérgio Buarque de Gusmão escreveu que, depois do *arrepentimento*, Massa nunca mais teve paz: “No emprego, na escola, era sempre um arrependido.” *Isto É*, 21 de novembro de 1979. p. 18.

<sup>484</sup> Entrevista concedida à autora em maio de 2007, na cidade de Porto Alegre.

“Agora... tem diferentes níveis de responsabilizações nessa história, né? [...] O cara que colaborou na tortura, seja de esquerda ou não, que levou à morte, né?... de companheiros, né?, através de traição mesmo, né? Eu acho que isso aí não tem o que rever. Agora, como eu te digo assim ó, eu acho que declarações abstratas, né? É traição a uma revolução impossível, não vejo que isso aí seja um..., em si, né? Que isso aí seja um fato que não se perdoe [risos].”<sup>485</sup>

A fala de Gutierrez sugere que o passar do tempo e a conjuntura histórica atual abriram caminho para diferentes percepções e interpretações a respeito dos *arrepentimentos*, inclusive por parte de setores da esquerda. Estas mudanças e reelaborações também estão presentes na forma como os *arrepentidos* constroem suas memórias na atualidade. Ouvir e pensar sobre as leituras que eles fazem hoje de suas experiências de vida e, mais especificamente, das retratações, é essencial para se compreender tais episódios e também como atuam os mecanismos, coletivos e individuais, da memória e do esquecimento. O que agora segue é um esforço neste sentido.

### **3.2. “A coisa modificou muito mais a vida da gente do que a história” - As memórias dos militantes que protagonizaram retratações públicas**

Neste subcapítulo, serão apresentados e analisados fragmentos das falas de seis militantes *arrepentidos*: Celso Lungaretti, Gilson Theodoro, Gustavo Barbosa, Irgeu Menegon, Rômulo Romero Fontes e Marcos Vinicio. Os cinco primeiros concederam entrevistas orais à autora, enquanto o último enviou os originais de seu livro de memórias ainda não publicado.<sup>486</sup>

Em relação às entrevistas realizadas, é importante apresentar previamente algumas considerações metodológicas. Como já referido na introdução desta dissertação, optou-se por realizar entrevistas de histórias de vida, que buscam abordar aspectos de toda a trajetória do entrevistado, conjuntamente ao aprofundamento dos temas relevantes à investigação. A partir de uma série de informações empíricas obtidas na pesquisa documental sobre os processos de retratação, foi elaborado um roteiro com perguntas comuns a todos, centrado em alguns pontos-chave, conforme segue:

---

<sup>485</sup> Idem.

<sup>486</sup> Fernando Ponte de Souza também concedeu uma entrevista à autora, por meio de um roteiro de questões que foram respondidas e enviadas via mensagem eletrônica. Porém, ele não terá seu depoimento analisado neste subcapítulo devido à singularidade de seu caso. À Fernando foi atribuída uma declaração de *arrepentimento*, ou seja, o militante não protagonizou uma retratação pública, tampouco ficou “marcado” como *arrepentido*.

- Origem familiar: De onde vieram os teus pais? O que faziam? Onde passaste a tua infância? Alguém da tua família teve algum tipo de envolvimento político-partidário ou sindical?
- Participação política: Como foi o início da tua participação em movimentos políticos? Fale um pouco da tua militância, de quais movimentos e/ou partidos fizeste parte e de quais são as tuas lembranças daquele período.
- Luta armada: Como ingressaste em uma organização clandestina? Fale sobre este período. Quais as lembranças mais marcantes dos tempos da luta armada?
- Prisão e arrependimento: Como aconteceu a tua prisão? Gostaria que tu falasse um pouco sobre o processo que culminou no teu depoimento público. Por que foste à televisão? Como eram feitas as gravações? Como tu te sentias durante essas entrevistas? Chegaste a ir a universidades e/ou escolas conversar com os estudantes?
- O que aconteceu depois: Como foi a reação de outros militantes que estavam presos junto contigo? Como foi a reação da tua família? Foste vigiado ou monitorado de alguma forma pelos agentes do governo? Como teus antigos companheiros te receberam? Em algum momento, sofreste preconceito por ter ido à televisão? Foi-te concedido algum benefício (como redução de pena, etc) depois das tuas declarações? Como tentaste recomeçar a tua vida?
- Visão retrospectiva: Hoje, tanto tempo depois do acontecido, como te sentes em relação aos acontecimentos de 1960/1970? Como é para ti conviver com este passado?

Além deste roteiro básico, outras questões foram acrescentadas a partir do conjunto de dados obtidos sobre cada entrevistado. Vale ressaltar também que, ao longo das entrevistas, geralmente outras perguntas e temas se interpuseram, suscitados pelas falas dos depoentes.

As entrevistas de histórias de vida nos trazem inúmeras informações e fragmentos significativos da memória de nossos interlocutores. Essa riqueza, no entanto, implica também um trabalho de seleção, tanto da parte do entrevistado quanto da parte do entrevistador. Neste último sentido, é importante esclarecer que nem todas as questões que emergem dos referidos depoimentos puderam ser apresentadas e analisadas na presente dissertação. Talvez o leitor, a partir de diferentes perguntas e olhares, escolhesse outros elementos que permeiam as histórias aqui narradas. Para essa análise, privilegiou-se uma reflexão sobre as seguintes questões que aparecem com centralidade nos depoimentos: a sinceridade ou não das

declarações concedidas na época, a experiência da prisão e da tortura, a reação de antigos companheiros e as tentativas de reconstrução de suas vidas. Buscou-se problematizar pontos comuns e recorrentes nas falas dos entrevistados, assim como evidenciar aspectos singulares de suas lembranças, na tentativa de se delinear os contornos da memória coletiva deste grupo. Pontuadas essas questões, passa-se então a apresentar e examinar algumas falas de nossos personagens.

\* \* \*

Um dos objetivos centrais da investigação aqui proposta é compreender o que teria levado estes militantes a participarem dos processos de retratação pública. Tal questão já mereceu uma abordagem detalhada no primeiro capítulo, mas as falas dos *arrepentidos* hoje acrescentam outras nuances ao que antes foi apresentado, como a que diz respeito à sinceridade de alguns “desabafos” presentes nos depoimentos concedidos na época.

Neste sentido, é bastante significativo o testemunho de Marcos Vinicio. Segundo ele, logo após sua prisão, já se dera conta de que a luta armada era um equívoco. O ex-militante afirma que percebeu que, à radicalização das organizações de esquerda, seguia-se uma radicalização ainda maior por parte dos órgãos de segurança. O próprio título de seu livro remete a essa questão. A expressão *Roleta Cubana* teria sido utilizada por ele para caracterizar os prováveis desdobramentos do seqüestro do embaixador alemão Von Holleben, em junho de 1970. Marcos diz que acreditava que, após a libertação do diplomata, haveria uma intensificação da repressão. Ao tratar desta questão com um companheiro de prisão na época, teria dito: “Estão jogando com a vida de todos. Agora, é a ‘roleta cubana’. [...] Um jogo suicida, você não vê? Como a ‘roleta russa’, só que mais sofisticada.”<sup>487</sup>

O autor busca mostrar como esses grupos, chamados por ele de “terroristas”, acabavam contribuindo para a manutenção da repressão política e para o fortalecimento dos setores “linha dura” dentro do governo, o que justificaria os manifestos lançados em maio de 1970, os quais, segundo ele, seriam o início de uma campanha política pela democratização e pacificação do país.

Na sua versão dos fatos, as críticas à esquerda presentes nas suas declarações de 1970 foram motivadas por esta perspectiva de rompimento com a luta armada, e seriam, portanto, sinceras. Em outro momento do livro, Marcos fala sobre o termo *arrepentido*, que lhes foi atribuído pela imprensa:

---

<sup>487</sup> SANTOS, op. cit. s/p.

“Talvez devido à provocação lançada no Tiradentes – quando nos chamaram de ‘Madalenas arrependidas’-, fiquei ressentido com a pecha de ‘terroristas arrependidos’, que a imprensa nos pregou. Eu tinha uma visão preconceituosa e subjetivista do termo. Achava que ‘arrependimento’ era apenas uma manifestação sentimental, subjetiva, sem nenhum valor. Então, comecei a dizer, tolamente, que ‘não me arrependia de nada do que havia feito, somente do que não havia’... Daí, uns jornalistas começaram a me questionar: Se não me arrependera, então o que é que eu fizera? Respondi que fizera uma ‘reformulação de posições políticas’... A resposta deu um tom cômico a essa minha querela com a imprensa e passamos algum tempo discutindo se eles deveriam nos chamar de ‘terroristas arrependidos’ ou de ‘ex-terroristas’, como eu queria. Era pura bobagem, mas ganhou ares de importância em nossa relação com a opinião pública. Mais tarde, admiti que havia ‘reconhecido meu erro e mudado de opinião’, o que não dizia outra coisa, senão que eu me arrependera....”<sup>488</sup>

A explanação de Marcos evidencia uma mudança radical de posição – ou “reformulação de posições políticas”; e, por mais que não gostasse do termo na época, ressalta hoje que havia realmente se arrependido.

Em sua entrevista à autora, Rômulo Fontes também destacou a sinceridade dos pronunciamentos realizados naquele momento. Ao falar do regime implantado em 1964, ele afirmou que havia

“[...] apoio a certas coisas. Por exemplo, **havia sinceridade e muita da nossa parte**. Apoio ao Projeto Rondon, entendeu? Ao Movimento de Alfabetização, há..., que por sinal hoje os caras reconhecem que é mais sério do que se pensava. E, e... também, aí é que tá, veja bem, não vai nada de pessoal com ninguém. Mas é importante frisar, hoje quase quarenta anos depois, entendeu? Que parte da esquerda que tá hoje aí no poder teve lá com a gente, e ó... deu no que deu!”<sup>489</sup>

Em outro momento da entrevista, ele complementou: “E não teve nada de barganha, de pieguice, entendeu?, não teve coisa desse tipo, muito menos de imposição.”<sup>490</sup>

Rômulo reafirma hoje a sinceridade do grupo ao redigir os manifestos lançados em maio de 1970, citando alguns projetos e ações do governo militar que eles apoiavam. Ao mesmo tempo, legitima sua posição da época, a partir de uma avaliação sobre “parte da esquerda” que hoje está no poder e que “deu no que deu”. É como se ele buscasse evidenciar o acerto de suas atitudes e críticas pretéritas com base em uma série de “certezas” relativas aos problemas do governo atual, composto por “parte” desta mesma esquerda. Percebe-se, na

---

<sup>488</sup> SANTOS, op. cit. s/p.

<sup>489</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. Grifo da autora.

sua forma de elaborar a memória, um movimento inverso do habitual (em que o passado legitima o presente): na fala de Rômulo, são as experiências do momento atual que conferem sentido às ações e convicções do passado.

Para dar ênfase à legitimidade das declarações que fez em 1970, Rômulo procura contrapô-las às retratações posteriores. De forma mais geral, pode-se notar nas falas dos participantes do primeiro grupo de *arrepentidos*, que estes fazem questão de diferenciar seus depoimentos dos que se seguiram, com exceção daqueles nos quais tiveram algum tipo de participação. Assim, em determinado momento de sua entrevista, Rômulo afirmou:

“Depois da gente, dos cinco que fizeram aquele manifesto, aquela posição lá abalou, depois, não tá correndo por nossa conta, inclusive até eu falo pra não ter problema, não tenho nada pessoal contra ele, certo, **mas o nosso caso não tem nada a ver com o senhor Lungaretti, nada.** É por isso que eu não adianto nenhum juízo de valor a respeito do caso dele, certo? Entendeu? Que, não, não ponho em cheque a credibilidade do que ele fala, não ponho nada certo, não tenho nada a ver mesmo, pelo menos no meu caso, certo? Que depois veio o episódio do Massafumi, e aí o episódio Massafumi a minha participação é pouquíssima, só mais de continuar a... o apoio, o apoio, a participação total foi do Marcos Vinício.”<sup>491</sup>

Este último, em uma perspectiva aproximada, embora mais taxativa, no inédito *Roleta Cubana*, narra o momento em que um agente do SNI, chamado no livro de *Coelhão*, trouxe-lhe um jornal com as declarações de Lungaretti:

“Sentei-me e êle me estendeu o jornal, dobrado numa matéria. Olhei e não gostei nem um pouco do que vi: o Celso Lungaretti, entre algumas verdades, declarava tolices e falsidades, além do fato de ainda estar sob interrogatório policial. Aquilo era um ‘abraço de afogado’ e apenas ajudava a nos desacreditar. Fiquei entre penalizado e irritado e exclamei alguma coisa desagradável. O delegado estranhou minha reação e falou:

- Ora, pensei que você fosse gostar. Vim até aqui, pensando que você até poderia enviar um telegrama de congratulações para êle.
- Olha doutor, a única coisa boa que acontece aqui é a sua presença, porque precisamos conversar. Não podemos mais ficar isolados. Durante o seqüestro do alemão, perdemos uma boa oportunidade de reverter o processo, e, ainda há pouco, o Massafume estabeleceu contato comigo. Talvez êle queira se render. Temos que ir à imprensa com argumentos e fatos verdadeiros. Apresentar declarações de quem está sob tortura não vai convencer ninguém.

---

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> Idem. Grifo da autora. Na mesma entrevista, Rômulo afirma que seu grupo também teve “alguma ligação” com o depoimento do suíço Hans Manz. No relato de Marcos Vinício, este afirma que Manz foi transferido para a mesma prisão onde o grupo dos primeiros *arrepentidos* se encontrava, e que eles teriam lhe passado o contato de um agente do DOPS, o qual preparou a sua retratação.

- É, mas se êle pensa desse jeito, então também deve ter o direito de falar. É um princípio democrático...

Eu não estava disposto a discutir ali o ‘abraço’ consumado do Lungaretti. Fiquei, por um lado, com pena dele, principalmente porque sabia que ele não era sincero em suas declarações; por outro, fiquei irritado e preocupado com a deturpação de nossos propósitos. Aquilo estava mais para os ‘processos de Moscou’, que do Brasil. Disse pro delegado que poderia mandar o telegrama – ‘tudo bem’ – mas que dali em diante teríamos que manter contato permanente com o DOPS.”<sup>492</sup>

Marcos Vinicio atribui, pois, um caráter especial, de “verdade”, ao “movimento” iniciado por seu grupo; ele desejava preservá-lo e temia que as idéias contidas nos seus manifestos pudessem ser “desacreditadas” ou “deturpadas” por declarações como as de Lungaretti, realizadas sob tortura. Marcos afirma que este último declarou tolices e falsidades no seu depoimento. Contudo, deve-se lembrar que as falas atribuídas a Lungaretti, eram similares àquelas veiculadas por Marcos Vinicio e seu grupo, conforme apontado no segundo capítulo desta dissertação. Em todas, havia uma crítica às organizações de esquerda, um apelo aos jovens para que não ingressassem na luta armada e elogios ao governo; ou seja, na prática, seguiam a mesma lógica.

Tanto Marcos como Rômulo afirmaram que não houve imposições dos agentes do governo em relação ao que deveriam escrever no manifesto ou dizer em suas manifestações públicas. Assim, percebe-se que ambos buscam conferir aos manifestos divulgados por seu grupo em maio de 1970 certa autonomia e independência que, na realidade, não tinham, nem poderiam ter. Como veremos a seguir, a própria negação da tortura evidencia os limites do que então poderia ou não ser dito.

Gustavo Barbosa também tratou da questão da sinceridade das declarações de *arrependimento*, ao ser questionado se ele e seus companheiros estavam “rachados” com a organização a qual pertenciam no momento da retratação:

**“Todos fomos sinceros.** A gente realmente não falou só pra negociar a saída, não. Não foi uma coisa assim, falar pra ser solto. Claro que a gente queria ser solto, mas a gente também achava que não valia a pena ficar preso por uma coisa que a gente não acreditava. Era um pouco por aí. Então todo mundo tava realmente rachado nesse sentido. Eu lamentava não ter desbundado antes de ter sido preso.”<sup>493</sup>

---

<sup>492</sup> SANTOS, op. cit. s/p. Vale destacar que, em sua narrativa, o autor comete um erro cronológico: no momento da retratação de Lungaretti (9 de julho), Massafumi já havia sido levado à televisão (3 de julho).

<sup>493</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. Grifo da autora. Em seu depoimento, Gustavo fala genericamente da sinceridade de todos os companheiros que se retrataram com ele. Vale ressaltar, contudo, que João Arnolfo, militante da VAR-Palmares de Goiás que se retratou publicamente na mesma ocasião, afirma que foi torturado e manipulado psicologicamente, explicando assim sua ida à televisão. Retirado do site da internet intitulado *Ex-candidato a senador pela coligação PV-PSB-PHS em Brasília - João*

Em outros momentos da entrevista, ele acrescentou:

“Eu acreditei sinceramente, e acho que aconteceu, que era bom passar essa mensagem para os jovens da minha idade, que podiam ter esse sonho como eu tive e que isso não era uma boa. Acreditei mesmo, porque já tinha entrado lá dentro e tinha visto que não era, que se a gente avançasse um pouco mais naquela luta ia ser muito ruim, ia ser uma matança, até entre nós, não ia ser um processo político legal, com boas conseqüências. Pelo contrário. O que eu escrevi no meu depoimento, que ia ser uma guerra fratricida, eu acreditava mesmo naquilo, e ainda hoje acho que ia ser. Acho que se aquele povo tivesse avançado um pouco mais, ia ser uma merda, ia ser muito ruim, ia ser muita morte inútil .”

[Gustavo] – “Foi o que eu falei, eu já não tava acreditando mesmo.”

[Alessandra] – “Foi uma tomada de posição mesmo.”

[Gustavo ] – “Foi. Foi mesmo. Eu diria de novo tudo o que eu disse. Teve uma conseqüência prática naquele momento, que foi a libertação, mas não foi simplesmente uma troca, uma compra e venda, fala isso que eu te solto. Não foi. Realmente eu acreditei no que eu falei, pronto.”

“Saindo disso, rompendo com isso, foi que a gente realmente exerceu uma autocrítica. É pra um garoto como eu, era um exercício de amadurecimento muito grande, muito sofrido. Não só por ter apanhado, por ter sido torturado. A tortura teve conseqüências ruins, psicológicas e físicas, perdi vários dentes, minha audição ficou prejudicada com os repetidos socos nos dois ouvidos ao mesmo tempo, mas eu não falei pelo fato de ter apanhado, porque eu levei porrada, realmente não foi. Eu falei porque, quando eu tava sendo torturado, eu já sabia que tava levando porrada porque tinha feito uma besteira. Que os caras que tavam me dando porrada eram uns filhos da puta, uns cruéis, uns criminosos de estarem batendo em alguém daquele jeito. Que o sistema político que promovia aquela repressão e aquela tortura era um sistema criminoso, que castrava a expressão das novas gerações, que proibia pensamentos divergentes, que torturava cruelmente, muitas vezes até a morte. Mas eu sabia também que, além disso, por trás de tudo aquilo, tinha também um grande equívoco que era de um grupelho de pessoas quererem fazer uma revolução daquele jeito.”<sup>494</sup>

---

*Arnolfo – História de Vida*, acessado em maio de 2005. O *site* não está mais disponível na *web*. Também em mensagem eletrônica enviada à autora, ao aceitar contribuir com a presente pesquisa, Arnolfo ressaltou: “Mesmo informalmente não vemos porque não lhe ajudar a reconstituir uma parte da história da resistência, que foi a lavagem cerebral e o uso de jovens prisioneiros de guerra como armas de propaganda do Exército Brasileiro, inspirada no que aprenderam com os americanos na escola do Panamá, para tentar apressar o esvaziamento da guerrilha anti-ditadura militar no Brasil dos anos 70.” Mensagem eletrônica enviada à autora em 20 de julho de 2004.

<sup>494</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. Grifos da autora.

Gustavo, portanto, não exime os “caras” da repressão e manifesta seu repúdio às práticas utilizadas pelo governo para combater a *subversão*; porém, diz também ter percebido que, “por trás daquilo”, havia um equívoco, reafirmando as críticas feitas às organizações armadas da época, chamadas por ele de “grupelhos”. Ainda lamenta “não ter desbundado antes de ter sido preso” e reivindica, várias vezes, a sinceridade de seu depoimento de 1970; ele não teria ido à televisão apenas em troca de liberdade ou porque tinha levado “porrada” mas porque, “sinceramente”, não “tava [mais] acreditando mesmo”.

Mesmo militantes que afirmam ter prestado seus depoimentos de *arrependimento* para fugir das torturas, ou por se encontrarem em uma situação emocional bastante delicada, asseguram hoje que algumas de suas declarações feitas naquela ocasião eram realmente sinceras, como as que traziam críticas às organizações de esquerda ou as que revelavam preocupações com a juventude. Irgeu Menegon, por exemplo, ao ser questionado se alguém havia escrito o seu depoimento, respondeu: “Não, naquele momento eu tinha críticas à VPR, por causa desse processo que a gente não..., que era um processo que parecia interminável, né? De violência pela violência e que era, claro se você hoje sabe é... é outra experiência...”<sup>495</sup> Também na fala de Lungaretti esta questão aparece. Nas reportagens publicadas pela imprensa em 1970, muitas de suas declarações eram dirigidas contra os líderes do que se chamava à época de “terror”. Hoje, ele nos diz:

“Olha, porque o Lamarca era um mito, era importante a gente destruir o mito, porque era... o cara politizado entrava por um ideal e tal. Agora, a pessoa jovem entrava muito romanticamente. E Lamarca era um grande mito. E eu tinha essa visão dele, que era um cara militar, não era o Marighella, não era o Toledo, não era, nem sequer, o Juarez. O Juarez era muito mais um comandante, no sentido total do termo, e o Lamarca era um militar. Ele só tinha uma visão, só tinha a competência na especialização militar, mas politicamente era terrível. Era um momento que esse mito atraía, porque ali ele foi endeusado. De certa forma, até a repressão, apontando como inimigo, levou muita gente a idolatrá-lo, a vê-lo como a última esperança depois que morreu o Marighella. Agora, uma coisa importante é que **eu não falei nenhuma mentira**. Todas as coisas em termos reais. A esquerda tem, o tempo todo, essa mania de querer manter certas coisas no círculo dos iniciados e, para a grande massa, as versões de conveniência. Isso, para mim, é estalinismo.”<sup>496</sup>

E complementa:

---

<sup>495</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre.

<sup>496</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Grifos da autora. “Toledo” era o codinome de Joaquim Câmara Ferreira. O “Juarez” ao qual Lungaretti se refere é Juarez Guimarães de Brito. Como já mencionado anteriormente, foi um dos principais dirigentes da VPR.

“Você vê que nós estávamos na metade de sessenta. A partir dali os caras foram para o extermínio, não é? De qualquer forma, eu reivindico isto, que a minha visão estava correta. Estava totalmente perdido... em junho, no final de junho de mil novecentos e setenta nós estávamos sem chance nenhuma e a coisa ia para o extermínio. Acho que... parece que a cabeça é recriminada porque viu um pouco mais longe do que os outros. Mas eu estava achando que aquela forma que a VPR queria [...] e aquela união de todos os grupos para ter alguns objetivos era a última cartada. Para mim era claro. Quando caiu todo aquele dominó lá em abril... sabe? Para mim ficou muito claro que a coisa tinha acabado. Mais pessoas entrarem era um desperdício total de vidas.”<sup>497</sup>

A fala de Lungaretti também sublinha a sinceridade de seu desejo de alertar os jovens, os quais, segundo ele, ingressavam nas organizações de esquerda “muito romanticamente”. O ex-militante afirma ainda que via a continuidade da resistência armada como “extermínio” – Irgeu, no mesmo sentido, fala de “violência pela violência”; e Gustavo utiliza as expressões “matança” e “guerra fratricida” -, pois, afinal, “a coisa tinha acabado”.

Neste fragmento, assim como em outros momentos de sua entrevista, Lungaretti revela um forte ressentimento em relação à VPR e à figura de Lamarca, provavelmente em virtude da relação conflituosa que manteve com a organização após ser preso. O tom predominante da narrativa por ele construída é o de reafirmação do acerto de sua postura na época. Afinal, ele teria visto “um pouco mais longe que os outros”<sup>498</sup> e percebido que a luta estava perdida; argumento ancorado em uma visão retrospectiva, própria da memória, que julga o passado pelos seus desdobramentos futuros.

\* \* \*

A violência sofrida na prisão também é um tema que aparece com destaque na maioria das entrevistas destes ex-militantes. De diferentes modos, eles relataram o momento de suas detenções, as torturas e os interrogatórios. Alguns foram levados a limites extremos, situações nas quais a dor – física e psicológica - se tornou maior do que a própria vida. É o caso de Gilson Theodoro, Irgeu Menegon e Marco Martini, que tentaram suicídio enquanto estiveram presos.

A ironia, neste caso, é que seus testemunhos na época foram utilizados pelo regime para negar a existência da tortura – tortura que também foi infligida contra eles. Durante as

---

<sup>497</sup> Idem.

<sup>498</sup> Gustavo, como indica seu depoimento transcrito mais acima, também usou a metáfora da visão para reafirmar o acerto de sua atitude passada: “já tinha entrado lá dentro e tinha visto que não era”.

entrevistas, procurou-se abordar esta questão, e, por vezes, pôde-se perceber o quanto ela emerge de forma incômoda nas lembranças dos depoentes.

Rômulo Fontes, ao ser questionado sobre o manifesto dirigido à opinião pública internacional lançado por seu grupo, respondeu, com certa dificuldade e com muitas hesitações:

“Não, não, aí... aí, foi... é político, filha, o ato é um ato político. Não foi simplesmente um rompimento ideológico, entendeu? Houve um rompimento ideológico, mas tem que ter um ato político, né? [...] Agora, neste sentido, claro que a gente não podia, não seria... como é que ia colocar a existência da tortura, certo? Entendeu? O Médici, o presidente Médici, quando ele assumiu, ele falou que ia acabar com a tortura, o Ministro Buzaid, né? Mas o apelo que ele fez para a concórdia, entendeu? Sério, não foi atendido, entendeu? E inclusive aí nasce para nós uma luzinha política, certo? Agora, de, com aquela posição, um posicionamento de romper ideologicamente, de expressar isso politicamente, entendeu? Se integrar nesse esquema da concórdia, entendeu? Quase que assim, quase que não... falando, pelo desarmamento, deposição das armas. Se a gente tinha alguma autoridade ideológica, de ascendência política sobre quem tava aqui fora, que eles depusessem as armas, porque estava sendo uma luta em vão, entendeu?”<sup>499</sup>

No seu depoimento, Rômulo pouco falou das torturas que sofreu. Afirmou que passou seis meses em regime de incomunicabilidade e que viveu “todo aquele clima lá, entendeu?” – mas não utilizou a palavra tortura. Para ele, que hoje diz ser um admirador de Médici, o “melhor governo de todos os tempos”<sup>500</sup>, não parece ser fácil abordar esta questão. No fragmento acima citado, fica clara a sua tentativa de justificar a violência do regime: diante da negativa dos grupos de esquerda em atender ao pedido de “concórdia” feito por Médici, este não teria conseguido “acabar” com a tortura como havia prometido.

Marcos Vinicio, ao tratar das sevícias que sofreu, no livro “Roleta Cubana”, afirmou: “Não gosto jamais de me lembrar o que ali se passou. Quase sempre que o faço, tenho pesadelos.”<sup>501</sup> Sobre suas declarações de 1970, este ressaltou, na entrevista à Rede Globo, que os manifestos expuseram a existência da tortura:

“Na Carta Aberta à Opinião Pública Internacional a gente trata da questão da tortura, o que a gente diz ali é que havia tortura, realmente, mas que isso se devia ao... ao conflito, a intensidade do conflito e da

---

<sup>499</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

<sup>500</sup> Reportagem produzida pelo jornalista Fernando Molicca, exibida no *Jornal da Globo* do dia 8 de novembro de 2005.

<sup>501</sup> SANTOS, op. cit., s/p.

situação política do país... E que o problema era esse, que não ia se resolver pela pressão internacional, que a coisa tinha que ser resolvida aqui mesmo.”<sup>502</sup>

Percebe-se, nas palavras de Marcos Vinício, uma aproximação com a perspectiva de Rômulo, no sentido de afirmar que a violência dos órgãos repressivos era decorrência da “intensidade” do conflito e da situação política do país; o que, de certa forma, a justificaria.

Também na entrevista com Gilson Theodoro o assunto veio à tona. No seu testemunho, ao contrário de Rômulo, a descrição das torturas que sofreu ocupa um lugar significativo, estruturante mesmo. Neste sentido, ele faz um longo e detalhado relato do momento de sua prisão e dos episódios que a ela se seguiram:

“[...] E na perua já começaram, né? Comecei a sofrer na perua, é ‘você fez a gente ficar de campana aqui desde ontem, passar a madrugada toda aqui’ e tal e me levaram para o DOPS... E me levaram para o DOPS e lá começaram a tortura. Ainda fiquei em uma sala esperando porque o responsável não tinha, não estava, foram chamá-lo, né?... E eu fiquei ali e comecei a ser levado para a salinha de tortura, fui para a salinha de tortura onde... telefone [consiste em aplicar tapas nos dois ouvidos ao mesmo tempo], pontapés, socos, e coisas parecidas, choques, né? Eu conheci uma cadeira do dragão [cadeira cujo assento é de zinco, e na qual há uma extremidade onde são introduzidos terminais de uma máquina de choque, provocando violentas descargas em seu ocupante] também, sabe? Poucos conheceram esta cadeira, viu? Poucos conheceram e era uma coisa, nossa senhora, indescritível, sabe? Então a gente... passei por ali, fiquei até de manhã, de manhã me jogaram em uma solitária no fundão, de madrugada – eu acho que era de madrugada porque ali a gente perde a noção do tempo, noção de hora, noção... e no dia seguinte eles abriram a porta e me falaram para sair. Eles já tinham me dito que iam me matar, né? Que eles iam... o Fleury [delegado Sérgio Fleury], né? O pessoal da época, que eu ia virar um presunto e eles né? [...] E de lá eu fui para o quartel do... Ainda não era o... Um outro detalhe, que o Celso [Lungaretti] inclusive ficou surpreso porque não sabia deste detalhe: fui eu que inaugurou a Operação Bandeirantes, sabe? (risos) [...] Era o expediente que eles utilizavam até então, naquele momento, né? Me bateram, me chutaram, me deram soco no estômago e... [...] E ali começou o sofrimento e fui muito torturado, muito mesmo, sabe? Eles botavam fios enrolados no pé, eles botavam fios enrolados no dedo, eles botavam panos molhados por baixo do fio e botavam no seu corpo, na barriga é... tinham as palmatórias que eles batiam no seu pé, porque você ficava direto pra cima, eles tinham as palmatórias e eles começavam a bater e no início não dói, sabe? Não dói, mas com a continuação chega uma hora que parece que você tá com o pé em ferida, sabe? Parece que tá em carne viva o pé, eles começam a bater,

---

<sup>502</sup> Reportagem produzida pelo jornalista Fernando Molica, exibida no *Jornal da Globo* do dia 08 de novembro de 2005.

bater, bater... [...] Eu saí em situação precária - sabe? -, de cabeça, de corpo, de... [...] E em cima tinha um cano que parece que tinha sido um chuveiro ali, né? Tinha havido, deve ser isso, e o que eu fiz, eu bati, amarrei, subi, procurei bolar aquele barbante, fixei, amarrei lá em cima, e tentei me enforçar, tá, pulei, consegui subir naquela paredinha e pulei e não vi mais nada, sabe?<sup>503</sup>

Gilson expõe de forma minuciosa as torturas das quais foi vítima, como se estivesse convidando o interlocutor a compartilhar com ele os seus sofrimentos, atitude expressa no uso constante da interrogação “sabe?” Ele traça um roteiro dos lugares para onde foi levado, descreve as técnicas utilizadas, dimensiona o tempo, evidencia a dor. Neste sentido, é importante pensar sobre como o entrevistado elabora a sua narrativa, já que ele poderia ter apenas dito que foi torturado. A dimensão que esse tema toma em sua fala, o detalhamento dos suplícios vividos, revela o quanto a sua memória é marcada pelo sofrimento. Talvez por isso, quando questionado sobre o manifesto negando as torturas, do qual foi um dos signatários, parece ter se sentido bastante incomodado:

“- Eu nunca, eu em momento algum neguei isso, nunca mesmo porque eu queria não ser um exemplo, ser... mas eu deixei claro, deixei bastante claro que houve tortura sim. Alguns... porque na verdade muitos não chegaram a ser torturados, muitos não chegaram mesmo a ser torturados, não sei se por fraqueza, não sei por talvez algum benefício, sabe? Que receberiam em função de dizer, de entregar, mas eu fui torturado e muito torturado, tá? E eu nunca neguei isso e não quero negar de forma alguma, isso para mim é... fui muito torturado mesmo, não acho que fui menos ou mais que outros, mas eu fui muito torturado, muito mesmo e talvez de uma forma até mais brutal...”<sup>504</sup>

Em outro momento da entrevista, sem ser perguntado sobre o tema, ele afirmou: “Tá! E agora eu digo a você com todas as letras: em nenhum momento eu jamais disse, diria que não houve tortura, que não fui torturado. Em momento algum eu teria condições pra isso.”<sup>505</sup> Quando a entrevista estava terminando, perguntei-lhe se ele tinha algo mais a dizer e Gilson voltou à questão:

“- Não, não em absoluto não, não, eu só gostaria de reprisar um detalhe que foi muito aproveitado pela própria imprensa, pelos órgãos, pela própria repressão, que foi o fato dessa negação de tortura, sabe? Eu ou as pessoas que disseram realmente não... não foram, não participaram de seções de tortura ou houve interesse talvez da própria, do próprio governo, da própria situação fazer com que isso fosse

---

<sup>503</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>504</sup> Idem.

<sup>505</sup> Idem.

entendido desta forma, entendeu? Mas eu não vou repetir essa cena tá? Ela foi muito torturante mesmo, muito e todos que estavam comigo na cela naquele momento, todos eles sofreram, uns mais, outros menos, mas nenhum deles deixou de ser...”<sup>506</sup>

Gilson fez questão de afirmar veementemente que foi muito torturado e que jamais negaria isso. Ele aponta a responsabilidade do governo e da imprensa, que “aproveitaram” o seu depoimento e distorceram-no. Porém, a “Carta à opinião pública internacional”, assinada por ele, é clara no sentido de negar a existência da tortura enquanto uma prática sistemática dos órgãos repressivos, apontando que houve apenas alguns “excessos”. Confrontado com esta evidência empírica, Gilson disse que, na época, não concordou com alguns pontos do manifesto de 1970, mas enfatizou: “Eu assumo, porque eu assinei, tá?”.<sup>507</sup> Ou seja, passado e presente, documento escrito e memória oral, negação da tortura e experiência da tortura entrecrocavam-se no testemunho de Gilson, conferindo um tom tenso à sua narrativa, marcada por ambigüidades e hesitações que ressaltam o caráter “desenquadrado” destas lembranças.

Gustavo Barbosa, igualmente, tratou deste tema, ao falar de uma entrevista que concedeu logo após a sua retratação pública em 1970, na qual foi questionado sobre a existência da tortura:

“E a primeira pergunta era muito ruim pra mim. Perguntava se eu tinha sido torturado. Eu não queria dizer que não tinha, e não podia dizer que tinha sido. Tinha cinco policiais na minha frente. A câmera ligada, e não podia vacilar. Se não, eu teria saído dali preso na mesma hora. Eu sei que eu fiz a resposta mais doida do mundo. Falava palavras que não queriam dizer nada. Eu tinha ficado meia hora pensando o que ia responder. Não me lembro o que foi que eu falei, só sei que foi uma resposta tipo ‘cerca-lourenço’, enrolação total. Nessa entrevista, as outras perguntas eram mais fáceis, mas a primeira era especialmente ruim.”

Em outro momento, ele afirmou:

“É, mas além disso eu não podia denunciar a tortura. Então tinha esse limite. Se eu colocasse um preço assim, cheguei a pensar isso na época, não só pensei como cheguei a discutir isso com os outros companheiros, o João, o Jackson e o Alan. Eu dizia: ‘Se a gente quiser impor a condição de ter que denunciar a tortura, é claro que não vão aceitar o nosso depoimento. Nós vamos fazer o depoimento mesmo assim? Vamos’. Entendeu? Tinha esse preço, não podia denunciar a tortura. Mas eu também não queria dizer que não houve a tortura. Uma ou duas vezes eu fui questionado, mas não fiz debate público em universidades, por exemplo, e sim em grupos de pessoas. Até no

---

<sup>506</sup> Idem.

<sup>507</sup> Idem.

movimento espírita, eu fui numa reunião certa vez e me chamaram na frente, num encontro de pessoas, e logo me perguntaram: ‘você foi torturado?’ Senti, na pessoa que perguntou, um tom inquisidor, reacionário, e falei que não responderia essa pergunta. Porque se eu respondesse, eu não queria conseqüências desagradáveis ao responder que tinha sido torturado, mas também não queria mentir que não tinha sido, obviamente. Então foi um preço que a gente aceitou, não poderia denunciar a tortura. Só isso. As evidências viriam por si, que houve tortura.”<sup>508</sup>

Gustavo evidencia claramente a tensão na qual se encontrava, gerada pelos limites então impostos ao dizível: ele não podia denunciar a tortura, mas, ao mesmo tempo, também não queria negá-la.

Esta talvez seja uma das questões mais complexas envolvidas nas retratações públicas. Declarar um rompimento com a esquerda, criticar as organizações armadas ou mesmo elogiar as ações do governo, por mais difícil que fosse para alguns destes militantes, implicava, sobretudo, expressar um posicionamento “abstrato”, ancorado em posturas políticas que poderiam se modificar. A tortura, no entanto, era um fato, estava lá, eles viram-na e sentiram-na; sua existência “empírica”, concreta, foge do âmbito da opinião pessoal ou política. Talvez por isso, negá-la tenha sido tão difícil, e assumir essa negação hoje continue sendo desconfortável.

Gustavo afirma que, na época, a questão o incomodava muito, que ele tentou pensar em alternativas, chegando à conclusão de que esse era o “preço” a ser pago. Ciente desta “dívida”, parece ter buscado consolo na idéia de que as evidências da tortura viriam por si mesmas, a despeito de seu silenciamento sobre a questão.

\* \* \*

Outro tema que emergiu de forma recorrente nas entrevistas diz respeito à reação de setores da esquerda às retratações veiculadas na imprensa. Tal questão remete a duas temporalidades distintas: uma mais imediata, relacionada à forma como os antigos companheiros perceberam os *arrepentimentos* no exato momento em que estes se tornaram públicos; e outra mais contínua, vinculada aos julgamentos e críticas que continuaram a ser feitos ao longo da trajetória dos depoentes. Em relação a este tempo mais imediato, Gilson comenta que, logo após a aparição de seu grupo na televisão:

---

<sup>508</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

“Nós fomos muito pressionados - sabe? -, por esse pessoal que ainda acreditava ou que talvez ainda pudesse pretender ter sucesso nesta empreitada; nós fomos muito censurados, tá? E tivemos, inclusive, que adotar um certo, uma outra forma de comportamento, ficamos separados [no presídio Tiradentes], inclusive do pessoal - sabe? -, ficamos inclusive separados, não sei o que poderia acontecer e foi isso...”<sup>509</sup>

Rômulo e Marcos Vinício também abordaram a maneira hostil como foram recebidos no Tiradentes, logo após realizarem seus *arrepentimentos*. Afinal, para os militantes que ainda acreditavam na luta armada, aquelas declarações soavam como uma grave traição, o que era bastante compreensível naquele momento conturbado em que viviam. Em seu livro, Marcos relata a volta do grupo ao presídio, após seus depoimentos terem sido exibidos na televisão:

“Chegamos ao Tiradentes e a viatura entrou no pátio externo. Ouvi os portões rangerem e a tranca fechar-se às nossas costas. Saltamos, era noite, fazia frio e pairava um enorme silêncio no ar. Olhei para o alto das muralhas e rumei, com os companheiros, para o pátio interno. O delegado nos entregou ao carcereiro e ficou no primeiro pátio. Mais uma vez o cinzento azulado dos ferros, o tinir das chaves, o bater das tranças, a escada...enfim, ‘de volta ao lar’. Subimos ao primeiro andar do Pavilhão 1, seguidos pelo carcereiro e paramos frente à porta da cela 6. [...] Das outras celas, podia sentir alguns olhares curiosos e hostis. Repentinamente, mais uma vez a confusão explodiu, naquele bendito dia! A poucas horas da ‘entrevista coletiva’ já estávamos, outra vez, no meio de uma barafunda infernal. Alguns presos começaram a gritar palavrões, insultos contra nós, e chacoalhavam as portas, como gorilas enfurecidos, arreganhando os dentes e cuspiendo. Alguns pequenos objetos foram lançados em nossa direção. Somente da nossa cela, diante da qual estávamos parados, não partiram agressões. Apenas o Zague e o Espanhol ficaram ali, estáticos, olhando a confusão. As outras celas todas do Pavilhão entraram num verdadeiro êxtase furibundo, o prédio começou a tremer, reverberando a barulheira, e o carcereiro não sabia o que fazer, ali parado, aturdido, com as chaves na mão. Um objeto metálico foi lançado da cela 7, acima de nós, senti respingar algum líquido no rosto e decidi bater em retirada.”<sup>510</sup>

Gustavo Barbosa, ao ser questionado se havia sofrido algum tipo de preconceito após realizar sua retratação, disse:

“Eu acho que cheguei sim. Eu evitei um pouco. De companheiros antigos, de escola, faculdade, eu tive uma receptividade boa, mas moderada. Por exemplo, eu me lembro nitidamente, um ex-colega de Diretório Acadêmico que tinha feito vaquinha pra comprar cobertor

---

<sup>509</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>510</sup> SANTOS, op. cit. s/p.

pra mim, coisa assim, chegou a lamentar assim: ‘pôxa, foi um esforço perdido, de que, que valeu aquele esforço pra depois esse cara desbundar’. Teve alguma reação, mas nada diretamente pra mim. E eu também já tava tão desiludido dessas coisas que não procurei as pessoas, não, não.”<sup>511</sup>

A fala de Gustavo não enfatiza as reações negativas dos ex-companheiros, embora indique que essas existiram, mas a sua opção de não procurar “as pessoas”, de se afastar. Este afastamento, em uma temporalidade mais imediata ou mais longa, parece ter sido comum entre os *arrepentidos*. Nesse sentido, por exemplo, Irgeu Menegon relata o “reencontro” que teve, vários anos após a sua retratação, com alguns antigos companheiros de militância:

“Agora, assim, depois de 20 anos, assim que eu comecei a... que eu novamente comecei falar com o [Cláudio] Gutiérrez, com esse pessoal. Mas até não seria assim por causa de... como é que eu vou te dizer? Por motivos políticos. Mais é pessoal assim, é pra... de amizade assim, pessoal, que a gente tem, né? O Gutiérrez, o Joca, a Suzana [Lisboa] que é a mulher do Ico [Luiz Eurico Tejera Lisboa], né? Essas coisas que assim, eu tenho contato assim mais ou menos com eles de vez em quando. Eu não sei como é que eles me olham, né? Nunca, mas assim não... São pessoas muito queridas, a gente tem uma convivência boa.”<sup>512</sup>

Sua fala revela que laços de amizade foram rompidos após a retratação pública por ele protagonizada, e que, agora, há tentativas de reconstituí-los, indicando a existência de um *novo tempo* para essas relações. Irgeu foi por mim questionado sobre a reação dos companheiros na época, a partir de uma declaração sua publicada em 1985, na qual afirmava: “A esquerda me olhava como um leproso e a direita já sabia o suficiente sobre mim para querer distância”<sup>513</sup>. Na matéria, ele também assegurou que nunca teve ajuda de entidades de direitos humanos. Ao ser perguntado sobre esses preconceitos que disse ter sofrido, respondeu:

“É, não é que... veja bem. Os companheiros, com toda a razão, né? Os que tavam, continuaram na militância e depois foram, conseguiram

---

<sup>511</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

<sup>512</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre. Os nomes citados referem-se a antigos companheiros de militância estudantil e política do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Cabe ressaltar que Luiz Eurico, então integrante da ALN, foi assassinado pela ditadura em setembro de 1972. Seu corpo continuou desaparecido até 1990, quando foi encontrado em uma vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, de Perus, após uma intensa busca de seus familiares. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 310 – 311. Sua companheira, Suzana Lisboa, vem se destacando na luta pelos direitos de familiares de mortos e desaparecidos e de vítimas da ditadura, tendo sido integrante da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos por um longo período.

<sup>513</sup> *Veja*, 31 de julho de 1985. p. 17.

fugir pro exterior ou que foram presos e saíram, mas que eram convictos e tal, eles, claro, nenhum chegou assim e me... de frente, assim dizer: ‘bah, tu fez isso, não sei o que...’, sabe? Alguns companheiros que eu conversei depois, os caras disseram: ‘não, foi opção tua e tal’, deu, né? Opção minha. Outros disseram que eu fui oportunista e tal, mas eu fiquei mais tranqüilo, sabe? Depois de ter, depois de ter passado quase tudo essa... essa redução de pena, dos meus companheiros, eu fiquei tranqüilo quanto a isso. Eu acho que eu contribuí um pouco pra diminuir esse tempo - né? - de, de cadeia deles. Então isso eu fiquei, o que eu pude ajudar foi isso aí, né? [...] Mas, a... a gente contribuiu assim, até um ponto, pra apaziguar, né? Essas coisas, apaziguar, a anistia veio mais rápido. E nesse ponto eu fiquei mais, mais tranqüilo, sabe? Mas na hora foi realmente um problemão. Analisando assim na hora foi uma coisa feia, sabe? Uma coisa que não se faz. Foi feita, né?”<sup>514</sup>

Em seguida, ele complementou:

“Outros têm convicção de que foi traição mesmo, sabe? E claro, eu também fico tranqüilo quanto à traição porque eu *güentei* o pau – sabe? -, tem gente que não agüentou e entregou tudo, né? E eu agüentei o pau, eu não entreguei assim uma porção de companheiros que ficaram presos, ficaram soltos aí, sabe? E que tinha, né?... que eu conhecia...”<sup>515</sup>

Este depoimento de Irgeu é muito significativo; primeiro porque aponta para as diferentes reações da parte de seus ex-companheiros ao *arrependimento* que protagonizou: alguns viram sua declaração como uma traição, outros a entenderam como oportunismo, outros ainda como uma opção. Além disso, expõe a sua própria percepção a respeito destes julgamentos, ao dizer que, naquela temporalidade, seus companheiros estavam “com toda a razão” ao manifestarem sua contrariedade; afinal, segundo ele, “na hora, foi uma coisa feia”, um “problemão”. Mas assegura que, com o tempo, passou a ficar mais “tranqüilo” em relação à sua retratação, por atribuir a ela um certo “apaziguamento” que teria contribuído para a redução da pena de alguns prisioneiros políticos (e até para uma anistia mais rápida!); e por ter resistido “ao pau” sem entregar ninguém.<sup>516</sup>

---

<sup>514</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre.

<sup>515</sup> Idem.

<sup>516</sup> Talvez esta tranqüilidade, conquistada ao longo do tempo, esteja ligada também a um sentimento de resignação diante daquilo que não pode ser mudado. Em outro momento da entrevista, ao falar das retratações, Irgeu afirmou: “Olha... é mais ou menos assim, ó. Eu não me arrependo de nada do que eu fiz, sabe? Nenhum, nem quando eu ajudei a esquerda, nem quando eu ajudei a direita (risos). Pelo menos, é impossível se arrepender agora, não existe esse tipo de coisa. Claro, se a... se com a experiência que eu tenho hoje, a coisa ia ser bem diferente, né? Não que hoje eu seja [inaudível], eu ainda tenho minhas convicções, sabe? De esquerda e tal. Mas talvez fosse totalmente diferente se eu tivesse mais experiência. E, é isso...” Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre. O depoente, em uma visão retrospectiva, diz não se “arrepender do seu *arrependimento*”, buscando inserir seu gesto em um contexto passado que é considerado por ele imutável; contudo, sugere que, se na época possuísse a experiência que tem hoje, as coisas poderiam ter se dado de maneira diferente.

Em outras entrevistas, também se busca evidenciar a resistência dentro da prisão, principalmente no que diz respeito ao não fornecimento de informações que poderiam levar à “queda” de outros companheiros. Neste sentido, Gustavo afirmou em sua entrevista: “[...], porque de fato eu consegui não entregar ninguém, consegui segurar um pouco mais.”<sup>517</sup> Disse também: “Eu, graças a Deus, graças a, sei lá, à minha sorte, à minha firmeza na época, não dedurei ninguém, mas se eu tivesse dedurado como outras pessoas deduraram talvez fosse mais complicado pra mim. Como pessoas que mantiveram depois a linha de esquerda e deduravam.”<sup>518</sup>

Rômulo também abordou este ponto:

“Na cana, entendeu? Nos momentos de cana, eu não fiz sacanagem com ninguém, pelo contrário, procurei segurar a minha sanfona, entendeu? Enquanto que teve nego aí que soltou o sanfonão. Também sei lá, só deus sabe a razão que o cara teve, porque a tortura é fogo, tá? Ninguém pode, entendeu?”<sup>519</sup>

Percebe-se, nestas falas, a tentativa dos *arrepentidos* de evitar serem confundidos com “delatores”, mais uma das imagens de anti-herói presentes nas representações dos militantes que lutaram contra a ditadura. No caso de Gustavo e Irgeu, afirmar que agüentaram, que “seguraram”, parece servir como um contraponto, um atenuante, às suas retratações; já para Rômulo, dizer que não fez “sacanagem” com ninguém, enquanto outros soltaram o “sanfonão”, reforça a posição por ele defendida de que seu grupo agiu corretamente, não podendo ser acusado de nada.

Ainda sobre a reação de setores da esquerda diante das declarações de *arrepentimento*, são significativas outras afirmações de Rômulo, expressas em momentos diversos. No ano de 1979, em reportagem publicada pela *Isto É*, ele disse que “a esquerda está podre” e complementou:

“Em nenhum momento sofri perseguições ou fui alvo de favores da parte da Justiça ou de autoridades constituídas. Meu julgamento ficou sujeito à legislação em vigor. O mesmo não se verificou em relação às organizações de esquerda, que continuamente desenvolveram em torno de minhas atividades políticas e profissionais um processo agudo de patrulhamento ideológico, que, entretanto, não me fez

---

<sup>517</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

<sup>518</sup> Idem.

<sup>519</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

vacilar nas posições assumidas contra o comunismo internacional e seus agentes.”<sup>520</sup>

Em 1995, numa entrevista concedida ao jornalista Nilson Mariano, reafirmou suas críticas à esquerda, dizendo: “Estou de saco cheio da esquerda. É uma falsa deusa, que usa os oprimidos para encher as suas burras.”<sup>521</sup> Já em nossa entrevista, Rômulo disse novamente que a postura da esquerda foi de patrulhamento: “É... é... na verdade, o patrulhamento era tão grande, na esquerda e na direita, que só tinha uma saída pra sobreviver, no meu caso, nos outros eu não sei, entendeu?” Ressaltou também que chegou a ser vítima de atentados físicos, embora não possa indicar com certeza de quem partiram as agressões.<sup>522</sup>

Estas declarações de Rômulo apontam para uma importante continuidade em suas convicções políticas: ele se sente vítima de perseguições da direita e da esquerda, mas dirige suas principais críticas e acusações a esta última, com a qual, ao contrário de alguns de seus companheiros, nunca se reconciliou.

Também Marcos Vinicio tratou das reações de seus antigos companheiros. Na entrevista concedida ao jornalista Fernando Molica, ele afirmou que

“[...] Os caras consideraram a gente como pária, como proscrito, como traidor, como desertor, etc e tal... Isso eu já esperava, não esperava outra coisa deles. [...] Só não esperava que eles ficassem tanto tempo tentando bater nessa tecla, inclusive é... falsificado [sic] fatos como eles fazem até hoje.”<sup>523</sup>

Em outro momento, ao ser questionado por Molica se uma parte da esquerda não o perdoou, ele respondeu: “Nem eu quero ser perdoado, porque eu não quero... Eles é que me devem perdão, por moverem essa perseguição por tanto tempo! Acho que isso já devia ter sido jogado no lixo da história, mas eles insistem em mexer nessa coisa.” E complementou, em outro momento da entrevista: “Eu vou ter que ser duplamente anistiado, né? Já fui pela direita, agora vou ter que ser pela esquerda, né? [risos]”<sup>524</sup>

Neste sentido, Marcos evidencia que ainda hoje se sente vítima de “perseguições”, por um acontecimento que, segundo ele, “já devia ter sido jogado no lixo da história”. Note-se, no entanto, que ele próprio vem “mexendo” “nessa coisa”, ao escrever um livro sobre o tema.

---

<sup>520</sup> *Isto É*, 21 de novembro de 1979. p. 21.

<sup>521</sup> *Zero Hora*, 26 de abril de 1995. p. 5.

<sup>522</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

<sup>523</sup> Reportagem produzida pelo jornalista Fernando Molica, exibida no *Jornal da Globo* do dia 8 de novembro de 2005.

\* \* \*

Nas entrevistas realizadas com os militantes que protagonizaram retratações públicas, muitas vezes discutimos acerca do período posterior às suas saídas da prisão, sobre como se adaptaram à outra realidade que, embora ligada às suas vivências anteriores ao período da militância, mostrou-se em geral bastante modificada.

Em um estudo sobre os sobreviventes dos campos de concentração, Pollak chama a atenção para as dificuldades por eles encontradas no momento de retorno ao seu meio social anterior ao encarceramento: “En efecto, es raro que los sobrevivientes hayan reencontrado intacto su medio familiar y de amigos a su regreso de los campos, lo que les imponía nuevamente importantes esfuerzos de readaptación a la vida cotidiana, que vinieron a añadirse al peso de recuerdos sobrecogedores.”<sup>525</sup> Esta constatação, formulada em relação a outro contexto, pode ser útil para examinarmos o caso dos *arrepentidos*. Em ambas as situações, as dificuldades inerentes à reconstrução da vida afetiva e cotidiana foram ainda ampliadas pelo sofrimento que as próprias lembranças acerca do que viveram lhes impuseram.

Algumas das entrevistas trouxeram imagens significativas das formas pelas quais os personagens estudados buscaram representar as tentativas de retomar suas vidas e as dificuldades que encontraram neste percurso. Irgeu Menegon, por exemplo, falou dos momentos imediatamente posteriores à sua retratação:

“Então, aconteceu isso, eu assinei aquele papel, escrevi aquelas coisas que depois... Puta merda! Tive que fazer tratamento psiquiátrico pra..., sabe? O que eu tinha feito... a coisa. Depois que eu saí, eu fiquei bem baratinado, porque era, era uma traição... Em si era uma traição, né? Aos companheiros que tinham feito esse sacrifício tal, tinha até morrido, gente fazendo seqüestro e tal. Mas não, não pensei muito nisso na... assim... hora não foi, tava mais talvez pensando em mim mesmo, né? Opção própria.”<sup>526</sup>

---

<sup>524</sup> Idem. Como exemplo desse patrulhamento por parte dos setores de esquerda, Marcos Vinicio relatou que fez um teste para trabalhar em um jornal e, na ocasião, o chefe lhe explicou: “A redação entra em greve se você entrar aqui.”

<sup>525</sup> POLLAK, Michael. El testimonio. In: *Memoria, olvido*, silencio, op. cit., p. 54.

<sup>526</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre. Para compreender essas dificuldades vividas por Irgeu (e, provavelmente, por diversos outros *arrepentidos*) após sua retratação, é importante levar em conta algumas reflexões sobre o significado da “traição” dentro das organizações de esquerda. Segundo Daniel Aarão, esta questão estava inserida em um complexo de mecanismos necessários para garantir a união de tais grupos, chamado pelo autor de “estratégia da tensão máxima”. Se, por um lado, a coesão destes grupos era mantida pela crença em uma série de postulados, como a inevitabilidade do socialismo, a missão revolucionária do proletariado e a necessidade de um partido de vanguarda para conduzir os rumos da revolução; esta estratégia também exercia papel importante no coesimento destes grupos. De acordo com o autor, enquanto os mitos e postulados mobilizavam, sobretudo, os quadros dirigentes, comprometidos com a formulação de teses e da linha política, a estratégia de tensão máxima ativaría principalmente quadros e militantes dos níveis inferiores, através dos seguintes mecanismos: o complexo da dívida; o leque das virtudes; o

No trecho, Irgeu revela sua dificuldade em conseguir suportar o peso de ter sido um *arrependido*, de ter “traído”. Ele também tratou de sua libertação, em fevereiro de 1971, quando, apesar de sair da prisão, continuou tendo que se apresentar na 1ª Auditoria, em Porto Alegre, todos os dias. Sua entrevista nos mostra como foram os primeiros momentos dessa nova vida:

“Mas até é... a família assim, a família me recebeu muito bem, sabe? Meus pais já eram bem velhinhos e tal, mas minhas irmãs, o pessoal me recebeu bem, até... Era uma dificuldade pra conseguir emprego, né? Porque tu fica com um certo hã... preconceito de ter sido preso, quem é que vai te dar emprego assim, né? Ou tu arruma emprego... eu era publicitário.”<sup>527</sup>

Na época, Irgeu não era formado, mas tinha um registro de jornalista, concedido pelo Ministério do Trabalho às pessoas que atuavam durante um determinado tempo em alguma agência de notícias ou propaganda. Apesar disso, ele afirma que esse “carimbo de terrorista” que carregava dificultava a busca por emprego:

“Ah! Aí uma dificuldade de achar emprego nas agências, entende? Por causa desse carimbo. Assim o pessoal achava: ‘Pô, o cara assaltou banco, né? Aí fez isso, aquilo’. Ninguém olhava, ninguém pensava assim: ‘não o cara fez isso, mas foi mandado, foi hã...’ Era simplesmente: ‘ele tinha assaltado banco’, deu, né? Era um assaltante, era um bandido e tal. Então ninguém te dava emprego. Aí quem me deu emprego foi meu cunhado, aí fui trabalhar com ele e tal. Trabalhei um bom tempo, depois eu voltei para o ramo da publicidade, mas aí eu botei, tive que botar a minha própria agência, porque emprego que era

---

massacre das tarefas; a celebração da autoridade; a ambivalência das orientações; e a síndrome da traição. Em relação a esta última, o autor salienta que, a partir da concepção de que o militante deve tudo à sua organização (sua formação, um grupo de companheiros, um conjunto de tarefas que dão sentido à sua vida, sua participação ativa no processo que vai transformar o mundo), separar-se dela significa abandonar os companheiros e a luta, e entregar-se a concepções individuais e ilegítimas. Embora formalmente qualquer militante pudesse pedir seu afastamento, criava-se uma imagem de que deixar a organização era renunciar à própria revolução. O *complexo da dívida* provocaria então a *síndrome da traição*, porque abandonar a organização significava trair. Segundo Aarão, quando o militante, por razões diversas, começava a questionar a validade de seu trabalho e esboçar alguma crítica em relação à sua organização, a *síndrome da traição* paralisava este processo e fazia com que ele permanecesse ligado ao grupo. Por outro lado, se este movimento crítico levasse o militante ao *abandono* da organização, era freqüente que este carregasse consigo uma atitude de culpa. Os que ficavam guardavam um sentimento de desprezo e piedade pelo *desertor*, e muitos o acusariam de estar servindo a reação, quando não à polícia. REIS FILHO, *A revolução faltou ao encontro*, op. cit., p. 118 – 135. Neste sentido, podemos pensar que os sentimentos de culpa vivenciados por Irgeu, pelo que ele considerava uma traição, estavam relacionados à própria vivência anterior à sua prisão, a partir de concepções sobre como deveria agir um revolucionário e sobre o que significava uma traição, construídas durante seu período de militância.

<sup>527</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007, na cidade de Porto Alegre.

bom não saía. Aí botei uma agência, aí depois botei outra e tal, depois fui evoluindo, botei esse ramo gráfico, assim...”<sup>528</sup>

Gilson também aponta para a dificuldade de conseguir emprego após sua libertação: “... Quando eu saí, depois que a gente se viu livre, eu comecei tentar reorganizar minha vida, tá? Voltei a estudar, na medida do possível, voltei a conseguir emprego, não era fácil.”<sup>529</sup>

Portanto, o *arrependimento*, a “volta ao caminho do bem” tão saudada pelos órgãos governamentais, não apagava necessariamente, diante da sociedade, a mácula de “bandido”, carregada por muitos militantes de esquerda. Nem todos os membros desta “Nação tão unida” aceitavam de bom coração suas “ovelhas desgarradas”, ao contrário do que alardeava o discurso oficial examinado no Capítulo 2.

As lembranças de Gustavo, contudo, apontam para uma experiência bastante diferente. Segundo ele, sua retratação pública o auxiliou nesta busca por emprego:

“E como eu te disse, durante anos depois, mesmo trabalhando no governo, o fato de eu ter feito isso é, repudiado publicamente, me colocado contra, facilitou a busca de trabalho em alguns lugares. Poucos anos depois eu trabalhava como assessor de imprensa de governo, junto a um ministro do governo militar.”

Gustavo chegou a ter um primeiro emprego oferecido pelo governo, como parte da estratégia de convencimento dos militantes para se renderem e se *arreenderem*:

“É. Eu cheguei a ter um primeiro emprego que foi ajudado. Mas eu saí logo desse emprego, um trabalho administrativo, na obra da ponte Rio-Niterói. Depois disso eu cheguei a procurar, por intermédio de um ex-professor que era chefe da AERP no Rio. Então, o fato de eu ter sido ex-guerrilheiro podia ter me cortado qualquer emprego. Mas, o fato de eu ter declarado meu arrependimento quebrou aquele estigma. Então, a coisa não facilitou especialmente, mas quebrou uma barreira

---

<sup>528</sup> Idem. Hoje, Irgeu Menegon é dono da gráfica e editora Proletra, na cidade de Porto Alegre. Através da gráfica, presta auxílio a grupos e organizações de esquerda. João Aveline, em sua entrevista à autora, revelou que: “Hoje ele tem uma gráfica. Ajuda muito o Partido... quando o Partido [PCB] existia, ele ajudou muito. Nós mantivemos com ele, não uma política de exclusão, [inaudível] quando houve condição da gente se aproximar dele a gente consentiu que isso acontecesse. Ele tem uma gráfica que chama-se *Proletra* e durante... nessa gráfica, ele tem nos ajudado muito. Agora mesmo ele tem ajudado... E... o Menegon tem nos ajudado muito, tem material de [inaudível], nesse material do manifesto de apoio ao Raul Pont [candidato à Prefeitura de Porto Alegre em 2004, pelo Partido dos Trabalhadores], nós lançamos um manifesto de apoio a ele, mais mil assinaturas, ele [Irgeu] imprimiu gratuitamente. Um camarada contra o qual nós não temos nada. A não ser o fato de que ele fraquejou e fraquejou porque foi aniquilado politicamente e fisicamente aniquilado, sofreu barbaramente. [...] Mas ele tem feito, assim, grande... ele tem nos ajudado muito. Inclusive, financeiramente, quando se precisa. Nós agora, por exemplo, temos um companheiro chamado Elói Martins que está muito mal, está em coma. Militante histórico do Partido, de vez [em] quando a gente vai dar uma ajuda financeira, pagar uma enfermeira, e, de vez em quando, o [inaudível], ele e outras pessoas contribuem financeiramente.” Entrevista concedida à autora em junho de 2005, na cidade de Porto Alegre.

<sup>529</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

que podia ter tido. E com isso eu acabei trabalhando ligado ao governo, mas nunca consegui ficar muito tempo em nenhum dos empregos porque eu ainda tinha uma ideologia de esquerda muito forte. Durante muito tempo eu lia todos os jornais alternativos, isso foi nos anos 70, 80, durante mais de uma década ainda, talvez até a queda do muro de Berlim.”<sup>530</sup>

Para Gustavo, ao contrário de Irgeu e Gilson, o *arrependimento* “quebrou o estigma” do terrorismo. É interessante notar ainda na sua fala, que ele afirma ter mantido seus referenciais de esquerda. A fim de comprovar tal postura, conta que, tempos depois, em 1978, foi trabalhar no jornal alternativo *Pasquim*, dirigindo a sua editora:

“E editando as coisas mais de esquerda que podiam ser editadas. Foi uma época em que a censura começou a relaxar, e a linha editorial que eu dirigia, que eu preconizava, que eu batalhava, era a linha editorial mais à esquerda que havia na época. Então, eu conservava a ideologia de esquerda, mas sabendo com toda a certeza que não era pelo caminho que eu tinha seguido, sabendo também que não era por aí.”<sup>531</sup>

Ele, portanto, estabelece uma linha de continuidade para a sua trajetória (as convicções de esquerda), mas assinala também uma “mudança de rota”: ser de esquerda (e mesmo “batalhar pela linha editorial mais de esquerda na época”) depois do *arrependimento* era diferente de ser de esquerda antes deste episódio (ou seja, participar da luta armada).

Em sua entrevista, Rômulo também apontou as dificuldades que teve para conseguir emprego. Ele foi solto em meados de 1971, meses depois de seus companheiros de repressão, pois ainda ficou detido no Ceará, onde respondia a processo:

“Sim, em Fortaleza eu fui solto, vim embora pra cá, entendeu? Minha esposa, meu filho, entendeu? Tá? E, e aqui bati em tudo quanto é porta pra trabalhar, certo, não encontrava, e um belo dia fui lá no Exército, lá no Exército, falar com um general logo, entendeu? [...] E aí, entendeu? E aí o Coronel me deu uma carta e eu me apresentei aqui na *Folha*.”<sup>532</sup>

Com a ajuda do citado General (ou Coronel), Rômulo passou então a trabalhar no jornal *Folha da Tarde*, do Grupo *Folha*. Além deste emprego, Rômulo escrevia para outro jornal, em Osasco, e estudava Direito. Permaneceu no Grupo *Folha* até 1984, e teve como colega Marcos Vinício, que também se tornou colaborador do periódico. Mas continuava

---

<sup>530</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

<sup>531</sup> *Idem*.

<sup>532</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

sentindo-se perseguido. Ele afirmou, na entrevista, que, em determinado momento, para fugir do patrulhamento de que era vítima, passou a beber: “Só tinha uma saída pra sobreviver, no meu caso, nos outros eu não sei, entendeu? Sei que eu passei a beber...” Disse que conseguiu superar o problema do alcoolismo em 1986, ao buscar se desenvolver, abraçando a fundo a ideologia nacionalista e continuando a ter uma vida política ativa, numa linha que “achava nacionalista e democrática, certo? Não numa linha de esquerda”:

“Eu tive vida o tempo todo, tô falando, eu tive vida política depois, continuei. Em 1972, eu já tava filiado ao MDB em Osasco, participei de campanhas, de comícios lá, entendeu? Em praça pública. Em 74 então, na campanha de 74, as dezesseis derrotas que abalaram o Brasil, eu participei aqui dentro da campanha do Quércio, e nossa! Fazendo comícios assim os mais variados, certo? E nunca vieram cobrar de mim, nunca.”<sup>533</sup>

Assim, de acordo com sua fala, logo após sair da prisão, ele já estava filiado ao MDB e atuando politicamente. Ou seja, Rômulo constrói na atualidade a continuidade de sua atuação política pela oposição ao governo e não pelas “convicções de esquerda” que passou a repudiar. Hoje, ele edita um jornal nacionalista chamado *Doação Nacional*, se diz admirador das idéias de Plínio Salgado e faz elogios ao Presidente Médici, o que relativiza a postura oposicionista apontada antes. Ao tratar do passado, das retratações, ele aponta para as possibilidades de ação no presente:

“Não, tudo bem. Fazer o quê? Aconteceu, né? Então, aconteceu. Mas eu penso no hoje ainda, certo? Eu penso no hoje. Eu sou crítico em relação à situação de hoje – entendeu? - porque os critérios de análise que eu tenho levam a isso, certo? Inclusive não tô assim naquela de... é... enferrujado não, entendeu?”<sup>534</sup>

De forma semelhante, Lungaretti, ao falar do passado, remete a outras temporalidades, indicando novas perspectivas para sua vida:

“A gente sempre se renova. Tem de viver, tem de buscar coisas novas. Tenho uma filha que vai fazer quatro anos semana que vem. Eu acho que, felizmente, hoje, a reação foi boa. Muitas pessoas, muitos jornalistas ficaram apaixonados pelo livro. Muito freqüente, jornalistas que não eram de cultura e foram lá pedir para o editor deixar fazer lá alguma coisa sobre o livro. É gratificante. [...] Então, sei lá, tenho a perspectiva de ter me livrado desse peso e fazer seguir a vida e ter ainda... realizar outras coisas. Acho que isso, de certa forma, abriu os

---

<sup>533</sup> Idem.

<sup>534</sup> Idem.

caminhos, não é? Principalmente o livro e os fatos do ano passado, deram, agora, uma nova perspectiva. É por aí...”<sup>535</sup>

As falas aqui selecionadas evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos *arrepentidos* em seus recomeços: algumas enfatizam mais a questão emocional, o “peso” psicológico que carregavam em razão de suas retratações; outras preferem tratar dos problemas cotidianos, como trabalho e dinheiro. Todas revelam a dimensão da ruptura que os *arrepentimentos* representaram em suas histórias de vida, mas indicam também as estratégias de sobrevivência, as continuidades e as transformações: a vida seguiu e segue, “é por aí...”

### 3.3 O “Náufrago da Utopia”- As memórias de Celso Lungaretti

Após examinarmos algumas questões “transversais” presentes nas memórias dos militantes que se retrataram, passaremos agora a analisar a trajetória individual de Celso Lungaretti. A escolha se justifica pelo fato de que ele escreveu, recentemente, um livro no qual aborda, de forma central, a questão dos *arrepentimentos*. Tal livro, lançado em 2005 pela Editora Geração Editorial, alcançou expressiva repercussão na imprensa. Esta publicação representa a tentativa mais acabada, até o momento, de uma elaboração, de um “enquadramento”, da parte de um *arrepentido* de suas experiências passadas, buscando conferir-lhes sentido.<sup>536</sup> Seu relato nos possibilita acessar outro tipo de memória, uma vez que as lembranças expressas em entrevistas de história oral são diferentes daquelas formalizadas em livro. De acordo com Pollak, as autobiografias – orais ou escritas - traduzem a vontade do autor de tomar a palavra publicamente, e cada uma dessas modalidades implica um conteúdo diferenciado quanto ao que é relatado, e um sentido diferente quanto à função cumprida pela tomada da palavra.<sup>537</sup> Segundo Alberti, a principal diferença de uma autobiografia escrita para uma entrevista de história oral está no fato de que, na primeira, há apenas um autor, e, na

---

<sup>535</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>536</sup> Marcos Vinício, como dissemos, também escreveu um livro recentemente, ainda não publicado. Em tal livro, intitulado *A Roleta Cubana*, o autor relata sua participação nos processos de retratação pública e nas lutas políticas do período, evidenciando uma crítica severa à luta armada. Segundo Akitoshi Yoshinaga, Massafumi igualmente teria escrito um livro e dado os originais a um jornalista paulista, que foi encarregado por ele da edição e da publicação da obra. Conforme o depoente, esse jornalista faleceu em um acidente de automóvel e os originais se perderam. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Gustavo Barbosa, durante a nossa entrevista, manifestou seu desejo de escrever sobre o tema. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. Também João Arnolfo mencionou essa possibilidade em mensagem enviada à autora em 2 agosto de 2006. Ou seja, vários *arrepentidos* parecem ter o desejo de organizar e tornar públicas as suas lembranças, relatando a sua história.

<sup>537</sup> POLLAK, El testimonio, op. cit., p. 61.

entrevista, há pelo menos dois: o entrevistado e o entrevistador.<sup>538</sup> Neste sentido, faz-se importante pensar sobre a narrativa autobiográfica de Lungaretti, atentando para a construção da memória por ela efetivada.

\* \* \*

È difícil falar dos *arrepentidos* ou das interpretações que foram produzidas em relação às suas ações sem pensar em Celso Lungaretti. Entre os militantes que protagonizaram as retratações públicas, Lungaretti é o que mais fala. Esteve sempre disposto a tentar responder às inúmeras perguntas suscitadas por aqueles episódios. Já concedeu entrevistas, escreveu artigos, participou de debates e programas de televisão, criou *sites* na rede internacional de computadores e, em 2005, como dissemos, lançou o livro *Náufrago da Utopia – Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos*. Nele, o autor fala de sua trajetória, desde o início da militância, passando pela prisão e pelo *arrepentimento*, até o momento presente (2005), em que ainda lutava por uma indenização na Justiça e pela possibilidade de “contar toda a verdade” sobre os acontecimentos que marcaram de forma significativa a sua vida.

Na primeira parte do livro – que vai dos “dias belos e ensolarados” de 1967/1968 aos “dias cinzentos” de 1969 -, chamada *Júlio vive e morre*, Lungaretti fala sobre como iniciou sua militância política, quando ainda era “o estudante tímido da Mooca” e foi apresentado a Maria das Graças. A moça “magra, branca de cabelos negros” era filha de um operário que militara no Partido Comunista e responsável por organizar uma base secundarista no Colégio MMDC, onde Celso estudava. O estudante passou a participar então de uma série de atividades e discussões políticas, até que Maria lhe convidou a assistir um curso de marxismo durante as férias: “É quando Lungaretti se metamorfoseia em Júlio, sua *persona* de alguns dos melhores momentos que lhe será dado viver – e também, com toda certeza, de seus piores dias.”<sup>539</sup>

A partir deste momento, ele ingressou no que chama de “estágio superior de luta”: adotou a ideologia do proletariado e passou a integrar um grupo de base estudantil, que se propunha a fortalecer e tomar a União Paulista dos Estudantes Secundaristas. Lungaretti aborda então os principais acontecimentos que marcaram a sua vida e de seus companheiros naqueles dias de 1968, quando ainda acreditavam que a ditadura estava por um fio: as grandes manifestações estudantis no Brasil e no mundo, a passeata dos cem mil, a atuação do movimento operário em Osasco e no ABC, a esperança no que estava por vir... Ao falar de

---

<sup>538</sup> ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: *Ouvir contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 35.

<sup>539</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 30.

suas lembranças, afirma que “(...) as mais agradáveis são as de 1967 e 1968. Nessas recordações, os dias são sempre belos e ensolarados.”<sup>540</sup> Em entrevista após o lançamento do livro, ele complementou: “Esse foi o período bonito, aventureiro, em que descobríamos o mundo juntos e éramos felizes.”<sup>541</sup>

Percebe-se, em suas lembranças, a presença de uma representação de 1968 comum a muitas memórias e narrativas referentes ao período: o “ano que não acabou”, o momento das grandes utopias, de uma experiência de contestação política e comportamental que parecia indicar a possibilidade de mudar o mundo.<sup>542</sup> Nesse sentido, é interessante perceber como as memórias individuais - no caso, as recordações de Lungaretti - são permeadas pela memória coletiva desta geração. Valendo-nos novamente do pensamento de Halbwachs, podemos dizer que a lembrança pessoal não tem sentido senão em relação ao grupo do qual o “rememorante” faz parte, pois se trata de um acontecimento vivido em comum, e por isso depende do quadro de referências no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam<sup>543</sup>.

Lungaretti traz em suas lembranças elementos desta memória coletiva construída sobre 68, assim como tantos outros que vivenciaram as agitações e transformações do período; e evidencia um encantamento, um sentimento de nostalgia em relação a este momento de sua vida que “volta” do passado como um tempo de beleza e felicidade.

No entanto, com o fechamento do regime, o autor, como tantos outros estudantes envolvidos com a luta contra a ditadura, passou à clandestinidade e ingressou na VPR: “De

---

<sup>540</sup> Idem, p. 169.

<sup>541</sup> Entrevista concedida por Lungaretti ao site da Editora Geração Editorial. Disponível em: [http://www.geraçaoobooks.com.br/releases/entrevista\\_celso\\_lungaretti.php](http://www.geraçaoobooks.com.br/releases/entrevista_celso_lungaretti.php). Acesso em março e abril de 2006.

<sup>542</sup> O historiador Luiz Dario Ribeiro traz algumas reflexões sobre esse momento histórico: “Sessenta e oito foi, também, um fenômeno internacional e internacionalista que teve, como estopim e elemento de ligação, a guerra do Vietnã, a integração capitalista e suas transformações e exigências. O sabor local, ou caráter nacional, foi dado pelo nível particular das contradições econômicas, políticas, sociais e culturais de cada formação social específica. A explosão espontânea das contradições acumuladas expressou, sem sombra de dúvidas, a eclosão da crise que liquidou as ditas três décadas gloriosas. Tentou, ainda, fazer uma revolução social que foi derrotada e neutralizada. Apesar disto, o mundo nunca mais foi o mesmo.” RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. 1968 no mundo. IN: PONGE, Robert (org.). *O ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p. 28-29. No Brasil, este “sabor local” foi apimentado pela luta contra a ditadura, à qual se lançaram milhares de brasileiros. Em relação às representações construídas sobre esse período, Zuenir Ventura aponta algumas questões: “68 ainda povoa o nosso imaginário coletivo, mas não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica viagem de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um ‘bando de porralocas’, como se dizia então. Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa e espada, mas um romance sem ficção. O melhor de seu legado não está no gesto – muitas vezes desesperado; outras, autoritário – mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas – certamente nenhuma depois dela – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos. [...] Uma simples arqueologia dos fatos pode dar a impressão que esta é uma geração falida, pois ambicionou uma revolução total e não conseguiu mais do que uma revolução cultural. Arriscando a vida pela política, ela não sabia, porém, que estava sendo salva historicamente pela ética.” VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não acabou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 15 – 16.

1969 lembra como se invariavelmente estivesse chovendo ou com o tempo nublado.”<sup>544</sup> Seu relato vasculha, então, o cotidiano da clandestinidade, a vida nos aparelhos, as disputas entre as organizações, os rachas, o isolamento, as quedas, as mortes de companheiros, o medo, sua experiência no campo de treinamento da VPR, e, por fim, a prisão.

Até este momento da narrativa, a trajetória de Lungaretti é similar àquela de inúmeros jovens que passaram da militância estudantil à luta armada e acabaram sendo presos pela repressão. Mas é na experiência da prisão e da tortura, de contornos morais e físicos tão difíceis de definir, que seu caminho se transformou de forma devastadora, fazendo com que o autor afirme querer “esquecer que 1970 existe.”<sup>545</sup>

Conforme seu relato, após sofrer intensas sessões de tortura, acabou “abrindo” alguns pontos e revelando informações importantes sobre a VPR, como a localização da primeira área de treinamento de guerrilha urbana, no Vale da Ribeira, que ele pensava estar desativada. Abalado psicologicamente e ameaçado de morte, viu-se forçado a redigir uma declaração em que se dizia arrependido. Dias depois, foi levado à televisão: “No dia seguinte, chega até a pensar que sonhou tudo aquilo. Suas lembranças estão todas enevoadas. Presente que, quanto melhor lembrar, mais sofrerá.”<sup>546</sup>

A partir desse momento, a história é centrada no período posterior à sua libertação, ocorrida em março de 1971, quando o autor dá por encerrada a trajetória de *Júlio*.

A forma como Lungaretti organiza e elabora suas memórias, e as registra em forma de livro, suscita inúmeras questões. Sua narrativa é dividida em três capítulos: *Júlio vive e morre*, *André vive e morre* e *Celso vive*. Esta divisão é interessante no sentido de que o narrador não se propõe a contar sua história a partir de um fio condutor único. No início, a narrativa, em terceira pessoa, gira em torno de *Júlio* – seu codinome de guerrilheiro – e de sua trajetória política. No segundo capítulo, também em terceira pessoa, a história centra-se em *André* e pode ser entendida como um período de transição vivido pelo autor. Após sair da prisão, ele se formou em jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA – USP) e passou a trabalhar como crítico de rock na revista *Rock Stars*. No entanto, por medo de represálias, tanto da esquerda como da direita, assinava seus artigos e matérias com o codinome *André*. No terceiro capítulo, ressurgem Celso. Neste ressurgimento, o autor expõe alguns dos dramas que sofreu ao longo dos anos e das dificuldades que enfrenta até hoje: problemas econômicos; desemprego; as distorções do sistema de reparações, pela União, aos atingidos pelos arbítrios

---

<sup>543</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 54.

<sup>544</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 169.

<sup>545</sup> Idem, p. 169.

da ditadura e sua luta para vencer tais dificuldades.<sup>547</sup> Ele também não poupa críticas à esquerda, como veremos adiante.

Em uma entrevista que sucedeu o lançamento do livro, ao ser questionado sobre o porquê das duas primeiras partes da obra serem narradas em terceira pessoa, Lungaretti respondeu: “[...] há coisas que até hoje não me sinto à vontade para narrar na primeira pessoa, como as torturas. Ao mostrá-las como tendo acontecido ao personagem ‘Júlio’ (meu nome de militante), de certa forma superei o constrangimento.”<sup>548</sup>

Este depoimento deixa explícita a complexidade do ato de rememorar quando estamos falando de acontecimentos que envolvem sentimentos tão diversos como dor, medo, vergonha, arrependimento. As lembranças parecem trazer novamente o sofrimento à tona, e podem contribuir até mesmo para aprofundá-lo: “quanto melhor lembrar, mais sofrerá.”

Em uma entrevista publicada no ano de 1979, Lungaretti já havia revelado o quanto a retratação pública marcou sua história de vida:

“Acho que nenhum de nós moveu a história para um lado ou para o outro. Não fomos nós (os ‘arrepentidos’) que acabamos com a guerrilha urbana, nem impedimos ninguém de morrer. Se alguém acredita que foi meia dúzia de programas de TV que acabou com a guerrilha urbana, ainda está com aquelas teorias maquiavélicas. No fundo, a coisa modificou muito mais a vida da gente do que a história.”<sup>549</sup>

A narrativa de seu livro acentua essas mudanças ocorridas “na vida da gente”: as dificuldades para recomeçar, a utilização de um codinome (por medo da esquerda, da direita, de sua própria história?), as debilidades físicas herdadas da tortura, a necessidade de novas referências, os dedos de acusação apontados em sua direção. Por fim, “ressurge” Celso.

Ângela de Castro Gomes, no prólogo de *Escrita de si, escrita da história*, ao abordar o boom de publicações biográficas e autobiográficas ocorrido no país nos últimos dez anos, e o

---

<sup>546</sup> Idem, p. 167.

<sup>547</sup> No início de 2006, o caso de Lungaretti foi julgado pela Comissão de Anistia, que lhe concedeu uma indenização pelas arbitrariedades de que foi vítima durante a experiência ditatorial. Sobre esse “ressurgimento” de Celso, ele diz: “Sentia que, mais do que nunca, era eu mesmo. Não Júlio, Douglas, Lourenço, Afonso, Paulo, Lauro Pessoa ou Damião Gaspar de Oliveira – meus alteregos de quando lutava contra a ditadura. Nem André Mauro ou Júlio Lopes, pseudônimos que usei para evitar curiosos e driblar as tesouras afiadas. E sim, definitivamente, Celso Lungaretti.” LUNGARETTI, op. cit., p. 219.

<sup>548</sup> Entrevista ao site Geração Editorial, op. cit. Pollak propõe algumas reflexões em relação ao uso dos pronomes pessoais nos relatos autobiográficos, indicando a importância de analisá-los. Ele constatou, examinando os depoimentos que colheu entre sobreviventes de campos de concentração, que geralmente a terceira pessoa é utilizada para marcar uma situação de distanciamento: “Quando as pessoas perdem o controle da situação e se tornam seres inumanos, entra a terceira pessoa, marcando um maior distanciamento e dessolidarização em relação a uma subunidade do mesmo grupo.” POLLAK, *Memória e identidade social*, op. cit., p. 214. Este parece ser o caso da narrativa de Lungaretti.

que se convencionou chamar de produção de si no mundo moderno, assinala que: “no que se refere à memória (com desdobramentos para a história), passam a ser legítimos os procedimentos de construção e guarda de uma memória individual ‘comum’, e não apenas de grupo social/nacional ou de ‘grande’ homem (político, militar, religioso).”<sup>550</sup> E, em outro momento do texto, acrescenta:

“É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, reorganizar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa. Uma idéia que se alimenta do entendimento de que a escrita de si foi mobilizada pelos indivíduos modernos com múltiplas intenções, entre as quais a de permitir o auto-conhecimento, o prazer, a catarse, a comunicação consigo mesmo e com os outros.”<sup>551</sup>

No texto de Lungaretti, é possível perceber algumas destas intenções apontadas pela autora: comunicar, contar a “verdade” sobre a sua história, ser reconhecido... A escrita do livro parece funcionar, igualmente, como um tipo de catarse: “Escrever o ‘Náufrago’ era uma espécie de missão, algo que eu não podia deixar de fazer na minha vida. Hoje, mais do que orgulho, o que sinto é aquele alívio do dever cumprido.”<sup>552</sup> Em outra entrevista, o autor afirma que:

“Desde 1970 eu me sentia injustiçado. Nos piores momentos, sempre acreditei que um dia teria a oportunidade de mostrar toda a verdade. Ficava me lembrando de ‘A hora e a vez de Augusto Matraga’, sonhando com o dia em que as pessoas estariam abertas para escutarem a minha versão sem preconceitos. Essa chance surgiu em 2005.”<sup>553</sup>

As palavras de Lungaretti suscitam questões importantes para a análise de sua narrativa. Ele revela que a sua “escrita de si” foi elaborada e desejada por muitos anos, como uma espécie de acerto de contas com a História. Neste sentido, em vários momentos do livro, o autor revela que “não será verdadeiramente feliz antes do acerto de contas”<sup>554</sup>. Por exemplo: ao narrar um episódio em que foi procurado por um jornalista da revista *Isto É* para dar uma entrevista sobre os *arrepentidos*, diz: “Avaliando que à História, sim, tem contas a prestar,

---

<sup>549</sup> *Isto É*, 21 de novembro de 1979. p. 20. Grifos da autora.

<sup>550</sup> GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 12.

<sup>551</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>552</sup> LUNGARETTI, Celso. Mensagem exposta no dia 11 de novembro de 2005, na comunidade “Náufrago da Utopia” no site de relacionamento ORKUT. Disponível em <http://www.orkut.com> Acessos ao longo de 2006.

<sup>553</sup> Entrevista divulgada no site da Geração Editorial, op. cit.

<sup>554</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 209.

aceita.”<sup>555</sup> A afirmação deste sentimento de *dever de memória*, de dever falar, é recorrente em sua escrita e revela algo comum a muitos sobreviventes de acontecimentos traumáticos: a ansiedade por contar a “verdade” sobre suas dores para que estas não se repitam.

Esta busca pela “verdade”, por deixar a sua versão para a História, como já foi ressaltado, está muito presente no livro. Isso fica explícito quando o autor trata da polêmica que envolveu seu nome com a queda da área do Vale do Ribeira (fato que, segundo ele, foi a causa de ter sido escolhido como bode expiatório pela esquerda). Conforme mencionado no Capítulo 1, Lungaretti foi apontado como o delator da localização deste campo de treinamento e isso, segundo ele, o “levou a ser discriminado pelo resto da vida”<sup>556</sup>. No livro *Combate nas trevas*, Gorender disse que Celso Lungaretti forneceu ao Exército a primeira informação sobre um campo de treinamento de guerrilheiros em Jacupiranga, no Vale da Ribeira. Em um manifesto da VPR, de setembro de 1970, também se afirma que, “delatada por Massafumi e Lungaretti, a área de treinamento de guerrilha da VPR sofreu ataques das forças armadas a partir de 21 de abril, enquanto os agentes do DOPS e Oban já estavam em Jacupiranga desde o dia 19.”<sup>557</sup> No entanto, em um relatório secreto do II Exército, que só veio a público há pouco tempo, há evidências de que as informações de Lungaretti levaram a repressão à primeira área de treinamento, já desativada, e que a descoberta da segunda área, próxima à primeira, só foi possível a partir de novas informações procedentes do Rio de Janeiro. Lungaretti fala de como se sentiu ao ter acesso a esse relatório:

“Em novembro de 2004, lendo um relatório secreto do II Exército disponibilizado no *site* Registro Histórico, quase caí da cadeira: é a confirmação de tudo que eu havia dito sobre as áreas 1 e 2. [...] Tenho a prova irrefutável da minha inocência. E exatamente como eu sempre quis: sem ter de inculpar ninguém. Mandei mensagens em várias direções, comunicando a novidade. Jornalistas/escritores que têm lançado obras sobre os anos de chumbo não se interessaram. Que importam a verdade histórica e a honra de um revolucionário? Qual a vantagem de marchar contra a corrente, reabilitando uma ovelha negra? Mas a exceção vale mais do que todos eles juntos. Octogenário, quase surdo, o historiador Jacob Gorender age com dignidade exemplar – pois ele também ex-combatente, sabe a importância que uma acusação dessas tem para um revolucionário. Promete apurar minuciosamente o que ocorreu e, três semanas depois, entrega sua conclusão, na forma de carta que envia a mim, a *O Estado de São Paulo* e à *Folha de São Paulo*.”<sup>558</sup>

---

<sup>555</sup> Idem, p. 198.

<sup>556</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>557</sup> Relatório publicado pela VPR em setembro de 1970, intitulado: *A Experiência Guerrilheira no Vale do Ribeira - Manifesto da Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR). Documento reproduzido no *site* do Centro de Documentación de Los Movimientos Armados. Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=329>. Último acesso em 16 de agosto de 2007.

<sup>558</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 253-254.

Nesta carta, Gorender afirma que, em relação à segunda área, nenhuma responsabilidade cabe a Lungaretti.<sup>559</sup> Depois da publicação da missiva, e da “revelação da verdade”, como diz o autor, este esperava consequências imediatas. Ele complementa: “Passei a metade da vida sonhando com isso. Nem acreditava mais que fosse possível – e aconteceu! Jamais imaginaria que a reação da esquerda e da imprensa fosse, principalmente, de tédio.”<sup>560</sup> Em outro momento, ao rebater uma declaração de Marcelo Rubens Paiva, em coluna publicada na *Folha de São Paulo* sobre a sua suposta delação, Lungaretti afirmou: “Mas saio de alma lavada. Deixei minha versão para a História e consegui posicionar de forma digna um tema delicadíssimo.”<sup>561</sup>

A questão da área de treinamento da VPR ganha centralidade em sua narrativa porque, segundo Lungaretti, ele ficou marcado em função da suposta delação, e não por ter ido à televisão retratar-se. Seu desabafo é contundente: “[...] trinta e quatro anos sofrendo com essas incompreensões, pela facilidade como jogam culpa, transferem culpa, atribuem culpa...”<sup>562</sup> Portanto, podemos compreender seu esforço em rebater tais acusações, em contar a “verdade” sobre esse fato.

A fala de Lungaretti traz à tona questões que envolvem a problemática da memória e da verdade. O que significa esta “verdade” que o ex-militante tanto quer mostrar e deixar para a posteridade? Trata-se da “verdade” dos acontecimentos? Ângela de Castro Gomes afirma que, na cultura da sociedade moderna, a noção de verdade passa a ter um forte vínculo com as idéias de foro íntimo e de experiência de vida dos indivíduos. Diz ela:

“A verdade, neste contexto sócio-cultural, não mais se esgota em uma ‘verdade-factual’, objetiva, una e submetida à prova (científica e/ou jurídica), que continua a ter vigência e credibilidade e que também tece conexões com o individualismo moderno. A verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos. A verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida.”<sup>563</sup>

---

<sup>559</sup> Carta do historiador Jacob Gorender, publicada na sessão Opinião, do jornal *Folha de São Paulo*, em 31 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3012200411.htm>. Acesso em novembro de 2007.

<sup>560</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 258.

<sup>561</sup> Idem, p. 224.

<sup>562</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>563</sup> GOMES, op. cit., p. 14.

Em tal perspectiva, a idéia de verdade passa a ser entendida como sinceridade, como o ponto de vista do autor da narrativa. Nesta direção, Gomes chama a atenção para o tipo de crítica que se faz necessária às fontes autobiográficas, como o livro aqui examinado: o que importa e se deve buscar não é o “que realmente aconteceu”, mas “a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa, o que o autor viu, sentiu e experimentou.”<sup>564</sup>

A narrativa de Lungaretti expõe o que ele considera a verdade dos fatos, construída a partir de sua ótica e de suas experiências. Em entrevista concedida à autora, ele comentou:

“No livro eu fui muito sincero. Falei dos casos que realmente me cabiam e que não eram aquela enxurrada que se pensava, mas também um que seja já dói muito. Eu vejo, hoje, muito mais como uma tragédia do que... Então, o livro eu escrevi, assim, como uma última palavra. Mais para deixar a minha versão. Espero não falar mais, depois dessa onda toda, tem Bienal do Livro...”<sup>565</sup>

Nesta sua versão, em muitos momentos o autor evidencia estar reagindo aos julgamentos de que se sente vítima e fazendo um apelo por compreensão.<sup>566</sup> Assume erros - “[...] fiz questão de mostrar como éramos frágeis, falíveis e muitas vezes desatinados durante a resistência à ditadura [...]”<sup>567</sup> -, mas afirma que aqueles que, diante de todas as dificuldades, ousaram lutar, merecem todo o reconhecimento dos pósteros. Faz, igualmente, uma forte crítica aos que não participaram diretamente dos acontecimentos e, mesmo assim, elaboram avaliações sobre o comportamento dos militantes que caíram nas mãos da repressão. Ao falar de si, Lungaretti afirma ser “nem herói nem vilão, apenas um homem que travou uma luta desigual e perdeu. Pior do que muitos, certamente. Mas bem melhor do que quem se manteve a uma segura distância do campo de batalha e depois se pôs a julgar os combatentes.”<sup>568</sup>

Em entrevista concedida no ano de 1995, porém, suas declarações apontavam em outro sentido: “Nunca engoli não ter sido o herói que desejava ser. Eu queria ter sido muito mais do que fui, resistir muito mais...”<sup>569</sup> Percebe-se, pois, uma leitura diferente de Lungaretti em relação às suas ações: em 1995, ele afirmava não se conformar em não ter sido o herói que sonhou; dez anos depois, parece tranqüilo em relação ao seu papel nessa história. Questionado sobre tal mudança, ele falou:

---

<sup>564</sup> Idem, p. 15.

<sup>565</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>566</sup> O poema escolhido como epígrafe por Lungaretti aponta para esta sua expectativa em relação aos leitores: “E vocês, que virão na crista das ondas em que nos afogamos / Ao criticarem as nossas fraquezas / Pensem também nos tempos sombrios de que tiveram a sorte de escapar.” (Bertolt Brecht, “Aos que virão depois de nós”).

<sup>567</sup> Idem, p. 262.

<sup>568</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 219.

<sup>569</sup> *Zero Hora*, 26 de abril de 1995. p. 4.

“Acho que, também, eu... entrei na luta... Olha como está o mundo! A gente entra para ser, de certa forma, um herói. Era uma coisa, assim, meio paradoxal. Eu achava que toda a visão pública minha, a meu respeito, era falsa, mas, de certa forma, eu tinha falhado no que eu tinha me proposto. Aos meus olhos eu não tinha sido o que eu queria ser. E o caso Macarini é a maior pedra no sapato. É fácil você dizer: ‘o cara era fraco, o cara...’, mas, putz, o cara morreu e, de certa forma, eu joguei com o destino dele com essa maldita idéia de preservar essa coisa... Isso também eu conversei com o Diego [companheiro de Lungaretti na militância estudantil] e ele falou exatamente: ‘Pôxa, os que deveriam ser preservados eram os inocentes, não os que tinham assumido isso’. São coisas assim, quer dizer, também vendo melhor, me informando melhor, eu creio que, no fundo, no fundo, os comportamentos foram muito piores, não é? E muito mais dissimulados, muita gente... Inclusive a pessoa realmente responsável por Registro se... assumindo pose heróica e tinha sido muito pior que eu. É uma coisa que... eu tinha que me aceitar.”<sup>570</sup>

Sua fala revela uma aceitação, no presente, do que ele continua encarando como erros e falhas de comportamento no passado; embora “o que lhe cabe”, como a prisão de Roberto Macarini, posteriormente morto sob tortura, continue sendo doloroso. Parte desta aceitação decorreria de uma comparação de suas experiências com as de outros militantes, os quais, segundo ele, tiveram posturas “muito piores” (não estaria, ele também, julgando os que estiveram ao seu lado no campo de batalha?). Lungaretti aponta ainda como um fator que teria contribuído para essa sua “pacificação” interna o fato de enxergar melhor as coisas agora, de ter se informado.

Embora o autor afirme que o livro foi escrito para os jovens de hoje, os quais, segundo ele, estariam interessados em conhecer a história do país; em certos momentos, sua narrativa parece ser dirigida aos “jovens de ontem”, aqueles que, nas décadas de 1960/70, enfrentaram a ditadura, ou seja, seus ex-companheiros. Mesmo dizendo não ter “contas a acertar” com a esquerda, por ter sido traído e abandonado pela sua organização, algumas vezes seu relato toma a forma de esclarecimento e de crítica, e deixa vir à tona um desejo de reparação. Confrontado com esta questão na entrevista, Lungaretti explicou:

---

<sup>570</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Pode-se pensar nas oscilações presentes na fala de Lungaretti a partir da perspectiva proposta por Pollak. Segundo o autor: “Na minha experiência de trabalho, as coisas mais solidificadas, assim como as coisas mais fluídas – ou seja, as que se transformam de uma sessão da entrevista para outra – são as mais problemáticas. Paradoxalmente, são ao mesmo tempo indicadores de ‘verdade’ e ‘falsidade’, no sentido positivista do termo. Acredito que as partes mais construídas dizem respeito àquilo que é mais verdadeiro para uma pessoa, mas ao mesmo tempo apontam para aquilo que é mais falso, sobretudo quando a construção de determinada imagem não tem ligação ou está em franca ruptura com o passado real.” E complementa: “Por conseguinte, acredito que entre o ‘falso’ e o ‘verdadeiro’, entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa.” POLLAK, *Memória e identidade social*, op. cit., p. 209.

“Não sei... eu acho mais... porque, no fundo, para os jovens, para as pessoas de antes, isso só vai acrescentar algo que já sabiam, vai mostrar meu lado. E eu sempre relutei em fazer algo só para isso, só para limpar meu nome. Eu sou meio narcisista. Eu gostei muito... o meu interesse por *Olga*, pelo filme, eu senti que a nova geração estava querendo saber a História do Brasil... eu gostei muito. Quer dizer, eu fiz o livro pensando que meu caso e dos sete companheiros da zona leste... servir esse fio condutor para contar as histórias do período. Você vê que eu encaixei tudo o que eu pude de histórias do período. Eu queria formar mesmo um painel... interessava a forma bem literária que eu usei. Tudo era para contar as histórias da minha geração. Acho isso mais nobre. Acho mais importante, porque... na *Internet* você vê o ressurgimento do movimento integralista, tem jovens se dizendo integralistas. Tem presença muito forte da direita nos *sites* políticos aí do *orkut*, um monte de coisa assustadora. Sei lá, não é? Se esse livro, eventualmente, virar série, virar filme, virar qualquer coisa... é dar uma esperança de contribuir para mostrar o que foi essa ditadura, dar o clima, fazer os jovens... porque os pais e avós, tão desiludidos com o que o Brasil ficou, ficam romantizando o passado em que eles eram jovens e que o Brasil estava melhor... só que, porra, não foi isso que... por essa bolha de desenvolvimento de 70 e 75 nós estamos pagando até hoje... não era sustentável, era uma ilusão...”<sup>571</sup>

Nesta fala, o autor evidencia uma escrita motivada por elementos do presente: o interesse dos jovens pela nossa história; o fortalecimento de tendências autoritárias, como o integralismo; uma romantização em relação ao passado de ditadura. Ele assinala que o *Náufrago* não foi motivado apenas por um interesse narcísico, mas sobretudo por uma tentativa de dar voz ao coletivo, de “contar as histórias” de sua geração, de montar um “painel” do período, o que seria essencial para essa “nova geração”.

Por fim, Lungaretti deixa claro que não desistiu. Ele encerra o livro dizendo que as cruzadas para mudar o mundo são repletas de armadilhas e sofrimento: “Espero que ninguém jamais entre de novo numa luta sangüinária com a ingenuidade do meu grupo secundarista em 1969.” Mas ressalta: “mesmo assim, o mundo precisa ser transformado.”<sup>572</sup>

---

<sup>571</sup> Idem.

<sup>572</sup> LUNGARETTI, op. cit., p. 262.

### 3.4 “... Há certas coisas que eu havia esquecido mesmo, eu não fazia questão de lembrar” - Silêncio e esquecimento nas memórias dos arrependidos

Defrontar-se com as lembranças significa também se deparar com o silêncio e o esquecimento que lhes são constituintes. Como podemos compreendê-los? Qual a sua dimensão no processo de construção da memória?

Mais especificamente sobre o silêncio, Eni Puccinelli Orlandi reflete a respeito dos seus sentidos na linguagem, evidenciando que esse não é “algo juntado, sobreposto pela intenção do locutor”, mas um fator essencial como “condição do significar”: “Assim, quando dizemos que há silêncios nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam.”<sup>573</sup> A autora complementa, em outro momento do texto: “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante.”<sup>574</sup> Neste sentido, podemos pensar o silêncio não como um limite à compreensão da fala, mas como um dado a ser pesquisado, compreendido.

No processo de constituição das fontes orais para a realização desta pesquisa, que abrangeu desde os primeiros contatos estabelecidos com os militantes até a realização das entrevistas, nos deparamos com tais silêncios inúmeras vezes. Contatados, alguns ex-militantes concordaram em falar, buscando explicar, dar um sentido, uma lógica ao vivido; ainda que suas falas também sejam permeadas pelo que se cala. Outros não conseguiram ou preferiram não se manifestar, permanecendo em silêncio. Suas negativas em falar nos impõem uma série de questões, que passaremos a discutir agora.

Em 2005, em uma busca na rede mundial de computadores para descobrir algumas pistas que levassem a possíveis entrevistados, foram encontradas informações sobre um ex-militante que havia se retratado publicamente, tais como seu telefone e endereço eletrônico. Enviou-se uma mensagem, falando da pesquisa e do interesse em conversar sobre o assunto. Logo depois, chegou a seguinte resposta:

“Prezada Alessandra:

Em primeiro lugar gostaria de saber como me localizou. No seu texto fala de militantes que foram **levados a se retratar**. Esse é, sem dúvida, o meu caso. Há algum tempo a imprensa publicou algo e isso me trouxe muitos transtornos e sofrimentos para a minha família.

---

<sup>573</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 12 e 14.

<sup>574</sup> Idem, p. 23.

Reorganizei a minha vida e hoje sou outra vez um militante de esquerda. Não apenas um espectador. Evidentemente, de maneira menos radical. Os cenários são outros... Estou usando meu tempo agora para me redimir dos erros do passado. O mais grave dos erros foi a tal retratação, sob coação, em pleno Quartel General do segundo exército em São Paulo, na época mais dura. Renego, de maneira veemente, aquele momento de desatino. Em condições normais, eu nunca o faria. Estava segregado dos outros companheiros e da família e mantido longos meses de maneira anônima nas celas do DOI-CODI. Outros companheiros, como o Edgard Duarte de Aquino<sup>575</sup> já tinha sumido dali. Tive medo...

Não estou interessado, no momento, em resgatar tais histórias. A recordação me leva de volta aos porões da ditadura. Talvez você não tenha vivenciado aqueles momentos e por isso não faz idéia do mal que essas lembranças fazem. Talvez isso me trouxesse outra vez problemas junto à minha família. As lembranças são por demais dolorosas. Espero que compreenda. Minha filha, que é meu bem mais precioso, pediu-me para não tratar desses fatos. Não descarto a possibilidade de tratar o assunto. Mas, quero saber como vão ser usadas essas informações.

Não tenho medo de mais nada. Mas prezo demais a minha filha e não posso trazer-lhe nenhum tipo de constrangimento.

Cordialmente [...].<sup>576</sup>

A resposta do militante evidencia não só o sofrimento vivenciado no passado, mas a dor causada hoje, a ele e a seus entes queridos, pela lembrança daqueles acontecimentos, o que justificaria sua opção por não “resgatar” tais memórias.

Ao tratar de memórias traumáticas, Passerini alerta para a necessidade de se levar em consideração que, em nosso tempo, não é suficiente sobreviver fisicamente para que o trauma

---

<sup>575</sup> Edgard de Aquino Duarte integra a lista de mortos e desaparecidos políticos. Era cabo do Corpo de Fuzileiros Navais e, em 1964, participou da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil posicionando-se ao lado dos que se opuseram ao Golpe de Estado que depôs João Goulart. “Em consequência de sua atuação na revolta dos marinheiros de 1964 se exilou no México e, mais tarde, viajou para Cuba. Retornou ao Brasil em outubro de 1968 e viveu clandestino em São Paulo, mesmo sem militância política, até ser preso pelo DOPS/SP em 03/06/1971. [...] Em São Paulo, manteve contato com o agente infiltrado cabo Anselmo, recém chegado de Cuba, que lhe disse estar sem trabalho e moradia. Edgard o levou, então, para morar em seu apartamento na rua Martins Fontes, 268, apto 807, no centro da capital paulista. Nesse endereço, Edgard foi preso e levado para o DOPS/SP, onde permaneceu sob a responsabilidade do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Após a fase de interrogatórios, foi confinado na cela n° 4 do “fundão” (conjunto de celas individuais, isoladas). Até junho de 1973, ele passou por vários órgãos de repressão política e, durante esse período, conheceu diversos outros presos políticos, a quem relatou as torturas a que foi submetido e sua ligação com o cabo Anselmo. Edgard esteve no DOPS/SP, DOI-CODI/SP, DOI-CODI/Brasília e no Batalhão de Caçadores de Goiânia. Visto pela última vez em junho de 1973, no DOPS/SP, estava barbudo, cabeludo e muito debilitado fisicamente.” BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 344.

<sup>576</sup> Mensagem eletrônica enviada à autora em 1º de novembro de 2006. O nome do remetente será preservado devido à sua opção de não se manifestar em relação ao episódio citado.

possa ser deixado para trás. Essas histórias dolorosas sublinham a complexidade da trama da memória e a dificuldade de convivência com a recordação do passado.<sup>577</sup>

Além disso, a mensagem citada revela também medo e desconfiança, sentimentos não encerrados nos porões da ditadura e expressos no questionamento: “como me localizou?”. Chama a atenção o fato de que, logo no início do texto, ele afirme que recentemente foi publicado “algo” sobre seu caso na imprensa, o que trouxe “transtornos e sofrimento” para a sua família. Isso, de certa forma, explicaria o seu medo de trazer este assunto à tona novamente. Segundo Pollak, o silêncio tem razões bastante complexas, entre as quais estão questões pessoais, familiares, “que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais.”<sup>578</sup> Ao mesmo tempo, o militante evidencia a culpa em relação ao que considera um “erro do passado”, do qual até hoje busca se “redimir”.

Respondemos a seu e-mail, esclarecendo algumas questões relacionadas à pesquisa, mas depois da mensagem citada, não houve mais nenhuma manifestação de sua parte. Seu silêncio parece bastante eloquente dos sofrimentos e culpas antes mencionados.

Outro militante, João Arnolfo, também não concedeu entrevista. Nos mantivemos em contato por um longo tempo. Procurado ainda em 2004, no momento da elaboração do projeto desta pesquisa, ele prontamente se dispôs a colaborar, desde que fosse para fins exclusivamente acadêmicos. Em 2005, Arnolfo afirmou que preferia responder por escrito a entrevista, além de indicar fontes para a pesquisa, e combinamos que seria elaborado um roteiro com algumas questões. Após enviar o roteiro, voltamos a escrever perguntando sobre o “questionário”, ao que ele respondeu:

“Fora a resistência psicológica inconsciente em tratar destes assuntos, tive um problema de troca de provedor do pv e perdi muito email. Gostaria que vc que reenviasse as perguntas, prometo tentar de novo, pelo menos resumidamente, ok?  
abcs  
joão arnolfo  
ps - e vc, nunca aparece aqui pela capital?”<sup>579</sup>

O questionário foi enviado novamente e, em abril, ao contatá-lo para checar se havia recebido a mensagem e conversar sobre a entrevista, Arnolfo respondeu:

“Sobre os e-mails, recebi sim, apenas ainda não me senti bem em abordar o tema relacionado com a tortura e o chamado ‘desbunde’, termo que se passou a usar para quem caiu fora da luta armada de

---

<sup>577</sup> PASSERINI apud SCHWARZSTEIN, op. cit., p. 77.

<sup>578</sup> POLLAK, *Memória, esquecimento, silêncio*, op. cit., p. 6.

<sup>579</sup> Mensagem eletrônica enviada à autora em 21 de março de 2006.

alguma maneira. Complicado psicologicamente para mim, não consigo direito nem mesmo tratar de meu processo de anistia no governo federal (que tá correndo há 2 ou 3 anos)... E tenho que ter tempo para pesar as palavras que vc colocará de novo na história e, enfim, preciso estar em forma mental para tratar disso novamente. Assim que conseguir, farei isto, ok? Será rápido, tentarei. Abcs, João Arnolfo.”<sup>580</sup>

Voltamos a trocar mensagens sobre a entrevista e, em agosto, chegou a seguinte resposta:

“Oi Alessandra. O que posso lhe dizer? Não respondo seu questionário porque não dá, porque me provoca mal-estar tratar deste assunto atualmente; se e quando eu for falar sobre os episódios com detalhes pessoais que não considero importantes para a compreensão da história, além do que está nos autos, na imprensa, nas nossas correspondências, nos sites etc, será no futuro e provavelmente em algo de minha própria autoria. Vc tem o direito e a liberdade de usar as fontes que lhe indiquei, ao se referir a mim. Pode inclusive descrever os contatos etc. Mas não me vejo dando entrevista - uma espécie de recomendação do meu assessor de imprensa interno, dublê de psiquiatra e advogado. Vc tem os fatos e os escritos diários, minhas atividades, o que penso, etc, nos endereços de sempre ([www.partidoverde.org](http://www.partidoverde.org) o texto do noticiário central é um relato diário que faço como redator da Liderança, ou em [www.joaoarnolfo.blog.com](http://www.joaoarnolfo.blog.com), onde faço agitprop particular...). Fora isso, a novidade é que semana passada fui reconhecido como anistiado político, na mesma lista do *Diário Oficial* de 27 ou 28/7/06 em que saíram vários outros nomes, inclusive do José Genoíno. O que significa o reconhecimento histórico do acerto de nossa luta, bem como dos abusos de que fomos vítimas. Enfim, o que eu gostaria é que vc não ficasse chateada mas procurasse fazer seu trabalho em cima do que existe - os processos no STM, dou-lhe acesso livre, são 3 grossos volumes que me dão depressão quando relembro; meus escritos mais recentes, etc, mas sem o tal questionário. Certamente ele não é imprescindível ao seu trabalho acadêmico. Se passar por aqui, avise que a receberei na liderança com todo prazer.

Abcs,  
João Arnolfo.”<sup>581</sup>

As mensagens de João Arnolfo, hoje ativo militante do Partido Verde, revelam sentimentos contraditórios, frutos de vivências bastante traumáticas: por um lado, ele reconhece a necessidade de que os acontecimentos relativos às retratações públicas sejam contados, preocupando-se também sobre como serão escritos, elaborados, “novamente colocados na história”; ao mesmo tempo, na sua fala, transparece a dor do ato de lembrar. Em vários momentos, Arnolfo revela essa dificuldade: uma “resistência psicológica inconsciente”, “complicado psicologicamente para mim”, “porque me provoca mal estar tratar

---

<sup>580</sup> Mensagem eletrônica enviada à autora em 17 de abril de 2006.

<sup>581</sup> Mensagem eletrônica enviada à autora em 2 de agosto de 2006.

deste assunto atualmente”, “me dão depressão quando relembro”. É como se a necessidade da fala e a imposição do silêncio travassem uma batalha no seu interior. Diante da dor, daquilo que “provoca mal-estar”, o ato de lembrar é negado, ou, pelo menos, postergado para outro momento.

A família de José Gay da Cunha também foi contatada. Uma de suas filhas, que reside na cidade do Rio de Janeiro, afirmou que achava a pesquisa muito importante, mas disse que não poderia conceder uma entrevista, pois a família não quer tratar deste assunto, porque o episódio foi muito marcante e doloroso para seu pai. O jornalista Nilson Mariano, quando escreveu sobre os processos de *arrependimento* em 1995, também procurou a família de Cunha, que igualmente naquela ocasião se negou a falar sobre o assunto. Nesta reportagem, Mariano afirma que a veiculação da entrevista de Gay da Cunha causou embaraço e surpresa em muitos de seus contemporâneos. Como entender que aquele homem de 64 anos, que dedicou a vida ao comunismo, se apresentasse na televisão para manifestar seu “nojo e desprezo” pelo PCB? O jornalista cita alguns depoimentos de seus companheiros de Partido, sem identificá-los, sobre o período posterior à sua declaração: “Ele virou um trapo.” Segundo eles, Cunha morreu ainda magoado com o episódio.<sup>582</sup>

João Aveline, histórico comunista gaúcho e companheiro de Gay da Cunha por muitos anos, afirma que este foi procurado para dar entrevistas a respeito de seu depoimento de 1975, mas não aceitou concedê-las. Ele acrescenta:

“E o Gay foi isso. O Gay se desmontou. E é um terror ideológico, porque, como eu te disse, o Gay era um cara, pessoalmente, valente. O terror ideológico levou ele à derrocada. Devem ter colocado para ele, eu não sei detalhes disso... Ele deve ter demonstrado tal fragilidade lá que os caras devem ter feito proposta para ele fazer uma declaração pública que tinha sido ludibriado e tal. E ele terminou se prestando a isso. Teve um outro cara... com jovem também aconteceu isso. Eram pessoas que foram quebradas, fisicamente quebradas, derrotadas politicamente, política e ideologicamente esmigalhadas e que terminaram claudicando.”<sup>583</sup>

Nilson Mariano também entrevistou o militante gaúcho Reinhold Klement. Segundo a reportagem, este último “refez sua vida em Santa Catarina, é sócio de uma rede de grandes hotéis, promove cursos anuais sobre hotelaria e não gosta de remexer o passado.” Na ocasião, ele afirmou: “Estou tranquilo, eu sobrevivi. Ideologicamente foi uma burrice, não valeu a pena derramar sangue. Agi corretamente, aproveitei para negociar as penas de outros

---

<sup>582</sup> *Zero Hora*, 27 de abril de 1995. p. 4.

companheiros. Acabei a história ali.” Comentou ainda: “Nunca tive trauma. Tinha uma filha pra criar.” E se despediu da entrevista, dizendo: “Não me arrependo de nada. É como diz o ‘analista de Bagé’. Foi feito, tá feito.”<sup>584</sup> Apesar de demonstrar segurança em relação ao que fez, sua insistência em encerrar a questão – “acabei a história ali”; “foi feito, tá feito” – talvez revele que este tema ainda lhe provoque mal-estar.

Pollak faz algumas considerações a respeito destes silêncios subjacentes às memórias, baseado na sua experiência adquirida ao longo da busca por lembranças de judeus que vivenciaram o horror da Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, é necessário, em primeiro lugar, que a pessoa encontre uma escuta. Algumas lembranças proibidas ou vergonhosas são guardadas em estruturas de comunicação informal e passam despercebidas pela sociedade englobante. Assim, existem nas lembranças zonas de sombras, de não-ditos:

"As fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques, e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos."<sup>585</sup>

Pollak mostra que o que se “recorda”, o que se fala (ou o que se cala) é também determinado pela existência (ou não) de uma escuta. Neste sentido, algumas falas dos *arrependidos* deixam explícitas suas dúvidas em relação à existência de uma escuta para exporem suas memórias. É o caso de Gustavo Barbosa:

“Por isso é que até hoje eu não discuto muito com esse pessoal. Eu sou amigo, eu falo, eu não falo, esse assunto é um assunto que eu ainda guardo um pouco. Eu quero escrever um livro sobre tudo isso, o mais cedo que eu puder. Mas por enquanto ainda não pude. Não que seja um tabu pra mim, não é, não é. Mas eu sinto que ainda não tá amadurecido, por incrível que pareça. Uma história que já tem quatro décadas e não tá amadurecida o suficiente, por mais que a esquerda tenha sido desmistificada, por mais que esteja hoje buscando alternativas diferentes. Essa geração que viveu isso, grande parte ainda tem aquele ranço de que tava com a razão sim e os militares foram sacanas sim, e a gente podia ter feito a revolução sim. Isso meio que negando uma realidade, por que vendo a realidade da revolução comunista em todos os países onde ela aconteceu, inclusive Cuba, você vê que não foi nada do que a gente preconizava. Então, quanto

---

<sup>583</sup> Entrevista concedida à autora em junho de 2005, na cidade de Porto Alegre.

<sup>584</sup> *Zero Hora*, 24 de abril de 1995. p. 57.

<sup>585</sup> POLLAK, *Memória, esquecimento, silêncio*, op. cit., p. 4.

mais o tempo passa, mais me dá tranqüilidade em relação ao que eu fiz, mas não posso dizer pra você que seja um assunto que hoje eu falo pra todo mundo pela rua porque ainda, por incrível que pareça, ainda é um assunto tabu. Ainda é um assunto que não foi bem amadurecido pela sociedade.”<sup>586</sup>

Em outro momento, ao falar de como foi recomeçar a vida depois da prisão, Gustavo disse que não procurou reencontrar antigos companheiros, mas quando os encontrava:

“Esse foi um assunto que nunca mais eu falei muito. Tanto é que, mesmo sabendo que as pessoas não ignoravam, não é um assunto aberto pra mim até hoje.”

[Alessandra] – “Mas por quê? Por que é difícil falar sobre isso?”

[Gustavo] – “Acho que ainda é, ainda é um pouco. Agora não é mais, está deixando de ser. Os paradigmas históricos já mudaram, os mitos já foram derrubados, a história já é outra. Mas alguns até, é amigos meus, relacionamentos meus do Rio ou em São Paulo ainda são muito ligados, mesmo com toda a crítica, ainda tem toda uma visão da esquerda que eu não tenho, não tenho igual, não tenho mais..”<sup>587</sup>

Ao fim da entrevista, ao ser questionado sobre como vê hoje os acontecimentos das décadas de 60 e 70, e sobre como é falar dessas histórias, ele respondeu:

“Estou cada vez gostando mais, cada vez mais à vontade pra falar. Porque talvez há cinco anos eu não falasse pra você tudo isso... [...] Agora, até mesmo essa nova visão, mais livre, mais solta, menos culpabilizante de quem suportou a tortura, ou de quem não suportou, de quem seguiu, de quem não seguiu, de quem mudou de opinião, como eu, ou de quem não mudou, isso também leva tempo. E, eu acho que nesse ponto o mito da esquerda demora muito a se diluir, acho que nesse ponto o Brasil é meio lento, a cultura brasileira é meio lenta nisso...”<sup>588</sup>

A fala de Gustavo revela sua percepção em relação às mudanças nos paradigmas teóricos e no próprio contexto histórico, o que faz com que, para ele, determinada visão de esquerda não tenha mais sentido. Mesmo assim, acredita que a questão dos *arrependimentos* ainda não está amadurecida na sociedade, principalmente no seio de determinados grupos de esquerda que atuaram durante a ditadura. Prefere então “guardar” estas memórias em uma dimensão particular. Refere-se também à passagem do tempo - “quase quatro décadas” - que não teria sido suficiente para esse amadurecimento do tema. Por isso, afirma que ainda é difícil falar a respeito destas questões e, ao mesmo tempo, que não é mais (é tabu e não é

---

<sup>586</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

<sup>587</sup> Idem.

<sup>588</sup> Idem.

tabu). Para ele, o tempo parece ter trazido mais compreensão em relação à sua retratação: “Então, quer dizer, quanto mais o tempo passa, mais me dá tranquilidade em relação ao que eu fiz”; mesmo assim, diz “guardar um pouco”, por não ser um assunto que se fale “pra todo mundo pela rua”; enfim “não é um assunto aberto” até hoje. Essas contradições evidenciam as dificuldades de evocar memórias tão pouco enquadradas.

Tais dificuldades em expor certas questões referentes ao período ditatorial estão relacionada também a julgamentos que, por vezes, ainda são feitos sobre a postura de determinadas pessoas que participaram da resistência, como já abordamos anteriormente. “Delação” ou “traição” são acusações que continuam a ser dirigidas a inúmeros militantes de esquerda que sobreviveram aos horrores produzidos nos porões da ditadura militar. Desconfianças e dúvidas ainda pairam sobre muitos daqueles que continuaram vivos.

No artigo *Traiciones*. La figura del traidor (y la traidora) em los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión, Ana Longoni faz uma análise de três livros de literatura que tratam de militantes que sobreviveram aos campos de confinamento da ditadura argentina e do estigma de traição que pesa sobre eles. Tal estigma é justificado em razão das estratégias que alguns militantes utilizaram para conseguir sobreviver, que iam desde a colaboração com os órgãos repressivos até casos de prisioneiras que acabaram se envolvendo emocionalmente com seus repressores. Segundo a autora, existem fortes vínculos entre este estigma da traição, as dificuldades (da esquerda, de movimentos de direitos humanos e de parte da sociedade) para admitir a derrota do projeto revolucionário e a impossibilidade de realizar um balanço autocrítico acerca das formas e dos rumos da militância dos anos setenta. Ela completa: “El sobreviviente aparece como portavoz de un reconocimiento que todavía hoy no puede ser escuchado por muchos: el proyecto revolucionario sufrió una derrota en esas miles de vidas y en el terror que con la represión de estado se impuso en la sociedad.”<sup>589</sup> O relato do sobrevivente mostra-se então intolerável, por um lado, porque revela que o terror existia entre todos, estava ali entre aqueles que dizem agora que não sabiam; por outro lado, porque evidencia a “magnitude da derrota” da esquerda revolucionária que os dirigentes tratam de ocultar. Em relação a essas memórias, Longoni acrescenta:

“Poder contadas exige que puedan ser escuchadas y procesadas por otros, que suspendan el enjuiciamiento desde una impugnación moral, y se interroguen, se arriesguen a pensar sobre esos siniestros límites, que como dice Bonasso, tuvimos la suerte de no traspasar. E incluso considerar cuánto de esa lógica

---

<sup>589</sup> LONGONI, Ana. *Traiciones*. La figura del traidor (y la traidora) en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. IN: JELIN, Elizabeth; LONGONI, Ana (orgs.). *Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2005. p. 207.

perversa del terror concentracionario se expandió fuera de los límites del campo y esta vez sí nos alcanzó también a cada uno de nosotros.”<sup>590</sup>

Os *arrepentidos* brasileiros também são protagonistas de algumas destas histórias tão difíceis de serem contadas e escutadas - principalmente por aqueles que desejariam um outro final para a guerra travada entre os militantes revolucionários e a ditadura. E, mais do que tudo, difíceis de serem compreendidas, sobretudo a partir de julgamentos que não tomem em consideração a dimensão da tragédia que se abateu sobre a esquerda armada, da qual os mortos e *desaparecidos* políticos são a mais triste expressão. Assim, não há como compreender as retratações sem se levar em conta a situação na qual tais militantes se encontravam naquele momento. Não foram eles também vítimas da ditadura? Não foram perseguidos, presos, torturados? Além disso, seus depoimentos só foram elaborados e veiculados pelo regime e pela imprensa porque, de alguma forma, encontraram eco em parcelas da sociedade, críticas ao que chamavam de “terror” e “subversão”. Neste sentido, discutir e repensar sobre esses julgamentos que ainda hoje se fazem é de extrema importância. Afinal: o que se está julgando? Quem se está julgando? Quem pode julgar?

\* \* \*

Também a questão do esquecimento perpassou várias entrevistas realizadas com os militantes *arrepentidos*. No caso de Lungaretti, por exemplo, foi questionado se ele lembrava de como ocorreram as gravações de seu depoimento na televisão, se recordava do que tinha falado, do que sentiu naquele momento. Eis a resposta:

“Não me lembro o que eu disse, não me lembro como disse. Eu sei que as pessoas falaram que foi algo de duas mãos. De certa forma, chocava para as pessoas que... no estado que eu tinha ficado. De certa forma, o efeito era: ‘olha o que eles fazem com as pessoas que caem nas mãos deles’. Segundo o Ivan Seixas<sup>591</sup>, o próprio Lamarca disse que eu estava, claramente... bom, claro, um cara de oitenta e cinco quilos que está com menos de sessenta, qualquer pessoa que conheça vai... Mas, diz que causava estresse, causava espanto, assim, o estado deplorável que, de certa forma, passou na entrevista. Acho que o efeito foi meio, assim, dramático... sei lá.”<sup>592</sup>

---

<sup>590</sup> Idem, 238.

<sup>591</sup> Ivan Seixas militou no MRT, juntamente com seu pai, Joaquim Alencar Seixas. Foi preso em abril de 1971, aos 16 anos de idade. Na mesma ocasião, os órgãos de segurança detiveram Joaquim, morto no dia seguinte devido às torturas sofridas no DOI-CODI de São Paulo. Para mais informações, consultar: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 158.

Também Gilson Theodoro nos fala sobre o seu esquecimento daqueles episódios:

“Olha, houve um momento tá, ou melhor, a partir do momento em que eu saí, em que eu comecei a... a... rea... tentar reorganizar minha vida, né? É... eu confesso a você que eu não fazia questão nenhuma de lembrar desses momentos sabe, e... e... e... há certas coisas que eu havia esquecido mesmo, eu havia esquecido, eu não fazia questão de lembrar, eu havia esquecido. Mas é... é... com o... o ... essas notícias com aquela, com aquela lei do Covas, entendeu? Com os anistiados, com os torturados, é... com referências quando a gente começou a mexer com isso, sabe começou o ... [...] E nós começamos a... a ... nos relembrar certas coisas da cela também, sabe? Então muitas coisas a gente, às vezes, que eu talvez não fizesse muita questão de, de querer me lembrar, eu... essas coisas vieram, sabe? E o próprio livro do Celso também, isso fez com que coisa que eu havia me esquecido até lembrasse e... e hoje, e eu digo a você com muita franqueza, com muita sinceridade, eu é... com certo orgulho que eu me lembro disso, sabe? É... eu não me lembro disso como se fosse uma fase, como se fosse alguma coisa muito é... é..., infeliz na minha vida, não foi.”<sup>593</sup>

Gilson aponta que, no momento em que tentava reconstruir sua vida, ao sair da prisão, ele preferia “não lembrar”. O esquecimento aparece aqui vinculado ao que não se “fazia questão” de recordar, ao que não se queria trazer à tona. Fernando Catroga, ao refletir sobre a dimensão seletiva de todo o ato de memorizar, afirma ser preciso “dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a selecionar o seu passado, processo psicológico em que as escolhas são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir.”<sup>594</sup>. As razões da “escolha” de Gilson, naquele momento, podem ser entendidas pela própria dimensão do sofrimento vivido. Evidencia-se também que aqueles condicionamentos se transformaram e que, com o passar do tempo e a influência de determinados acontecimentos, estas lembranças “vieram”, já podendo ser reelaboradas, não trazendo consigo somente a dor, mas ganhando outras facetas não redutíveis a um período de pura infelicidade.

Jacy Alves Seixas ressalta que, tal como a memória, o esquecimento também não é absoluto, mas “condensa-se e expressa-se em imagens repletas de plasticidade, tecendo vínculos estreitos com a imaginação e a afetividade.” A autora postula que há uma gestão da memória, assim como há uma gestão, ao mesmo tempo racional e afetiva, do esquecimento; e

---

<sup>592</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>593</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

<sup>594</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001. p. 26.

chama nossa atenção: “Podemos interrogar a memória através de sua ausência, o esquecimento, sobretudo quando este último é o mais manifesto [...]”<sup>595</sup>

Analisando e interrogando os silêncios e esquecimentos que permeiam as memórias dos *arrepentidos*, pode-se perceber que eles remetem a diferentes sentidos: expressam a dor que ainda se faz presente, revelam o medo de se exporem a mal-entendidos, de não serem compreendidos, e também apontam para as dificuldades de escuta que histórias como essas ainda enfrentam.

Para finalizar a discussão, lembramos de Catroga, que nos diz que é lícito reivindicar o direito ao esquecimento. Mas prossegue, citando Peter Burke:

“Porém, não se pode olvidar que os abusos da amnésia e os da recordação geram os mesmos efeitos. Ambos deságuam no caos e sem-sentido da existência. E esta lição mostra não haver vida histórica sem esquecimento, embora, para se saber algo sobre o passado (individual ou coletivo), não se possa esquecer do que ficou esquecido, imperativo ético e deontológico que obriga o historiador – tanto quanto lhe for possível, e sem qualquer pretensão ao monopólio da verdade – a desenterrar os ‘esqueletos’ escondidos nos armários da memória”.<sup>596</sup>

Este trabalho constituiu-se em uma busca por “desenterrar os esqueletos” escondidos nas lembranças destes militantes, sem a pretensão de monopolizar a verdade sobre elas, mas na tentativa de reconhecê-las enquanto elementos significativos para o estudo e a compreensão da história e da memória daqueles tempos de ditadura no Brasil.

---

<sup>595</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Figuras passionais, sentimentos morais e cultura política brasileira: imagens do esquecimento e da negação. In: MACHADO, Maria Clara Formaz; PATRIOTA, Rosângela (orgs). *História e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação*. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 102 - 103.

<sup>596</sup> CATROGA, Fernando. Memória e História. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 67.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa, procurou-se analisar os processos de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações que combatiam o regime civil-militar instaurado no Brasil em 1964.

Para dar início à investigação, buscou-se mapear as retratações divulgadas pela imprensa da época e identificar os militantes que participaram de tais episódios.

A partir da análise dos dados presentes nas reportagens e notícias publicadas em jornais e revistas do período, evidenciaram-se alguns dos objetivos do governo na execução dessa ação. Ainda que se pudesse pensar na referida campanha como um mecanismo de pressão para que jovens militantes descontentes com suas organizações e convencidos da derrota de sua luta revolucionária se entregassem, foi o seu caráter de propaganda que impulsionou a implementação e divulgação dos depoimentos dos *arrepentidos* pelos órgãos governamentais.

As mensagens presentes nas falas daqueles militantes foram direcionadas para questões centrais que atingiam o governo brasileiro no início da década de 1970, principalmente no que tange às críticas que recebia do exterior em função da violência e do desrespeito aos direitos humanos e a uma preocupação com a juventude, especialmente com os setores estudantis, que representavam um papel significativo na resistência ao regime (e também no seu projeto de “Brasil Grande”). Além disso, também eram utilizadas no sentido de desqualificar os grupos que se opunham à ditadura, através de uma ofensiva direta em relação aos seus métodos – a “violência”, o “terrorismo” - e líderes – os “maus brasileiros” que não haviam se integrado ao “esforço nacional de desenvolvimento”.

Tais depoimentos chegaram a milhares de brasileiros através das telas de televisão e das páginas de jornais e revistas. Neste sentido, destaca-se também que, para o “sucesso” de tal estratégia, foi essencial a participação e colaboração de diversos setores da grande imprensa e da sociedade civil. O espaço e o destaque dedicado a tais retratações pelos veículos de comunicação, especialmente em 1970 e 1971, sugerem uma adesão significativa destes à campanha. Indicam também, que os *arrepentimentos* (que “sempre calam fundo na opinião pública”, como afirmava um documento secreto do SNI) encontraram eco em diferentes setores da sociedade brasileira, preocupados com o que consideravam o “terror” e a “subversão”. Como potencializadores deste medo, contribuíram, em grande medida, a ação da imprensa e o controle intenso da informação exercido pelo regime civil-militar.

Traçadas as linhas gerais desta estratégia utilizada pela ditadura, impunha-se então conhecer e analisar seus protagonistas. Afinal, quem eram aqueles militantes que se declararam *arrepentidos*? Por que o fizeram?

Ao longo da investigação, principalmente a partir das entrevistas de história oral, seus contornos foram se desenhando. Tais sujeitos ganharam nome, rosto, referências, trajetórias. Ao buscar compreender as experiências destes indivíduos e enxergá-los como protagonistas de suas próprias histórias (com suas ações e escolhas, opiniões e sentidos, certezas e indecisões) não se ignorou o fato de que o contexto analisado foi marcado pela violência e pela repressão. Neste sentido, ao examinar suas atitudes, deve-se levar em consideração que estes sujeitos estavam agindo em um campo de possibilidades bastante restrito, sobre o qual, no entanto, também atuavam.

Quanto mais fontes foram pesquisadas, maior foi a certeza em relação às especificidades de suas trajetórias e do processo que os levou ao lugar de *arrepentidos*.

Partia-se, no início da pesquisa, da idéia de que a grande maioria deles, ao ser confrontada com a tortura nos porões do regime, havia sido obrigada a protagonizar as retratações públicas. A investigação, no entanto, revelou diferentes matizes em relação a essa hipótese inicial. Assim como houve aqueles que participaram destes processos sob ameaças e sevícias, houve também militantes que estavam rompidos com a perspectiva da luta armada, descontentes com suas organizações ou que simplesmente acreditavam que “já tinha acabado” – a batalha estava perdida - e, por isso, era necessário alertar os jovens para que não ingressassem na chamada “subversão”. Igualmente, existiram casos cuja negociação envolveu a concessão de liberdade provisória ou reduções de penas. Muitos destes fatores podem ter atuado em conjunto, e muitos não pudemos explicar. Assim, evidenciaram-se na investigação diferentes razões e caminhos que levaram estes militantes a protagonizarem *arrepentimentos* públicos. Há ainda que ressaltar que a diversos militantes foi atribuído um *arrepentimento* em relação ao seu passado político, sem que tal retratação tenha ocorrido de fato.

Na reconstrução destas trajetórias, foram essenciais as entrevistas de história oral. Estas, além de auxiliarem no entendimento de inúmeras questões relacionadas aos episódios estudados, também permitiram o acesso às memórias que os *arrepentidos* elaboraram e elaboram hoje sobre seu passado. Tais memórias, durante tanto tempo “subterrâneas” no debate coletivo acerca da ditadura no Brasil, vêm emergindo de forma cada vez mais significativa, e apontam para a dimensão que esse acontecimento alcançou em suas histórias de vida, tanto na década de 1970, como nos anos que se seguiram e, inclusive, na atualidade. Nota-se, igualmente, o quanto suas lembranças são permeadas pelo silêncio e pelo

esquecimento, elementos bastante significativos nas lembranças daqueles que vivenciaram experiências traumáticas.

A história e a memória dos *arrepentidos* nos remetem a questões centrais da história brasileira contemporânea, tanto daqueles tempos de ditadura quanto de nossa época atual.

Suas experiências evidenciam práticas nefastas da propaganda oficial e da ação psicológica do regime, assim como a colaboração e a participação das principais empresas de comunicação em tais estratégias. Os discursos utilizados pela grande imprensa nas décadas de 1960 e 1970 ao se referir às ações e aos projetos das organizações de esquerda, em muito se assemelham à forma como se divulgam informações/opiniões sobre os movimentos sociais na atualidade. As empresas de comunicação da época são, em sua maioria, as mesmas que hoje se pautam pela difusão de concepções alicerçadas na criminalização desses movimentos e pela desqualificação de seus integrantes.

Através das narrativas dos *arrepentidos*, permeadas, em sua maioria, pelos relatos das torturas que sofreram, podemos acessar o quadro de violência e repressão enfrentado por aqueles que ousaram lutar contra a ditadura e pela revolução, sonhando em construir um mundo mais justo. Longe de ter sido um ato irracional e isolado, como muitos preferem considerar, a tortura tornou-se um elemento fundamental de uma cadeia de ações altamente planejada e hierarquizada, apoiada em justificativas ideológicas e objeto de pesquisa e treinamentos específicos. Constituiu-se enquanto uma política de Estado, e foi organizada e financiada enquanto tal.

Neste sentido, cabe ressaltar que tal prática foi (antes de 1964) e continua sendo sistematicamente utilizada nas delegacias e presídios brasileiros; e aparece cada vez mais naturalizada nos discursos reacionários que acreditam que só se pode responder à violência com o aumento da repressão.

Por outro lado, as falas dos *arrepentidos* revelam igualmente alguns limites e impasses das organizações de esquerda que se lançaram ao combate da ditadura. Esses limites precisam ser discutidos e analisados historicamente, principalmente por aqueles que, como nós, reivindicam a legitimidade de tal luta, “se não quisermos o triste privilégio da infundável repetição dos erros”, como apontou Gorender no final de seu *Combate nas trevas*.

Se é necessário apontar tais “erros” e limitações, impõe-se também reconhecer a coragem com que tais grupos e indivíduos se lançaram à luta, quando a maior parte da sociedade permaneceu calada ou apoiou o regime. E, principalmente, reconhecer que as contradições e desigualdades sociais que mobilizavam a esquerda nos anos 60 e 70 na busca pela “revolução brasileira”, continuam presentes no triste cenário do país em 2007.

## FONTES CONSULTADAS

### FONTES AUDIOVISUAIS

1. Entrevista de Massafumi Yohinaga ao repórter da TV Tupi Almir Guimarães, exibida no *Telejornal Ultra-Notícias do Dia*, na edição de 02 de julho de 1970 – Acervo: Cinemateca Brasileira – São Paulo/SP.
2. Programa de entrevista com Massafumi Yoshinaga, Rômulo Fontes e Marcos Vinícius Fernandes dos Santos e repórteres de diferentes emissoras, gravado no dia 23 de julho de 1970 na TV Tupi, mas exibido por inúmeras redes de televisão – Acervo: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro/RJ.
3. Reportagem produzida pelo jornalista Fernando Molica, exibida no dia 08 de novembro de 2005 no *Jornal da Globo*, e retransmitida posteriormente pela *Globo News*.

### FONTES ESCRITAS

1. Documentos oficiais, prontuários de militantes, cópias de interrogatórios, pastas, dossiês e correspondências trocadas entre o SNI e o DEOPS-SP. Acervo: DEOPS/SP – Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo / SP
2. Documentos relativos a militantes de esquerda no Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura/RS – Porto Alegre / RS
3. Documentos, manifestos e jornais clandestinos produzidos por algumas organizações de esquerda, como a POLOP. Acervo: CEDEM – Centro de Documentação e Memória das Esquerdas no Século XX – UNESP (Universidade Estadual Paulista) – São Paulo / SP
4. Fontes de Imprensa:
  - 4.1. Jornais

CORREIO DO POVO (abril de 1970 à agosto de 1975). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Porto Alegre / RS

FOLHA DE SÃO PAULO (maio de 1970 a dezembro de 1971). Acervo - Biblioteca Municipal Mário de Andrade - São Paulo / SP

FOLHA DE SÃO PAULO (janeiro a dezembro de 1972). Acervo: Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro / RJ.

O ESTADO DE SÃO PAULO (julho e dezembro de 1970, 1º trimestre de 1971 e 2º semestre de 1975). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Porto Alegre / RS (Coleção incompleta)

O GLOBO (julho e dezembro de 1970, 1º trimestre de 1971 e 2º semestre de 1975). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Porto Alegre / RS (Coleção incompleta)

O PASQUIM (maio a setembro de 1970). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Porto Alegre / RS

ZERO HORA (abril a agosto de 1970; dezembro de 1970; janeiro de 1971; março, maio e junho de 1975). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Porto Alegre / RS (Coleção bastante incompleta; vários números faltando).

#### 4.2. Revistas

MANCHETE (julho a dezembro de 1970). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) / RS

REALIDADE (julho e dezembro de 1970; janeiro de 1971; junho, julho e agosto de 1975). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) / RS

VEJA (julho, agosto e dezembro de 1970; janeiro de 1971). Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) / RS

#### FONTES ORAIS

1. João Aveline. Junho de 2005, Porto Alegre/RS.
2. Celso Lungaretti. Fevereiro de 2006, São Paulo/SP.
3. Gilson Theodoro de Oliveira. Fevereiro de 2006, São Paulo/SP.
4. Akitoshi Yoshinaga. Fevereiro de 2006, São Paulo/SP.
5. Irgeu João Menegon. Janeiro de 2007, Porto Alegre/RS.
6. Gustavo Barbosa. Fevereiro de 2007, São Paulo/SP.
7. Rômulo Romero Fontes. Fevereiro de 2007, São Paulo/SP.
8. Cláudio Gutierrez. Maio de 2007, Porto Alegre/RS.

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

### 1. Entrevistas

Entrevista de Fernando Ponte de Souza à autora, realizada através de correio eletrônico. Enviada pelo autor no dia 5 de agosto de 2007.

### 2. Mensagens eletrônicas

Mensagens enviadas à autora por João Arnolfo nos dias 21 de março, 17 de abril e 2 de agosto de 2006.

Mensagem enviada à autora em 1º de novembro de 2006. O nome do remetente foi preservado devido à sua opção de não se manifestar em relação ao tema.

Mensagens enviadas à autora por Fernando Ponte de Souza nos dias 4 e 17 de julho e 5 de agosto de 2007.

### 3. Sites

Centro de Documentación de Los Movimientos Armados - <http://www.cedema.org/>

Diários da Ditadura - <http://www.diariosdaditadura.com.br/>

Editora Geração Editorial. <http://www.geraçaoobooks.com.br/>

Site de relacionamento Orkut / Comunidade *Náufrago da Utopia* - <http://www.orkut.com/>

Organização dos Estados Americanos - <http://www.oas.org/main/portuguese/>

## LIVROS DE MEMÓRIAS

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granvile (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Memória do tempo da morte civil do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990.

LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia*. Vencer ou Morrer na Guerrilha. Aos 18 anos. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

SANTOS, Marcos Vinicio Fernandes dos. *Roleta Cubana*. Originais digitados, s/p.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 9. ed. São Paulo: Global, 1984.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves, et al (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ABREU, João Batista. *As manobras da informação - Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965 – 1979)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

\_\_\_\_\_. *Ouvir contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. IN: NOVAIS, Fernando (coordenador-geral da coleção) & SCHWARTZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil, vol.4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário*. Bauru: Edusc, 1999.

\_\_\_\_\_. Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP. IN: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme e SWENSSON JR, Walter Cruz (orgs.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001 (Dossiês DEOPS/ SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro; Volume 1).

BAUER, Caroline. Arquivo-Morto ou Arquivos Vivos? Os arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional do Cone Sul. IN: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL *Nunca Mais*. Um relato para a História. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CALDAS, Breno: *Meio século de Correio do Povo*. Glória e agonia de uma grande jornal. Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 14, n. 27, p. 179-203, 1994.

CATROGA, Fernando. Memória e História. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Memória, história e historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.

CERRI, Luis Fernando. Espaço e Nação na propaganda política do “Milagre Econômico”. *Revista Brasileira de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, 2000.

COBLIN, P. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CRUZ, Denise Rollemberg. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias e luta armada. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DIAS, Luzimar Nogueira (org.). *Esquerda armada: testemunho dos presos políticos do Presídio Milton Dias, no Rio de Janeiro*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOSSIÊ *dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, dezembro. 1995.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Algumas notas sobre historiografia e história da Ditadura militar. *Estudos de História*, UNESP, Franca, v. 8, n. 1, p. 69-90, 2001.

\_\_\_\_\_. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O Acervo do DEOPS Paulista e o movimento sindical. IN: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme e SWENSSON JR, Walter Cruz (orgs.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001 (Dossiês DEOPS/ SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro; Volume 1).

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granvile (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Memória do tempo da morte civil do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GALVANI, Walter. *Um século de poder – Os bastidores da Caldas Junior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GARCIA, Néelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio*. Propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo: Loyola, 1990.

GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy.(org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMES, Daniel. *Doña María*. Historia de vida, memoria e identidad política. Buenos Aires: Manantial, 2004.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca: O capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP). IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia: Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LESSER, Jeffrey. *A Discontented Diaspora: Japanese-Brazilians and the Meanings of Ethnic Militancy, 1960-1980*. Durham: Duke University Press, 2007.

LONGONI, Ana. Traiciones. La figura del traidor (y la traidora) em los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. IN: JELIN, Elizabeth; LONGONI, Ana (orgs.). *Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2005.

LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia. Vencer ou Morrer na Guerrilha. Aos 18 anos*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

MARIANO, Nilson. *Operación Cóndor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Ediciones Lohlé Lumen, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 28, p. 178-200, dezembro. 2002.

MIR, Luis. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MUSEU de Comunicação Social Hipólito José da Costa: 30 anos. Porto Alegre: Corag, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. Tempos de barbárie e desmemória. In: RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira et al. (orgs.). *Contrapontos*. Ensaios de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.

PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. São Paulo: Mega Brasil, 2006.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. IN: LEVI, Giovanni & SCHMIDT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens, vol.2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3 – 15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, p. 201 – 215, 1992.

\_\_\_\_\_. *Memória, olvido, silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Ediciones Al Margem, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 15, p. 13 – 49, abril de 1997.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. IN: AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? *Anos 90 – Revista do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 14, p. 7-22, dezembro de 2000, p. 10.

RAUTER, Cristina. Proteção do Estado. IN: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo e BENEVIDES, Regina (orgs.). *Clínica e Política*. Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964 – 1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. 1968 no mundo. IN: PONGE, Robert, (org.). *O ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

RIBEIRO, Octavio. *Por que eu traí – Confissões do Cabo Anselmo*. São Paulo: Global Editora, 1984.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá

(orgs). *O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964). Passo Fundo: UPF, 2003.

ROSSI, Teodora. *Lexicon – Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990.

SANTOS, Marcos Vinicio Fernandes dos. *Roleta Cubana*. Originais digitados, s/p.

SCHMIDT, Benito. Entre a Filosofia e a Sociologia: Matrizes teóricas das discussões atuais sobre História e Memória. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, junho 2006.

\_\_\_\_\_. “Années de plomb”: la bataille des mémoires sur la dictature civile-militaire au Brésil. *Cahier d’Histoire*, revue d’histoire critique. Paris, n. 99, p. 85-102, avril-mai-juin 2006.

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. *História Oral*. Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 4, p. 73 – 83, junho de 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwichs e a memória - reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*, São Paulo, 20: 93 – 108, 2001.

\_\_\_\_\_. Figuras passionais, sentimentos morais e cultura política brasileira: imagens do esquecimento e da negação. IN: MACHADO, Maria Clara Formaz; PATRIOTA, Rosângela (orgs). *História e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação*. Uberlândia: EDUFU, 2003.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 9. ed. São Paulo: Global, 1984.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada – A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora SER, 2006.

VÁRIOS. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não acabou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução (Redes de Comunicação e Coerção no Brasil – 1969 – 1974)*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1994.

### **SITES CONSULTADOS**

Agência Brasileira de Inteligência - <http://www.abin.gov.br/>

Centro de Documentación de Los Movimientos Armados - <http://www.cedema.org/>

Centro de Documentação Eremias Delizoicov - <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>

Direitos Humanos na Internet - <http://www.dhnet.org.br/>

Folha Online - <http://www.folha.uol.com.br/>

Jornal Opção Online - <http://www.jornalopcao.com.br/>

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - <http://www.policiacivil.rj.gov.br/>

Terrorismo Nunca Mais - <http://www.ternuma.com.br/>



Democrata 14, Rua Augusto Ribeiro 14

obscuridade em que são mantidos certos fatos venha prestar des-serviços ao povo brasileiro.

Pretendemos, com o que dissermos, escoimar as óvvi-das, impedir a distorsão, restabelecer a verdade mesmo à custa de nossas conveniências, e é o que procuramos demonstrar a se-/guir:

Em primeiro lugar é preciso dizer que estais confun-dindo a verdadeira solidariedade ao povo brasileiro, e com a / equívoca simpatia dirigida a um reduzi-díssimo grupo da nossa po-pulação. Somos os chamados prêsos políticos brasileiros um pe-quo número de pessoas afóra qualquer juízo de valôr realmente marginalizados de nossos hábitos sociais, não encontrando, no / meio do povo, o mais leve resqúcio de aceitação e ressonância política.-Se culpados, ou não, compete aos tribunais decidir, / pois tôdos nos somos acusados de praticar delitos contra a Segu-rança Nacional. Delitos estes que indiscutivelmente têm recebi-do o repúdio da opinião pública brasileira.

É imprescindível também, falar sôbre a imagem que / se difundiu entre vós, a respeito do tratamento dado, pelas au-toridades brasileiras, aos. prêsos. Este é um problema da mais alta seriedade que requer, em sua consideração uma imparcial a-titude de sobriedade.

Deveis já haver tomado conhecimento da existência, em nosso país, de um movimento terrorista, promovido por minori-as isoladas, cuja audácia e técnica da violência não encontrou/ limites,

Tal movimento, raquíico, mas de comportamento impre-visível, não provoca consequências outras que o despertar ódio/ e insegurança.

Todos nós sabemos que a violência gratuita só pode/ se refletir sôbre si mesma. Neste sentido "excessos" realmente/ houveram, como consequência inevitável da insânia dos predado-res e, por outro lado dos passionalismos despertados em quem se viu ameaçado pelos mesmos. Mas não se pode procurar, com isto,/ generalizar responsabilidades. Ainda mais, é preciso ter bem / claro que o Brasil, como todo país civilizado, possui Estatutos Jurídicos, cuja finalidade é exatamente a de atribuir responsa-bilidades. Os que se excederam serão, segundo publico pronuncia-mento de nosso Ministério de Justiça, normalmente punidos. Tais providências já foram mesmo encaminhadas, na forma da lei, ten-do aquêles que sofreram qualquer "mau trato" consignado em depoi-mento o que lhes ocorreu.

Não se pode jamais dizer que os prêsos políticos à

segue

políticos à disposição da Justiça Brasileira sob as mesmas condições e uma situação carcerária humana. Chegou a ser irônica a afirmação de semelhante disparata, quando nos é permitida, aqui mesmo (no presídio Tiradentes), possuirmos as mais sofisticadas aparelhagens eletrônicas, recebemos regular e semanalmente visitas familiares, estímulos e preparo da alimentação que tem entendemos, há meses (ou anos), sem que a prisão tenha interrompido grande parte de suas anteriores afazeres. Uma ou outra desatenção que se tenha verificado entre os presos e autoridades carcerárias é mera questão de rotina administrativa que se dilui no cotidiano desta de greve.

Faz a opinião pública internacional tranquilizar-se quanto ao tratamento carcerário dos presos políticos à disposição da Justiça Brasileira. - Atencioso na qualidade de prisioneiros; até o momento este tratamento têm sido o mais equitativo possível.

O que ocorre na verdade é que certos órgãos de imprensa internacional, responsáveis pela sua própria tradição estão tão bem intencionados quanto equivocados. Equivocados porque se deixaram sugerir por uma caterva de compromissos irresponsáveis uma grande parte de aliados políticos, que outra coisa não fizeram, em épocas passadas, senão dilapidar o patrimônio nacional. São estes, os que acumularam fortunas - arrancadas ao suor brasileiro - e que vivem à farta, subjugando "solidariedade" após subversões esquemáticas. São os mercadores de "solidariedade" que não hesitam em sacrificar inverdades que comprometem o nosso relacionamento com outros povos. E o que é mais grave - muitos deles foram os que lançaram os fundamentos da burocracia e do ócio, para depois se sentirem superando levar o País ao caos e torná-lo presa fácil de interesses externos despersonalizantes. Mal sucedidos em seu empreendimento mirabolante, os vigaristas de "solidariedade" passam a difamar seu país de origem, à cata de projeção social entre os povos que os abrigaram. Queremos alertar a opinião pública internacional para que se precavenha contra este tipo singular de vigaristas: "o conto da solidariedade".

Podem portanto, estes povos a respectivos órgãos de divulgação, estar seguros de que o Brasil permanece fiel à sua tradição de humanismo e receptividade.

Confiantes nos grandes empreendimentos recentemente inaugurados em nosso País; empreendimentos que correspondem aos anseios gerais da humanidade:  paz e Progresso Social; tranquilos em nossa situação de presos políticos, tendo-a como simples circunstâncias existenciais, queremos aproveitar a oportunidade para

Resumo: ...

164

oportunidade para enviar a nossa saudação fraternal aos povos /  
amigos.

*Gilson*  
GILSON TEODORO DE OLIVEIRA

*Marcos*  
MARCOS ALBERTO MARTINI

*Marcos Vinicio*  
MARCOS VINICIO FERNANDES DOS SANTOS

*Osmar*  
OSMAR DE OLIVEIRA RODELLO FILHO

*Rômulo*  
RÔMULO AUGUSTO ROMERO FONTES

*Luiz*

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA  
307/160 6802

## 2. "Carta Aberta ao Jovem Brasileiro"

ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

159

### CARTA ABERTA AO JOVEM BRASILEIRO

*Ação - Psiconôfica*

A fim de se evitar interpretações errôneas por parte de elementos que enxergam na personalidade dos outros os defeitos, vícios e erros que possuem, desde já desautorizamos nossos advogados a fazerem uso deste documento para defesa nos processos a que respondemos.

Não desejamos, também, quaisquer favores das autoridades constituídas.

Nosso trabalho tem uma única finalidade: alertar a todos do perigo que constituem as ações violentas e a orientação adotada por grupos esquerdistas teleguiados por interesses estrangeiros.

Sabemos que é grande a responsabilidade que assumimos ao nos dirigirmos à juventude neste momento em que enfrentamos não só a Justiça, mas também a opinião pública do País. Sabemos que as circunstâncias peculiares que cercam nosso pronunciamento podem conduzir a dúvidas errôneas e descabidas interpretações. Sabemos que consequências adversas podem recair sobre nós. Sabemos que não teremos benefícios pessoais, e o que nos move é apenas o desejo de esclarecer o que de fato ocorre nas chamadas "esquerdas" brasileiras.

Quem, mais do que nós, poderia empreender esta tarefa ?

Ninguém. Alguns de nós se viram às voltas, intensamente, com o processo de militância política das hostes "esquerdistas".

Tomamos contato, passo a passo, com as sinuosas e acidentadas trilhas desta falsa "deusa", a "esquerda" brasileira.

Não iremos aqui radiografá-la, despi-la de suas vestes. O nosso propósito é combater o ídolo em seu todo e só poderemos fazê-lo "saltar pelos ares" desmistificando aqueles seus supostos objetivos, trazendo à tona o conflito entre o que FAZ e o que DIZ. E para tornar mais clara a consciência do objeto, detenhamo-nos brevemente numa consideração analítica.

Ao término da II Grande Guerra, o mundo foi delimitado em duas "áreas de influência". Em Ialta, os "marxistas" abandonaram os tão bem cuidados manuais clássicos da teoria revolucionária substituindo abertamente a balela do "internacionalismo socialista" pela política de grande potência. Em troca da "tranquilidade" de suas áreas de influência, os nacional-burocratas barganharam a sorte daqueles "operários de todo o mundo".

A chamada "política de zonas de influências" passou a ser a diretriz condicionante dos "interesses de Estado" da Grande Metrópole Vermelha. Mas as coisas não terminam por aqui. Primeiramente, os Iuguslavos, depois os chineses e outros em menor escala, perceberam a trama e cuidaram rápidos de "divergir", criando também as suas "Sub-Zonas de Influência".

Aos poucos, na área ocidental, inúmeras nações motivadas por esforço hercúleo de desenvolvimento econômico e social, vão ganhando autonomia decisória, criando seus próprios sistemas de convivência e adquirindo personalidade própria. Desde que não arrastadas à força para a órbita vermelha, as nações ocidentais têm escolhido e decidido seus próprios rumos, convivendo sem maiores traumas.

Já o mesmo, podemos ver claramente, não ocorre em relação aos satéli

3.3.  
307 / 60 6801

157  
satélites do centro bolchevista. A não ser através da manifestação do sangue de seus compatriotas, conseguem as nações dominadas, romper as amarras imperialistas que impedem sua personalidade histórica. O Comecon, ditando e impondo os limites de atividade econômica dos países satélites; a revolta de libertação húngara, cuja consequência foi ter o seu País esmagado pelo "bigstick" russo - quando centenas de jovens, numa demonstração de resistência pacífica comovente e inédita na história da humanidade atiraram suas vidas aos dentes sangrentos das lagartas de tanques soviéticos; a primavera de Praga, que também foi rude e esmagada pelos tanques soviéticos, que traziam como emblema a "estrela vermelha", a mesma que os havia inspirado em outras eras a batalhar pela "liberdade". O jovem Jean Palach, auto-imolado é hoje o símbolo da juventude tcheca. A recente expulsão do filósofo GARAUDY, do Comitê Central do P.C.F., motivada pela sua não conviência com tantos atos conflitantes com a sua formação humanista; os dramáticos acontecimentos verificados na Indonésia, com o rápido reconhecimento da China Vermelha. São estas ocorrências desfiladas acima e um sem número de outras, as evidências do Imperialismo Vermelho.

Insaciáveis em seus objetivos expansionistas, os burocratas vermelhos tentam por toda forma, acrescentar às suas órbitas, novas regiões controladas. Mesmo porque, uma das formas de autonomia dos "sub-impérios", é conquistada através de sua "sub-área" de influência. Utilizam-se, nesta ação centripeta, tanto dos instrumentos de penetração pré-moldados em suas próprias máquinas, como da ingenuidade e o desaviso de grupos receptivos. Aí então, não são mais os tanques que, por hora, ditam as cartas. Agora é a vez da persuasão suave... de ressuscitar os textos - pisoteados na prática dos velhos clássicos do pensamento socialista; o momento do condicionamento-reflexo, através de surrados axiomas. E é exatamente para este tipo de condicionamento, que os jovens, graças ao seu alto grau de despreendimento pessoal, oferecem vasto campo de vulnerabilidade.

As teias do comprometimento são muito bem tecidas, não deixando margens para o mínimo questionamento. Aproveitam-se engenhosamente daquilo que o jovem tem em potencial por sua própria condição de jovem e que não sendo canalizado corretamente pela sociedade torna-o vulnerável nas mãos dos que o utilizam para atingir os seus próprios fins; o arroubo, o ímpeto e o desejo de fazer algo são utilizados de forma maléfica, pelos que bem sabem o que querem. O jovem inexperiente torna-se, assim, presa fácil dos que se guiam pelos cães, a baderna e a destruição.

Técnicas sutis de aliciamento e comprometimento são usadas a todo o instante como uma verdadeira avalanche que não permite pensar nem raciocinar claramente no que se está fazendo, utilizando um sem número de chavões que se baseiam em falsas categorias filosóficas e políticas.

Liberdade, igualdade econômica, social e política, são chamarizes para ingresso de um maior número em suas hostes. É verdade que há alguns aspectos de ordem econômica, social e política que exigem um permanente esforço de atualização. Existe, porém, muitas válvulas que permitem que o esforço seja conduzido de forma tal, que se apoie nos canais institucionais. Na verdade não interessa o uso destes meios, pois, usá-los significaria "compactuar com o status quo vigente".

A catequese a que o principiante é submetido do ponto de vista intelectual, é toda ela baseada em dogmas que levam a um bitolamento e visão estreita da sociedade. A partir deste momento fica o mesmo mentalmente à margem desta e fanatisado, já que todos os seus juízos passam a se realizar através dos valores ideal-típicos que lhe foram incutidos.

Há inúmeras formas de manusear a ingenuidade dos jovens, entre as quais, a de lhes acenar com uma multiplicidade de perspectivas, aparentemente divergentes entre si, mas que na verdade giram à volta dos mesmos objetivos opacos.

Recentemente no Brasil, seitas têm surgido com as mais variadas e descabidas "linhas" políticas, afirmando-se autônomas e independentes de qualquer matriz externa.

Mentira ! a mais deslavada e crua das mentiras.

Folha -3- 155

Na verdade não existe no Brasil, qualquer grupo político de esquerda que (consciente ou inconsciente) deixe de servir ao jogo dos interesses "extra-nacionais". Iludam ou sejam iludidas, todas estas seitas não passam de meras marionetas do "exterior".

Presentemente a perspectiva que tem empolgado, parcelas consideráveis da juventude brasileira, dado o seu caráter romântico, parcelas consideráveis, é aquela que tem como matriz a ilha de Cuba. Sentimo-nos, diante disso, obrigados a esmiuçar um pouco mais a já mencionada política de "barganha" e "negociações de influências" originária de Cuba. E o jogo cubano é primário: só não percebem mesmo aqueles que, domesticados pelo ideologismo vazio, tornam-se os inocentes peões do grande tabuleiro. Consiste a trama em criar impecilhos às zonas projetadas como de possível influência, (no caso, justamente através de grupos ativistas dopados pelo caleidoscópio de axiomas esquerdistas); tudo isto para depois, sorratamente, escorregando propostas de "aproximação" comercial ou diplomática, entregar a sorte dos seus peões ao amargo sabor da traição.

Uma outra "perspectiva" (da qual dizem participar também os filocubanos) é a chamada "New Left" (Nova Esquerda), um "saco de gatos", cujas premissões são as de haver superado o que se convencionou chamar de esquerda tradicional.

Na verdade o universo conceitual de "New Left"-tupiniquim é muito mais reduzido do que aparenta. Explica tão pouco os "fenômenos" que é mais fácil, isto sim, entendê-lo como um fenômeno. Fenômeno originário de atitude típica das regiões periféricas, que consiste em importar e imitar - também idéias - dos países centricos. Sintetizando: o que ocorre na verdade é que aqueles que tanto alardeiam o combate ao subdesenvolvimento, ao "atrazo social", são os que sofrem do pior dos males desta circunstância: a indigência teórica, o subdesenvolvimento e a esteriopatia das próprias idéias.

Não é por acaso que foi um "engagèe" da "New Left Francesa", quem arretou as primeiras regras do comportamento "político-militar" aos nossos debilitados esquerdistas. Não é também, fortuito o fato de que a nossa primitiva - colônia "hippie" ("guerrilheiristas" ou "pacifistas") limitou-se a importar apenas as roupas, as barbas, os modismos e tantas outras mais superficialidades dos grandes centros. Toda esta exteriorização leviana se opera não só sobre a pele, mas também no terreno das idéias. E o que infelizmente, para nós lamentável é que atitudes levianas impliquem compromissos cuja seriedade é conseqüente à razão e à proporção inversas desta superficialidade.

Até o momento, temos nos ocupado das causas e aspectos mais gerais que desembocaram na abominável atividade terrorista em nosso País. Nesta oportunidade queremos deixar bem claro a opinião brasileira, o nosso mais veemente repúdio a esta atividade criminosa e eminentemente predatória, causadora - única e exclusivamente de ódios e sacrifícios gratuitos. O terrorismo não conduz a nada, absolutamente nada que vá além de suas tristes conseqüências imediatas. Volta-se, via de regra, contra seu próprio executor tão drasticamente quanto forem os danos que êle causa à sociedade. Em tais circunstâncias vemos claramente o quanto o terrorismo não passa de um mais estúpido e violento "in-genuicídio".

É tranquilizante saber que não é a totalidade da nossa população juvenil que se vê atingida pelo processo "robotizante" da esquerda dita revolucionária. Existem aqueles que sabem dar respostas inteligentes a problemas intrincados, encontrar soluções ao que é solucionável, participando realmente dos problemas nacionais, situando-se face a face com as nossas necessidades. São aqueles que ante "destruir para reconstruir" entendem que as coisas só se superam através de intenso esforço de construção. Acreditamos, também, que entre os jovens que até o momento vêm se dedicando ao mero predatismo, existem os equivocados e circunstancialmente envolvidos. Depositamos inteira confiança em que estes também abandonem a arena dos sangrentos acontecimentos que têm impulsionado.

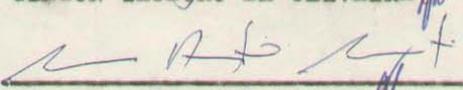
Abre-se-lhes, neste exato momento, a oportunidade de meditar francamente à respeito do caminho que tomaram e da alternativa da pacificação.

É hora de dar um "basta" definitivo ao passionalismo político. Desarmemos os espíritos e encaremos a realidade como ela realmente é ! Deixemos de pintá-la com tintas fabricadas nas usinas de elocubração.

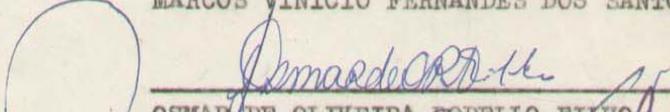
Empenhemos os esforços gastos na produção do ódio em outras direções construindo realmente o Brasil Grande Potência, livre de quaisquer condicionamentos, venham de onde vier. Contamos para tanto com o elevado espírito humanístico do nosso povo, o grande potencial de idealismo de nossos jovens e o alto teor de responsabilidade das autoridades brasileiras.

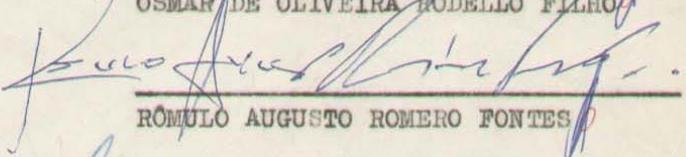
Nossos dotes nacionais são suficientemente relevantes para que carreguemos ainda grande carga de esperança !

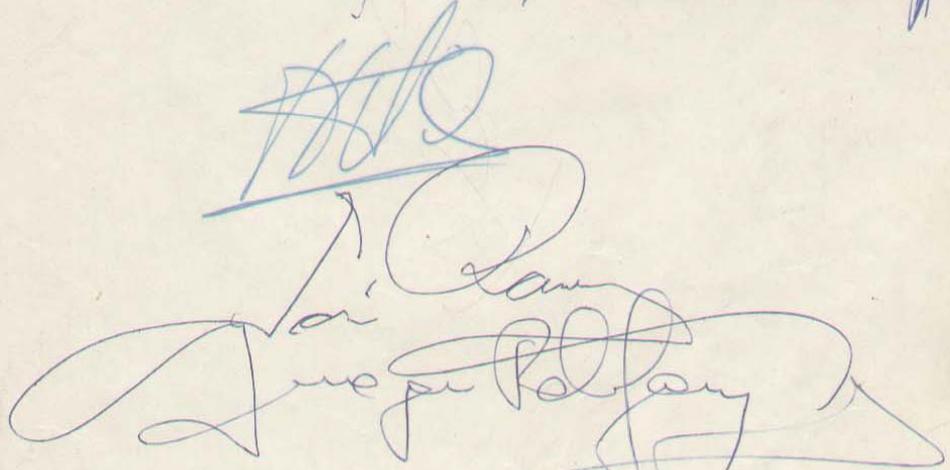
  
GILSON TEODORO DE OLIVEIRA

  
MARCOS ALBERTO MARTINI

  
MARCOS VINICIO FERNANDES DOS SANTOS

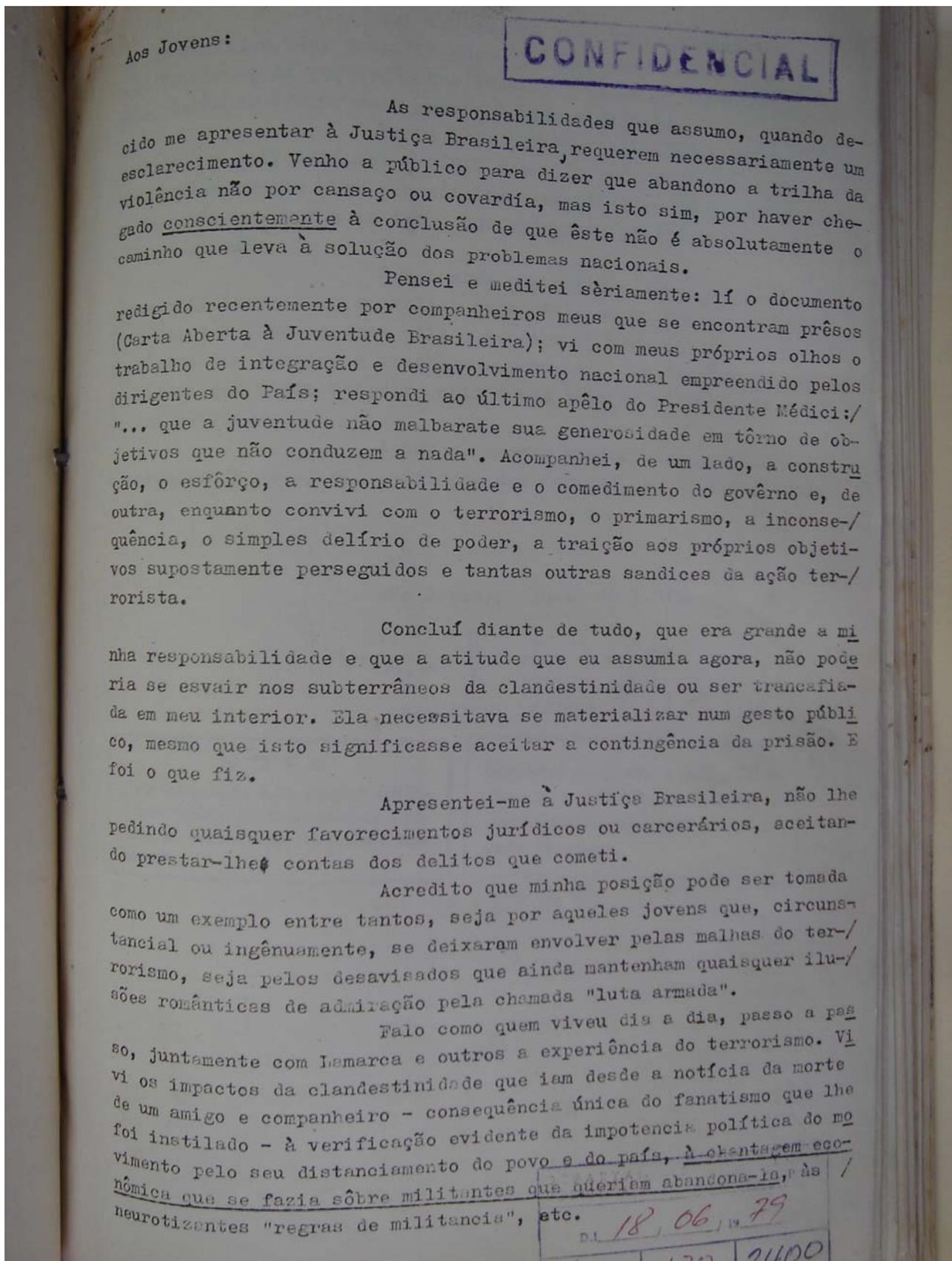
  
OSMAR DE OLIVEIRA RODELLO FILHO

  
RÔMULO AUGUSTO ROMERO FONTES



DEPARTAMENTO DE DESEM POLÍTICA E SOCIAL		
"S.S."	/	1963
307	160	6800

### 3. "Carta aos Jovens"



Fui testemunha viva da megalomania messiânica dos chefetes, das justificações "político-ideológicas" ao puro / bandeirismo, da corrupção dos ideais... enfim do despropósito em / tudo, desde as ideias mais gerais à vida cotidiana.

Tenho hoje a firme consciência de que o terrorismo é a mais estúpida e débil forma de ação política e que des- / cambou celeremente para o banditismo desenfreado. Já nêle hoje nada há de política, por mais torpe que seja esta política. Há banditismo e degradingolada.

Sei também que outros, como eu, têm tido au- / dácia suficiente para reavaliar suas atitudes e que, se ainda não o / fizeram, tal fato se deve mais a receios infundados, à dependência / econômica dos grupos, a pressões e promessas das facções ou seja a / problemas que dizem respeito mais a uma timidez pessoal que ao nível / de sua consciência.

Aguardo, destes companheiros, uma iniciativa / desprendida e corajosa, confiante que sou, de que há "trigo neste / joio".

São Paulo, junho de 1.970.-

*Manoel Yoshinaga*

MASSAFUMI YOSHINAGA

**NOTA**

Esta interseção é de caráter estrita- / mente Reservada, destinando-se a ori- / ginação exclusiva da Autoridade inte- / resseada.

Continua anexada o Artigo C2 do / Regimento - 20417, de 11/3/67, o / qual trata e responde pelo sigilo / deste documento.